

FERNANDO SCHINIMANN

A BATALHA DA CARNE EM CURITIBA

1945 - 1964

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Social do Brasil do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

CURITIBA

1992

A BATALHA DA CARNE EM CURITIBA

1945 - 1964

por

FERNANDO SCHINIMANN

Dissertação aprovada como requisito
parcial para obtenção do grau de Mes-
tre no Curso de Pós-Graduação em His-
tória.

ORIENTADOR: 
Prof. Jayme Antonio Cardoso

Curitiba,

Dedico a meus pais saudosos Afonso e Inês, à minha esposa Maria Regina e ao amigo inesquecível Ivãnio Vicente de Mello Giuzio.

Agradeço a Universidade Federal do Paraná e ao Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa - CNPQ pela oportunidade da realização deste trabalho.

Ao Prof. Jayme Antonio Cardoso, pela orientação especial na fase de realização desta pesquisa, como também a todos que tornaram este trabalho possível.

Agradeço também ao Departamento de História.

SUMÁRIO

	<u>INTRODUÇÃO</u>	1
1	A PECUÁRIA DO PÓS-GUERRA.....	8
1.1	GETÚLIO VARGAS SE SENSIBILIZA PELA QUESTÃO DA PE- CUÁRIA.....	13
1.2	COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS.....	16
1.3	A CARNE - DA DITADURA AO CONSERVADORISMO.....	22
2	O GOVERNO MOISÉS LUPION ÀS VOLTAS COM O LEITE E A CARNE.....	38
3	MATADOURO - DA CARNE VERDE (VIVA) À CARNE CONGELA- DA (SEM VIDA).....	70
4	O TEATRO DO QUEBRA-QUEBRA FOI INSTALADO: "A GREVE BRANCA SANGRA".....	99
5	QUANTO CUSTA A VIDA.....	154
6	A SAÚDE DA CARNE.....	193
7	GREVE CONTRA GREVE.....	205
8	COMO AGIAM OS INFRATORES E COMO FORAM JULGADOS.....	218
9	ENFRENTANDO O PROBLEMA.....	232
	<u>CONCLUSÃO</u>	246
	<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	253
	FONTES.....	257
	ANEXOS.....	259

INTRODUÇÃO

Quando nos colocamos à frente de um objeto de pesquisa, sempre temos em mente uma grande obra. Afinal, sonhamos com a a definição de nossos ideais com relação a algo que nos intriga. O inédito, sem dúvida, ronda a nossa ingenuidade científica inicial. Com o passar do tempo e o manusear das fontes, aquilo que imaginávamos ser o ineditismo vai desaparecendo e se nos apresenta o concreto.

Desde os primeiros passos a empolgação foi constante. A lembrança de encontrar pela primeira vez o real, o objeto de meu trabalho, ainda me ronda a memória. Está presente. Parecia estar sonhando com aquele **de repente**, e eis que ele apareceu. E pensar que foi fruto de conversa descontraída com meu pai a respeito de greves e variações de preços. Ele não sabia da data exata, mas a curiosidade da investigação me levou até a fonte básica - o jornal. A **greve branca da carne**, era palpável para se fazer um estudo, tendo sido registrada em periódico na década de 50. A partir de então deixou de ser apenas a greve da carne, escondida nas páginas da memória da cidade; ou fazer parte do imaginário de algumas pessoas para passar a ser motivo de minhas preocupações diárias. Como se fora a relação do jardineiro e sua flor que dasabrocha.

As imagens no início pareciam caleidoscópicas, depois sedimentaram-se tomando formas mais definidas, em que cada pa-

lavra lida e registrada, das várias matérias, representou uma viagem através do tempo, vindo do fim da II Guerra Mundial (1945) até os anos de 1962. Para ser reforçado, vem de 1930 a 1945 e de 1962 a 1980, fornecendo possibilidades de análise comparativa, a nível de auxílio complementar para raciocínio e localização espacial do balizamento. No decorrer do trabalho, optei por levar a pesquisa até os anos de 1964, para não perder a transição político-militar também deste universo, se bem que tal medida não fosse tão necessária assim, mesmo porque a periodização escolhida não tem por missão balizar de forma tradicional, mas sim discutir um problema. Este universo temporal, suas crises e contradições, passou então a me interessar. A fim de deslindar a frase que ainda hoje figura nas revistas especializadas em sociedade e economia; nos periódicos, jornais ou mesmo nas locuções de rádio e televisão: "Não há crise no fornecimento de carne, mas especulação nos preços". E se tal frase está presente no antes, no durante e no depois, ela não retrata apenas o cotidiano ou corriqueiro, mas certa resistência da sociedade.

Na antevéspera da comemoração do centenário da emancipação política do estado do Paraná, da urbanização emergente da década de cinquenta de Curitiba e da higienização do espaço urbano, organizou-se o cenário da greve contra açougues e frigoríficos. O cenário da Curitiba pacata e sorridente é destruído frente às passeatas, comícios e **quebra-quebras**. A manifestação foi silenciada. O exército, a polícia e os bombeiros trabalharam **bravamente**. Segundo os líderes públicos, o problema fora resolvido. Porém, dez anos depois o problema está nas ruas, com nova roupagem, mas está lá. O **gado humano** caminha calmo diante

dos olhos atentos do poder sempre estabelecido. Onde está escondido aquele contingente populacional de sangue quente?... O motivo ainda está nas ruas: a carne deteriora, mas não existe!!!

E falando na **Voz do Brasil**, o presidente Getúlio Vargas dizia:

"Brasileiros, mais uma vez nos encontramos no início de um novo ano e, hoje mais do que nunca, precisamos restabelecer a confiança em nós mesmos e na produtividade de nossos esforços. Áspero e rude foi o caminho destes onze meses primeiros do governo. Desde 45 para cá a vida encareceu vertiginosamente e se tornou necessária uma política financeira capaz de combater a inflação. Cortaram-se as despesas consideradas desnecessárias e adiáveis, tomaram-se medidas eficazes para combater a inflação, (...) as preocupações moralizadoras e uma orientação social. (...) Dificuldades iniciais: encontrei os meios de transporte insuficientes para atender os reclamos do comércio de pós-guerra. Os armazéns sem capacidade de abrigar os produtos, as adversidades climatéricas...¹"

A população de Curitiba, reclamadora dos preços, não só da carne, mas também de outros gêneros e necessidades era cognominada de comunista, anarquista, participante da 5ª Coluna Soviética.

É através destas mais variadas estampas que procuro compreender aquela sociedade de donas-de-casa, de estudantes, de grupos políticos, de líderes e liderados, com o intuito de resgatar através do acontecimental, a projeção do problema social do abastecimento de carne. Não apenas este, mas as relações sociais em torno de tal questão. No que se refere ao fornecimento, aos preços, às comissões, higiene, frigoríficos e **quebra-quebras**. É a vida cotidiana², a organização e a resistência que se quer aqui evidenciar. Por isso, a proposta de uma história social e não apenas de uma economia de cifras. Analisar-se-

-ã as relações de poder³, do sentir, do resistir daquelas pessoas que nos passaram algo, quem sabe a forma de lutar, (o problema em si) ou ainda o grifo da luta por algum direito; deixado na Imprensa, a importância de não se deixar enganar.

No afã de encontrar metodologia apropriada para o desenvolvimento deste tema, percebi que a bibliografia era quase inexistente para o Estado do Paraná e mesmo para o Brasil. Não foi feito até agora nenhum trabalho específico. Ao menos com este tipo de abordagem, ou seja, percebendo no abastecimento da carne motivo de contestação social. Outros estudos, se preocuparam com o gado de maneira exclusivamente econômica. Assim, este trabalho confirma o seu ineditismo.

A constituição de estudo de tal natureza abre um leque de possibilidades para trabalhos posteriores. A bibliografia arrolada teve que passar por críticas minuciosas. Sempre no sentido de procurar nos meandros algo que remetesse ao tema carne, poder, abastecimento ou mesmo movimentos sociais.

O início deste estudo, se deu ao final do curso de graduação em História na Universidade Federal do Paraná em 1985. Naquela ocasião, eu e Siumara Vicelli Hoffmann escrevemos "A vermelha greve branca* - Curitiba - 1952"¹. O que nos conferiu o primeiro lugar no concurso promovido pelo Departamento de História em comemoração aos seus 25 anos.

Em linha aproximada de abordagem, os estudantes da UNESP (Universidade Estadual de São Paulo) em São Paulo, escreveram: "uma experiência de pesquisa em história: o quebra-quebra de 1959"². Nesta pesquisa foram organizados por Luzia Margareth Rago em 1985.

O livro Movimentos Sociais de Ilse Scherer-Warren³, foi

1 - I Colóquio da Produção Científica dos Estudantes de História da UFPR

2 - Ver Referências Bibliográficas

3 - Ver Referências Bibliográficas

* Greve Branca: nome dado pelos órgãos de Imprensa quando a população através do boicote na compra do produto exigia a baixa dos preços. Inicialmente sem quebra-quebra.

impulso importante para os primeiros passos deste estudo. Acabando por indicar algumas leituras correlatas.

Pela dificuldade bibliográfica e de fontes, optamos pela Imprensa periódica como base documental. O que nos remeteu a outras fontes, não tão ricas mas relevantes para o fechamento de lacunas. Nos dando a possibilidade de localizar atas, boletins, decretos-lei e alguns indicativos para depoimentos orais.

Assim, foram lidos todos os jornais, revistas e boletins circulantes no Paraná no período de 1945 a 1964. Além de alguns números de periódicos das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro que fizeram referências ao tema.

Ainda quanto a bibliografia, o trabalho de Márcia Elisa de Campos Graf, "Imprensa Periódica e escravidão no Paraná"⁴, ajudava compreender a utilização dos periódicos enquanto fonte. Mesmo que os temas sejam opostos.

Dentro da metodologia adotada foram compreendidas as etapas de heurística e crítica de documentos. Este material foi arrolado em fichas do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, concebidas especificamente para tal finalidade. Hoje a documentação está sendo arrolada em disquetes arquivo de computador. Técnicas de história oral foram utilizadas para a coleta de depoimentos. Após gravadas, as fitas foram transcritas e indexadas. Mesmo que em pequenas quantidades, já que os possíveis entrevistados tenham mudado ou falecido.

A Imprensa periódica também foi escolhida por ser órgão veiculador de opiniões e indicativo de mudanças de mentalidades. Além de oferecer mais uma opção de fonte para estudo mais contemporâneo. Ajudando na diferenciação de tendências ideoló-

4 - GRAF, Márcia Elisa de Campos. Imprensa Periódica e escravidão no Paraná. Curitiba, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

gicas. Assim, fomos atrás do editorial e das entrelinhas, privilegiando alguns temas supracitados. A Biblioteca Pública do Estado do Paraná nas figuras do Setor de Documentação Paranaense, Setor de Periódicos e de seus funcionários, foram vitais na concretização desta dissertação.

Algumas vezes a pesquisa adquiriu um caráter fático de forma intencional. Afinal, procuravam a linguagem direta dos que reivindicaram pelo melhor abastecimento de gêneros. Procurando a interpretação do escrito dos jornais. Mesmo porque é a primeira bibliografia produzida na ótica do abastecimento quanto à organização da população para contestar. Foi esta a densidade procurada.

Os gráficos foram confeccionados a partir da coleta direta feita nos dados dos jornais e revistas. Nos casos em que foi possível, eles foram comparados aos dados oferecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). E foram constituídos gráficos para os anos em que o IBGE não existia ou não coletou tais dados. Nesta dissertação, os gráficos não tiveram a intenção de fazer um estudo profundo de análise econômica. Funcionaram muito mais como indicativo para pesquisas futuras. E também como provocador, como pano de fundo para que o leitor interessado possa fazer algumas constatações ao longo do texto. A intenção também é a da continuidade de um trabalho de história econômica. Procurando ainda mais detalhes dos conseguidos no âmbito da história social.

É através do polimento desta lente que construo o recorte histórico: "A Batalha da Carne - 1945-1964"

O historiador interessa-se por todas as formas de actividade humana - presente ou passada - susceptíveis de o elucidar acerca de de-

vir humano: como o ogre da fábula, escreve
MARC BLOCH, onde quer que lhe cheire o homem,
o historiador reconhece sua caça...⁴

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹ENORME EXPOLIAÇÃO CONTRA O POVO BRASILEIRO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 jan. 1952. p.1.

²HELLER, Agnes. Estrutura da vida cotidiana. In: *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Néilson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972. p.17-41.

³FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985. p.XVI.

⁴HIGOUNET, C.; MAZAURIC, Guy Palmade; GAMADER, H.G.; MARROW, H.J.; VEYNE, Paul; VILLAR, Pierre; MANDROU, R. *História e historicidade*. Gradiva, 1988.

1 A PECUÁRIA DO PÓS-GUERRA

Outros estudos abalizados, no que diz respeito ao estabelecimento da pecuária no Paraná¹, colocam-na a par e passo com os bandeirantes, estendendo-se até o século XIX, ressaltando o aspecto de estabilidade que oferecia aos Campos Gerais e a Curitiba.

Das bateias do ouro, o paranaense acabou por se apoiar na cria do gado. Na sua maioria **vacum**. Mas há que se ressaltar que a pecuária se dá de forma estabelecida, com a decadência do sistema de bandeiras. Por outro lado, quando se diz que bandeirantismo e pastoreio caminham juntos, é no sentido de ressaltar que a subsistência daquele contingente populacional, se fazia por meio de tal prática. É por isso que se coloca a bandeira como elemento incentivador dos primórdios da pecuária paranaense.

Neste passado, o Paraná era fornecedor de gado em pé para São Paulo, dominando a tradicional feira de Sorocaba. O que fazia envolver o Viamão, Campos de Vacaria e por fim o Rio Grande do Sul. Ao longe destes caminhos originaram-se muitas cidades e a empresa do gado tornou-se ampla. As adversidades climáticas do Paraná causaram dificuldades quanto à engorda do gado e à manutenção do pasto. Por outro lado, como coloca Temístocles LINHARES: "... o ciclo econômico da pecuária foi no Paraná mais importante do que o do ouro, não só no sentido de ter

gerado maior duração e estabilidade que este, como também no que se refere à instalação das fazendas, consideradas as melhores do país".

Diante de todos estes fatores, interessa-nos aqui perceber os caminhos que percorreram as questões ligadas à carne e ao seu consumo, no momento do pós-guerra (1945-1950).

Existia uma falta acentuada de carne, a população aumentava e as estatísticas, quanto à produção bovina, diziam que acontecera um aumento duplicativo. De 1920 a 1951 o número de bovinos passou de 539.756 para 1.102.240 cabeças². A prática da pecuária já era citada por Saint Hilaire³ quando por esta região empreendeu viagem.

Há que se perguntar, que medidas foram tomadas para a proteção de indústria tão antiga e pioneira como a pecuária no Paraná.

A CARNE NO MOMENTO DOS INTERVENTORES

No período da interventoria Manuel Ribas, o destaque no que diz respeito ao gado, esteve ligado à proteção da pecuária. Tanto no que tange à saúde e higiene, como nas questões cooperativas.

O jornal carioca **A Manhã**, do dia 4 de janeiro de 1945, dava destaque ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas que tinha no rol de suas atividades, o tratamento de moléstias relacionadas ao gado, desenvolvimento de vacinas (postas a venda a preços acessíveis à bolsa de qualquer criador, segundo o Ministério da Agricultura), etc. Aquele instituto, no biênio 1943-44, produziu 1.643.000 centímetros cúbicos de vacinas necessárias para o gado. Sem sombra de dúvida, era uma produ-

ção significativa para aqueles primeiros quarenta e cinco anos do século.

O Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas foi criado com a finalidade de produzir preparados quimioterápicos, e realizar pesquisas e análises de material humano, animal e mineral. No ano de 1944 já havia submetido a exame 60.614 cabeças de bovinos, suínos etc., e atendia a quase todo o país.

A proposta do jornal acima citado era a de que fossem criados em outros estados, institutos semelhantes, para que o esteio da economia pecuária se desse por aquele caminho.

Percebe-se que a respeito da saúde do gado e do aumento da produção, houve, ao menos no início, uma preocupação significativa. Estas preocupações estavam voltadas não apenas para fazendeiros, mas também para criadores, no sentido de fomentar e satisfazer as exigências do Ministério da Agricultura, feito às interventorias estaduais.

O poder público do Estado, procurando voltar os seus propósitos para a promoção da indústria pastoril, tinha como preocupação básica: a remodelação daquele que se tornaria um problema e grande monta, o frigorífico do Atuba*. A intenção era promover a concorrência pública, a fim de que a empresa de caráter particular assumisse sua direção, desde que voltada para os postulados do cooperativismo.

Esta prática, tinha para o interventor regional a característica da Associação, ou seja, o objetivo principal era o de unir todos os criadores com a finalidade de prestar-lhes toda a assistência no sentido de "... fomentar o crescimento numérico e a melhora de seus cooperados. Propondo-se a receber toda a produção..."⁴ Além da melhora dos rebanhos, recebimento da pro-

*Frigorífico de Curitiba, no início pertencente ao Estado. Localizado em bairro tradicional do mesmo nome. O Bairro do Atuba, representa o primeiro núcleo de colonização de Curitiba.

dução dos cooperados e industrialização através de modernos maquinários, a então chamada Cooperativa de Carnes Sul Brasileira Ltda., recebeu o aval de Antonio Sales, Ministro da Agricultura na época. A Cooperativa de Carnes tinha como ideal econômico, para o seu estabelecimento, o montante de cinco milhões de cruzeiros (moeda circulante no país no período), que seriam divididos em cinco mil quotas para de 1.000,00 (hum mil cruzeiros) cada uma, para poder atingir todos os criadores. A sua abrangência geográfica tomava os estados do Paraná, norte de Santa Catarina e o território federal do Iguazu. A grande área de ação era justificada pela facilidade que o frigorífico paranaense tinha para abater 500 reses e 500 suínos. O jornal *O Dia*, de Curitiba, dizia que a idéia do interventor, se adaptava perfeitamente ao plano, por estar voltada aos interesses do estado e dos fazendeiros paranaenses, colocando que a produção do gado paranaense estava por escassear para as áreas dos magnatas de São Paulo. Por outro lado, não se deve esquecer que este jornal deu todo apoio ao poder vigente sem atacar, sequer uma vez, as empreitadas daquele governo.

O governo, por sua vez, pensava que se a implantação do cooperativismo, causa pela qual era simpático, não se evidenciara, fora por dois fatores: deficiência do fator exclusivamente humano e negociatas paulistas por meio de agentes de compras locais. Destacava ainda, que os lucros desejados pelos intermediários chegavam ao ponto da diminuição da produção, saindo o excedente produzido, através do Porto de Santos em São Paulo, enquanto o estado lutava com a falta de carne.

É interessante perceber que, propondo normas cooperativas, ou mesmo indicando caminhos de ação, nem governo ou jor-

nal, utilizou o termo população, consumidor, etc., mas fazendeiros, cooperados, produtores e estado surgiram muitas vezes. E como descrevia o jornal, no momento porta-voz do estado: "... a nova Cooperativa terá o dever de reunir os seus associados para resolver todos estes urgentes problemas, afim de executar uma cadeia de operações verdadeiramente populares." (grifo do autor)

Quando o poder representado pela interventoria estadual diz que um dos fatores da não implantação anterior do cooperativismo se deu também por deficiências de fator humano, está atribuindo à população certa ingenuidade e tomando emprestada a linguagem crítica utilizada por esta quando cobra os seus governantes. Foi desta forma que o governo procurou a discussão dialética. Não a que propõe complementariedade, mas a que esvaizia o discurso. Esta afirmativa se evidencia quando se tem, na mesma nota, o seguinte: "... na direção do grande setor agropecuário, para a honra do nosso Estado, existe um grupo de homens do trabalho esclarecido, imbuídos de espírito público, capazes, portanto, de levarem para frente o ideal cooperativo em torno do qual está a nova indústria de cooperação de carnes...". É desta forma que o poder se apropria da fala pública para depois devolvê-la ao espaço cotidiano, como se fora um contra-discurso.

Em tal situação, é difícil parar de pensar na premissa de que "... é falso definir o poder como algo que diz não, que impõe limites, que castiga. (...). De fato, o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetivos e rituais de verdade."⁵

Seguindo as propagandas da melhora de tratamento às ques-

tões relativas ao gado, fora convocada reunião afim de criar a Cooperativa de Carnes Sul Brasileira. O edital convidava os criadores a fazerem parte da Assembléia Geral da sua fundação. A sede de tal solenidade foi o edifício da Associação Comercial do Paraná. Quem assinava o edital, era uma certa comissão, da qual até o momento não se ouvira falar. Estatutos, eleição e posse de diretoria foram os tópicos da reunião do dia dezessete de maio de 1945. Um outro encontro havia acontecido no dia seis de maio do mesmo ano, cujo problema principal era a efetivação do conselho administrativo, bem como de seu presidente, conselhos fiscais, etc.

A reunião tomou este curso por terem os eleitos em reunião anterior não assumido seus cargos. Apenas o Sr. Mário Marcondes Loureiro, diretor-secretário, é que tinha interesse na Associação Cooperativa, pois foi o único a assinar tal edital de convocação. Após o período de convocações, não se viu mais registrado nas páginas dos jornais, notícias sobre esta organização. A burocracia, presente durante todo o período, mais uma vez saiu vencedora.

1.1 GETÚLIO VARGAS SE SENSIBILIZA PELA QUESTÃO DA PECUÁRIA

No ano de 1945, foram muitos os apelos feitos pelos criadores de gado à Presidência da República, principalmente pelos criadores do Brasil Central, e até mesmo entidades de regiões mantenedoras de uma situação mais estável, como Minas Gerais, São Paulo e Goiás. O Estado do Paraná preferiu se associar na Cooperativa de Carnes Sul Brasileira Ltda.; o que demonstra um caráter separatista, mesmo que aquela entidade não tivesse conquistado sua hegemonia plena.

Em nível de reivindicações ao governo federal, o Paraná se fez manifestar poucas e não muitas e incisivas vezes, devido a sua pouca representatividade no cenário político nacional. Cobrou e parlamentou pela falta de carne e suas razões, através do discurso proferido pelo representante do Estado na Assembléia Legislativa, Sr. Lacerda Werneck.⁶

A situação crítica pela qual passavam os criadores de gado, dizia respeito às altas taxas cobradas pela carteira de crédito agrícola e industrial do Banco do Brasil, apesar de ser, esta instituição, uma das únicas incentivadoras da pecuária e coordenadora de possibilidades. O prazo de pagamento das dívidas e empréstimo, com prestações de valores desiguais (motivadas em parte pela desestabilização da economia do pós-guerra, para amortização de juros e liquidação de dívidas, eram pouco flexíveis. A dificuldade causava problemas com relação à manutenção do gado, compra de farelos, transporte, etc. Sem falar, ainda, da venda do gado de corte a preços muito baixos.

No conclave de Uberaba (MG), no mês de maio de 1945, se atentara à possibilidade de cinco anos para o quite da dívida. No primeiro ano seriam liquidados 10% do financiamento, 20% em cada um dos três anos seguintes e os 30% restantes ficariam para o último ano. Outra das propostas foi a reavaliação da dívida, no terceiro ano, promovendo o congelamento.

O Presidente Getúlio Vargas, sensibilizado pela unanimidade da votação das propostas acima citadas, resolveu acatar as decisões. Autorizou também, que os contratos de financiamento do Banco do Brasil, firmados para estes fins antes de suas decisões, fossem beneficiados com os mesmos direitos. A intenção, segundo a manifestação do Presidente, ou mesmo dos criado-

res do Brasil Central, na medida em que a empresa escolhida apresentou nota afirmativa, era a de que sociedades rurais de quatro estados, dezessete núcleos poderiam fazer alguma coisa, não só pela pecuária nacional como pela maior segurança econômica do país. Tal intenção reforçou-se pela unidade de propósitos desses estados que demonstraram compreensão pelos problemas dos pecuaristas e vigor para solucioná-los.

No Paraná, dois anos depois, as falas não eram no sentido de procurar cobrar o governo federal, ou mesmo de pedir ajuda, mas sim de procurar dar explicações pelas dificuldades encontradas: inverno, falta de capim nos pastos queimados pelas geadas, gado magro com queda de 60% do peso do animal em condições normais de alimentação.

Argumentava o Sr. Lacerda Werneck que por Ponta Grossa não possuir, como Curitiba, campos próximos, obrigava-se a receber fornecimento do Norte do Estado, através do transporte deficiente e limitado pela Rede Ferroviária Federal. Esta reservava apenas um comboio para suprir Curitiba, o Litoral e parte de Santa Catarina, com a justificativa de cada comboio causar um prejuízo de 7.600 cruzeiros. A Cidade de Ponta Grossa, por sua vez, mesmo sendo um centro populoso e grande consumidor, não estava compreendida no plano de distribuição da Rede Ferroviária.

Após explanação, o Sr. Lacerda Werneck criticou tais atitudes e pediu apoio dos colegas. Foi apoiado pelos Srs. Lopez Munhoz e Aldo Laval.

Assim se percebe a pouca desenvoltura política dos representantes do Paraná na Assembléia Legislativa com relação ao problema e, como se preceberá, a questão não teve uma solução efe-

tiva até o ano de 1946.

Em pleno verão brasileiro, quando desabrochava o carnaval de 1946, diante da situação que assolava não apenas o Paraná, mas o Brasil, manifestava-se o cartunista Eloy de Montalvão com sua personagem **fumaça**, em **Carnaval da Vitória**, em **charge** bem oportuna:

"Este é o cordão da fuzarca
Pucha a fila de arrelia
Essa sambista de marca
- Madama Democracia

Com ela o burguês, pançudo
vai acêso no cordão, dizendo -
'Eu estou por tudo. Nem tem cordas o meu violão...'
Quebrando, toca pandeiro um agricultor no asfalto.
Esse pessoal marmiteiro hoje é fã de gente do alto...
Proliferam 'novos ricos'
Açambarcar é a divisa.
Os 'mandões' fazem seus 'bicos' e o povo que coma brisa...
A 'moamba' do açúcar rasga as unhas e tudo engole. Há tubarão que se engasga de tanto comer no môle!
Carne? Agora só pescoço, com um desaforo de nhapa. Quem quizer que coma osso e depois... queixe-se ao papa.
Fumaça e a trupe da malandragem aderem a farra.
- 'Pessoal isto vai à garra... desgraça pouca é bobagem'."⁷

"Onde há fumaça há fogo", já dizia o provérbio.

1.2 COMISSÃO DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Ainda em 1946, o general Anápio Gomes, coordenava a mobilização econômica do país, que nos anos de guerra teve importância básica na ação governamental de orientar os custos e gastos, a fim de conduzir de forma objetiva o país no acontecimen-

to de qualquer eventualidade.

Segundo o general, tal coordenadoria, se devia extinguir em outubro/novembro de 1945⁸. Mas, diante das dificuldades voltadas às questões econômicas relacionadas aos preços, abastecimento e aos salários, esta coordenação, preocupada com estes aspectos sociais, se viu obrigada a uma sobrevida de sete meses.

A questão principal desta permanência, se dava às dificuldades decorrentes do aumento de salários, que acabou por elevar o preço dos gêneros ao consumidor.

No mesmo período, Canadá, Inglaterra e Estados Unidos, passavam por dificuldades econômicas semelhantes, realizando rígido controle de preços e provendo a redução dos altos índices inflacionários.

O governo brasileiro, representado nesta questão pelo General Anápio Gomes, achou estas medidas pouco práticas e de caráter elitista. Se bem que o General, ao fazer a comparação do Brasil com países como o Canadá e Estados Unidos, corria um grande risco, pois no período a economia brasileira era incipiente demais para ser comparada a tais potências. Outra das justificativas utilizadas foi a de que os obstáculos oferecidos pela contenção de despesas é que tivera provocado a II Guerra Mundial.

Fica clara a reação do governo com relação a produtores e consumidores, aumentando salários daqueles, mas não querendo segurar preços destes, pelo menos em porcentagens pequenas.

A medida **prática** tomada foi a de convocar uma reunião para discutir com representantes das classes produtoras - indústria, comércio e agricultura - os rumos que tal conjuntura

fornecia. Nessa reunião, se procurou discutir a baixa dos gêneros de qualidade essencial. E no bojo destas questões que foi criado a Comissão Central de Abastecimento e Preços, entidade que permearia de maneira total os rumos da batalha do abastecer, preços e reclamos.

As normais iniciais desta Comissão era de estabelecer preços certos para as utilidades, sem apresentar qualquer outro tipo de intervenção. Para a instituição, o problema do abastecimento deveria melhorar sensivelmente. O que se daria de forma mais demorada, seria o controle de exportação de gêneros alimentícios e o abastecimento da carne e açúcar. Tomava como base os meses de março e abril de 45, para a não existência de nenhum tipo de controle, como se fosse possível adivinhar a futura variação econômica, sem esta ser fundamentada em estudos. E pelo que tudo indica, ainda em 1947, segundo os debates da Assembleia Legislativa, ou mesmo as palavras do Sr. Lacerda Werneck (PR), as previsões não se evidenciaram.

Quanto ao gênero específico carne, segundo a Comissão Central de Abastecimento e Preços (COAP), no ano de 1946 se dariam cinco ou seis dias semanais de distribuição às populações urbanas, pois os rebanhos se encontravam em situação ainda difícil.

Quanto aos preços cobrados em exorbitância, deveria ficar a cargo do Serviço Especial de Abastecimento e Preços do Distrito Federal (RJ), com fiscalização da polícia. Burocraticamente perfeito. Criava-se, evidentemente com novo nome, mais um órgão regulamentador, desnecessariamente, respeitando assim a hierarquia da burocracia, a divisão entre o planejar e o executar. É o controle e o administrar unidos, realizando o seu

dirigir social das relações desiguais, principalmente quando a população não aparece neste cenário, de maneira contundente. Existe quase que um esterilizar da sociedade. Neste sentido o sistema organizacional transforma o consumidor e a própria realidade em um imaginário, falseando o real, absorvendo o modo de pensar do poder, contendo a desobediência civil. Aqueles que foram lutar pela Pátria e suas famílias, agora queriam comer carne a preços módicos e havia também os que desejavam vender a tais preços.

No Paraná, em 1946, na Interventoria Doutor Brasil Pinheiro Machado, era criada a Comissão Estadual de Abastecimento e Preços (COAP-PR). Estavam presentes no Palácio São Francisco os representantes do comércio, indústrias, consumidores e jornalistas, a fim de se dedicar ao abastecimento e ao custo de vida, nas pessoas de Brasil Pinheiro Machado (interventor), Dr. Pretextato Taborda (Secretário da Fazenda), Dr. Oscar Borges de Macedo (Secretário do Interior, Justiça e Segurança Pública), Sr. João Cândido Pereira Filho (Secretário de Agricultura e Comércio), Dr. Flávio Suplicy de Lacerda (Secretário de Obras Públicas e Viação), Dr. Algacyr Munhoz Mäder (Prefeito, Diretoria da Associação Comercial do Paraná), Martinho Diogo Teixeira (Presidente da Associação dos Funcionários Públicos), Dr. Raul Carvalho (Presidente da Cooperativa dos Ferroviários), Dr. Paulo Franchi (Rotary Club), Cel. Hildebrando de Araújo (proprietário de **O Diário da Tarde**), Caio Machado (Diretor do **Diário do Paraná**), Dr. J. Migiatti Sobrnhó (Diretor Geral Interino do Departamento de Municipalidades e proprietário do Jornal **O Dia**), Dr. Lauro Scheleder (**Gazeta do Povo** - Moinho Paranaense), Dr. Roberto Barrozo (Diretor do **Diário da Tarde**), Dr. Na-

tálio Santos, Guilherme Lacerda, Aristeu Bitencourt, Dr. Hasdrubal Belegard, Benjamin Zilli, Dino Bertoldi. E como apontava o jornal,⁹ "... representante do Sindicato dos Leiteiros, e outras pessoas e representantes cujos nomes **não nos foi possível noticiar**" (grifo do autor).

Levando em consideração a questão da representatividade, a população esteve em desvantagem, assim como os produtores e consumidores de carne. Talvez estivessem na parte que diz: "... e outras pessoas e representantes que não nos foi possível...".

Apesar da pouca representatividade popular, os propósitos do Interventor Brasil Pinheiro Machado eram claros: resolver o problema do abastecimento, evitar o câmbio negro e promover o barateamento do custo de vida.

A Organização Estadual de Abastecimento e Preços, está imediatamente atrelada à regra geral para a criação de órgãos desta espécie na Federação. Promulgadas pelo Governo Federal, a exemplo da Comissão do Rio Grande do Sul, e com base em seus estatutos, fora criada a COAP (PR). Com um superintendente nomeado pela Interventoria e com plenos poderes executivos (nomeando fiscais, funcionários), o órgão deveria iniciar a partir daquela data as suas atividades.

Para compor a COAP, foram empossados os senhores: João Cândido F. Filho (Secretário da Agricultura) como Presidente da Comissão; Hidelbrando de Araújo, Hasdrubal Belegard, Brasília Mota Machado, Alfredo Santana, Sila Santerre Guimarães, Natálio Santos, Abílio Abreu, Arnaldo Azevedo, Lineu Amaral, Gaspar Veloso, Lauro Scheleder. Eram estes os homens (caracterize-se a ausência das mulheres nestas decisões) que, a partir daquele momento, tomariam a dianteira das questões do abastecimento da

carne e outros gêneros de necessidades.

Para esta **comissão de homens**, o que estava por favorecer o câmbio negro era a falta de transporte ea inexistência de um órgão público que fiscalizasse o câmbio.

Não nos devemos esquecer, no entanto, que existia desde os períodos da guerra, uma coordenadoria para cuidar das eventualidades, que fora dirigida durante longo período pelo General Anápio Gomes, também criador da referida comissão, tanto em nível estadual como federal, como já citamos aqui. A prática do grupo de trabalhos era de identificar os produtos que mais sofriam altas. Naqueles dias os produtos que davam mais preocupações eram: café (vendido mais caro que no Distrito Federal), açúcar e carne. Para o problema do café não fora apresentada proposta alguma de controle, mas no que diz respeito ao açúcar, a comissão propunha fazer fiscalização na fonte produtora, onde, segundo eles começava a alta. Quanto à carne era necessário que se segurasse o **Trust***

Segundo o Coronel Hildebrando de Araújo, dever-se-ia classificar os produtos nos açougues pelas suas qualidades com preços variáveis.¹⁰ Nascia no Paraná a carne preço/qualidade (1ª, 2ª e 3ª). Outra das preocupações da comissão era a obtenção de frete especial junto à Rede de Viação Paraná/Santa Catarina, a fim de que os produtos alimentícios tivessem isenção de impostos. A limitação de lucros, os bondes, a luz elétrica, a falta de casas, a alta da lenha, aves e ovos, eram outros caminhos utilizados para fiscalização durante os anos quarenta, por aquela sociedade.

* TRUST - Associação Financeira que realiza a fusão de várias firmas numa mesma empresa (N.A.).

1.3 A CARNE - DA DITADURA AO CONSERVADORISMO

Quando Getúlio Vargas perde o poder em outubro de 1945, a maioria dos preceitos de sua reforma constitucional caem por terra.

Com a eleição de Eurico Gaspar Dutra, em dezembro daquele mesmo ano, os acontecimentos tenderiam a mudar. Tanto que, já em abril de 1946, o presidente eleito assina decreto-lei, dispondo sobre o controle de preços e criando órgãos reguladores de preços a fim de impedir o encarecimento da vida, colocando abaixo todos os aumentos evidenciados desde quinze de fevereiro.

Seguindo esta linha de raciocínio é que o presidente faz formar, na mudança do nome, a CCP - Comissão Central de Abastecimento e Preços*, em substituição a COAP - Nacional (Comissão Nacional de Abastecimento e Preços).

Esta comissão, presidida, pelo Ministro do Trabalho, tinha como função, ditada pelo Decreto-Lei nº 9.125 - abril/1946, tabelar os preços. Tal órgão teve, no início, como secretário, o Sr. Júlio Barata. O ministro tinha plenos poderes de mando e, se desejasse tomar medidas em caso de emergência, poderia fazê-lo, avisando a comissão em momento oportuno.

A CCP instalou-se no dia 24 de abril de 1946, em solenidade dirigida por Eurico Gaspar Dutra no Palácio do Catete no Rio de Janeiro.

Outras medidas foram tomadas, como a da criação das De-

*Composta por: Consultor do Instituto Nacional do Pinho, Sérgio Augusto Boisson; Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério da Justiça, Cincinato Galvão Ferreira Chaves; Mário Lacerda Melo; Engenheiro Técnico do Instituto do Sal, Francisco Assis Gondim Menescal; Representante da Indústria, Guilherme Vidal Leite Ribeiro; Jornalista Augusto de Freitas Lopes Gonçalves; Tenente Coronel Messias de Mendonça; Secretário Geral de Finanças da Prefeitura da Capital, Paschoal Raimer Mazilli; Representante do Ministério da Viação, Jair Rego de Oliveira; Representante da Cooperativa Estrada de Ferro da Leopoldina, Hernani Assis Silveira; Representante dos consumidores; Representante do Ministério da Agricultura - Kurt Rapsold; Representante do Imposto de Consumo, Arthur S. Magalhães.

legacias Policiais de Economia Popular, através do Decreto-Lei nº 458. Este Decreto-Lei compunha-se de tais artigos:

Art. 1º - Fica criada a Delegacia Policial de Economia Popular, subordinada diretamente ao Departamento de Segurança Pública, da Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública.

§ único - Dentro do prazo de 30 dias, a referida Secretaria submeterá a aprovação do governo do estado e sua regulamentação geral, no qual serão definidas e especificadas as atribuições da delegacia, ora criada.

Art. 2º - É criado, na tabela I da parte permanente do quadro geral do funcionalismo público, um cargo isolado, de provimento em Comissão, de delegado de economia popular, padrão P.

Art. 3º - A despesa decorrente da execução do presente decreto lei, será atendida com os recursos da conta corrente do mencionado quadro.

Art. 4º - O presente decreto lei entrará em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.¹¹

Desta forma, as preocupações com o abastecimento, que já haviam surgido no período das interventorias do Estado Novo, agora se tornam mais autoritários e organizadas. As questões ligadas ao tema, na sua grande maioria, seriam policiadas. Quaisquer atividades ilícitas referentes ao fator abastecimento deveriam ser resolvidas na polícia. Com esta medida, a população ganha um órgão regulador, voltando sua repressão aos que reclamam e não apenas aos reclamados, prática comum aqueles momentos democráticos do cenário político nacional.

Quanto ao Paraná, a publicação do decreto-lei fez com que imediatamente as autoridades se mobilizassem para pôr em prática também uma delegacia regional. Sem menos demora saiu o Decreto-Lei nº 2.310:

Art. 1º - A Delegacia Policial de Economia Popular criada pelo Decreto-Lei nº 458, de 3 do mês corrente, tem por fim a apuração, processamento e repressão dos crimes contra a economia popular.

Art. 2º - A Delegacia Policial de Economia Popular (DPEP), compõe-se de um delegado de economia popular, um escrivão de polícia, dois auxiliares de escritório, dez agentes de polícia e um motorista.

Art. 3º - A DPEP compreende: Secção de Queixas (SQ), Secção de Fiscalização de Preços (SFP), Secção de Localização de Imóveis (SLI), Secção de Usura (SU).¹²

Quanto ao decreto lei do Paraná, já se percebe alguns avanços. Agora o delegado, de simples coordenador dos trabalhos policiais, passa a ser chamado Delegado de Economia Popular, o que lhe confere, ou pelo menos deveria, algum conhecimento técnico de economia. Outra das novidades, é a secção de fiscalização dos preços, dando aos consumidores a oportunidade de terem ouvidas as suas queixas, ou mesmo, a possibilidade do cumprimento das tabelas. Por outro lado, esta delegacia é de grande mobilidade, afinal, julga-se poder ir a qualquer lugar, como sugere a secção de imóveis, a qual demonstra esse aspecto móvel.

A delegacia traz, nas suas divisões, através de secções, o popular, no sentido de ser simpático ao povo, procurando demonstrar que pode ir e vir. Democrático, mas populista. Entendendo-se populismo aqui, como caráter de quem detém o poder por alguns instantes, sem ser necessariamente seu proprietário. Diferente de entender o populismo como caráter de classe, resultado de condições particularmente históricas, do terreno de desenvoltura da luta de classes.

Enquanto as autoridades preocupavam-se com o estabelecimento de órgãos de controle para reter o aumento de índices, a **charge** de Eloy, mais uma vez era oportuna, e vinha estampando

a primeira página do matutino, em "Será o Benedito":

Washington - O ex-presidente Hoover, anunciou que partirá esta semana para a América do Sul num apelo por maior contribuição alimentar para enfrentar a escassez, nos países devastados pela guerra. (dos jornais)
 - Mas nos está faltando carne, açúcar, arroz, farinha de trigo, pão e ainda "seu" Hoover quer alimentos para a Europa?
 - Se Hoover sobra no câmbio negro nós mandaremos! ...¹⁴

A **charge** é sensível, não só pela irreverência que oferece ao envolvimento do Brasil de forma tardia na II Guerra Mundial, mas também pela crítica demonstrada ao abastecimento de carne, em especial quando ocupa a primeira página. Sem contar que, se o mesmo jornal não atacara o governo interventor, agora promove o governo Dutra, no sentido de enaltecer os produtos que faltam, e que são o principal alvo das comissões de preços, ou mesmo da Delegacia de Economia Popular, caracterizando os comerciantes, produtores, os norte-americanos ou mesmo o governo anterior, como verdadeiros **tubarões***, do gênero, "Sovinice":

A fiscalização da Comissão de Tabelamento vem atuando vários infratores gananciosos para serem processados. (dos jornais)
 - E porque o Sr. cobrou 50 cruzeiros por bife?
 - Porque os fregueses são uns sovinas, não querem pagar mais, Sr. juiz!...¹⁵

Seguindo a linha das designações e decretos para o estabelecimento das comissões e portarias, das delegacias populares de abastecimento, o Município de Curitiba não ficou atrás e também estabeleceu sua comissão municipal, que acabou por ter

* Pessoa que agia de forma comercialmente gananciosa.

vida efêmera.

Foi na administração Algacyr Munhoz Mäder que esta se deu, e acabou devido aos altos preços que se desencadeavam naqueles dias. Não podendo suportar os aumentos, não possuindo meios para fiscalizá-los, desestruturou-se, mesmo porque é praticamente inviável um município querer controlar preços que são ditados pela Federação.

As relações econômicas de um município interdependem das do Estado, principalmente quando este município é a capital estadual. Os representantes da entidade* foram empossados no dia 1º de agosto, e no dia 22 do mesmo mês apresentavam suas demissões à prefeitura, e não mais se ouviu falar desta entidade. A Associação Comercial do Paraná, se fez manifestar para dirigir o movimento de contenção dos preços dos gêneros, a fim de, seguido eles, colaborar com os pedidos do governo. Era desta forma que o delegado de economia popular pedia os préstimos daquela Associação.

Forçado pelo caos em que se encontrava, nada mais justo do que se aliar ao inimigo e pedir sua ajuda. Provavelmente os seus dez agentes, e o único motorista, não dariam conta de autuar preços para bens móveis e imóveis. Bernardo Amaral Wolf, integrante da Diretoria da Associação Comercial Paranaense, foi um dos primeiros a dar o aval às palavras do delegado, alagando que se estavam em situação difícil, não se devia àquela classe honesta, mas sim aos atravessadores.

*Representante dos consumidores: José Pereira de Souza, Ubiratam de Matos; Representante do Comércio: Alberto Glaser; Indústria: Arthur Rodolfo Senff; Agricultura: Arlyndo Loyola de Camargo; Pecuária: Francisco Shaffer; Representante da Prefeitura e Presidente da Comissão: Abílio Monteiro.

A solução proposta era uma só, o governo apoiar o registro de uma compra em comum, visando a supressão dos desonestos.

Na realidade, estas propostas colocam lado a lado em sua ação, tanto governantes quanto comerciantes governados. Se um procurasse apoio no outro, a população teria muito pouco de quem e para quem reclamar. Diante desta situação, afinal de contas, quem estava cobrando mais? De quem eram os planos econômicos? Quem era o atravessador? O consumidor?! Deve-se ressaltar que, por ocasião do desmembramento da Comissão Municipal de Fiscalização, a Associação Comercial só se manifestou um mês depois e o Governo, não se pronunciou, deixando de fazer as colocações pelas vias populares de fato. Parece que o problema é que corria atrás da administração municipal e dos comerciantes.

Se por um lado, a Associação Comercial tentava tomar a dianteira do problema, por outro, o governo federal procurava impor algumas normas de racionamento da carne, através de portarias de âmbito nacional, como a 561, de 14 de agosto de 1946. Esta portaria estabelecia o racionamento da carne, dadas as suas dificuldades de produção e os preços exacerbados.

Por outro lado, já se viu aqui que, quanto às discussões desta questão, a situação não era das melhores. Esta era a idéia que passava, dadas as sucessivas formações de instituições reguladoras de preços e quantidades. Havia uma mobilização de todos os lados, desde a federação até a municipalidade e seus órgãos administrativos. Porém, o Estado afirmava não estar em situação tão difícil, afinal podia comprar gado de São Paulo, e ainda ter produção estadual para satisfazer o abastecimento local. Este foi o motivo pelo qual o dirigente do Estado do Paraná, João Cândido Ferreira Filho enviou telegrama refutando aque-

la portaria:

A execução da portaria de V.Exa. nº 561 de 14.08.46, relativa ao racionamento e distribuição de carne bovina neste estado, será levado a efeito pelas autoridades competentes, tão logo ultimadas medidas indicadas sua efetivação, resultado reunião havida entre os interessados diretamente fornecimento gado e autoridades DIPOA encarregada execução, permite apresentar a V.Exa. seguintes considerações qual submetida na elevada apreciação de marchantes desta cidade (capital), alegam para o consumo normal da população, parte da qual já compra do Estado de São Paulo e restante a ser feito em gado Paraná, cuja safra já começará em outubro próximo. Tendo impressão que nestas condições racionamento imediato da carne verde acarretará descontentamento agravado com certeza existência estoque, gado gordo necessário abastecimento estoque para abastecimento desta capital até fim corrente ano consulto V.Exa., possa ser adiada exec. portaria a partir do primeiro vindouro, permitindo destarte autorizar desde já realizar estudos prévios e seguros, que permitem conciliar interesses marchantes, retalhistas e pop. Respeitosas saudações - João C. Pereira Filho¹⁶

A atitude tomada aqui foi a de querer agradar a **gregos e troianos**, ou seja, se existia gado gordo, porque não vendê-lo à população a preços normais? E se a produção dava para o abastecimento até o final do ano, por que todo o alarde? Dinheiro parecia existir em grande quantidade, afinal já se percebera em momentos anteriores que não era lá muito fácil ou barato comprar o produto em São Paulo. Ao menos era o que se falava. Na realidade a questão vai mais longe do que dar respostas a estas perguntas.

Quando no telegrama enviado ao Ministério da Agricultura se diz que estudos devem procurar a conciliação dos problemas dos marchantes e dos retalhistas, ou mesmo da população, se es-

quece que o marchante, o que leva o produto até o retalhista para a distribuição ao consumidor é, na realidade, o grande atravessador, obtendo os maiores lucros.

Quando os produtores dizem que tem estocados o gado gordo, é porque não deve estar difícil mantê-lo até a subida do preço, e o governo poder comprar de outros estados (SP). Há para o marchante, o atravessador escolher para onde fazer o transporte. Desta forma também o retalhista procura retirar o seu quinhão, alterando tabelas invertendo qualidades do produto. Fica à população consumidora os menores proveitos; mesmo porque, aonde reclamar naqueles dias não muito democráticos?! Na delegacia de economia popular aos seus dez agentes? À Comissão Municipal que tivera vida tão curta? Ou à própria Associação Comercial?

O assunto estava sendo discutido de forma pouco séria; os consumidores eram citados apenas com a finalidade de justificar medidas tomadas pelo governo. Outra das faces da portaria municipal era a de fazer o racionamento a fim de parar de discutir o porquê das dificuldades.

Tentando coordenar o abastecimento de forma favorável no país, o conclave de Uberaba (MG) já demonstrara que a situação era generalizada. Não adiantava comprar gado de São Paulo e ter produção aqui, se outros estados tinham dificuldades, a exemplo do Rio de Janeiro¹⁷ e Rio Grande do Sul.¹⁸ Era como olhar para o **próprio umbigo** e assumir atitudes conservadoras, como se o Paraná não estivesse inserido na economia nacional e quicá mundial.

Conserva-se desta forma, a morosidade do período interventor, onde os problemas eram discutidos de cima para baixo,

falseando o ideal democrático e obtendo pouca solução. Haja vista a criação da Cooperativa de Laticínios Sul Brasileira Ltda., na Interventoria Manuel Ribas.

Ainda no período João Cândido Pereira Filho, como Governador substituto, a Delegacia de Economia Popular, representada por Levy Lima Lopes, manifestou o seu repúdio quanto aos altos preços. O câmbio negro também foi alvo de suas preocupações. Esta delegacia através de suas reuniões, tentava sensibilizar a população para que esta também fiscalizasse as irregularidades, a fim de que a escassez de produtos não se tornasse ainda maior. A atitude tomada, foi a de se fazer cumprir as tabelas baixadas para todo o país, baseadas nas de São Paulo. Entre as medidas prioritárias, estava a perseguição aos fora da lei, onde todas as delegacias deveriam assumir função punitiva. As fotos dos contraventores deveriam ser publicadas em jornal de circulação estadual. Os cooperados, sindicalizados e os associados de classes também foram convidados a colaborar. Realmente as atividades desta delegacia, ao menos em seus momentos iniciais, foi incisiva.

Naquele outubro de 1946 foram autuados alguns comerciantes e sonegadores, tais como o Sr. Fernando Egg que, estabelecido à Rua Mateus Leme, vendia feijão preto, que nem mesmo estava entre os produtos de fornecimento difícil, a preços elevados. A Sra. Olga Marinho não deixou por menos, foi lá e denunciou. O Sr. Reynaldo Garmater foi outro dos autuados em flagrante delito. Em seu tradicional açougue da Mateus Leme ia vendendo à Sra. Aurora Guimarães, 0,665 Kg de carne pela exorbitância de Cr\$ 4,00 (quatro cruzeiros). Já a empresa Irmãos Giacomassi & Cia. tentou atravessar banha colonial como se fora refinada, ao

preço de Cr\$ 10,50 (dez cruzeiros e cinquenta centavos), o quilo. A vítima foi a feirante Ignácia de Oliveira.

A maneira escolhida pela Delegacia, sugerida pela população curitibana, era a da denúncia pessoal ou através de telefonemas. Aliás, os telefonemas em sua forma anônima, posteriormente, acabará por se tornar a prática escolhida de adesão à greve branca de 1952, em prol do barateamento dos preços da carne e regularização de seu fornecimento.

Nos extertores do período interventor do Paraná, a questão do racionamento da carne, ocupava as páginas especializadas em abastecimento, a discussão era a de que poderia faltar carne nos anos seguintes, portanto o racionamento se fazia necessário. Mesmo porque a questão não diz mais respeito aos órgãos alheios à pecuária, ou ainda às questões de preços e quantidades entregues ao consumo, mas a quase inexistência de gado nas regiões próprias de tal prática. Os estudos realizados pelo Ministério da Agricultura, no mês de julho de 1946, demonstraram que a continuidade de matança do gado bovino (Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso), traria problemas graves, e mesmo a falta principal do produto nas principais cidades do país. Porém, há que se levar em consideração aqui, que o comércio internacional, desde que esta situação econômica se apresentou, não foi interrompida. E provavelmente a carne de exportação apresentava-se bem melhor que a vendida à população. Afinal, como concorrer no mercado externo, se não por esta via?

O Paraná, principalmente no Norte, não deveria ser atingido por tais problemas, como já vimos em outras passagens, pois tinha gado gordo de sobra. Seria o gado de exportação? O Sr. Jaziel Lagos, Representante do Ministério da Agricultura no Para-

nã, usava como justificativa que o aumento verificado, na existência de gado gordo, não comportava um consumo diário ou mesmo regular da população do Paraná, e que só a capital vinha se mantendo, com uma média anual de matança de 35.564 bovinos. A justificativa do Ministério da Agricultura é contraditório, principalmente quando diz que Curitiba se mantém bem abastecida de carne, porque, afinal, é na capital que os maiores problemas acontecem. É só folhear os periódicos da época, ou recordar os sonegadores da carne e da banha, dita refinada, neste mesmo texto.

Outra das justificativas utilizadas pelo Sr. Jaziel Lagos¹⁹ era a de que os verdadeiros fornecedores do Paraná eram o Triângulo Mineiro, Mato Grosso e Goiás. São Paulo não, pois fez apenas o papel de invernista e não de criador. Desta forma, fica difícil assumir que as questões não digam respeito aos preços.

Parece muito mais que as informações eram descontraídas, que a existência do problema era real, se levar em consideração as palavras daquele senhor ou ainda que os atravessadores eram muitos, bem além dos que apareciam.

O boi leva um tempo considerável para que possa ir ao corte (4 a 6 anos). Portanto, o racionamento de três dias proposto pelo Governo, com certeza não resolveria o problema e muito menos aliviaria a situação, que pela ênfase dada se propunha caótica. Racionamento semelhante já se havia verificado em cidades populosas (São Paulo, Campinas, Santos, Santo André, etc.) do Estado de São Paulo. Como se explica que só neste momento o Paraná seja atingido? Afinal, não era São Paulo apenas um invernista? Parece atitude descabida engordar gado para ou-

tros Estados e sonegar em suas principais cidades! O poder público não foi feliz no tratamento de tais questões.

Indiscutivelmente, fazer um alarde para um racionamento de três dias não é a atitude política mais sábia, a não ser quando se procura não irritar ainda mais uma população de descontentes. Mas, como descontentes, se Curitiba tem gado para o consumo? Se o Norte do Paraná produz gado gordo para o consumo?! Se o mercado paulista mantém o restante do consumo enviando 70% do percentual consumido, mesmo que não forneça sua região?!

A diminuição das reservas de gado se dá já desde o ano de 1938,²⁰ sem que fosse dada importância maior para o problema. De 1930 a 1938 se verificou um aumento, passando de 34.211 a 41.883.740 cabeças naquele ano, processando-se uma queda de 34.392.419 cabeças. Em Minas os percentuais foram de 11.166.000 para 7.768.245. O Mato Grosso, um dos maiores produtores em 1930 (2.831.667 cabeças), passou para 2.675.000 em 1938, e em 1940 sua produção caiu ainda mais, perfazendo um mínimo de 2.360.278.

A título de exemplo, mesmo em 1930, quando os índices em relação aos anos posteriores, eram considerados elevados, a população reclamou falta de carne. Ela existia, mas não saudável ou com frequência em sua mesa.²¹

O momento de racionar se fez presente, não pelo consumismo avassalador dos consumidores habituais, mas sim pela exportação de bifes das melhores carnes, e da matança de novilhos, sobrando o gado duro e velho, utilizado muito mais para a produção do leite, que por sua vez era também escasso por estas paragens.

O ato de exportar gado saudável, a dificuldade da engorda e os marchantes, fornecem desdobramento negativo à popula-

ção: o racionamento, mesmo que pelo período ilusório de três dias, como se a medida resolvesse o impasse.

Assim, aprouve ao governo, depois de estudos **meticulosos** realizados, decretar o interrompimento no fornecimento de carne. Esta medida foi discutida desde 20 de julho de 1946. Tal atitude, diferente de atingir apenas consumidores, atingiu também produtores e invernistas, e em especial os paranaenses.

O procedimento de suspensão no fornecimento viria por prejudicar os fazendeiros do Paraná no que diz respeito a:

I - pobreza dos campos nativos do Estado, não comportando mais de uma rês por alqueire de quatro mil e duzentos metros quadrados no verão;

II - no inverno, a capacidade sofre decréscimo pela ocorrência de ventos e geadas, crestando os campos emagrecendo o gado, diminuindo os negócios e forçando a maior necessidade de importação;

III - as condições sasonais, fazem com que o comércio se dê nos meses de setembro; durante o verão o pasto é beneficiário de gado gordo, de sorte que já no de dezembro está em condições de abate; mantém-se até o final de abril, quando iniciam a fase declinar;

IV - a portaria municipal* do racionamento, impede o produtor de comercializar o animal de corte antes da época de frio;

V - neste instante, os campos de criar se encontram repletos, necessitando ser comercializados até o final de maio; afinal o gado volta a engordar só após o inverno, e mais, o fato de os pastos estando abarrotados, faz necessária a liberação do gado gordo;

VI - muitos criadores tinham contas na carteira de crédito

* Portaria Municipal nº 711 - 11/12/1946.

to agrícola e pecuária dos bancos; assim mesmo os fazendeiros mais ricos seriam obrigados a desocupar as pastagens, para colocar novas tropas.

Percebe-se aqui, que o racionamento não vinha sendo bem visto pelos produtores, principalmente quando estes eram atingidos diretamente e apresentavam motivos muito bem fundamentados. Além disso, fica claro que o racionamento da carne não tinha razão de se dar em virtude da sua existência em abundância (segundo os produtores).²² Mas, e a inexistência de carne nos açougues? E a exorbitância nos preços? Sem dúvida alguma, estes dois motivos principais eram resultado de uma jogada cambial de entre-safra, a fim de que o gado de corte atingisse um maior valor. Advinha daí a fila para compra e exploração do mercado negro, de tal sorte que, no Paraná, com ou sem portaria, estava criado o impasse. Qualquer atitude tomada gerava efeito contrário e o consumidor continuava desorientado. Além do mais os criadores (Municípios da Lapa, Piraquara, Mangabeira, Palmas, Londrina, São Mateus do Sul, Ponta Grossa, Palmeira, Piraí Mirim, Rio Negro, etc.) estavam organizados em suas associações e os compradores ainda não.

A suspensão da portaria, no entanto, não aconteceu como pretendiam os criadores, e a carne desapareceu das prateleiras dos açougues e feiras. Ela teria desaparecido de uma forma ou de outra.

Os procedimentos de economia política tomados no período sem sombra de dúvidas, foram impostos à população de forma geral, fossem eles produtores ou consumidores. As tomadas de posição, sempre vieram de cima para baixo, pois o governo detinha todo o controle da situação. Os caminhos pseudo-democráti-

cos, tomados para resolver as situações de falta de produtos e bens essenciais, tiveram apenas o intuito de conter a manifestação de política contrária, dando à ditadura um aspecto ainda mais conservadorista. Exemplo típico de tais procedimentos, entre tantos, foi o telegrama divulgado pela **United Press**²³ procedente de Washington, noticiando que os governos brasileiro e argentino protestavam junto ao governo mexicano, por este suspender as aquisições de gado do Brasil.

O Itamarati, por sua vez, se defendia, dizendo que a discussão do gado brasileiro exportado para o México, estava sendo discutida cordialmente. Cordial ou não, o que interessa aqui, é que o Governo Federal já dissera em momentos anteriores já ter suspenso a exportação da carne, e que as dificuldades enfrentadas com relação ao produto, se davam também por aí.

Sendo assim, ditadura, conservadorismo e sonegação de informações andam juntas, reafirmando cada vez mais as relações de poder.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹LINHARES, Temístocles. **Paraná vivo: sua gente, sua vida, sua cultura.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

²BOLETINS DO SERVIÇO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. Curitiba, 1951 e 1952.

³SAINT HILAIRE, Auguste. **Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina.**

⁴COOPERATIVISMO E PECUÁRIA. **O Dia**, Curitiba, 21 mar. 1945. p.4.

⁵FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 5.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1985. p.XVI.

⁶NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA: AS RAZÕES DA FALTA DE CARNE. **O Dia**, Curitiba, 26 jul. 1945. p.8.

- ⁷CARNAVAL DA VITÓRIA. *O Dia*, Curitiba, 03 mar. 1946. p.1.
- ⁸FALA O GENERAL ANÁPIO GOMES SOBRE A COMISSÃO DE PREÇOS E AUMENTO DE SALÁRIOS. *O Dia*, Curitiba, 11 set. 1945. p.6.
- ⁹SOLUÇÃO OBJETIVA DOS PROBLEMAS DO ABASTECIMENTO E CUSTO DE VIDA. *O Dia*, Curitiba, 19 mar. 1946. p.8.
- ¹⁰COMISSÃO ESTADUAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS. *O Dia*, Curitiba, 02 mar. 1946. p.3.
- ¹¹CRIADA A DELEGACIA DE ECONOMIA POPULAR. *O Dia*, Curitiba, 04 jan. 1945. p.3.
- ¹²DIÁRIO OFICIAL. 23 maio 1946. p.1.
- ¹³MOTTA, Francisco C. *O que é burocracia*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- ¹⁴SERÁ O BENEDITO. *O Dia*, Curitiba, 23 maio 1946, p.1.
- ¹⁵SOVINICE. *O Dia*, Curitiba, 11 jul. 1946. p.1.
- ¹⁶RACIONAMENTO DA CARNE: NÃO SE RECOMENDA A AÇÃO DA MEDIDA. *O Dia*, Curitiba, 03 out. 1946. p.3.
- ¹⁷AS ATIVIDADES DO GOVERNO PARA BAIXAR O CUSTO DE VIDA: GADO PARA O RIO. *O Dia*, Curitiba, 07 abr. 1946.
- ¹⁸INSTALA A COMISSÃO CENTRAL DE PREÇOS: BAIXA GERAL NO MERCADO GAÚCHO. *O Dia*, Curitiba, 25 abr. 1946. p.8.
- ¹⁹O RACIONAMENTO DA CARNE. *O Dia*, Curitiba, 08 jan. 1947. p.3.
- ²⁰O RACIONAMENTO DA CARNE. *O Dia*, Curitiba, 21 jan. 1947. p.4.
- ²¹A GREVE DA CARNE. *Diário da Tarde*, Curitiba, 25 jan. 1930. p.1 e 8.
- ²²O RACIONAMENTO DA CARNE. *O Dia*, Curitiba, 25 jan. 1945. p.2.
- ²³A EXPORTAÇÃO DO GADO BRASILEIRO PARA O MÉXICO. *O Dia*, Curitiba, 15 fev. 1947. p.6.

2. O GOVERNO MOISÉS LUPION ÀS VOLTAS COM O LEITE E A CARNE

Em março de 1947, o General Dutra aprovava a proposta da Comissão Central de Preços (CCP) quanto ao congelamento. Ela regulava tabelas e estabilidade para os gêneros de 1ª necessidade.

O procedimento de Eurico Gaspar Dutra vinha dar prosseguimento às medidas do Decreto-Lei nº 9.125, de 4 de abril de 1946, que em seu artigo 23 congelava os preços das utilidades essenciais, fixando-os no 15 de fevereiro de 1946. Era este o caminho seguido por estarem os preços uns em face dos outros. Portanto, como apenas alguns ter os preços regulados?! Desta forma surge no Brasil o sistema de congelamento.

Esta medida dava à população a ilusão da contenção do índice inflacionário, uma vez que nem todos os produtos considerados essenciais entram nesta faixa de bens não supérfluos de consumo. Mas o que é essencial em uma sociedade onde os salários nem mesmo conseguem comprar a carne? Ou a carne é tão cara que os seus salários não conseguem comprá-la? Mesmo com preços elevados, a carne sempre esteve entre as primeiras necessidades do Homem. Por outro lado ainda, a Comissão Central de Preços, tinha função chamada naqueles dias de **eminente técnica**. Essa função dava à CCP a apreciação de pedidos de aumentos; levando em consideração que, se tal ação não fosse desempenhada, sem o estudo dos custos da produção, a fixação dependeria

do arbítrio ou pressão das forças mais interessadas.

Neste cenário entram os agentes executivos da fiscalização. O fiscal passa a ser o intermediário, a figura de maior importância na contenção dos preços de todos os gêneros. O vigiar deveria ser feito não apenas nas fontes produtoras, mas também no atacado e varejo. A partir de agora os **olhos** do governo, representado pela Comissão Central dos Preços, podia ir a todos os lugares com o aval da população. Afina é ela que assina tal sistema, pois é a reguladora do mecanismo da reclamação.

Atrelado a estes mecanismos é que se sugere, através dos grupos de discussão da CCP, um serviço nacional de levantamento e estudos dos custos da produção. É criado mais um órgão de contenção dos preços.

Ainda no mês de março, quando Dutra se colocava favorável às medidas de congelamento, o Sr. Moisés Lupion não deixava passar por menos. É no Jornal **O Dia**, que tantas vezes defendeu aquele governante, que vêm estampadas as medidas saneadoras ao índice inflacionário.¹

A poucos dias de sua posse, era necessário que o governador tivesse com que justificar sua eleição e a manutenção de seu governo. Nesse sentido, por que não se apegar aos problemas e necessidades mais caras à cidade?! Os transportes eram uma das preocupações do governador, pois passavam por fase crítica. Porém, o centro de suas preocupações estava voltado para o problema do leite, e conseqüentemente da carne, já que, naqueles dias, o soja não nos dava a possibilidade de dissociá-lo da vaca.

Para justificar a regularidade, tanto no preço quanto no

fornecimento, o governador se apoiou na Comissão Estadual dos Preços. Tal órgão não fora criado por este governo, e ao contrário, fazia parte da esfera maior de interesses econômicos nacionais. Declarou ainda, que o povo estava dando inteiro apoio à mesma Comissão de Preços, decretando sempre o aspecto populista e demagógico daquele governo, como se pudesse falar pela população. A utilização do termo **povo**, ou **público**, utilizado pelo governador vem sempre como um enaltecimento falso. Tem-se sempre a impressão, quando se usa o termo **publico**, a fim de identificar um grupo social, de que se está citando **platéia que aplude um grande espetáculo**, o que no final de contas não deixou de ser.

Outro fator de importância deve ser salientado: o leite não poderia continuar com o seu fornecimento regular por todo o tempo. Afinal, o gado não estava gordo nem mesmo para o corte, que dirá para seiva. A exposição **sincera e clara**, para utilizar a expressão do jornal, na realidade acabará por se transformar de forma diametralmente oposta, em **desconexa sombra**.

O leite acabou por não ficar por muito tempo sem apresentar problemas. Talvez o otimismo exacerbado do governador, apoiado pelo público, enquanto platéia, tenha feito com que se pedisse a elevação do preço.

A majoração não ocorreu na medida em que o governo, **reconhecemos os méritos**, abriu discussão para o tema, ouvindo os problemas dos produtores de leite do Boqueirão.*

O período não era mais o de estiagem, característica não só da região de Curitiba, mas também de quase todo o Estado.

O farelo, com seus altos preços no mercado, não traziam proveito para o produtor, em função do baixo preço do leite.

* O Boqueirão é um região considerada Bacia Leiteira que mantinha a cidade de Curitiba e algumas regiões em torno do estabelecimento metropolitano.

Além disso, as dificuldades em conseguí-lo aumentava os entaves da manutenção da empresa leiteira pois, sem o farelo, não se tem alimentação para o gado leiteiro, principalmente quando os campos de verão já foram quase todos devastados e por haver necessidade de descanso do pasto para reposição do capim. A taxaço do preço do farelo, por determinação do governo a Cr\$ 19,00 (dezenove cruzeiros), em comparação com o litro do leite custar Cr\$ 1,50 (Hum cruzeiro e cinquenta centavos), criava situação de dificuldade.

Era impossível segurar por tanto tempo tal situação. O leite só podia desaparecer e seu preço exacerbar-se. A que se levar em consideração a questão dos transportes deficientes e da compra do farelo de outros moinhos. A produção leiteira do Bairro do Boqueirão em Curitiba, que se constituía de aproximadamente trezentas famílias, perfazia um total aproximado de mais de 70.000 garrafas entregues diariamente.

No entanto, as dificuldades enfrentadas por aqueles leiteiros voltaram-se para muitos caminhos. Havia falta de professores na escola pública, dificuldades de pavimentação nas estradas que davam acesso à Cidade de Curitiba e a inexistência de luz elétrica. Mas a dificuldade maior se colocava nos preços do leite e na manutenção do fornecimento do produto a níveis consideráveis. Como fazê-lo, se o aparelhamento básico falta? Estes foram os principais motivos desencadeadores em torno da questão do leite, diretamente ligado à carne.

É nessa medida que a palavra do governo, representada na pessoa de Moisés Lupion, não se fez hegemônica, podendo chamá-la muito mais de demagógica, na medida em que nos dias posteriores à sua eleição, dizia estarem os preços e o fornecimento

dos produtos regularizados. Evidente se torna a afirmação por vezes repetitiva, mas produtora: o governo, é na figura de seus governantes, se apropria da linguagem e dos reclamos da população, a fim de fazê-lo seu.

Se tais questões mais tarde foram resolvidas, ou melhor, se receberam algumas soluções, elas partiram dos concidadãos e das suas reivindicações, o que pode dar a impressão de um programa de governo, mas não o é. A característica aqui, é muito mais de mecanismos de poder.

Para a contenção da manifestação, o populismo entra em cena. Afinal:

Durante o tempo que ainda permaneceu em convívio com os colonos do Boqueirão, o governador recebeu várias manifestações de apreço, retirando-se por volta das 16:30 horas, depois que foi saudado em nome dos leiteiros, pelo Sr. Atílio Bório e que os presentes entoaram o Hino Nacional Brasileiro.²

As filas serpenteavam nas mercearias, açougues e armazéns. Os estudos econômicos voltados à análise da falta da carne, do leite, acusavam a guerra como causadora principal do desaparecimento destes e seus derivados. Bife, nem pensar! Osso, só como contra-peso. As porcentagens atingiram índices assustadores. Muitas foram as propostas feitas, inclusive as absurdas como a veiculada em alguns jornais, sobre a importação de gado da Inglaterra,³ considerado de ótimas condições. Porém, se a guerra foi a causadora das dificuldades, como se explica esta possibilidade de importação de seus produtos?! Mesmo porque a Inglaterra foi dos países mais bombardeados e destruídos através de incêndios, quase que de forma total. Apesar desta con-

trovêrsia, esteve no Brasil Mr. Wiliam Cavin, representante da Grã-Bretanha, a fim de tratar das relações de exportação/importação para o Brasil. Eles, na guerra, segundo o próprio Mr. Cavin, perderam 50% dos produtos. O gado leiteiro foi o que sobrou e fazia a base dos rebanhos. Interessante termos exportado para quem não tinha e ficarmos com pouquíssimo; e eles com a metade do que possuíam!

Agora se faz necessário importar. No entanto, sô as despesas de importação fariam o produto ainda mais caro. A prática adotada é a da dependência econômica e conseqüentemente social. A pouca clara medida tomada para o Brasil, no trocadilho, acaba por escurecer o leite no Paraná.

Dentro das cercanias do Estado, os leiteiros não podiam nem pagar o milho e farelo a altos preços, como já foi visto, quiçá as despesas de importação. O Paraná, estando atrelado às políticas econômicas nacionais, enfrentou dificuldades. As medidas aventadas para a nação eram caóticas, e no Estado elas não foram diferentes, já que são desdobramentos das anteriores.

Pensando-se em II Guerra Mundial, já que esta foi explicação dada por algum tempo para contenção no consumo, tenhamos em mente que o Brasil entrou tardiamente na guerra. A ganância com relação ao chamado gado *vacum*, já se dava pelos antigos caminhos da exportação, como no caso com o México.

Por mais que se pensasse na importação do leite inglês, o governo paranaense procurou continuar desenvolvendo as negociações com os leiteiros de Curitiba, e principalmente com os da bacia leiteira do Boqueirão, que detinham quase que por completo este mercado. O Sr. Francisco Maravalhas, então Secretário de Agricultura do Governo Moisés Lupion, entrou em entendi-

mento com a classe. As discussões foram no sentido de resolver problemas voltados para a forragem, irregularidades no transporte do produto forrageiro e doenças no rebanho leiteiro.

A partir deste momento, com o esclarecimento feito diretamente pelos produtores, começa a se deixar de lado as conjunções internacionais, ditas determinantes momentâneas.

Ficou acertado na primeira reunião efetiva entre leiteiros e a Secretaria da Agricultura que:

a) dever-se-ia obter crédito individual, através do sistema de carteira agrícola a fim de custear a aquisição de animais novos e armazenamento de forragem de inverno;

b) execução de plano de financiamento no Banco do Estado, para a aquisição de puro-sangues reprodutores de raça holandesa;

c) interferência da Secretaria da Agricultura para a compra de forragem a preço de custo na fonte produtora; organização da cooperativas de produtores de leite na Capital;

d) conseguir junto à Rede Ferroviária Federal, a concessão de favores concedidos pelo Decreto Federal nº 22.185 de 27 de novembro de 1946;

e) obter com a rede de viação, regularidade no fornecimento de vagões, destinados ao transporte de milho do Norte do Estado e das outras regiões;

f) intervir junto ao poder público, a fim de facilitar o pagamento facultativo de imposto obrigatório ao Instituto de Aposentadoria do Empregados dos Transportes de Carga;

g) divulgação e aproveitamento dos métodos científicos de inseminação artificial, para o melhoramento do rebanho, além de ampla assistência veterinária a todos os proprietários de

gado filiados à cooperativa.

Muitos eram os assuntos e reivindicações. O Secretário assumiu a promessa de resolvê-los, o que se perceberá em momentos ulteriores não ter acontecido.

Analisemos vários fatores. A obtenção de critério individualizado, pelo sistema de carteiras agrícolas(s), em vez de unir o ideal cooperativo, separava ainda mais os leiteiros, o que vem quebrar sua força, principalmente se pensarmos que o capitão não era nivelar. Portanto, os que tivessem mais posses, poderiam obter mais lucros. O que se contrapõe diretamente ao ideal cooperativo (c) da associação.

Para o governo essa é uma solução benéfica, na medida em que esvazia, em muito, a discussão política do tema. Quando se pretende financiamentos através do Banco do Estado (b), não se está apenas pleiteando a melhora da raça paranaense de gado através das holandesas, mas antes de tudo, dá o aval para que o poder público tenha direitos sobre o comércio de forma positiva ou negativa. Alás, de maneira ampla, os pedidos feitos pela classe ao poder público, permite que suas questões sejam dirigidas por caminhos nem sempre favoráveis aos leitores.

Se no período interventor as tomadas de atitude e toda a organização da sociedade se dava através de imposições sutis, de cima para baixo, agora, num período considerado de avanço democrático - já que as pessoas escolhem seus representantes - pelo menos no que diz respeito ao Estado, se procura o estabelecimento de normas delegando poderes de ação aos governantes.

Por outro lado, os governantes mantêm em expectativa os produtores e consumidores, não dando vazão para exposição de uns contra outros. Quanto mais reuniões faça e mais tempo levar

nas discussões na tentativa de resolver o impasse, melhor. Estará atendendo um e outro lado.

Quando pede ao Secretário da Agricultura a obtenção de favores concedidos junto à Rede no abastecimento dos produtos de leite da Capital (no que diz respeito aos transportes), esquecem o Decreto Federal nº 22.181, de 27 de novembro de 1946, que já era direito adquirido. Não havia necessidade alguma de pedir favor. Se bem que, numa organização em que se tinha que pagar contribuição por dirigir o seu próprio veículo no transporte do leite (g), não era medida tão ruim se fazer valer de certos favores.

Com a cobrança desta medida contributiva para o **Instituto de Aposentadoria dos Empregados em Transportes**, se estampa outra face das dificuldades enfrentadas. Nada mais justo do que aumentar o litro de leite em seu preço. Para o consumidor havia uma dificuldade: a de reconhecer o verdadeiro sonegador, se leiteiros ou governantes. Na dúvida, optava-se pelos segundos, por serem aqueles responsáveis diretos pela administração de suas causas.

No que se refere a técnicas científicas (g) e divulgação de assistência veterinária, conforme o que foi acertado junto à Secretaria da Agricultura, não houve satisfatoriedade na sua realização, fazendo com que o Instituto de Pesquisas Tecnológicas e Biológicas perdesse sua seriedade.

Em três anos, uma instituição que se mostrava tão sólida, começa a se esfacelar, demonstrando a vida efêmera que tinham esses organismos, em torno dos quais se fazia tanto alarde, além de sua pouca eficiência. Apesar de na época de sua fundação ser uma idéia brilhante, inédita, e que faltava no cená-

rio agro-pecuário paranaense.

Da discussão de todos estes fatores, fica uma marca consistente: a de que o governo fazia papel de mediador no universo das negociações, assumindo sempre a atitude paternalista de tomar nas mãos as **revoluções**, e ainda prometer a efetivação das medidas discutidas. Mas a tendência era de que os preços subissem cada vez mais, e as filas em forma de serpente não diminuiriam de imediato. Por este horizonte foi então se estabelecendo o jogo de forças entre produtores, governo e consumidores.

O Ministério da Agricultura teve no ano de 1947, um ano pesado. Quando não esteve voltado para as preocupações com o abastecimento do leite, foi a carne o centro de suas preocupações. Na data de 3 de julho de 1947, fez publicar em **Diário Oficial da União**, portaria reguladora para o plano de abastecimento de carnes daquele ano, do qual consta:

I - Aos proprietários de açougues que, salvo motivo de força maior, a juízo o órgão competente, encarregado de cumprir as prescrições do plano de abastecimento de carnes para o ano de 1947, aprovado pela portaria 811 de 11 de dezembro de 1946, se recusaram a receber o produto nos dias determinados para a venda ao público, será cassada a cota que lhes tenha sido adjudicada, a qual será atribuída em caráter permanente a outros açougues, podendo neste caso ser permitido o funcionamento de novos estabelecimentos deste gênero, independente da restrição prevista no item XXI do plano.

II - Na hipótese de não terem sido os açougues de cuja cota tenha sido aumentada da forma do item anterior, capacidade suficiente para a normal distribuição de carne, poderão os estabelecimentos abastecedores, marchantes e empresas distribuidoras, promover diretamente ao público.

III - Os estabelecimentos, marchantes e empresas referidas no item IV, que sem causa justa tenham se recusado em atender as determinações que lhe tenham sido dadas, com fundamentos naquele item, terão as suas cotas

reduzidas sem benefício dos que hajam cumprido as mesmas determinações.

IV - Nos casos previstos nos itens anteriores a distribuição de carne bovina poderá a juízo da anterior compra ser feita em maior número de dias, além dos fixados no plano de abastecimento de carnes para 1947, desde que não exceda a tonelagem total que couber ao respectivo centro consumidor.

V - A presente portaria passa a constituir parte integrante do plano de abastecimento de carnes para 1947, cabendo às autoridades encarregadas da distribuição e execução do plano cumprirem-na e fazê-la cumprir fielmente.

VI - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Apesar de passar por momentos difíceis, o Ministério da Agricultura já organizara plano de ação, o que se traduz na publicação desta portaria, e que atinge de forma direta açougueiros e transportadores, ficando o mercado negro e o atravessador fadados temporariamente ao fracasso. Pelo menos era o que se imaginava acontecer.

Essa tomada de posição do Ministério vinha reforçar a atitude desencadeada pelas comissões que foram criadas para a fiscalização e facilitar a ação dos agentes fiscais. Por todos os lados a ordem estava bem definida. Aqueles que infringissem o regulamento seriam punidos com o corte da cota e/ou proibição do funcionamento de estabelecimentos do gênero. O plano de abastecimento da carne, designava cotas específicas para cada comprador, assim como para os distribuidores e consumidores, indo de encontro com as medidas tomadas para congelamento e tabelamento de preços. Forçava assim várias camadas envolvidas com a indústria da carne e a não recusarem recebê-la pelos preços estipulados anteriormente, gerando a manutenção concisa do mercado; afinal, não se podia estocar ou esperar a elevação financeira.

A legalidade escolhida pelo Ministério, quase que apara todas as arestas. Executa-se a higiene, em nenhum momento levada em consideração, talvez por não fazer parte da fala da população, sendo impossível, portanto, apropriar-se dela.

Uma das características principais de um governo que se dizia higienista, saneador, mas que tem por detrás de suas atitudes, o conservadorismo, às vezes que se falou ou reclamou do abastecimento do gado, foi um aspecto saudosista, relembrando dos tempos que se fornecia gado para São Paulo.⁴

Justificando a pouca solução dada, o governo de Moisés Lupion se defendia na inexistência dos produtos. Dizia que não deveria ser responsabilizado, que os verdadeiros culpados eram os marchantes, e que mesmo com as interferências no mercado, não era possível obter-se resultados positivos. Esta seria também uma medida recebida como demonstração de força, e o comércio deveria ser livre. Neste tipo de demonstração se caracterizam as atitudes omissas de uma política que procura agradar a todos, mas que no fim tem os seus interesses mantidos, que visam a direção do caos, quando afirma: "não é o governo criador de bois e não tem invernadas, e assim sendo, como poderá ele fornecer carne?..."⁵ Assim, o governo coloca-se inteiramente fora da discussão, ou mesmo de apresentador de alternativas. Assume a posição cômoda de oprimido que não faz concorrência desleal. Se tal deslealdade não se dá em evidência prática, porque mitificada pela fala e emprego de orações de efeito, ela se dá de maneira ideológica, na medida em que se coloca alguém do problema, já que não tem solução nem desculpas para o mesmo. Portanto, as exigências da população não eram as mesmas das pessoas em quem ela votava para resolvê-las. Nas entrelinhas des-

te governo, o chamado **trust** da carne e o **poder** têm vida própria e são cidadãos corporificados, segundo a posição adotada pela governança.

A concessão de liberdades foi outra das justificativas e termo de efeito do qual se fez valer tal governo:⁶ "... Houve também por parte do governo muito liberalidade, liberalidade que, diga-se de passagem, não quiseram entender os marchantes. E a falta de carne continua, apesar dos esforços do governo..." A liberdade, aqui, é confundida com a liberalidade, acontecimento comum nos poucos momentos democráticos vividos pelos brasileiros, principalmente neste (1945-1964), em que os expedientes golpistas se tornaram freqüentes no Brasil. Como bem coloca WEFFORT:⁷ "... Se a democracia é apenas um meio para o poder, a política perde o sentido do direito e da legitimidade. Instituiu-se a prática da usurpação como norma".

Por estes caminhos o período Lupion vinha mantendo curitibanos e demais paranaenses no campo dos dominados, apoiando-se no construir de uma ordem social com base na **justiça social**, na liberdade (liberalidade) e na **igualdade**.

Se por um lado o governo retirava-se da questão, se colocava como não responsável pelos acontecimentos, por outro lado, também os produtores de grandes centros se manifestavam.

Foi, por exemplo, o caso do Sr. Raul Péricles, da Lapa, região próxima a Curitiba. No período, este criador de proeminência nas lides do gado, se colocava como defensor de sua classe, devolvendo para o governo o próprio discurso, ou ainda dizendo que, se os preços subiam, era pela pouca atenção dada por parte dos poderes públicos. Concordavam, porém, que os marchantes eram os que realmente levavam vantagem na majoração.

Segundo este senhor, além de cobrarem altos custos, estes atravessadores possuíam não só local para retalhar o gado como também, frigoríficos e açougues para o processo exploratório, o que se colocava diretamente contrário aos interesses populares.

A população consumidora nestes anos de 1945-1947, teve a sua defesa feita pelos agentes governamentais ou, como neste caso, pelos produtores, ficando aqui difícil caracterizar este contingente populacional de que tanto se fala, funcionando apenas como força de expressão aos jogos de discurso do poder. Os marchantes, conhecidos como os maiores exploradores, pelo que ficou dito, não procuraram a defesa de seus interesses, ou mesmo a afirmação às acusações que lhes eram auferidas.

Já nas palavras do Sr. Raul Péricles, ficou demonstrada a opinião dos exploradores e do poder público em relação aos lucros obtidos pelos atravessadores. Afinal, onde ficava a natureza das atividades dos produtores e o seu entrosamento na alimentação popular?

Dos embates reclamados pelos criadores, o lucro, aliado ao fator peso dos gados, era o de maior importância, como veremos a seguir.

O marchante, às vezes compreendido como transportador, outras como usurpador de lucros, vinha comprando, no Paraná, bois e vacas improdutivos, em pé, com peso morto de 170 quilos na sua média, pagando por este, de Cr\$ 650,00 (Seiscentos e cinqüenta cruzeiros) a Cr\$ 700,00 (Setecentos cruzeiros), e pelo de São Paulo e outras regiões, Cr\$ 1.000,00 (Hum mil cruzeiros) ou mais.

Esse fato acabava por desprestigiar o produto comprado

no próprio Estado frente ao de outras regiões. Assim ficavam os criadores paranaenses em desvantagem. Além disso, o comprador ficava com o gado paranaense ou paulista por completo, o que lhes conferia ainda maior lucro na comercialização, que incluía couro, cabeça, miolo, fígado, língua, barrigada, sebo e os quatro mocotós. Os dois dianteiros e traseiros eram vendidos ao retalhista a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) o quilo, na média de cento e setenta quilos ou sua proporção.

Tal prática dá ao marchante o privilégio de subir o preço das partes boas, normalmente mais consumidas, uma vez que ele é o dono total do produto, podendo vender antes as partes de menor consumo a preços elevados. Não contando com o processo de industrialização da carne, suas vantagens eram ainda maiores.

Assim, aos Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros) ou mesmo Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros), pedidos na compra, no Paraná, sempre eram acrescidos no mínimo Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), que ficavam com o marchante. O marchante comprava por Cr\$ 700,00 (setecentos cruzeiros) no Paraná e por Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros) em São Paulo. Se ele vende os subprodutos, seu lucro e não seu preço de compra, é aumentado em Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros). Os subprodutos eram: "... couro - 30 kg a Cr\$ 90,00; cabeça - 10 kg; miolo - 10 kg; fígado - 20 kg; língua - 10 kg; barrigada com sebo - 46 kg; os quatro mocotós - 24 kg, perfazendo um total de Cr\$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros)"⁸.

Depois deste processo, a carne passava para o açougueiro-retalhista, que acabou por comprar os cento e setenta quilos a Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), e classifica a carne para a

venda.

Agora, quem tem nas suas mãos o poder de decidir o que a população deve ou não comer, é o açougueiro. O consumidor não pode escolher além do que lhe oferece o açougueiro. Além disso, a carne era vendida com 30% de osso ao mesmo preço de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros). As partes retalhadas, como filé, coxão mole e coxão duro, para fazer posta, eram vendidas a preços que variavam de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros). As vendas eram feitas a preços ainda mais alterados para hotéis e restaurantes, que se sujeitam a pagar a mais, a fim de serem os primeiros na concorrência pelas melhores partes. Não podemos esquecer que os lucros eram diários, sendo que os impostos não passavam de Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) ao mês.

Por este gênero de primeira necessidade, os impostos não poderiam ser cobrados muito alto para não inflacionar o produto. Pelo que se percebe, esta não foi a medida mais acertada. Os custos, pelo que ficou demonstrado, variavam ao bel prazer das vantagens.

A Secretaria de Agricultura e Comércio e a Prefeitura, foram alvo de críticas mais imediatas. Houve momento em que sugeriu-se um açougue modelo para regularização dos preços, com pessoal especializado no abate e retalhe de carne. A exemplo do que fora feito no Rio de Janeiro em relação ao panifício: "... Agora mesmo no Distrito Federal, o Prefeito do Distrito, que é um general do Exército, para combater a exploração do pão, mandou fundar uma padaria modelo para regular o preço e o abastecimento do produto..."⁹ Não devemos esquecer que, a desinformação era tanta, as leis tão pouco cumpridas, que medidas de congelamento e nivelamento de preços já haviam sido tomadas.

Porém, no Paraná, como no Rio de Janeiro (às barbas do poder federal), as insistências eram no sentido de modelar e regular. O governo buscava sustar preços, modelos, regulações. Como, no entanto, se nem mesmo portaria impetrada pelo governo nacional fazia efeito?!

O Governo Moisés Lupion, diga-se de passagem, ainda em sua administração movimentada, promoveu a venda de terras a preços baixos.¹⁰ Segundo o Sr. Lauro Schneider (Superintendente da Comissão Estadual de Preços), fora para a criação de grandes invernadas no Norte do Estado do Paraná. Acreditava ele que a venda das terras devolutas do Paraná, na qual se envolveu o governo do período, ainda seria conhecida como um grande erro. Se tais terras tinham a intenção de beneficiar a manutenção do gado, o que acabou por ocasionar, foi apenas os entraves da exploração que ocorreria. Afinal, tantas terras existiam para a criação do gado, mas carne não. Certamente, o fornecimento dessas terras vieram apenas como pagamento pelo apoio político aos latifundiários e pecuaristas produrados pelo governador quando de sua eleição. Através desse expediente, consolidou suas relações com estes que eram tradicionalmente os detentores do poder econômico e político no Paraná.

O fornecimento da carne ocorria sempre de modo esporádico, sendo justificado pelos açougueiros que afirmavam ser culpados os marchantes, ou pelo poder público, que afirmava ter normalizado o fornecimento na Capital e arredores.

A Radio PRB-2 de Curitiba, por várias vezes levou ao ar o **Programa Agrícola**, de periodicidade irregular, onde era divulgada toda a sorte de atividades relacionadas à agricultura e pecuária. E de forma não sutil, fazia a propaganda governamen-

tal nestas áreas de atividades. Ela convidava profissionais, criadores e técnicos para entrevistas, como foi o caso de Alexandre Zainko, químico responsável por setores do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado. Em seu discurso radiofônico, aquele profissional voltado para as questões higiênicas, foi dos primeiros a demonstrar preocupação mais expressiva na área da puericultura. Ele expôs solução para os problemas da carne e do leite, na união de todos os setores da população, destacando muito o aspecto da integração através da nacionalidade, além de dizer que o desenvolvimento naqueles dias estava apoiado, já, em dois polos: o da grande indústria nas cidades e do produtor no campo. Seu discurso se torna veemente, no instante em que atribuiu às mãos do poder público o brilhantismo total da iniciativa nas áreas da saúde e educação que, segundo ele, apesar de não manterem direta conexão com os acontecimentos econômicos, dependem dos mesmos diretamente.

A fala de Alexandre Zainko, não lhe querendo retirar os méritos, que lhe eram emprestados naquele fevereiro de 1948; dizia:

"... dentre os fatores que concorrem a riqueza nacional, a pecuária representa ponderada e real importância na economia de um estado. .. Assim pois, está definida a economia pecuária e sua contribuição efetiva no desenvolvimento e progresso de um estado... na economia pecuária, os prejuízos de grande e pequena monta, podem e devem ser evitados, mediante o uso de medidas prévias, ou seja, as indicadas por instituições cujos propósitos são estudar as causas, determinar a origem e a forma da disseminação de inúmeros males de que é freqüente vítima a pecuária. Em nosso Estado vários órgãos têm por dever auxiliar e cooperar com a nobre, digna e grande classe e no meio destes inclui-se o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas da

Secretaria de Agricultura e Comércio do Estado do Paraná. (Grifo do autor)¹¹

A reafirmação da palavra **estado**, no discurso do químico, e mesmo a ênfase dada ao órgão de Biologia e Pesquisas, confirma ainda mais a palavra encomendada. É neste momento que o discurso demagógico através da higiene, demonstra à população a sua preocupação com a saúde.

Um bom cidadão deve ser saudável, bem nutrido e preocupado as questões de seu estado, para que não possa escapar ao esquadrihamento social.

Através do diagnóstico da doença do gado, se avalia a saúde da população e o controle que vai poder ser exercido ou não sobre ela, a fim de caminhar sempre para o progresso. Este era entendido como ascensão em única direção, sem olhar o que existe em torno. Quando a fala adquirida de Alexandre Zainko diz que: "... carecendo tão somente, da consolidação do indispensável traço de união entre ocupações diversas na aparência, mas que têm um ponto comum de encontro no progresso..." vê-se o homem reduzido ao comum até mesmo em relação às diferenças. Propõe uma união a fim de consolidá-lo e transformá-lo num sô, no objetivo do progresso, a fim de obter imagens não distorcidas, recapturando para as suas lentes a generalidade, fazendo o exercício da dominação.

Assim sendo e pregando a economia pecuária, participando das forças produtoras que no país realizam o aumento da renda nacional, baseado no desenvolvimento entrosado de todas as forças econômicas, é com justiça que lhe dispença e atribui atenção especial o Governo do Estado.

A radiodifusão deste discurso, pela sua característica técnica, tem mais autonomia que a reprodução através de jornal, no sentido em que os olhos selecionam a leitura e a transmissão chegada de impacto é absorvida imediatamente. Como coloca Benjamin¹²: "... podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido." No nosso caso, o domínio imposto pelo saber nas mãos do poder.

O leite passou pelo mesmo crivo da **máquina de limpeza**, sendo submetido a várias análises, a fim de salientar a falta de valor proteico e higiene. Os técnicos foram acionados pelo Instituto de Biologia e colocados em contato com os leiteiros cooperados, sendo que a proposta principal esteve voltada para a melhora alimentar do gado. Isso se daria através do acréscimo de cálcio e vitamina "A" na ração, após o que, segundo os responsáveis, o leite engrossaria suas substâncias nutritivas. Este acréscimo justificava-se pela falta de pasto para obtenção de um gado mais gordo, sadio e com melhores bezerros, imunes ao depauperamento orgânico. O desenvolvimento científico de tais práticas, facilitava a ação do desaparecimento do leite ou da carne. Nessa medida, o IBPT (Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná) fornecia preparados aos associados, debaixo do controle da Comissão Estadual de Preços. Comissão esta interessada na boa alimentação dos curitibanos, a fim de que o surto do **progresso** estivesse justificado.

Apesar de todas as atitudes tomadas com intenção de solucionar os problemas de leite e carne, na Assembléia Legislativa, os discursos pululavam. Colocavam-se contrários às preferências dos compradores paranaenses que adquiriam gado de São Paulo em detrimento dos produzidos por Palmas e Campos de Gua-

rapuava, prejudicando os interesses da coletividade e dos criadores do Paraná. Porém, a população estava bem mais interessada em comer carne, viesse ela de onde viesse; mesmo ouvindo os discursos inflamados de energia de Aldo Silva e Lacerda Werneck dizendo que tais problemas se davam pelas dificuldades de processamento do Frigorífico Municipal do Atuba.

O desejo da população em comer carne ia além da interferência dos homens do **trust** do gado. Porém, o **trust** era feito não só por aqueles que recebiam tal título, mas também pelos que promoviam a importação, como no caso do gado argentino.

A Sociedade Rural do Paraná, era outra das instituições interessadas no fornecimento e manutenção do abastecimento da carne.

Presidida naqueles dias pelo Sr. Ivo Leão, promoveu a importação de vacas argentinas, apesar desta atitude ser contrária às propostas divulgadas nos jornais e por criadores menos abastados que buscavam dar incentivo às produções locais. A Empresa Dianda, Lopez e Cia. Ltda., de procedência argentina, promovia exposições de novilhas de raça holando-argentinas. Todas as despesas eram mantidas pela mesma para motivar ainda mais os criadores. Estes estavam descontentes com suas produções e desejavam investir naquele mercado tão rendoso. As vacas apresentavam um fichamento técnico exemplar, garantindo, de maneira mais consistente tal investimento. Além disso, iam ao encontro das medidas sanitárias mais promovidas pela administração. Os benefícios, no entanto, se davam muito mais aos produtores argentinos do que para consumidores e produtores do Estado. Como se não bastasse, tal medida já fora efetivada em momentos anteriores para São Paulo, fosse para o corte ou produção leiteira.

Também São Paulo, de forma não tão diferente, enfrentou no período problemas de abastecimento.

No Paraná, a Sociedade Rural fez a negocia o direta com os representantes da Empresa Dianda, Lopez e Cia. Ltda., Srs. Amancio e Cândido Esquibel. A exposi o dos produtos teve local na granja do Sr. Epaminondas Santos, no Bairro do Atuba em Curitiba. Os interessados foram conduzidos   referida exposi o, por ônibus fretados especialmente que saia da Praça Tiradentes (Central de Transportes Coletivos nos anos 40). O dia e a hora da exposi o que deveriam ser amplamente divulgados em época oportuna, não o foram, ficando informados apenas os interessados mais diretos. Esta situa o se evidenciou, bem como o envolvimento direto do governo com tais negocia as, quando este promoveu várias outras exposi es agro-pecuárias.

Isto aconteceu, por exemplo, na V Exposi o Agro-Pecuária de Animais e Produtos Derivados do Estado do Paraná, realizada em março de 1949, promovida pela Secretaria de Agricultura e Comércio, que realizou-se na Cidade de Ponta Grossa.¹³ O gado l  exposto, segundo comentava o governo, era de ótima qualidade e já aclimatado às regiões do Estado. Mas afinal, que gado era este que se iria expor se no mercado consumidor ele não existia? Será que o gado importado da argentina já se havia adaptado (de setembro de 1948 a março de 1949?) sem levar em considera o que esta já era a V Exposi o do Governo Luppion! O desdobramento da exposi o foi um sucesso e elogiosas foram as palavras, porém nem se tocou no assunto da falta de carne no mercado, ou dos acontecimentos mais específicos.

Enquanto as exposi es recebiam manifesta es de apreço, os leiteiros se reuniam com os representantes da administra o

pública a fim de discutir seus problemas. Apesar da exibição dos produtos agro-pecuários estar diretamente ligada às questões do leite, parece se tratar de problemas isolados. Claro, devemos lembrar que gado leiteiro é um e de corte é outro, porém, não podemos jamais dissociá-los de uma mesma espécie. Principalmente se levarmos em consideração que os motivos da mesa redonda eram: reparação das estradas de acesso à Cidade de Curitiba; necessidade de entrosamento dos produtores numa entidade de classes para defender os seus interesses econômicos; estudo de possibilidades de transferência por venda ou doação da usina de leite do Estado aos fornecedores e que os problemas verificados com o gado de leite e os de corte eram de gênero semelhante. A partir de então, as questões do gado de corte e de leite começaram a ser discutidas na mesma linha de pretensões e grau de importância. Verifica-se que no edital de convocação consta:

... estarão presentes, o Dr. Valdemiro Pedroso, Secretário da Saúde e Assistência Social; Pedro Firman Neto, Secretário da Agricultura; Dr. Lineu Ferreira do Amaral, Prefeito Municipal de Curitiba; Diretores do Departamento de Assistência e do de Produção do Leite; o Dr. Raul Vianna e o Dr. J. Mathias Jr. respectivamente, Secretários do Departamento Trabalhista do Partido Social Democrático...e contará por certo com a totalidade dos leiteiros...¹⁴

Após os discursos e pareceres de todas estas autoridades, expor alguma idéia ou reivindicação de forma livre, não seria muito fácil.

A preocupação pela melhora do rebanho no Estado, voltada principalmente para a questão da zootecnia, foi inovação in-

troduzida pelo Governo Moisés Lupion. Mesmo que fosse no sentido de auto-promoção, ou para desculpar a concessão de terras no Norte do Estado, a importação de carnes da Argentina ou para justificar a movimentação desonesta de marchantes e açougueiros, o avanço técnico proposto pelo governo não combinava com toda a sorte de dificuldades de abastecimento que Curitiba enfrentava.

O nome do prefeito mal se pronunciava. As ruas de macadame eram chamadas de **estradas que dão acesso à cidade**; o gado vagava solto pelas ruas do Bairro de Capão Raso e pela Praça Tiradentes, que era o principal terminal de transporte coletivo. Desta forma se contrapunham urbanização incipiente e discurso; produtores, consumidores e os controladores de produção e do consumo. O seu **autóctone*** começa a ceder ao aprimoramento social.

Ainda em 1949, mesmo diante de todos os entraves enfrentados, o governo teve coragem de dizer que raças boas podiam ser vistas vagando nas ruas, as mestiçadas com holandesas e inglesas de tração, que os rebanhos para o leite e o corte já apresentavam capricho e caminhos promissores. Colocava ainda que as exposições vinham contribuindo para aquelas melhoras.¹⁵

A radiodifusão foi outra das iniciativas de manutenção da ordem, como já colocamos aqui para o exemplo de Curitiba em 1947. Esta se daria de forma mais ampla quando se estendeu para outros municípios do Estado do Paraná, fazendo a divulgação de técnicas agrícolas e matérias afins.

Esta utilização do rádio veio a justificar todo o discurso proferido por Alexandre Zainko na Radio PRB-2, quando pregava a necessidade de um projeto com amplo raio de ação em

* **Autóctone**, no caso do Ser do Paraná, é compreendido aqui como grupo social voltado mais para o seu desenvolvimento interno, captando muito pouco do externo do país. "Um nativo em seu próprio Universo - o Paraná".

1950. O mérito deste tipo de programação está em ser o primeiro e maior no Brasil daqueles dias.¹⁶ A publicação agrícola começou a fazer parte das relações de poder.

A proposta do programa radiofônico funciona, aqui, como uma ferramenta e sua qualidade como instrumento que realiza um relacionamento de forma mais íntima com o objetivo que ela destina produzir, no caso, a reprodução do poder.

1950 - A NOVA FRONTEIRA

A década de 1950 chegou de forma nova, as desculpas para as dificuldades do desenvolvimento não poderiam mais de forma alguma ser referendadas pelos anos de guerra.

É o instante em que a televisão começa a tomar conta do universo cultural brasileiro, pegando o rádio de surpresa. As informações passariam a ser cada vez mais rápidas. Um número maior de pessoas também passou a ser pega de surpresa. Os que não ouvem mas vêem, por exemplo. As pessoas passaram a ser colocadas num mesmo espaço para receber informação. Se não ocupam o mesmo espaço, ocupam o mesmo tempo para recebê-la, principalmente naqueles dias da televisão, quando o vídeo e mesmo o vídeo-tape não davam o luxo de escolher e multifacetar o tempo para receber a notícia. **O tempo era um só.**

Ser debutante era o sonho dourado da maioria das adolescentes. Marta Rocha se tornou o símbolo brasileiro das garotas que acreditavam na Cinderela. Andar sem terno e gravata era quase que rigorosamente proibido. O Brasil perdeu a Copa de Futebol e até nisso se viu glórias. Competir, brilhar, eram duas palavras muito fortes daquele cotidiano, e **sair da linha** era não saber que era Nat King Cole ou Billy Ecstine. Foi nessa linha

que Cauby Peixoto fez nome. O **rock and roll** achou muita gente despreparada para as suas piruetas e cambalhotas; o gim tônica e o **hi-fi** se tornaram as bebidas prediletas nos lugares da moda. Ava Gardner preencheu as telas dos cinemas com o seu olhar estonteantemente azul e Cyll Farney, que tinha título de **ator**, disse que "duzentas pessoas eram conhecidas no Rio de Janeiro; o resto era figuração".¹⁷

Realmente, se chegarmos ao extremismo de dizer que duzentas pessoas eram populares no Rio de Janeiro, se incorre no erro de dizer que o Brasil era apenas a Capital Federal. Se estes são os **flashes** do que se passa nos anos 50, pelo menos em sua fase inicial, apesar de seu aspecto nostálgico, não devemos esquecer que foi um momento de brilho aparente. A própria TV Tupi tinha o símbolo do indiozinho, o que não combinava de forma alguma com os símbolos americanos do cinema, ou seja, da Paramount, da Universal ou da Columbia Pictures.

Vargas desapareceu. Juscelino projetou o desenvolvimentismo, prometendo cinquenta anos de desenvolvimento em cinco. A mudança do Congresso Nacional para Brasília, abriu aos militares um leque de possibilidades repressoras. O crime da mala preencheu lutas páginas dos jornais que os brasileiros acompanharam de perto, as notícias eram veiculadas em doses homeopáticas.

Porém, não apenas por estes chamados grandes e oficiais momentos a história nacional se fez existir. Há quem lembre da Dona **Maria Lavadeira**, que reclamava dos preços da carne e não tinha leite para seus filhos. Não esqueçamos que os preços estavam altíssimos. E se sobravam duas fartas polegadas em Martha Rocha para ser Miss Universo, também faltava carne e lei-

te na mesa de **Dona Maria**. O Paraná, não era Brasil?

Aqui também as pessoas deixavam de comprar carne importada para ir ao cinema importado, onde provavelmente os atores apareciam comendo carne brasileira. Isto certamente ocorria em se tratando de filmes mexicanos, argentinos, ingleses ou norte-americanos. As filas que se acumulavam nos açougues de Curitiba (no Largo da Ordem, na Rua Barão do Rio Branco ou no distante Bairro de Santa Quitéria) competiam com as dos cinemas. Era barriga vazia e olhos cheios. Porém, onde estavam os curitibanos, cariocas, paranaenses e paulistas entre tantos outros que não desfrutaram os prazeres desta **belle-époque**, as moças que não debutaram, os que não foram ao **rock**, não tomaram leite, não comeram carne? Foram escondidos pela visão racional do cinema ou do **out-door**. O **marketing** os escondeu, porém, não os fez sumir e não os calou.

Assim como Lott e Adhemar não foram páreo para Jânio, estes não foram páreo para os políticos na década dos 50. De forma decisiva, quebrou-se o cristal da fé cega dos poderosos. Desse modo, ao final de janeiro de 1951 chegou ao fim o primeiro período Lupion. Marchas e contramarchas permearam aquele governo no que diz respeito à carne e de forma contígua ao leite. Os mecanismos e diferentes instâncias deste consumo foram vasculhados e vigiados, não havendo nada de romântico no cotidiano da população.

A medalha dos anos 50 e principalmente deste período, tem um outro lado. Deve ficar claro que as estratégias foram mútuas. O que se deve procurar demonstrar são estas estratégias para dar funcionamento ao processo de abastecimento. Portanto, não se deve perceber um relacionamento de forma unilate-

ral, se ganha ou perde, mas sim como um jogo de forças entre os setores envolvidos no abastecimento.

Quando discutimos a questão da abertura do governo para a participação tanto de consumidores, leiteiros, açougueiros quanto os outros nas questões governamentais, expusemos que a estratégia do poder procura dar uma importância maior a estes, a fim de explorá-los ao máximo em suas potencialidades, ao invés de reprimí-los.

A questão discutida, que aparentemente é apenas econômica, acaba temporariamente diminuindo a pressão da população sobre o governo, mas não sua resistência. Isto vem demonstrar que a manifestação contestatória pode ocupar vários lugares sem ter um específico. Principalmente se colocarmos o abastecimento como sendo apenas uma das facetas do exercício do poder, no entanto, a que mais nos interessa discutir. De forma específica interessa-nos discutir o abastecimento da carne, demonstrando a mobilidade e transitoriedade da estrutura social.

Mesmo diante da estampa colorida e brilhante da capital brasileira, em 1950 o Paraná também brilhava.¹⁸ Brilhava como um grande produtor de vários gêneros, sendo cognominado como um dos **celeiros do Brasil**, possuidor de vastas terras e promotor do progresso nacional. Não se deve esquecer que havia muita falta de carne, apesar dos índices de bovinos, caprinos, ovinos e principalmente suínos serem bem elevados. A título de exemplo, no mesmo ano foram abatidas no estado: 134.715 cabeças de bovinos, 264.824 de suínos, 3.614 de ovinos e 12.925 de caprinos.

E, seguindo nesta linha de brilhantismo, o Paraná, que enfrentava tantas dificuldades na área, se exibiu na feira de Belo Horizonte.¹⁹ Levou 10 bovinos, 5 eqüídeos, 10 suínos, etc.

Se por um lado o Paraná é destaque na capital nacional e fora dela, porque se diz o Estado onde se produz muito, por outro, as firmas voltadas para o comércio da carne em Curitiba (Frigorífico Bacacheri Ltda., Sociedade Sul Pecuária Ltda., União dos Açougueiros Ltda.), pleitearam à CEP (Comissão Estadual de Preços) o aumento do preço com o intuito de resolver os problemas da entre-safra. Por que, se tinha gado até mesmo para expor em outros estados? Esta briga demorou dois meses até que:

A Delegacia de Economia Popular, leva ao conhecimento da população, não serão permitidas explorações em torno do preço da carne. Na fórmula dos termos da ata assinada, entre os açougueiros e vendedores (marchantes) e a Comissão Estadual dos Preços, não poderão os preços serem alterados, nem serão permitidos racionamentos até dezembro próximo, sendo qualquer atividade neste sentido coibidas pelas autoridades policiais, que não tolerarão, outrossim, qualquer exploração política em torno do caso, uma vez que os sagrados interesses da população estão em jogo. Esta Delegacia mais uma vez solicita a colaboração da população ordeira da capital e reafirma o seu propósito de fazer cumprir os preços vigorantes, sob pena de lançar mão das sanções legais.²⁰

Uma vez mais se tentou coibir, cumprir, solicitar o apoio da população ordeira da capital. Não punir, não tolerar, mas sancionar legalmente, sagrar os interesses e não permitir qualquer exploração política da escassez.

A existência de tais expressões, que permearam desde o início a discussão deste contexto, vem elucidar o aumento da utilidade econômica para tornar mais dóceis os inconvenientes políticos, assim como dar maior mobilidade às relações, recriando a positividade do discurso.

O Delegado José Fonseca Lobo, vem representar uma nota prévia do que seriam os tribunais populares criados por Vargas.²¹ Tais tribunais, tinham a intenção de punir o abuso da alta dos preços, surgindo assim, mais um cargo burocrático, ou seja, o de Comissário do Abastecimento, podendo ele julgar e condenar os infratores.

As duas notas de primeira página, citadas logo abaixo, mostram a preocupação em dar melhor contorno à realidade.

Em contrapartida, a criação desta instituição oferece mais um olho ao controle dos que estão no claustro da movimentação social. Isto, no sentido de que, por todos estes caminhos procurados para escapar desta clausura, existe um observador atento que, por sua vez, é mais um neste corpo social. Além de que, fica difícil olhar em todas as direções quando todas olham para você, separando-o, esquadrihando-o, aprendendo e ensinando disciplina.

Nos açougue se compra carne de primeira, segunda e terceira; na fila do açougue se espera; no tribunal, com o Comissário do Abastecimento, se pedem cabeças.

Parece tudo muito claro e evidente, porém fica ainda mais lógico quando se pensa que também o tempo está sendo organizado. Cada atitude tem seu tempo e lugar, recuperando ao corpo a sua função.

Discutiu-se o problema durante todo o tempo, deram-se e foram tiradas oportunidades de produção e discussão. Porém, o que ficou de mais positivo, foi que estas estratégias recuperaram o corpo social de Curitiba, fazendo com que os detentores do poder naquele instante, saíssem de forma segura, aproveitando a brecha da existência de um órgão para sancionar a

ilegalidade.

Por fim, muitos embates foram travados, uns poucos comeram carne, ou melhor, consumiram e muito se falou. O som que se ouviu não foi só o do **The Platers**, mas de muita reclamação.

NOTAS DE REFERÊNCIA:

- ¹A CARESTIA E A AÇÃO DE LUPION. **O Dia**, Curitiba, 18 mar. 1947. p.8.
- ²O GOVERNADOR LUPION E A QUESTÃO DO LEITE. **O Dia**, Curitiba, 23 mar. 1947. p.3,6.
- ³O GADO LEITEIRO. **O Dia**, Curitiba, 05 abr. 1947. p.5.
- ⁴NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA A QUESTÃO DA CARNE. **O Dia**, Curitiba, 20 set. 1947. p.1.
- ⁵O TRUST DA CARNE. **O Dia**, Curitiba, 20 set. 1947. p.1.
- ⁶O TRUST DA CARNE. p.1.
- ⁷WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** 3.ed. São Paulo, Brasiliense, s.d. p.40.
- ⁸O MOMENTO DO PROBLEMA DA CARNE. **O Dia**, Curitiba, 28 set. 1947. p.6.
- ⁹O MOMENTO DO PROBLEMA DA CARNE. p.6.
- ¹⁰O PROBLEMA DA CARNE. **O Dia**, Curitiba, 30 set. 1947. p.1.
- ¹¹A ECONOMIA PECUÁRIA E O INSTITUTO DE BIOLOGIA E PESQUISAS TECNOLÓGICAS. **O Dia**, 24 fev. 1948. p.9.
- ¹²BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas;** magia e técnica. 2.ed. s.l. Brasiliense, 1986. p.168.
- ¹³V EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS. **O Dia**, Curitiba, 24 fev. 1949. p.1.
- ¹⁴SERÁ HOJE A MESA REDONDA DOS LEITEIROS? **O Dia**, Curitiba, 07 maio 1949. p.8.
- ¹⁵SERÁ HOJE A MESA REDONDA DOS LEITEITOS? p.8.
- ¹⁶O DIA. Curitiba, 28 fev. 1950. p.9.
- ¹⁷CYLL, Farney. Anos 50; sonho dourado. **Revista Manchete**, nº 1781:27-34, jun. 1980.

¹⁸A PRODUÇÃO PARANAENSE APRECIADA PELA IMPRENSA CARIOCA.
O Dia, Curitiba, 07 mar. 1950. p.3.

¹⁹REPRESENTAÇÃO DO PARANÁ NA EXPOSIÇÃO DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS DE BELO HORIZONTE. **O Dia**, Curitiba, 06 jun. 1950. p.9.

²⁰AVISO AO POVO: NÃO HAVERÁ AUMENTO DO PREÇO DA CARNE.
O Dia, Curitiba, 17 set. 1950. p.1.

²¹TRIBUNAL POPULAR, PARA PUNIR OS CRIMES CONTRA A ECONOMIA POPULAR. **O Dia**, Curitiba, 01 nov. 1950. p.1.

3 MATADOURO - DA CARNE VERDE (VIVA) À CARNE CONGELADA (SEM VIDA)

1945 - 1964

O matadouro sempre representou um entrave na vida dos envolvidos com o consumo, abate, distribuição ou controle da carne no Estado do Paraná. Isto se fazia sentir, de forma mais significativa, na Cidade de Curitiba, que, por ser a capital, concentrava a distribuição.

Nesta medida, a culpa da inoperância do fornecimento era colocada em frigoríficos e matadouros, quando não nos marchantes ou no governo.

Durante longo tempo, o governo, a guerra e os matadouros foram os principais responsáveis apontados pelos envolvidos com a carne. Como já ficou claro em momentos anteriores, a guerra em absoluto, mesmo nos momentos próximos ao seu acontecimento, pode ser apontada como a principal responsável pelo fracasso daquela empresa.

O governo, por sua vez, jogou forças com os consumidores, e muito se valeu da organização burocrática, acabando por desorganizar e o espaço próprio da reclamação popular na medida em que as informações se fizeram confusas.

De 1945 a 1951, o governo ficou na defensiva, assim como a população, tendo em vista que não se observou uma relação maior desta com o problema, ou nem mesmo um reclamo mais original.

Toda a divulgação em torno do assunto, foi conduzida pelos jornais, por alguns políticos e pelas comissões de preços, que por sua vez eram representantes efetivos dos poderes municipais, estaduais e federais. Porém, durante grande parte do tempo, a culpabilidade da questão da carne esteve posta nos matadouros e frigoríficos. Principalmente no matadouro modelo, o Frigorífico do Atuba, que de modelo não teve nada.

Este deixou de ter, na década de 50, o abate da carne verde, sua atividade maior, tendo que se habituar ao resfriamento e congelamento da carne, ou ainda à distribuição da carne importada. Afinal, esta carne entrava e saía do Estado e do País a todo o momento. Tal matadouro, por sua pouca funcionalidade foi abrindo uma série de comentários, em que suas entrelinhas, acabam por elucidar seus maiores nexos. Sendo assim, é necessário que se veja mais de perto a relação do frigorífico com o problema do fornecimento da carne.

Em 1947, alguns criadores de gado bovino propunham o funcionamento do Frigorífico do Atuba, conhecido desde os anos 30, como matadouro modelo, ressaltando aqui, que tal matadouro foi criado nas vésperas da revolução de 1930, durante o governo de Afonso Camargo. Alguns deste criadores, que propunham o funcionamento do frigorífico, se faziam representar pelo Sr. Raul Péricles, que exercia atividade pecuária de grande monta. Esta se estabelecia na Fazenda **Lagoa Dourada** no Município da Lapa. A idéia de que o frigorífico modelo continuasse funcionando estava diretamente voltada para a questão da carne verde:

... O criador paranaense, de forma geral, não é beneficiado de modo algum na elevação, muito embora seja de seu interesse vender o pro-

duto de sua laboriosa criação. Não se justifica a alta pretendida pelos **marchantes**, cuja ambição precisa de ser restringida, estes são os compradores do gado em pé, que o abatem e o vendem para os açougues e retalhistas, sendo que vários destes tem açougues próprios para maior exploração e maiores lucros contra o interesse popular (...). **Não se ligue absolutamente o interesse dos marchantes aos dos criadores**, que vivem explorados pelos referidos marchantes, o órfãos do patrocínio que deveriam merecer do poder público (...). **não se ligue portanto, os interesses dos criadores desprotegidos, aos marchantes e retalhistas a quem nos referimos...**¹

O procedimento do Sr. Raul Péricles vem demonstrar em sua afirmação e reafirmação, a separação entre produtores e marchantes, se colocando na posição de **criador explorado** frente aos distribuidores (marchantes)* exploradores. Portando, nada mais justo que este senhor defenda a manutenção do Frigorífico do Atuba.

Proprietário do frigorífico, o governo poderia desta forma intervir no mercado, oferecendo possibilidades de maiores vendas aos grandes produtores, que no caso deste senhor de Lagoa Dourada e seus companheiros, ficando ao pequeno produtor a realização de negociatas desfavoráveis.

O pequeno produtor era prejudicado pelos marchantes, uma vez que as despesas com o frigorífico do estado acabariam por ficar caras.

Outra das saídas encontradas pelos pequenos produtores foi a de se dedicar ao negócio do leite, prática não menos difícil. Sem dizer ainda que: "consideramos os mais honestos possíveis e patrióticos, os intuitos a este respeito do Governador Lupion, procurando debelar as causas da exploração existente...". Porém, face ao que já se observou, isto não aconteceu.

* Marchantes: os que fazem a marcha. Caminham para distribuir. Comerciantes distribuidores.

A preocupação com a valorização do matadouro só viria beneficiar certos grupos em detrimento da população, tais como o governo, os marchantes ou os grandes criadores. É claro que assim, o monopólio não seria odioso ou prejudicial, dependendo a quem fosse beneficiar, principalmente levando em consideração que o mesmo abatedouro ficaria, no verão, abarrotado de carne e derivados, a fim de atender os períodos do inverno, momento em que o produto tem preços baixos mas **não existe**.

O matadouro do Atuba demorou-se nas manchetes dos jornais quando o Governador Moisés Lupion promoveu sua concorrência, em momentos imediatamente posteriores à compra de maquinaria moderna para abate, bem como ampliações feitas na construção, a fim de adaptá-lo a todos os apartamentos industriais para os subprodutos. Tal maquinário fora adquirido no governo Manuel Ribas .

À concorrência inscreveram-se três pretendentes: Sr. J. B. Anhaia de Almeida Prado e Oscar Hermínio Ferreira Filho, Sr. Rosalvo Scherer e a Sociedade Sul Pecuária Ltda., saindo vencedores os primeiros. Porém, correu a bocas pequenas, a existência de irregularidades na concorrência, o que fez com que o governador a anulasse, apoiado em dois pareceres jurídicos:

De acordo com os pareceres da Consultoria Geral do Estado e da Procuradoria Geral do Estado - I - Devolvam-se aos concorrentes, por não terem as propostas consultado os interesses do povo, e por não ser ela precedida de nenhum ato legislativo que a autorizasse, nem da prévia autorização do Sr. Presidente da República... II - Devolvam-se aos concorrentes as cauções por eles depositadas. III - Nomeie uma comissão composta do Sr. Prefeito Municipal, dos Srs. Secretários da Agricultura e da Fazenda, e do Sr. Produtor Geral do Estado, e de um Representante dos Criadores do Paraná, para opinar sobre o caso, e

dentro de quinze dias, sobre o que melhor convenha ao interesse coletivo. Em 2.4.47
LUPION³

Fica evidente o apoio que os criadores de gado deram ao governo e à manutenção do Frigorífico do Atuba; afinal, a situação de ilegalidade vinha há muito ilustrando as páginas dos jornais, o que só os viria beneficiar quanto à distribuição. O governo, se mantendo na diretiva intervencional do mercado da carne, enquanto proprietário do frigorífico, facilitava aos produtores certas negociatas. Obrigado a comprar destes, fosse no inverno ou verão, o governo, à medida em que deixasse de fazê-lo, seria cobrado de imediato pela população, ou mesmo pela imprensa.

Nada melhor que apoiar o governo na figura de seu governante em setembro de 1947, já que desde abril, a concorrência do matadouro fora anulada. Provavelmente, administradores de iniciativa privada, como seria os Srs. Almeida Prado e Pereira Filho, não se sujeitariam a perder dividendos, ficando os produtores fadados ao insucesso.

A situação condizente à concorrência e suas avaliações, se arrastou até 1948, precisamente até 15 de março de 1948, quase um ano após a tomada das decisões quanto à suspensão da concorrência. Durante este período, as notícias sobre o péssimo abastecimento da carne, foram muitas. O mesmo só poderia acontecer, dada a forma como se encontrava o matadouro fornecedor de carne para o Estado.

O Sr. Ney Leprevost, poucos dias após assumir o cargo de Prefeito, realizou visita de inspeção ao matadouro e constatou que o frigorífico não oferecia mínimas condições de funciona-

mento, ao contrário do que dizia um ano antes, quando promoveu sua candidatura pública.

As condições sanitárias, tão caras àquele sistema, não ofereciam a menor garantia à saúde de qualquer pessoa que consumisse os produtos ali processados. O serviço de fornecimento de água era feito por poços, de maneira deficiente, o que sem dúvida, dificultava a lavagem dos produtos e a limpeza do local. Além disso, os funcionários, que somavam 36, pouco produziam. O adiantamento de suas idades era um dos fatores mais prementes. Estes não suportavam a média de 230 bois abatidos ao dia, sem contar com as sextas-feiras, quando o fornecimento se fazia também para os finais de semana, triplicando o trabalho.

Tanto o Prefeito, quanto o Dr. Adalberto Scherer (Diretor da Divisão Sanitária da Prefeitura e do Matadouro) achavam o órgão sem condições de atender às necessidades da população curitibana.

O discurso da limpeza e do sanitarismo ocupa o espaço do matadouro, no sentido de justificar o pouco fornecimento de carne para a cidade e para o Estado. Colocou-se na limpeza e na organização do espaço, a solução para o problema. Até mesmo os empregados já velhos e fracos deveriam ser substituídos por braços limpos e fortes, a fim de atender à demanda exigida. O olhar vigilante e o olfato astuto captam a decomposição e reorganizam o local do trabalho na intenção de demonstrar melhoria no abastecimento de carne.

Ao reorganizar o cotidiano que se estabelece dentro do matadouro, o olhar e o olfato controlam o consumo e mantêm a ordem, no público e no privado.

Preocupação semelhante foi descrita em páginas anterior-

res, quando do enaltecimento do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Programa Agrícola, como se utopicamente fosse possível higienizar o espaço urbano, a partir do matadouro, prática que será sistêmica e permanente, queiramos ou não. Tal prática vem, como coloca Margareth Rago, "desde a formação do mercado livre de trabalho no Brasil ...".⁴ E diríamos mais ainda, sempre se atrelou ao abastecimento, neste caso específico ao da carne.

O Prefeito Ney Leprevost, continuou suas visitas ao Atuba e concentrou suas atenções às questões sanitárias e de capacidade dos produtos do gado. Destacou deficiências no maquinário num estabelecimento que os discursos diziam moderno, mas pelo visto não tão moderno assim, sendo falaciosas as afirmações dos discursos.

Governança e municipalidade acabavam por se contradizer em suas colocações. Por outro lado ainda, governança e municipalidade também contradiziam as vereadores (Miltho Anselmo da Silva, Laudemiro do Vale, Oswaldo Bittencourt, João Giraldi, Hédel Jorge, Hazar Lima) e ao Dr. Macedo de Souza (Diretor do Departamento de Obras Públicas e Viação da Prefeitura). Estes senhores também fizeram trabalhos de inspeção junto ao frigorífico, afirmando que ele estava munido de ótimas instalações, aparelhamento técnico moderno e capaz de atender a população.

As questões voltadas para o matadouro fizeram parte, durante vários dias, dos trabalhos da Câmara Municipal. Trabalhos que funcionavam naquele 1948 para criar e aprovar projeto de aproveitamento do estabelecimento de matança do gado, para que o mesmo fosse de propriedade pública, afastando a possibilidade de cair em mãos de iniciativa privada ou de qualquer marchan-

te.

Ao município, no caso a Prefeitura, caberia a fiscalização, direção e coordenação, sem o acréscimo do preço da carne ou para o erário público. A Assembléia Legislativa do Estado também colocou em suas ordens do dia o frigorífico modelo, onde as questões relacionadas à carne verde*, deveriam ter sua solução efetivada pelo mesmo matadouro na medida em que a compra feita dos frigoríficos de São Paulo, ou de criadores de lã, prejudicavam os criadores do Estado do Paraná, tais como os de Ponta Grossa, Palmas, Guarapuava, São Matheus, etc. Estes processavam suas vendas ao frigorífico do estado. Dadas as dificuldades apresentadas por aqueles quanto ao preço das forragens, geadas, vendas e transportes, ficavam os produtos do estado sem perceber seus dividendos.

Os produtores paranaenses foram obrigados a fazer negócios com os atravessadores, que elevavam em muito o preço aos açougues e estabelecimentos comercializadores do produto. O prejudicado, em última instância, era o consumidor, mas não em menor importância.

O deputado Aldo Silva se notabilizou em suas participações por propor a reabertura do frigorífico, principalmente em períodos próximos ao inverno. Afirmava que a abertura iria sanar as dificuldades de produtores e de consumidores.

Na mesma Assembléia Legislativa, em 24 de setembro de 1948, foi aprovado projeto lei nº 82/48, que dispunha sobre o crédito especial de Cr\$ 5.500.000,00 (Cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento da quota do Estado, referente à Sociedade Anônima Frigorífico do Atuba, verba destinada à ampliação e cuidados com o maquinário existente. Es-

* Carne verde: é aquela que, após o abate, não é congelada, apenas é resfriada, até que vá para o consumo. Aquela que após o abate é distribuída imediatamente aos açougueiros, etc.

te projeto lei foi aprovado somente na terceira discussão.⁶

Mas não se deve esquecer que com a abertura de mais esta concessão financeira do Estado, aumentava o já grande prejuízo ao erário público. Tal posição foi pouco abalizada, mesmo porque atitudes semelhantes já eram tomadas desde o período do interventor Manoel Ribas, bem como na administração seguinte em 1946, no governo do Desembargador Clotário Portugal.

No primeiro foram iniciadas as obras, e no seguinte fora feita a conclusão e comprado o aparelhamento técnico para o funcionamento,⁷ o que importou num vultoso dispêndio de verbas. Mais uma vez na gestão do Governador Lupion, etc. se procurou um caminho, fosse ele qual fosse.

Além da verba conseguida junto à Assembléia, o governador tinha como meta o envio dos produtos processados para Paranaguá,⁸ atendendo àquele entreposto, se utilizando da Rede Ferroviária Federal. O governador projetou que depois das obras concluídas o mesmo poderia vir a abastecer, além de Curitiba, também ao mercado carioca. A matança seria de 500 bovinos, em detrimento do 230 em 1947, e de 500 suínos ao dia.

No entanto, como já vimos ao tratar do abastecimento da carne até os anos 50, o que propôs o governador Moisés Lupion não deu certo. Este governo teve grandes dificuldades ao tratar com açougueiros, leiteiros, consumidores ou ainda com a Rede Ferroviária Federal.

A Sociedade Rural do Paraná, que consagrava principalmente pecuaristas e cafeicultores, também era das grandes interessadas no frigorífico.

Em junho de 1949 se reunira para discutir sobre o matadouro, tendo estado reunidos, o Dr. Saturnino Luz, Consultor

Jurídico, Dr. Rivadávia de Macedo, membro do Conselho Fiscal, Dr. Tobias de Macedo, Sr. Joaquim Sabóia, demais membros da diretoria e interessados.

Na oportunidade, seu presidente estadual falou a respeito das condições nas quais se encontrava. O referido presidente, Sr. Ivo Leão, dizia estar o frigorífico em perfeito estado técnico e de funcionamento. Disse, ainda, que os pecuaristas, principalmente aqueles locados próximos a Curitiba, deveriam se preocupar mais com a parte que lhes dizia respeito direto, ou seja, o Matadouro Municipal de Curitiba (localizado na região leste da cidade - Bairro Uberaba de Baixo), cujas condições higiênicas eram precárias.

Novamente surge a proposta da higiene, da limpeza pública. Os mesmos deveriam pedir junto ao Governo do Estado do Paraná, a transferência da matança do gado para o frigorífico do Atuba, pagando aos interessados uma taxa maior.⁹

Há que se explicar aqui, que todos os produtores de gado de corte do Município e regiões ao redor de Curitiba, processavam sua matança no matadouro do Uberaba. Também como associados da Sociedade Rural do Paraná, pagavam pelo abate uma taxa pequena, referente à mensalidade da Associação Rural. Depois que o frigorífico do Atuba melhor se aparelhou e ampliou, foi pensada a possibilidade da transferência do abate para lá. Desta forma, seria necessário pagar mais caro pela higiene e modernização. De todos os lados, era impossível fechar os olhos à modernização.

A transferência dos trabalhos de matança do gado para o Bairro do Atuba, já vinha sendo cogitada desde a lei municipal nº 38, de 17 de abril de 1948, que autorizava a Prefeitura a

a entrar em entendimento com o governo do estado, a fim de que se utilizasse apenas um frigorífico, acabando com o monopólio e franqueando todo o processo. Até o final de 1950, não foi possível se chegar a uma opinião definitiva, já que as opiniões divergiam excessivamente.

Em agosto de 1951, o Paraná figurava entre os maiores criadores de produtos de origem animal. Ocupava então, entre o Distrito Federal e os 17 outros estados, a sexta maior produção nacional, contribuía para os mais de treze milhões de abates de todo o país. Isso ocorria apesar dos frigoríficos municipais, estaduais, federais e particulares do Estado do Paraná estarem em precárias condições.

A confusão tomava conta de tudo. Desde o governo do pós-guerra até o início do governo Munhoz da Rocha, nenhuma medida mais efetiva foi tomada em relação aos frigoríficos, sejam do Estado, Município ou particulares.

Em outubro do mesmo ano (1951), o Sindicato dos Varejistas de carnes verdes do Paraná ameaçou interromper o fornecimento da carne se os preços não fossem aumentados, afinal, produziam o suficiente para que pudessem pedir um aumento nos preços. Esta iniciativa não combinava com a falta de perspectiva que ofereciam os frigoríficos, que representavam carnes pouco higiênicas para o consumo.

O Palácio São Francisco, que pertenceu à Família Garmater de frigoríficos, e passou a sede do governo, foi o local escolhido para a reunião presidida pelo Coronel Albino Silva, então Presidente da Comissão Estadual de Preços. Esta reunião tinha por objetivo discutir a falta de carne no mercado e suas péssimas condições. No final da mesma foi determinada a incompetên-

cia daquele sindicato em atender às condições básicas de fornecimento do produto, ficando a questão de 20% no aumento dos preços prejudicados. Afinal, como aumentar o preço de um gênero que apresenta tantos desdobramentos negativos? O aumento no preço da carne foi impedido quase por unanimidade pela Comissão Parlamentar da CEP e outros interessados.¹⁰

Dados estatísticos sobre a matança do gado bovino nos frigoríficos brasileiros, no triênio 1948-50, segundo o IBGE,¹¹ levantam que, do total abatido em 1950, 1.033.464 (81,54%) diz respeito às vacas e 51.786 (4,09%) dos vitelos. O gado suíno abateu respectivamente, 151.077 - 40.436 - 60.288, nos anos de 1948, 1949, 1950. Os caprinos: 41,0 e 292 cabeças nos anos de 1948, 1949, 1950. Além de figurar entre o sexto produtor numa listagem de dezoito departamentos no Brasil, o Estado do Paraná era um dos seis estados possuidores de frigoríficos. Ao lado dele estavam o Rio de Janeiro (DF), Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. No que se refere ao gado suíno, os frigoríficos paulistas ocuparam a dianteira: 307.779 cabeças (46,52%), seguido de longe pelo Rio Grande do Sul: 180.517 cabeças (27,29%). Após estes vinham o Paraná com 118.595 cabeças (17,93%); Santa Catarina com 49.603 cabeças (7,50%); Rio de Janeiro com 5.064 cabeças (0,76%) e Minas Gerais com 13 cabeças. O gado ovino foi abatido em maior quantidade no Estado do Rio Grande do Sul com 58.440 (96,93%); São Paulo com 1.613 cabeças (2,68%) e Rio de Janeiro com 27 cabeças (0,040%).

Em geral, no Brasil, o gado bovino estava em franca produção. No Paraná, apesar de sua boa colocação em âmbito nacional, o produtor não estava bem amparado. Inexistia a organização dos frigoríficos, havia problemas com a exportação e dis-

cordâncias em relação à exploração da carne de gado bovino, que acabou por prejudicar o Estado e sua população. Talvez seja este o problema maior da estatísticas, elas nunca discutem os problemas que estão por trás do numeral. Ao leitor menos atento, a situação das cifras poderia dar ótima impressão, mas a situação não era bem esta, haja vista que o matadouro municipal muitas vezes esteve prestes a desabar e em outras chegou a desabar, dadas as péssimas condições de manutenção. Em 1952, a Prefeitura procedeu a averiguações,¹² sem tomar nenhuma medida objetiva. Sem dúvida alguma a carne dava lucros aos seus empresários, uma vez que a mesma era paga aos invernistas e criadores ao preço de nove ou dez cruzeiros por quilo posto no matadouro, não sendo este dinheiro, sem dúvida, empregado em obras de beneficiamento do matadouro municipal, levando em consideração o seu desabamento. Como se não bastasse, não se deve esquecer que os preços cobrados para o abate eram considerados pequenos em comparação ao cobrado pelos açougueiros junto à população consumidora, ou seja, dezessete cruzeiros ou até mais. Além disso, o excedente da produção (couros, miúdos, etc.) que ficavam com o produtor, dava em média trezentos cruzeiros por boi.¹³

Se por um lado a Câmara Municipal dera o seu apoio com relação à melhora das condições do frigorífico do Atuba, agora vem pedir o embargo do matadouro municipal, porque a situação que era de precariedade se acentuava cada dia mais. Com este intuito, o vereador Miltho Anselmo da Silva, representou a questão com requerimento à Câmara de Vereadores, a fim de aprová-lo e encaminhar à Prefeitura:

"Considerando que a carência do gêneros de primeira necessidade vem se agravando de uma forma alarmante, e principalmente a carne verde e seus derivados, cujo produto forma a base da alimentação do nosso povo; (...) considerando que como representante do povo nesta casa, não podemos ficar apáticos e indiferentes a tão crucial problema. Requeiro por intermédio da mesa, ao Sr. Chefe do Executivo Municipal, que suspenda o corte de gado, até que as autoridades administrativas solucionem o problema, porque assim se estará evitando ocorrências desagradáveis...SA-LA DAS SESSÕES, em 20 de fevereiro de 1952.

A vereança tomou sua posição no sentido de embargar o matadouro do município, mas neste momento o **quebra-quebra** em praça pública já se havia realizado. A população já havia tomado suas providências depredando açougues e enfrentando as autoridades. Ela tomou sua iniciativa quanto ao difícil abastecimento da carne, ficando este episódio conhecido através da imprensa periódica da época como a **Greve Branca da Carne**. Nos jornais as manchetes eram: **Quebra-Quebra de Curitiba**,¹⁴ **Vários Açougues Depredados pelo Povo**¹⁵ e **Dia de Forte Agitação em Curitiba**.¹⁶ A posição adotada pela vereança, em certo sentido coloca o matadouro do Atuba, como o único e principal responsável pelos acontecimentos. Infelizmente para a população já tão agitada em 1952 como também demonstram as manchetes acima que vinham ilustradas com fotografias sugestivas, o matadouro municipal continuou funcionando de forma capenga ainda por muitos anos, apesar dos **quebras**.

Até o fim do período do governo Adolfo de Oliveira Franco (01.05.1955 a 31.01.1956), os problemas voltados para os frigoríficos não se haviam resolvidos. Tentando outra solução para o problema, em janeiro de 1956 o governador solicitou a entrega do frigorífico do Atuba, aos criadores da Cooperativa do Estado

do Paraná Ltda., a fim de tratar de maneira econômica a questão do abate, visando não onerar a produção animal. A forma jurídica encontrada pelo governador foi o contrato de locação daquele estabelecimento para a Associação dos Criadores de Bovinos, na oportunidade representados pela Cooperativa dos Criadores do Estado do Paraná Ltda.. O contrato de aluguel custaria à Cooperativa a quantia de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) por mês, para um contrato de 15 anos. O abate de toda e qualquer espécie de gado custaria por unidade Cr\$ 3,00 (três cruzeiros). A melhor solução para o problema, segundo o governador, foi o arrendamento do frigorífico do Atuba por entidades reconhecidamente idônea e capaz de caminhar na solução do problema de fornecimento da carne às populações.¹⁷

Esta estratégia, supostamente norteadora, tomada pelo governador Oliveira Franco, acabava por não dar fim à questão, uma vez que medidas muito próximas já haviam sido tomadas por governos passados. Vejamos que a título de comparação fez-se a concorrência daquele frigorífico no governo Moisés Lupion, bem como empréstimos para o seu aparelhamento. Também não esqueçamos da possibilidade que cogitava a Sociedade Rural do Paraná, de abater seu gado por aquele frigorífico. Em suma, todas são medidas muito semelhantes! A Sociedade Rural fazia parte do mesmo cartel da Cooperativa dos Criadores do Paraná Ltda.. Como já ficou dito, esta entidade congregava mais de perto agricultores e pecuaristas, bem como de modo também muito próximo os cafeicultores. Somente pecuária aliada à cafeicultura é que teriam a possibilidade de pagar um aluguel de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) ao mês, por estarem estes dois setores da economia em alta no Paraná. O Estado era o sexto produtor de origem ani-

mal, segundo as estatísticas oficiais desde 1947, sendo que o café do Paraná por sua vez não ficou para trás nesta classificação.¹⁸ Se o aluguel era significativo, os três cruzeiros para o abate não representavam nada para os criadores. Há quatro anos o matadouro municipal apresentava-se em condições bem inferiores e já cobrava nove e dez cruzeiros por quilo abatido.

O Jornal **Gazeta do Povo**, passado o calor do **quebra-quebra**, instigou mais uma vez a administração municipal e estadual, a fim de colocar em prática aquilo que dizia ser os reclamos da população. Fez publicar em nota do dia 21 de julho de 1957, uma série de questionamentos em relação aos frigoríficos, salientando de maneira especial a questão que dizia respeito aos matadouros do município. Este artigo levantou hipóteses de que muito das contas cobradas era falso, que açougueiros recebiam notas sem especificação mais clara das mercadorias transadas, que o gado para abate era recebido por um preço e escriturado por outro, que a Prefeitura vendia carne aos açougueiros a Cr\$ 22,50 (Vinte e dois cruzeiros e cinquenta centavos) e o mesmo a Cr\$ 23,00 (vinte e três cruzeiros) sendo sempre escriturado por Cr\$ 21,00 (vinte e um cruzeiros). Além destas havia, entre outras, acusações que se vendia bois condenados como se fossem bons, os quais eram posteriormente remetidos para as fábricas de salsicharias. Devido às poucas provas encontradas para tais questões, não se pode levá-las em consideração definitiva. Percebe-se, no entanto, que muitos freqüentes eram os desdobramentos deste universo.

Apesar de tais assuntos não estarem em perfeito estado de confirmação, não se pode também refutá-los. Preferimos deixá-los como mais um adendo à estampa que se quer captar. O Jor-

nal **Gazeta do Povo**, em outros momentos já fizera a crítica dos assuntos ligados ao tema de forma não menos autêntica no governo Moisés Lupion (de 12.03.1947 a 31.10.1949). Assim, no segundo período desta governança (31.01.1956 a 31.01.1961), a **Gazeta do Povo** foi um grande formador de opinião sobre o assunto do gado. Este jornal colocou-se como inquiridor, cobrador de alternativas, assumindo muitas vezes a posição de ajuda ao poder público e aos produtores do gado, com críticas e frases de duplo sentido. Demonstrando sua ironia:

... oferecemos estas perguntas, apenas como subsídios, pois já que se cuida do assunto, é interessante enveredar também por este caminho (...) O povo quer do prefeito da cidade, apenas a verdade. E S.Exa., temos certeza absoluta, está com o povo e quer a mesma coisa!¹⁹

Apesar das críticas e provocações feitas pelos veículos de comunicação (jornal e rádio),²⁰ o assunto não obteria alternativas consistentes de resolução até 1959.

O prefeito de Curitiba, Iberê de Matos, em 1959, tratava da permuta do frigorífico municipal (Uberaba) pelo estadual (Atuba). A situação era de impasse. O interesse do prefeito era no sentido de suprir o abastecimento alimentar da cidade, em função das ocorrências que tinham na carne seu motivo. Foi colocado em discussão na Câmara Municipal o projeto de criação de uma Divisão de Abastecimento Alimentar, anexa ao Departamento de Serviços de Utilidades Públicas. Esta discussão resultou no decreto nº 91/59 que designava grupo especial de trabalho, o qual tinha por objetivo dar continuidade a planificação à Divisão de Abastecimento Alimentar.

O frigorífico do Atuba representava o melhor local para a execução daquelas ações, devido às suas instalações na área de aproveitamento. Em função disto, o prefeito sugeria a permuta. No ante-projeto enviado à Câmara Municipal que deveria ser decretado pela mesma, a permuta deveria correr sem qualquer compensação, mesmo que a avaliação fosse dispar. Esta ação tinha mais o aspecto da barganha do que de tomada de posição definida. Jamais poderia o prefeito elaborar um ante-projeto sobre uma propriedade estadual, pois o frigorífico do Atuba era de propriedade do Governo do Paraná. A lei, fique claro, já estava praticamente pronta quando da notificação ao governador. O Município de Curitiba, representado pelo prefeito, queria a permuta sem mesmo levar em conta as diferenças técnicas entre os frigoríficos. As questões do abastecimento estavam tão desconexas que qualquer saída, por si só, já representava um **exito**. Se alguém teria que propor alguma mudança ou troca deste estabelecimentos, deveria ser a administração governamental. Porém, dada a inoperância do governo estadual na questão, assim se resolveu. A frase final da **proposta** lei, diante de tantos aspectos contraditórios, ficou ainda mais autoritária: REVOVAM-SE AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.²¹

Em 1961, a Cooperativa de Criadores era responsabilizada pelo Estado pela inoperância do frigorífico do Atuba. Esta era a administradora oficial do mesmo, segundo se pensava desde 1956. De acordo com o depoimento feito ao Jornal **O Estado do Paraná**, em 20 de outubro de 1961, o Dr. Antonio Ribas, ex-presidente da entidade cooperativa, tal comentário era uma inverdade, pois não se chegou a tomar posse do referido imóvel durante o período que o então Major Ney Braga foi Prefeito Muni-

cipal, paralelo ao governo estadual de Adolpho de Oliveira Franco; as dificuldades do abastecimento eram prementes no que concerne aos frigoríficos e carne.

Face às várias tentativas anteriores, o governo optou por entregar o fornecimento de carne que fazia à Prefeitura para a Cooperativa. Esta, procurando solucionar o retalhamento da carne, pediu ao governador de então que cedesse o frigorífico a fim de estimular o produto paranaense.

Tal negociação não aconteceu, em função de que, como ficou demonstrado em nota anterior, era proposta de cobrança de certa taxa para cobrir os gastos da entidade de cooperação e manutenção do frigorífico.

Dado o pequeno tempo de permanência do governador Adolpho de Oliveira Franco, a concessão do frigorífico do Atuba não foi concretizada. O governo do Sr. Moisés Lupion, não demonstrou maior interesse pela transação, e o frigorífico permaneceu sob a égide do governo estadual, passando a ser transformado em depósito de maquinarias gerais do estado.

Neste período, foi administrado em parte pelo Departamento de Produção Animal S.A. e em parte pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas e Rodagem).

Essa má veiculação do centro nervoso de distribuição e abate, vem demonstrar mais uma vez o péssimo funcionamento da empresa do gado no período, ficando a Cooperativa dos Criadores isenta de qualquer culpa na inoperância do estabelecimento estadual de abate.

Na defesa das acusações, o ex-presidente da Cooperativa dizia ao Jornal **O Estado do Paraná** (20.10.1961 p. 4ª e 12ª), que a população do Paraná era pequena em comparação a dos ou-

tros estados, porém, mais de 70% da carne que consumia vinha de outras unidades da federação. Afirma também que o que não vinha de outros estados ia para eles, devido aos entraves, negociatas e sonegações que eram de grande monta.

A capacidade de apenas 500 porcos e 250 bois ao mês, era pequena para um cidade que só de bois consumia 250 ao dia.

Devemos levar em consideração, sobre as palavras do entrevistado, que já em 1947 o número de cabeças abatidas era de 230 ao mês. Portanto, a situação realmente se agravava. Em quatorze anos, a variação foi de apenas 20 cabeças. O total geral, no entanto, para estabelecer comparação no Brasil, foi de 539.756 em 1920 para 1.102.240 em 1951.

Fica evidente que a produção brasileira diminuiu nos dez anos (1951/1961) posteriores. O Paraná, vindo a colaborar com 20% do consumido aqui, demonstra a queda proporcional de sua produção.

Esta redução proporcional do percentual da produção paranaense em relação ao consumo foi provocada também pela desvalorização feita pelos atravessadores, desorganização no abate feito pelos frigoríficos e pela pequena eficiência dos órgãos governamentais.

O Dr. Antonio Baptista, por sua vez, achava que a dificuldade dos frigoríficos estava centrada na falta de câmaras e de capacidade destas para a carne congelada. Fosse o problema de congelamento ou de resfriamento, não se deve perder de vista que tudo se relacionava ainda no frigorífico.

Na mesma entrevista, se levantou o mau estado das instalações, necessitando tanto o edificado quanto o equipamento interno, de reparos. Se o mesmo não fosse modernizado, seria

insuficiente a produção para a resolução do problema da carne.

Percebe-se que a modernização caminha a passos largos, e a pouca transformação do matadouro, **deixado às moscas**, utilizado para depósito de maquinaria de outra espécie, acabou por torná-lo ultrapassado. Tal abandono fez com que se perdessemos investimentos feitos anteriormente, retirados da administração pública e dos impostos.

A carne congelada ou resfriada, sob o discurso de modernidade, inicia o seu caminho na preferência do consumidor. A modernidade representa maior conservação e durabilidade, oferece a possibilidade de estocagem para alta dos preços. Além disso, ela tem aspecto mais higiênico, o que vai de encontro com as propostas saneadoras. Desejava-se um frigorífico bem equipado, com funcionários jovens e em grande quantidade, que devem caminhar por um espaço limpo de tal sorte que é possível perceber o bom funcionamento de tudo, sem nada fora de ordem, produzindo carne congelada de mesma aparência, sem sangue e sem vida.

Por outro lado, o ex-presidente da Cooperativa dos Produtores de Gado, propunha a melhora dos pastos, além do escoamento do gado para outras paradas da região oeste e noroeste do estado, onde o boi, mesmo na entresafra, estaria gordo. O clima de inverno lá, sendo ameno, incrementaria a pecuária. Além disso, se propôs a dar amparo aos produtores daqueles campos nativos. Desta forma volta-se às mesmas e gastas alternativas antigas para problemas antigos: pasto, boi gordo, inverno, entresafra e tentativas de barateamento do produto, já eram velhas conhecidas que figuravam pela imprensa desde a década de 20 e 30.^{22,23,24} Isto demonstra que o discurso continuou o mesmo, representado apenas pelo novos mandatários, que se man-

tiveram de 1940 a 1964.

Na sua linha de procura para resolver o problema do abastecimento, o prefeito Iberê de Mattos pedia cinco milhões de cruzeiros ao governo do Estado que deveriam servir para a reforma do frigorífico do Atuba. O governador Ney Braga autorizou o prefeito a realizar as reformas necessárias ao pronto funcionamento, desde que o governo pudesse intervir diretamente nos mercados da carne, leite, peixe, etc.

Dentre as reformas propostas pela prefeitura, estava a da construção de uma pequena represa nas proximidades do frigorífico, solucionando o problema da distância do sistema de águas e esgoto. A verba para tais reformas foi conseguida junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico. O empréstimo favoreceu a passagem do frigorífico do Estado ao domínio da Prefeitura, o que fez com que o matadouro municipal ficasse relegado a um segundo plano. No dia 16 de outubro de 1961, através de um ofício encaminhado ao Sr. Paulo Pimental, Secretário da Agricultura, o governador Ney Braga, fez a passagem do frigorífico à municipalidade.²⁵ Se antes, a administração municipal não tivera muitos interesses no matadouro municipal, que dirá agora. Principalmente se for levado em consideração a modernização da nova propriedade.

No triênio 1959, 1960, 1961, a Divisão de Matadouros, segundo a revista Paraná Econômico²⁶ apresentou situação difícil, quanto à receita. Isto pode ser explicado pela morosidade daquele setor, obrigando a arrecadação de impostos destinados a estes serviços, a fim de suprir o processo deficitário de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) ao ano. Só para as reformas já haviam sido emprestados Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de

cruzeiros).

Outro dos fatores para o déficit, é o de que os boi abatidos e sua fiscalização, apenas pagavam um preço simbólico de Cr\$ 3,00 (três cruzeiros), não chegando sequer a cobrir os gastos operacionais do processo. O terceiro motivo estava colocado no problema das dívidas adquiridas com o projeto que criava o Centro de Abastecimento, discutido desde 1959, que viria por se utilizar do matadouro do Atuba, permutado com o governo.

Em comparação com o setor pecuário, a Divisão de Abastecimento Alimentar, conseguiu atingir os seus objetivos, muito mais no setor agrícola. Ela desenvolveu um cinturão verde ao redor da cidade de Curitiba, vindo por suprir não apenas o mercado municipal, mas também a própria Divisão de Abastecimento Central distribuindo mudas aos pequenos e grandes produtores, além de veicular cursos na área de agricultura. No mesmo triênio (1959, 1960 e 1961) em que a pecuária atravessou dificuldades acentuadas.

No encontro regional de abastecimento, realizado em Porto Alegre - RS, em meados de 1961, já se apontava para novos caminhos na questão agro-pecuária. Neste encontro, surgiram propostas para a realização de reuniões de incentivo à produção de gêneros específicos no Setor de Produção, principalmente na capital paranaense. Tais reuniões, além de promover a produção, tinham no seu rol de atividades o levantamento de necessidades e dimensões dos problemas, ao mesmo tempo que faziam a distribuição dos encargos futuros aos setores específicos. Percebe-se que foi no primeiro governo Ney Braga que se fez a tentativa de planejamento e organização na produção agro-pecuária curitibana, com os mais amplos setores convidados a participar das

reuniões, principalmente os ligados às ofertas governamentais de financiamentos para a produção que se quisesse tomar. Veja-se:

Essas reuniões deverão contar com a participação da Secretaria da Agricultura e dos setores federais ligados aos problemas de produção, armazenamento e abastecimento; deverão, para elas, ainda, ser convidados o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o Banco de Crédito Cooperativo, a FATR, a ACARPA, Federação das Indústrias e do Comércio, assim como setores da iniciativa particular...²⁷

A morosidade nas discussões para a resolução dos problemas do frigorífico do Estado, bem como as questões municipais, embargou em muito a solução do abastecimento da carne.

Apesar da passagem do frigorífico do estado para o município e para a Central de Abastecimento, o mesmo se manteve entre altas e baixas, sempre seguindo por direções não muito consistentes até 1964. Os despropósitos para se chegar a uma **luz no fundo do túnel**, deu margem ao surgimento de frigoríficos clandestinos. Já que a expoliação era geral, e pouco sérias as atitudes em que estavam envolvidos os matadouros oficiais, nada mais evidente do que a população buscar novos centros de abastecimento. Este foi o caso de um estabelecimento clandestino surgido em Ponta Grossa, com o qual os próprios funcionário do Distrito Fiscal da Delegacia de Crimes contra a Fazenda eram coniventes, não tendo intenção nenhuma de solucionar o caso.²⁸

Este acontecimento situa ainda mais a despreocupação com o tema. Não se quer aqui levar em consideração apenas um caso. Mas há que se perceber que este foi apenas um dos tipos

de soluções para o abastecimento. Se os meios legais já apresentavam conturbações, mesmo com suas aparências técnicas e financiamentos, que dirá a iniciativa clandestina e particular?!

Entendemos como um dos resultados de nossa pesquisa que a única preocupação dos governantes no que diz respeito aos locais de processamento de gado foi a projeção pessoal e a utilização de desculpas para algo que não conseguiam resolver em 19 anos. As nossas descobertas feitas sobre o funcionamento das fábricas de carne foram muitas durante a elaboração deste estudo específico.

Poucas alternativas de solução foram encontradas na fala e na ação dos responsáveis pela administração pública, na medida em que esta era uma questão básica, pois ligada ao abastecimento da carne.

Leve-se em conta ainda que, no que diz respeito aos frigoríficos, foram privilegiadas apenas 54 fichas das fontes escolhidas, por serem consideradas de maior validade para a realização deste estudo.

A fábrica de carne, diferente do que possam pensar alguns, não deixou de cumprir a sua missão. Pelo contrário, manteve a ordem na plêiada do poder, pois nem as manifestações de fevereiro de 1952 conseguiram parar as suas máquinas ineficientes. Isso porque para o sistema pouco importa se uma instituição produz bens ou serviços a contento da população. Porém, importa-lhe que sua existência demonstre o zelo dos governantes pelos governados, contando com os olhos da população que vigia os que exercem o poder. Fosse carne verde, congelada ou resfriada, o frigorífico sempre se adaptou à modernidade através dos discursos de seus responsáveis, deixando a população per-

plexa e sem direção de escolha própria, pois o governo servia, se preocupava e possuía uma instituição para atendê-la. Se não havia carne a culpa não era do sistema, mas sim do mau funcionamento da instituição.

Não se deve esquecer, ao concluir a discussão deste tema, que se deve perceber nas entrelinhas do discurso do moderno e do higiênico na fábrica da carne, as novas orientações que eram desde o período pós-guerra na área de economia do país. Nesse período ocorreu uma intensificação do processo produtivo via industrialização acelerada, a qual se deu paralelamente à presença do capital estrangeiro, coadunado ao capital industrial nacional.

Este ingresso de capital veio na lógica do capitalismo de monopólio internacional, juntamente com a transferência de maquinário estrangeiro para países com o Brasil. O que foi se dar também em nível de setores industriais como da carne e consequentemente nos frigoríficos de maneira não menos tênue.

Tudo que era novo e **tecnológico** era bom para o desenvolvimento, de tal sorte que veio a reorientar os mecanismos das relações sociais, reajustando diversos grupos à nova realidade. Esta foi a dinâmica adotada no período populista desenvolvimentista (1945-1964), a qual fica evidenciada no discurso do progresso, da deriva **progressista**.

Até mesmo a utilização dos vários termos para querer identificar uma mesma espécie, ou seja, o local onde se processa a carne, foi feita várias vezes por nós neste texto, sem estabelecer entre eles diferença maior, pois assim apareceram nas fontes pesquisadas. Frigorífico e matadouro constavam como se fossem um só. Porém, devemos entender como **matadouro** o local

onde se processa a carne, foi feita várias vezes por nós neste texto, sem estabelecer entre eles diferença maior, pois assim apareceram nas fontes pesquisadas. Frigorífico e matadouro constavam como se fossem um só. Porém, devemos entender como **matadouro** o local onde se mata o gado e por **frigorífico**, o lugar onde o gado é reprocessado e congelado.

Apesar disto o discurso oficial foi sempre o de tentar igualá-los, afastando a possibilidade da caracterização de diferenças. Isso ocorria porque toda a orientação econômica foi dada no sentido de transformar o capital estrangeiro em financiador do desenvolvimento, como ficou dito aqui e em outros trabalhos de referência.^{29,30} Desta forma, tudo em torno da produção teve que se mecanizar na medida do possível, disso não escapando o matadouro ou o frigorífico. Por final, nos ocorreu classificá-los - mataudoro e frigorífico - como fábrica da carne, já que os processos pelos quais esta passava, fosse na fala dos responsáveis ou ainda nas práticas de organização do espaço e na limpeza, identificam-se com as fábricas e seus regulamentos do início do século. Tais práticas e regulamentos foram muito bem colocados por Margareth Rago.

A etimologia da palavra para designar matadouro, frigorífico ou outros, foi se adaptando aos desdobramentos sócio-econômicos de orientação no país. O Estado do Paraná, sua capital e outras localidades não escaparam a estas malhas. A esta adaptação, foi também a população paranaense conduzida. Mesmo porque tudo foi muito suave, atendendo aos caminhos do **progresso**.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹OS MOMENTOSOS PROBLEMAS DA CARNE. *O Dia*, Curitiba, 28 set. 1947. p.6.

²OS MOMENTOSOS PROBLEMAS DA CARNE. p.6.

³ANULADA A CONCORRÊNCIA DO MATADOURO DO ATUBA. *O Dia*, Curitiba, 08 abr. 1947. p.1.

⁴RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar; a utopia da cidade disciplinas, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

⁵O PROBLEMA DO FORNECIMENTO DA CARNE VERDE À POPULAÇÃO CURITIBANA. *O Dia*, Curitiba, 08 abr. 1948. p.3.

⁶NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - Aprovado em terceira discussão o crédito de Cr\$ 5.500.000,00 para o frigorífico Atuba S.A. *O Dia*, Curitiba, 24 set. 1948. p.4.

⁷COOPERATIVA DE CRIADORES NÃO É RESPONSÁVEL PELO FRIGORÍFICO DO ATUBA. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 20 out. 1961. p.8.

⁸COOPERATIVA DE CRIADORES NÃO É RESPONSÁVEL PELO FRIGORÍFICO DO ATUBA. p.8.

⁹QUEREM A MATANÇA DO GADO PELO FRIGORÍFICO DO ATUBA. *O Dia*, Curitiba, 10 jun. 1949. p.9.

¹⁰O PRETENDIDO AUMENTO DO PREÇO DA CARNE. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 13 out. 1951. p.8.

¹¹BOLETIM DO IBGE - 1950. *População pecuária*. p.112 III-126/132.

¹²PARTE DO MATADOURO MUNICIPAL ESTARIA AMEAÇADA DE DESABAMENTO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 14 fev. 1952. p.1.

¹³E AINDA AFIRMAM QUE A CARNE DÁ PREJUÍZO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 15 fev. 1952. p.1.

¹⁴DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 12 fev. 1952. p.6.

¹⁵DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 20 fev. 1952. p.1,6.

¹⁶GAZETA DO POVO, Curitiba, 21 fev. 1952. p.5.

¹⁷FUNCIONAMENTO DO FRIGORÍFICO DO ATUBA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 06 jan. 1956. p.8.

¹⁸PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica; o caso paranaense*. São Paulo, s.ed., 1970.

¹⁹UM "CASO" NO MATADOURO: SUAS RAÍZES ESTARÃO NO CASO DA CARNE. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 jul. 1956. p.8.

²⁰UM "CASO" NO MATADOURO: SUAS RAÍZES ESTARÃO NO CASO DA CARNE. p.8.

²¹O PREFEITO VAI RESOLVER OS PROBLEMAS DO ABASTECIMENTO; **Revista Paraná Econômico**, 73:21, abr. 1959.

²²A CARNE VERDE. **Diário da Tarde**, Curitiba, 30 jan. 1923. p.1. (sobre a produção do preço da carne por alguns açougues).

²³A CARNE. **Diário da Tarde**, Curitiba, 08 fev. 1923. p.1. (sobre o preço da carne; referências à notícia veiculada pela Gazeta do Povo).

²⁴A GREVE DA CARNE. **Diário da Tarde**, Curitiba, 05 jun. 1930. p.1,8.

²⁵O ESTADO ENTREGOU À PREFEITURA O FRIGORÍFICO DO ATUBA; ABASTECIMENTO DE CARNE À CIDADE. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 out. 1961. p.9.

²⁶REVISTA PARANÁ ECONÔMICO, 104/105:36, nov./dez. 1961.

²⁷ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS NO MUNICÍPIO DE CURITIBA. Divisão de Matadouros; Divisão de Alimentação. **Revista Paraná Econômico**, 104/105:36, nov./dez. 1961.

²⁸GAZETA DO POVO, Curitiba, 07 jul. 1962. p.4.

²⁹GONÇALVES, Marcos A. & HOLLANDA, Heloisa B. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo, Brasiliense, 1982.

³⁰MARANHÃO, Ricardo. **O governo Juscelino Kubitschek**. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

4 O TEATRO DO QUEBRA-QUEBRA FOI INSTALADO: "A GREVE BRANCA SANGRA"

1952

A década de 50 foi marcada pelos grandes embates com relação às questões econômicas e sociais.

O início do governo Vargas, no período de 1951 a 1954, representou o desenvolvimento de idéias voltadas para a aceleração do crescimento econômico e industrial. Desta forma, acirrou-se um grupo industrialista e outro anti-industrialista.

Em período anterior (1948-49), a aliança indústria-comércio caiu por terra em seus passos iniciais, isto porque a UDN e o PSD não conseguiram conciliar em uma única chapa para a presidência da República os interesses mútuos. Nesta medida, o início do governo Vargas tratou das questões destes dois extratos burgueses (o do comércio e o da indústria) tendo envolvidos nestas os reclames de setores que faziam parte de um e de outro. Há que ressaltar aqui que a UDN fez durante todo o período daquele governo, o papel de burguesia comercial anti-industrialista, ficando ao PSD a posição de industrialista ou de promotor da política econômica industrializante.

Estes antagonismos acabaram refletindo nas questões das políticas econômicas e sociais do período Vargas, as quais foram captadas nesta pesquisa, de forma mais particular, nos desdobramentos do abastecimento.

Após a vitória, Vargas tentou receber o apoio popular, na medida em que sabia das dificuldades a serem enfrentadas, tanto com a burguesia industrial como com a comercial. Os discursos para as grandes massas tornaram-se cada vez mais frequentes e a maneira encontrada pelo presidente para a manutenção de sua prática, foi a concessão de aumento de salários. Porém, há que se analisar aqui que tais aumentos promovidos em 1951 já eram de direito dos trabalhadores. Mesmo porque, os aumentos não aconteciam desde 1943, quando se verificou que os salários não eram suficientes para se adquirir um quilo de carne. E o contrário dessa situação era quando existia dinheiro mas a produção era mantida estocada e escondida pelos especuladores.

Outro aspecto que não se pode perder de vista quando se estuda o período (1945-1964), é a oposição que sempre foi feita pelo Partido Comunista em relação ao Governo Getúlio Vargas. Sempre no sentido de propor a queda de seu governo. Questionando a real existência de um governo democrático e popular. Acabando por provocar os menos contentes. Oferecendo alternativas para mais reclamações. As tomadas de posição do Partido Comunista foi fator relevante na conjuntura do período. Mesmo que fosse considerado por muito tempo na ilegalidade, ajudou a alterar o curso da atividade populista daquele governo.

Em relação a isto, devemos recordar o não apoio dado por Vargas à greve dos bancários em 1951, ou mesmo à greve dos 300 mil em 1953 e pelos caminhos que aquele manifesto acabou por influenciar: repressão e aumento das animosidades e discordâncias.

mo prática de ação, transferir para a população, a exploração que sofriam de setores superiores no mercado da carne. Onde se pudesse retirar lucro, a sonegação era realizada.

Poderíamos nos perguntar se esta situação se dava para todos os açougueiros?! Precisar esta alternativa no momento, é querer **abraçar o mundo com as mãos**. Mas a evidência dos reclamos encontrados no fichamento feito em dois jornais de posição distintas (em número aproximado de 107 fichas para os meses de janeiro e fevereiro de 1952), por si sô já representam a exploração feita por parte dos açougues, não sendo apenas um ou outro que estava envolvido com tais questões. Numa localização mais setorial, a inoperância das medidas proclamadas pelo governo na contenção dos abusos econômicos, era colocada diretamente na Comissão Estadual de Preços que deveria ser a responsável direta pela solução destes impasses.

Como se já não bastassem os entraves desencadeados pelos altos preços, o Paraná neste período, segundo o senso de IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)³, foi o estado de maior crescimento vegetativo. Portanto, havia mais bocas para alimentar. Mas diferente dos outros Estados, o Paraná foi o único em que crescimento vegetativo foi menor que o crescimento agro-pecuário. Por outro lado o aumento nos preços agro-pecuários, com certeza equiparava-se aos de outros estados.

Diante das dificuldades encontradas na área do abastecimento, criou-se um dispositivo a fim de se julgar os infratores. Através deste, os acusados de cada região seriam julgados por um júri popular da própria região e por um juiz que determinaria a sentença e dirigiria os trabalhos. Mas, este só julgaria comerciantes de atacado e varejo. Os praticantes, infra-

A contenção, proposta por aquele governo com relação às greves, se apresentou contraditória à sua proposta inicial. Tal contradição se deu na medida em que, em momentos anteriores, a proposta era de as greves chamarem a atenção do Estado para a proteção dos trabalhadores. Mas, ironicamente, o que aconteceu foi a atenção do Estado no sentido de reprimir qualquer mobilização dos trabalhadores. O populismo tinha intenção apenas de promover a manifestação dos trabalhadores, desde que não o disvirtuassem. O populismo reorientava os mecanismos de ajuste dos vários grupos sociais. Esta prática resulta na exclusão social, contendo a reivindicação das massas. Estas práticas acabaram por se espalhar por todo o Brasil, assim como por exemplo no Paraná, e mais específico na greve branca da carne em Curitiba que não conseguiu escapar a esta vertente do poder.

Seguindo pelos caminhos dos discursos inflamados à população e nos do ideal populista, o Presidente Getúlio Vargas, no discurso de final do ano de 1951,¹ fazia alusões ao encarecimento da vida do pós-guerra, prometendo caçar os **tubarões**, (sonegadores auferidores de preços exagerados). Dizia ainda, que o governo interviria de forma armada nos domínios econômicos, além de proceder pelas vias legais, julgando os crimes contra a economia popular. Ao mesmo tempo, agradecia ao Congresso Nacional pela oportunidade dada a ele e à população, quando foram as suas leis de perseguição à carestia da vida.

Mas, mesmo diante de tais idéias, os preços se exacerbavam nos quilos que nem sempre continham mil gramas, como ocorria em açougues de Curitiba em janeiro de 1952.²

A exploração feita pelos frigoríficos se dava também em nível de varejo, quando os açougueiros acabaram utilizando co-

tores de crimes de monopólio ou trustes, seriam julgados por juiz especial.

Porém, devemos lembrar que a maioria dos crimes contra a economia popular eram cometidos por **de trás das cortinas**, sendo difícil realizar o flagrante ou impor penas mais altas para as infrações. O promotor público tinha dois dias para apresentar a denúncia, devendo o processo policial ser concluído em dez dias e o juiz dispunha de trinta dias para pronunciar a sentença.

No rol dos crimes contra a economia popular, figuravam as seguintes categorias: "(...) tudo o que representar ganho ilícito, como manobra altista, falta de peso, artigo mal fabricado, gênero estragado, favoritismo quanto a fregueses, câmbio negro, juro extorsivos, etc. (...)"^{4,5} As penas variavam de cinco dias a dez anos de prisão, além da multa de mil a cem mil cruzeiros. Tal lei entrou em vigor no dia 25 de fevereiro de 1952. Junto também foi sancionada a lei que criou a COFAP (Comissão de Abastecimento e Preços). Esta Comissão, tinha como meta a compra, venda e distribuição de todo o necessário para subsistência, regularidade da produção e abastecimento da nação, podendo até requisitar ou desapropriar fábricas e bens.

Junto da Comissão Nacional foi criada a Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Paraná. Estas instituições em vez de beneficiar a população, acabaram por representar um embargo nas negociações que procurou a população desencadear com relação ao abastecimento da carne, como veremos no decorrer deste trabalho. Estas instituições não conseguiram resolver os problemas que eram de sua competência ao menos é a isto que se propunham as leis que as criaram. Durante todo o período con-

juntural da Batalha da Carne, COFAP e COAP fizeram o papel de veiculadores das discussões entre Estado, população consumidora e produtores (distribuidores).

Em 1952, estava em moda, quando se discutia o problema da carne, dizer que a escassez do produto decorria do excessivo abate para as charqueadas*, além de se dizer que o empobrecimento dos rebanhos era decorrência do abate de vacas aptas para a procriação ou mesmo prenhas. Estas duas possibilidades dos motivos da falta de carne, deu ao então Ministro da Agricultura João Cleopas, a idéia da criação do Plano de Abastecimento do Gado Bovino. Este Plano dispunha sobre o aparelhamento dos estabelecimentos abatedores das capitais**, propondo a industrialização até o máximo de 15% de carne com osso da quota entregue ao consumo naqueles mercados. Porém, já vimos ao tratar das questões dos frigoríficos no Estado do Paraná, que pouca das medidas tomadas nesta questão foram benéficas. E como colocava Getúlio Vargas:

"Não descançareis enquanto não conseguir proporcionar aos homens e mulheres e às crianças do meu país a existência digna, tranqüila e próspera a que se tem direito. E isto eu reafirmo agora, com um juramento solene, nesta passagem do ano, sempre tão cheias de inquietações e esperanças."

Mas o discurso do tranqüilo, da dignidade, da prosperidade e do direito, não conseguiu se manter à tona. Getúlio Vargas faleceu em 1954 sem resolver o problema do abastecimento.

* Local em que se produz o charque, carne que se conserva pelo excesso de sal, local onde se faz o retalho do gado para a distribuição.

** Distrito Federal, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, e dos Municípios de Santo André, São Bernardo - dos maiores produtores de gado do país naquele período.

Assim como os setores da Justiça e do Ministério da Agricultura, o Ministério do Trabalho através do Ministro Seagas Viana, se manifestava a respeito das greves ocorridas em São Paulo e em outros pontos do País naquele início do ano. Dizia que as mesmas eram resultado nítido da ação de grupos comunistas, interessados na dispersão da ordem pública. Na perseguição de elementos comunistas e supostos agitadores, o Ministro do Trabalho citava o nome de envolvidos, expondo os mesmos em jornais e notas oficiais, tais como Eugênio Champ; Armando Ziller, Elizeu Alves, Roberto Morena, Jaci Pacheco, Saul Capptein, Antonio Recluá e tantos outros. Fossem ou não comunistas, estes indivíduos eram colocados como **testas de ferro** para o governo justificar suas ações anti-democráticas. Muitos desses nomes não mais se ouviu falar, na medida em que: "(...) a ação enérgica do governo, não permitiu agitações e perturbações (...)"⁶.

Por mais que o Governo Federal criasse comissões, ou transferisse a responsabilidade aos comunistas, a contestação continuava. As comissões de preços andavam desacreditadas em nível federal ou estadual. A proposta da população era de desencadeamento de uma greve branca. Esta se traduzia pela recusa de consumir bens que apresentassem seus preços extremamente altos. Não processava o confronto entre consumidores, revendedores ou produtores. Era apenas uma recusa à compra, boicotando os exploradores. O Jornal **Diário da Tarde**, foi o principal promotor destas idéias na cidade de Curitiba. Esta tipo de greve já tinha acontecido em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As principais capitais do país faziam esta greve para precionar o governo a tomar atitudes mais enérgicas.

Na cidade de Curitiba, pela ausência de mercados e fei-

ras mantidas pelo governo ou prefeitura, a população tinha que se sujeitar a comprar de quitandeiros ou açougueiros os produtos alimentares básicos. Em função disso a população ficava exposta aos sonegadores do comércio livre e da indústria também livre. Estes, como se viu, eram os principais promotores dos desníveis sociais.

O custo de vida de 1942 a 1952 aumentara em 400%, sem o aumento equivalente dos salários. Este aumento repercutiu tanto no preço dos gêneros como no do lazer da população das capitais.

Em Curitiba, os preços dos cinemas em fevereiro de 1952 subiram de sete para onze cruzeiros, assim também acontecera em Belo Horizonte, dada a divulgação do cinema americano e a promoção do ideal norte americano de vida. Na década de cinqüenta, o cinema passou a representar o principal lazer da população curitibana, pelo menos se compararmos as filas dos açougues com as dos cinemas, assistir filmes era quase tão importante quanto comer carne.

O novo, representado pelos cinemas, competia com o velho hábito de comer carne. Fazer a greve branca uniria o útil ao agradável. As donas de casa e o consumidor em geral resolveriam seu problema de abastecimento e os **cinemófilos** teriam o seu prazer saciado ao trocar a fila da carne pela do cinema.

No Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, as donas de casa eram orientadas pela Associação das Donas de Casa. Além de não consumir a carne, a fiscalização da tabela era feita dia a dia para se estudar a variação dos preços. Em poucos dias os prejuízos causados pela greve aos frigoríficos e açougues daqueles Estados já eram significativos.

Em Minas Gerais, por exemplo, no dia 03 de fevereiro de 1953, por causa da política exacerbada, estabelecimentos comerciais foram depredados. Os açougues, cinemas e armazéns tiveram vários prejuízos. As massas enfurecidas atacaram contra aqueles estabelecimentos e, sem estarem satisfeitos, mesmo diante da presença da polícia, grupos impediram a entrada de pessoas nos cinemas. O apredejamento contra as vidraças e as fachadas dos prédios se fez durante o tempo todo. Foi realmente um domingo agitado aquele.

Após o centro da cidade, os bairros se inflamaram, sendo atacados outros estabelecimentos comerciais. As palavras de ordem não faltaram, e no meio da turba muitos foram os estudantes identificados e presos. Um número próximo de vinte pessoas foi atendido nos hospitais com ferimentos provocados por estilhaços de granadas. Outras pessoas fugiram com medo das identificações. A polícia pediu reforço:

Não fora enérgica intervenção da polícia que reventaria verdadeira revolução. Foram imediatamente imobilizados os destacamentos policiais, forças militares e da Base Aérea. O povo foi dispersado mediante utilização em larga escala, de gases lacrimogêneos (...) O governador Kubistschek encontrava-se no momento em Poços de Caldas, devendo retornar hoje à Capital (...)?

Neste período, o sul do Estado de Minas Gerais, diante dos problemas fiscais e de elevação dos preços, manifestava desejo de separar-se, querendo se unir ao Estado de São Paulo ou transformar-se em zona política e administrativa autônoma. O que não deu certo, mesmo com os quebra-quebras.

No Rio de Janeiro, por sua vez, diante dos fortes acon-

tecimentos de Belo Horizonte, os preços baixariam significativamente. A greve branca, que tinha como prática inicial apenas a desobediência civil, saía vitoriosa, pois o não consumo de produtos que apresentassem preços extorsivos era intenso. Muitos jornais se manifestaram ante a basta da população: "Advertências aos tubarões do Rio", "Remember Belo Horizonte onde o povo fez quebrar os cinemas e as fortalezas da ganância e exploração". "Ocorrências originadas ontem em Belo Horizonte, devem constituir para as autoridades e ao carioca uma oportuna advertência, a população local já não esconde o seu descontentamento em face a exploração".⁸

As medidas impetradas pela população consumidora e toda a propaganda promovida pelos jornais, fez com que as Secretarias das Finanças dos Estados, de um modo geral, suspendessem, os aumentos. Desta forma, os mineiros eram comentados por todo o país, oferecendo novas imagens aos olhos daquele que reclamava dos preços. Mesmo que tivessem que se sujeitar a ouvir frases que diziam para **aguardar com serenidade a ação das autoridades competentes,**⁹ ou então (...) que lancem mão da arma do boicote (...) porém, de maneira pacífica, sem tumultos e sem que haja perturbação da ordem. Nada de violências nem depredações. Seria transformar **tubarões em vítimas (...)**, como se biologicamente fosse possível de livre e espontânea vontade segurar o aumento de adrenalina no sangue.

Nesta medida, os reclamadores deveriam conter suas pulsações. Era o que propunha o governo em sua linha de ação e o que divulgavam os jornais, fossem eles de vanguarda ou não. Ao mesmo tempo em que a imprensa propunha a reforma social incentivando o boicote, por outro lado compactuavam com o discurso do

governo que pedia ordem e paciência à população até que ele normalizasse o abastecimento. Para dizer a verdade faltava imaginação àqueles jornais, na medida em que não conseguiam sair do lugar comum em suas sugestões. Assim também, a maioria da população caminhava segundo o discurso do poder.

Em Curitiba, as tentativas de aumentos nos preços dos cinemas foi coibida pela Comissão Estadual de Preços. O coronel Albino Silva, na época responsável pelo órgão, delegou a um policial da delegacia de Economia Popular poder para agir quando da verificação de majoração dos preços. A suspeita de aumento dos preços dos cinemas foi feita por telefone pelo Sr. David Carneiro Júnior. Porém, diante dos acontecimentos nas outras capitais e dos movimentos de desagravo, Albino Silva resolveu ser mais enérgico.¹⁰

Enquanto em São Paulo o governador agia como se fosse um cidadão comum, como se não fosse o governador um dos responsáveis, pelo menos naquele Estado, por aquela situação. "Não estou comprando e não comprarei carne para minha casa, enquanto os preços não atingirem preços razoáveis",¹¹ colocou Lucas Nogueira Garcez. O populismo era geral. Era de se esperar que a situação estivesse como estivesse. A declaração da governança paulista, demonstra a demagogia das decisões.

As manchetes caricaturavam Getúlio Vargas como se fosse **o baixinho** e não mais o pai dos pobres e sim, mãe dos ricos. A esperança que ele depositara nas eleições para Presidente começava a cair por terra já no início do período governamental. Afinal, haviam eleito alguém para combater o abuso e a exploração, como se fosse ele o único homem capaz para resolução dos problemas, ou pudesse mexer com as peças como um jogo de xadrez; po-

rém, ele era um jogador mediano.

As comissões eram desacreditadas da mesma forma que o Presidente, mesmo porque, foram criadas por ele ou sua determinação, e não funcionavam. Haja visto o sucedido em Curitiba com a questão da carne. De início, os marchantes ameaçaram açougueiros e consumidores em cortar o fornecimento de carne. Em seguida, desrespeitaram o tabelamento estadual promovido pela Comissão Central de Preços (CCP). Foi por estes caminhos que a discussão passou a ser orientada.

No dia 6 de fevereiro de 1952, três dias após as revoltas mineiras, o periódico **Diário da Tarde** de Curitiba, começou a promover pela primeira vez a diminuição do consumo, seguindo o exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro. Lá, os movimentos tinham como característica a não aquisição dos produtos. A carne e a manteiga foram os dois primeiros objetivos da greve: "... em lugar de ir aos açougues mendigar um pedaço de péssima carne com muito osso e ser ainda roubado no peso, houve boicote do povo curitibano à carne. Não a adquira enchendo os bolsos sem fundos dos exploradores. E o mesmo façam com a manteiga..."¹² Os outros produtos seriam objeto de discriminação num segundo momento, como os cinemas.

Por sua vez, no mesmo dia (06.02.1952), a CCP baixou portaria reguladora de preços da carne. Liberou os preços das carnes consideradas naquela oportunidade como carnes especiais, de primeira qualidade (**filet mignon, filet sem aba, alcatra, patinho, lagarto, chão de dentro, pã e capa de filet**), estabelecendo para as carnes populares (costela, açém e peito) os preços máximos de Cr\$ 5,50 (Cinco cruzeiros e cinquenta centavos) para aquelas com osso e Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) as sem osso o qui-

lo no varejo. Os preços sofriam tabelamentos diários, era quase impossível manter o índice infracionário. O respeito às designações federais era desafiado constantemente. Enquanto os produtores de gado colocavam a culpa no inverno (apesar de ser fevereiro e portanto verão) os grevistas se apoiavam na produção de vegetais feita pelo estado. Tentavam substituir a proteína animal pela existente nos vegetais e nos cereais, principalmente no feijão e na farinha. A manteiga deveria ser substituída pela gordura de porco. Este tipo de idéias era divulgada pelos Jornais **Gazeta do Povo e Diário da Tarde** em Curitiba.

A partir do dia nove de fevereiro, a greve branca começou a ser promovida por telefonemas anônimos às donas de casa. A expressão chave em voz feminina era: "Não compre carne". Na medida em que os jornais recebiam também os telefonemas, faziam a sua promoção, pois o boicote dependia da maior ou menor adesão das donas de casa, enquanto principais responsáveis pela organização da economia doméstica. A falta de oportunidade dada pelos homens e por seu mercado de trabalho, as locava a maior parte do tempo em atividades consideradas femininas, cabendo a elas as compras e a organização familiar no que se refere à alimentação. Mesmo porque, quem iria bem aproveitar o salário familiar enquanto o marido estava no seu trabalho? A mulher papel decisivo na economia, pois, se não fosse ela, a organização familiar estaria prejudicada. Esse grupo ativo foi a base do movimento contra a carestia.

O Ministro da Fazenda Horácio Lafer, não tinha mais respostas para dar aos desdobramentos operados pela inflação, nem mesmo para justificar a difícil situação econômica em que se encontrava o País. Chegou ele mesmo a propor, naquele 1952, o con-

gelamento dos preços dos gêneros básicos, dos salários, lucros e impostos, tomando por base os valores vigorantes em 1950 e 1951. Tudo poderia ser congelado; no entanto, os salários não mais, afinal fazia nove anos que eram os mesmos valores. Era impossível realmente conter a inflação quando tudo subia, menos os salários.

Na realidade, o governo não apenas procurou se manter sem intervir diretamente no mercado, como pouco se posicionou. Isto ia totalmente contra as medidas propaladas pelo programa de governo sugerido por Getúlio Vargas e o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro. Lembremo-nos do discurso de início de mandato que propunha a caça aos **tubarões**. Mas nem as **sardinhas** eram pescadas. O que se fazia muito era criar novos órgãos sem a mínima ação efetiva, mas que demonstravam ao povo a imagem de um governo que vigia. A carne de cinco cruzeiros e cinquenta centavos e a de seis cruzeiros, eram as piores, ofertadas em apenas três tipos e não existiam nos açougues:

... um leitor deste jornal percorreu, a propósito, alguns açougues e constatou (...) nos seguintes estabelecimentos: açougues na Avenida Manuel Ribas, esquina da Rua Visconde de Nacar, esquina da Rua Martin Afonso, da Rua Visconde do Rio Branco, esquina da Rua Tingui e outros, onde, quando o leitor pedia carne de cinco cruzeiros e cinquenta centavos ou de seis cruzeiros, a resposta era sempre a mesma: - Não temos!¹³

Diante destas dificuldades as donas de casa e os consumidores começaram a desaparecer das compras habituais nos açougues, procurando seguir os exemplos do Rio de Janeiro, onde, após o aumento de cinco cruzeiros no quilo da carne, se deixou de adquirí-la.

A lei de oferta e da procura passou a vigorar naquele Estado em sua forma mais pura, ao contrário do que acontecia antes do boicote quando se tinha que procurar o produto sonegado, fosse a preços altos ou baixos. Lá, como em Curitiba, ocorria a sonegação para que todos os valores se nivelassem em sua escala mais elevada.

A greve em Curitiba teve o seu início com uma adesão rápida, pois no próprio dia em que os telefonemas iniciaram e a imprensa veiculou as atitudes a serem tomadas, grandes quantidades de carnes sobraram nos frigoríficos. Em momentos anteriores era difícil encontrar no fim do dia qualquer pedaço de carne, principalmente aos sábados.

E foi num sábado que iniciou o boicote. O consumidor já naquele dia deixava de comprar coração de boi moído como se fora carne moída de primeira; ou adquirir, como fazia normalmente, quatro ou cinco quilos de cabeça de boi que era vendida por preços elevados como carne especial. Muito menos aceitou carne de pescoço no lugar de outras de melhor qualidade.

No dia 12 de fevereiro saiu o primeiro comunicado da greve branca:

- 1 - O início da greve será no próximo dia 12 (terça-feira). Ninguém comprará carne a começar deste dia.
 - 2 - A greve terá a duração necessária, ou seja, até que o custo da carne sofra redução honesta.
 - 3 - Só deve comprar carne em casos de extrema necessidade: em caso de doenças e para a alimentação de crianças.
 - 4 - Depois de iniciada ou terminada a greve; não se deve comprar carne, porque tendo ficado em frigorífico muitos dias, não servirá para a alimentação.
- Após a vitória de nossa greve, devemos aguardar comunicado da saúde pública, avisando a

população que a carne a venda se encontra em condições para consumo.
5 - Novo comunicado expediremos no dia 13, neste mesmo jornal.
A Comissão da "Greve Branca"¹⁴

Durante algum tempo, os açougueiros vira a freguesia diminuir. O consumo chegou a reduzir-se em 70%. Devido à pouca venda, os açougueiros também compraram menos dos frigoríficos, regulando a economia de mercado e fazendo o produto sobrar nas geladeiras. A dobradinha açougues-frigoríficos, do aumento dos preços, deixou de existir no momento em que as vendas diminuíram.

Quando discutimos a questão da carne em relação aos matadouros e frigoríficos, ficam claras as sonegações e a pouca seriedade com que era conduzida a questão de servir à população. Obtinha-se lucro fácil e inflacionava-se o produto a ser consumido. Sendo assim, a greve continuou e o **slogan Srª dona de casa, colabore para o sucesso da greve branca excluindo a carne de seu cardápio**, apareceu durante dias consecutivos na primeira página do **Jornal Diário da Tarde**, encabeçando as notícias. Digase ainda, que este jornal foi dos primeiros a incentivar essa greve e dar formação ao movimento, sendo seguido mais tarde por outros periódicos. Fosse para promover a venda de suas folhas ou de suas idéias, esta jornal foi o deflagrador de um movimento coroado de êxito. Além disso, não dar tais notícias naquele período era, no mínimo, falta de perspicácia jornalística. Desta maneira, todos vendiam aquele procedimento.

Os açougueiros, diante da dificuldade das vendas, apelavam para a entrega noturna de carne para alguns fregueses mais abastados e por sua vez furões da manifestação. A comissão organizadora, que o tempo todo fazia a fiscalização para que a

carne não fosse consumida, adotou como medida de coação e volta à greve, a vaia. Vaiadas, as pessoas se sentiriam oprimidas e envergonhadas por comprar carne, e voltariam atrás. Sendo assim, designaram os estudantes como os oficiais da vaia. Estas vaias foram feitas às portas dos fura-greves. De imediato as entregas de carne em bicicletas ou carros particulares durante a calada da noite, deixaram de ocorrer. Diminuiu também, de forma sensível, o abate de gado no matadouro municipal, chegando a um máximo de dez cabeças por dia.

Comunicado nº 2 da greve:

... dos açougues percorridos e dos quais antes havia filas, no dia de ontem já não aconteceu o mesmo.

Houve realmente redução na compra de carne. Mas ainda não é tudo. É necessário que a abstenção seja aumentada. Notamos que a classe menos favorecida aderiu ao movimento em maior percentagem. Esperamos que as classes médias e ricas, nos ajudem a conseguir os nossos intentos, ou seja, a redução dos preços a uma base razoável (...). Apelamos para as famílias que recebem a carne em casa, que suspendam suas encomendas (...) com a Saúde Pública, pedimos ao Sr. Secretário da Saúde Pública, que proíba o embrulho da carne em papel jornal ou de revista, já de há muito em Centros inferiores esta prática anti-higiênica foi proibida... 15

A Comissão da Greve da Carne.

Como se já não fossem muitos os problemas, uns mais engraçadinhos sugeriam, como exemplo de solução, a importação de carne de baleia para a Cidade de Curitiba.¹⁶

Importante adesão foi dada pelas pensões populares no boicote aos açougues. Como a dos pensionistas do Estabelecimento Cândida, situado à avenida João Pessoa (hoje Luiz Xavier), que se abstiveram de carne nos seus cardápios; noutra pensão

na hora do almoço colocou-se ao lado da carne o seguinte cartaz: **alimento proibido; em outra: o prato é filet... de peixe;** o Sr. Romano Bott no restaurante da Sociedade Internacional da Água Verde (no bairro da Água Verde) pedia às churrascarias da cidade que colaborassem com as campanhas, não adquirindo carne assim como ele mesmo vinha fazendo. No bairro da Carmela Dutra, eram cinqüenta mulheres trabalhando para o êxito daquela empreitada, impedindo que a carne saísse dos açougues. Enquanto a carne era impedida por toda a cidade de sair dos açougues, os açougueiros se aproveitavam da situação, e quando podiam, vendiam carnes adquiridas há dois dias. Aí, também foi feita fiscalização pelas donas de casa e populares, exigindo, desta forma, uma Saúde Pública que estivesse nas ruas e fosse mais dinâmica. Vejamos:

... que devido à sobra de carne dos dias doze e treze, hoje não adquiram carne nos matadouros. Daqui por diante duas coisas são de máxima importância: 1) Aumentar a intensidade da greve. 2) A carne congelada depois de muitos dias não serve para o consumo (...). Ante-ontem o Sr. Governador de São Paulo, Sr. Lucas Garcez, em pessoa, junto com um funcionário de Saúde Pública visitou dezenas de açougues, encontrando nas geladeiras carne podre. Multou ainda por encontrar a carne já moída para a venda, quando só pode ser moída na frente do freguês. (...). Não pedimos para que o Sr. Governador imite o de São Paulo, mas pedimos que o Departamento de Saúde Pública exerça suas funções, defendendo a saúde do povo.¹⁷

A Secretaria de Saúde Pública, tomando conhecimento do Comunicado nº 2 (...) leva ao conhecimento do povo em geral, que está pronta a receber qualquer reclamação, as quais devem ser dirigidas ao Serviço de Polícia Sanitária do Centro de Saúde de Curitiba, que tomará as necessárias providências.¹⁸

Assim também as mulheres se faziam mais participativas, pois, além de seu trabalho doméstico interminável, estavam com

todos os sentidos atentos para fiscalizar e cobrar os discursos a nível de práticas que os sistemas lhes impunha. Agora era a população que se apropriava da fala e prática da higiene, da rapidez e da saúde tão propaladas pelos poderes públicos. Ao contrário dos que exerciam o poder, não lhes interessava a mera existência destes órgãos públicos, mas sim sua eficácia.

As mulheres assumiam um papel na rua, ocupando o seu lugar no espaço urbano, assim como os homens. Era possível vê-las não apenas no horário das compras, mas também nos horários normalmente não utilizados para isso. Estes eram momentos em que sua vigilância não poderia ser burlada. Com certeza os contingentes a utilizar os transportes coletivos, bem como o número de pessoas na frente das lojas, cinemas e calçadas aumentou. E aumentou em número de mulheres.

Trabalhar no espaço do óbvio, do normal, é comum, mas no espaço da exceção, era difícil, convenhamos, àqueles que não eram convidados a participar. Não se deve colocar o papel específico de vilões em nenhum dos grupos que participam de tais situações. Deve-se perceber tal dinâmica, como uma plêiade de jogos de poder, em que todos têm a possibilidade de exercitar, por alguns momentos, as práticas do jogo. Há que se perceber, até mesmo pelo aspecto de provocação, que os combates em prol da carne não passam apenas pelo fator fome ou necessidade, mas sim pela obtenção do poder, como se fora uma malha que se movimenta atuando cada qual com sua força. Fosse boicotando ou sonegando, o abstercimento é de vital importância nesta análise, porém, não está só. O poder está presente o tempo todo. É supra-orgânico.

A partir do dia 14 de fevereiro, as reuniões se tornaram mais frequentes a fim de apertar cada vez mais o cerco da greve.

Os Diretórios Acadêmicos de Direito e Medicina reuniram-se na Sede do DANC (Diretório Acadêmico de Medicina Nilo Cairo). Compareceram, além dos associados, representantes da UNE (União Nacional dos Estudantes), UPE (União Paranaense dos Estudantes), UPES (União Paranaense dos Estudantes Secundaristas), Sindicato da Construção Civil e representantes de várias associações.

A greve que já se encontrava em vigência, a partir de então passava a ter normas pré-estabelecidas. A sua ação era organizada através de diretoria composta por estudantes, operários e donas de casa. Assim, a fiscalização passou a ser cada vez maior, proibindo até mesmo a entrada de qualquer pessoa que fosse nos açougues, ou mesmo qualquer tentativa de compra de carne. Os olhos dos fiscais estavam por todos os lugares, propondo, a partir daí, o não consumo de outros gêneros que por ventura tivessem seus preços elevados. Caso este dos hortifrutigranjeiros, que sofriam aumentos diários em seus preços. Dada a ausência ou os preços em alta escala da carne, a sujeição era de consumi-los, o que dava a possibilidade de elevarem-se os preços também destes.

Um comunicado da reunião saiu do mesmo dia. Pedia para que a população mantivesse a greve, mesmo porque já se havia reduzido a aquisição em 70%. A prova fora o pouco funcionamento do Frigorífico Municipal no período.

No Bairro Carmela Dutra, cinquenta mulheres davam o exemplo de como boicotar, fazendo a fiscalização de todos os açougues das redondezas. Impediam a entrada dos produtos nos estabelecimentos, bem como a sua venda. O exemplo era seguido: "Ontem uma senhora no Bairro do Bacacheri, quis penetrar num açougue, a fim de adquirir carne, sendo porém, obstada por resolutas do-

nas de casa, que deram na "furona" tremenda lição. (....) Num açougue da Praça Tiradentes se repetiu ..."¹⁹ Os estudantes, segundo a imprensa da época, tinham participação ativa no movimento de caráter pacífico. Tão pacífico, que quem não quisesse colaborar, levava um corretivo, como no exemplo acima. Ou ainda quando da permanência dos açougues fechados, pois de dia ou à noite poderiam ser depredados.

Estavam alarmados os comerciantes da carne. Os ânimos se acirravam. Os comunicados eram quase diários. No terceiro comunicado era pedido mais rigor na greve e o não consumo da carne congelada ou mesmo resfriada. Esta poderia estar na geladeira há muitos dias ou, como se viu, ser importada de outros países. O consumo desta prejudicaria não só a saúde como faria o preço subir, na medida em que os quilos estariam acrescidos de gelo, e se pagaria os dividendos de importação. Tomando esta medida, a comissão tentava segurar também o desenvolvimento tecnológico que era imposto à população daqueles anos 50. Este era oneroso, aumentando as dificuldades. Ao mesmo tempo em que os produtores de vegetais, frutas e legumes tentavam subir o preço dos seus produtos, os jornais que faziam a veiculação das idéias dos grevistas, promoviam o consumo daqueles gêneros.

A liberação da carne popular e seus preços: com osso, Cr\$ 5,50 (cinco cruzeiros e cinquenta centavos) o quilo, e sem osso, Cr\$ 6,00 (Seis cruzeiros) o quilo, deixou os consumidores da carne de todo o Brasil possessos. Vejamos:

A recente liberação dos preços da carne em todo o país, com o tabelamento da chamadas carnes populares foi um dos maiores escarneos lançados ao povo brasileiro pelo atual governo do Sr. Presidente Conversa. A carne

popular (...) antigamente costumava-se adquirir para dar aos cães.²⁰

O jornalista David Augusto Ramos Filho, assinava esta matéria, se colocando ao lado das manifestações grevistas, propondo às donas de casa que a manifestação fosse feita por todas. O objetivo deveria ser o de sedimentar cada vez mais o movimento.

Estas medidas de apoio e de divulgação da greve, faziam com que os produtos fossem tabelados uns após os outros, o que não acontecia antes. Sendo assim, em Curitiba, o pão que também sofria muitos desníveis, era tabelado pela resolução nº 10 da Comissão Estadual de Preços. Medida que foi tomada pelo Sr. Mário Marcondes Loureiro, Presidente da CEP. Mil gramas de pão, passou a custar na padaria Cr\$ 5,40 (cinco cruzeiros e quarenta centavos), quase o preço de um quilo de carne.²¹

No caso do pão tabelado, beneficiado pelo tabelamento da carne acabava por beneficiar também aos consumidores. O pão, segundo as normas do novo tabelamento, deveria ser pesado na frente do comprador. Quando da ausência do pão comum, os pães especiais poderiam ser comprados pelo preço dos anteriores. A diferença para cada pesagem de cinco quilos, não deveria exceder em 5% faltantes. O que, por sua vez, faria com que os comerciantes se obrigassem a ter balanças precisas, ou encontrar dispositivo para torná-las precisas, tais como um pesinho a mais do outro lado do balcão, uma vez que as balanças digitais ainda não existiam. As tabelas, por sua vez, deveriam ser afixadas em locais precisos para a boa fiscalização do comprador. Enquanto a Comissão dos Preços tomava as suas medidas de **tapar o sol com a peneira**, cada vez mais os jornais promoviam a notícia da

contenção no consumo dos gêneros de primeira necessidade, divulgando reuniões e novas medidas da comissão de greve e chegando até mesmo a noticiar os locais de reuniões. Já a Comissão Central da Greve recebia as possíveis reclamações no Centro Acadêmico Nilo Cairo, no período das 16 às 18 horas. O referido Centro funcionava na Rua Monsenhor Celso, nº 261, telefone 2597.

O movimento, agora organizado com sede central e grupos de ação, iniciava a sua saída vitoriosa. Nos poucos dias da manifestação de greves, baixou o abate de gado, que antes era de 250 cabeças ao dia, para 80 cabeças. A carne verde desaparecia dos cardápios dos restaurantes. As desavenças entre grupos industrialistas e comerciais se refletiam na fala dos jornais curitibanos, quando estes tratavam da questão do abastecimento. O que vem demonstrar os reflexos das dificuldades do governo federal naqueles dias:

Sempre fomos favoráveis à iniciativa particular, garantia máxima do processo econômico dos povos e adeptos da livre concorrência, que estabelecem o justo preço. Desde, porém que surgem os trustes ou monopólios, estamos a denunciar as camorras e as oligarquias comerciais e industriais, que se locupletam mediante jogos especulativos ...²²

Trustes estes que iam de encontro direto às dificuldades políticas daquele período Vargas, como ficou colocado no início deste capítulo.

Seguindo por esta linha de ação, também outros estabelecimentos comerciais, pegavam carona no movimento, se recusando a comprar e vender a carne ou seus derivados. Foi o caso da Pastelaria Tom Jão e do Bar Paraná, naquele fevereiro de 1952. Mesmo porque, se vendessem, logo seriam alvo de represálias.

Diferente de Curitiba, a população londrinense não conseguia conter as altas nos preços da carne, e já se acostumara a pagar Cr\$ 40,00 (quarenta cruzeiros) por um quilo de filé. Na capital, de forma bem diferente se apelava para todos os recursos. Até mesmo para o cristianismo. Aproximava-se o período de quaresma, período em que o consumo caía normalmente, não custando nada mais uns sem comer carne. Isto deixou os marchantes, açougueiros e produtores furiosos, principalmente quando as cabeças de gado se acumulavam nas invernadas do Estado. Diga-se de passagem, eram muitas para a produção que não se vendia. Além do que, teriam que ficar no próprio Estado do Paraná, pois São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tinham o seu abastecimento regularizado. Dados os acontecimentos verificados em Minas Gerais, o abastecimento e os preços se regularizavam em estados próximos àquele, como no caso de São Paulo e Rio de Janeiro.

Um grupo de mulheres, residentes no Bairro de Santa Quitéria, no dia 18 de fevereiro de 1952, foi atacado por um policial civil, quando faziam a fiscalização em seu bairro. Porém, do outro lado da cidade, um funcionário do Departamento de Edificações da Prefeitura de Curitiba, que adquiriu carne, foi vaiado. As carnes que o cidadão havia comprado, foram jogadas no chão por um grupo de mulheres.

Se por um lado, os grupos de combate à carestia eram agredidos, por outro também se faziam notar. Os governantes não tomavam uma atitude mais clara, deixando à população consumidora brecha para a ação. Aproveitando esta brecha, como parte do movimento contra os abusos, a UPE, UPES, Federação de Mulheres do Paraná, União Sindical dos Trabalhadores do Paraná, resolveu promover o Comício Contra a Carestia, apelando para o povo

curitibano no comparecimento a este comício. O mesmo se daria às 20 horas e 30 minutos do dia 20 de fevereiro de 1952, na Avenida João Pessoa. Muitos seriam os oradores, entre eles líderes estudantis, operários, mulheres, etc. Afinal, um quilo de carne, mesmo com os tabelamentos, já estava custando para os açougueiros, de Cr\$ 17,00 a Cr\$ 25,00 (dezessete a vinte e cinco cruzeiros). Porém, tais cálculos divergiam das opiniões dos consumidores. Mesmo que o Governo Federal tivesse tabelado em Cr\$ 5,50 a Cr\$ 6,00 o quilo da carne, ela não existia nos açougues. Em meio ao desagrado geral, também se manifestou o jornalista econômico J. Petrelli Gastaldi, em matéria para o **Diário da Tarde**: "De fato um grande negócio. E daí o nosso conselho para os senhores pais - Não desviem os seus filhos para as escolas e universidades - apliquem o capital que seria despendido em longos anos de estudo, na abertura de um açougue, mesmo num bairro; será melhor empate de capital".²³

A estiagem não poderia mais ser usada como desculpa, pois há muito que esta já havia passado, estando já quase retornando se formos contar os meses. Era período de verão, e os preços, ao invés de baixar, subiam. Uma das cobranças dos grupos envolvidos na direção do boicote, era a da intervenção do governo no mercado da carne. Esta era uma das idéias iniciais daquele governo quando se fez eleger.

Porém, como se percebe, as práticas tomavam rumos diferentes destas idéias, principalmente em Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Londrina, ou mesmo na Capital (Rio de Janeiro). A exemplo do que colocava Alvarus de Oliveira, em artigo publicado no **Diário da MetrÓpole** do Rio de Janeiro:

O Rio de Janeiro forneceu mais um motivo de ineditismo ao seu Diário de menina moça moderna e que paradoxalmente, quando mais velha mais nova, (...) quanto mais antiga mais bela e mais feiticeira (...) com a falta de carne e com a subida do preço do produto (...) para fazer uma greve branca (...) e passaram a apelar para as companheiras no sentido de não comprar carne, (...). Um facto "sui-generis" que a cidade mulher viveu, que teve a anotar no seu diário de moça moderna, de vida trepidante?⁴

Bem mais trepidante seriam os acontecimentos em Curitiba. Ainda naquele dia 19 de fevereiro, o **Diário da Tarde e Gazeta do Povo** publicavam notas falando do não disvirtuamento da greve e do cuidado que os envolvidos deveriam tomar quanto a grupos que pudessem levar a manifestação pacífica até aquele momento, aos caminhos da violência. Mas, segundo o que se pode perceber, a violência já estava nas ruas. Lembremo-nos dos casos de agressões de consumidores contra consumidores, a polícia civil e as mulheres, os açougues fechados pelo medo da depredação, a pastelaria Tom Jão, a vaia, etc.. A mudança de lado dos meios de comunicação se faz evidente quando propõe a pacificação, denunciando grupos como a Federação de Mulheres do Paraná, ao dizer que este tinha natureza duvidosa.

Mas convenhamos, naqueles dias em que até mesmo a participação sindical dos trabalhadores era burlada, tudo que dizia respeito ao trabalho e suas reivindicações era de natureza duvidosa. Isso não foi colocado desde o início, quando este grupo se consolidou em prol da ajuda e do protesto. A publicação do Jornal **Diário da Metrópole**, assinada por Alvarus de Oliveira, fazendo alusão ao referido jornal, rotulando-o de moça moderna mas pacífica, confirma a mudança de posição do Jornal **Diário da Tarde**, contraditório a todas as notas editadas ante-

riormente, que apesar de dizer a respeito da greve e do boicote pacífico, excitava a população. Oferecendo linhas de ação, emitiu quase que diariamente manchetes que, lentamente, alimentavam idéias de contestação. Ou ainda, quando fazia a divulgação do comício que naqueles dias não tinham a característica do "showmício" dos dias de hoje, demonstra o incitar da população curitibana. Naqueles dias, assim como nos de hoje, o comício assumia o papel de lazer, comer carne não dava, ir ao cinema tão divulgado naqueles anos, nem pensar, então o jeito seria ir aos comícios. Se todo o combate com relação ao abastecimento se parecia muito com um jogo infantil, o comício seria a parte melhor da brincadeira. A pilhéria iria assumir o seu momento crucial. As vaias e as trocas de xingamento entre adversários seria a tônica. Fosse como fosse, a imprensa momentaneamente se retirou do papel de apoiadora do movimento que vinha divulgando. Veremos em momentos posteriores que ela acabou por assumir o papel de mediadora de interesses, não se posicionando mais como incitadora dos ânimos, ou de veiculadora das discussões.

A população da Cidade de Curitiba, em desespero geral frente a falta de medidas para uma situação que se tornava caótica, se rebelou. O movimento, que segundo as fontes do período estava se processando de forma pacífica, teve seu término no dia 19 de fevereiro. A imprensa se colocava visceralmente contra todo e qualquer tipo de violência. Porém, não era mais possível conter o embate corpo a corpo. Há muito os movimentos pacíficos vinham se verificando. No Bairro do Cajuru e na Zona do Prado (hoje Bairro do Prado Velho), estes açougues foram invadidos e as carnes atiradas no chão e calçadas. Depois, a tur-

ba caminhou até chegar ao eixo central, vindo pela Avenida Sete de Setembro. O açougue na Avenida Sete de Setembro com a Rua João Negrão também foi atingido e teve as carnes lá expostas, queimadas com querosene ou gasolina. Na Rua Pedro Ivo com Barão do Rio Branco, outro açougue não teve melhor sorte, o mesmo acontecendo na Praça Zacarias, na Rua José Bonifácio e no início da Praça Osório.

O movimento se expandiu vindo dos bairros, atingindo o centro nervoso da cidade. Os açougueiros, ante a aproximação da massa em operação quase militar, iam fechando as portas dos estabelecimentos. A polícia intervinha, revidando as agressões feitas aos açougues, ao que os populares, principalmente mulheres, revidavam atirando pedaços de carnes nos policiais. Muitos açougueiros não puderam reagir, tendo que se sujeitar ao massacre. O sangue do espancamento mútuo se misturava ao sangue da carne verde. E em meio à tragédia da depredação do estabelecimento, os funcionários do açougue Garmater, reagiram com facas e cacetetes. Porém, a polícia interveio. Ao anoitecer havia ainda na frente dos açougues pedaços de garrafas com combustível (querosene e gasolina), destinados a incendiar as carnes. Na Praça Tiradentes, na esquina da Rua Monsenhor Celso e ladeando as Casas Pernambucanas, a polícia trocou socos com a população. Os prejuízos físicos e materiais foram elevados. E o **Diário da Tarde** notificava no dia 20 de fevereiro:

A população curitibana, deve demonstrar que é educada e disciplinada, permanecendo firme e coesa. Quaisquer inclinações para agir de modo contrário deverão ser repelidas. E os furões, que se compeñetrem da gravidade do momento presente, deixando os seus estômagos em segundo plano, nesta batalha contra os especuladores e aproveitadores.²⁵

Era o que colocava o diretor do **Diário da Tarde**, J. Petrelli Gastaldi, que depositava na educação do povo curitibano, ou na falta desta, a explicação dos desagrvos cometidos pelos consumidores e donas de casa. Como se a questão da contestação passasse apenas pelas vertentes da fome ou da educação. Temos que recuperar também que as revoluções não se dão apenas pela fome, ou pela educação, mas pela liberdade. O que aquela população almejava também era a liberdade. As revoltas não se fazem apenas contra a miséria, apesar de neste Estado ela estar centrada na figura miserável do pouco abastecimento da população.

Alguns roubos de caixas registradoras em meio à confusão foram feitos. A polícia, em meio à exaltação dos ânimos, desceu borrachadas nos manifestantes. A população devolveu as agressões com ferros envoltos em jornais ou mesmo com tijolos, como a carne que durante muito tempo fora embrulhada diretamente em jornais. Esta foi uma maneira encontrada para devolver aos sonegadores a péssima carne, ofertada por preços elevados durante anos.

A contestação também se tornou anti-higiênica e disfarçada. A população dava o troco. A existência repentina no movimento de pedaços de ferro ou de tijolos, demonstra a organização em que se encontrava o grupo de manifestantes. Tijolos era possível conseguir de imediato, uma vez que as ruas estavam sendo alargadas para a chegada das comemorações do cinquentenário do Estado do Paraná, ou ainda das novas construções na Rua Barão do Rio Branco, tijolos que da Estação Ferroviária trazia através dos ônibus e bondes, direto ao terminal de transporte coletivo e centro comercial da Praça Tiradentes. Ali tam-

bém se fazia o escoamento para toda a cidade, cuja população, teve maior crescimento, segundo os censos do IBGE do período. Neste sentido, seria fácil encontrar pedaços de tijolos, barras e pedaços de ferro do tamanho não padronizado, que sobravam das alterações feitas nas linhas de bonde para a abertura e alargamento das ruas. E não se pode perder: "O Prefeito assistiu parte da agitação. Quando os populares estiveram no açougue da Rua Barão do Rio Branco, o prefeito também se achava naquela via pública, inspecionando as obras que ali se efetivavam. Vendo o que se passava mandou um de seus auxiliares chamar a polícia. Foi só então, que aconteceu o quebra-quebra em Curitiba".²⁶ Aí percebe-se já a organização que o movimento havia adquirido. Afinal, muitos foram os tijolos e barras de ferro apanhados pela população. A existência de querosene e da gasolina para a queima das carnes e o lançamento das carnes ao chão foi uma estratégia do movimento que veio dos bairros em direção ao centro da cidade, atacando açougue por açougue.

As autoridades se aglomeravam, assim como a população, surgiam de todos os lugares. O Chefe de Polícia Cel. Albino Silva se fazia presente, na sua fala declarava:

Não há justificativa para estes fatos, devido ao ambiente de Curitiba para que se chegue a estas extremidades. Não há um padrão de miséria e de fome, que permita aos populares cometerem atos como estes que presenciamos. O que se está procurando, é perturbar o ambiente da cidade em um de seus aspectos essenciais, que é o da alimentação da população.²⁷

Há muito já se evidenciava os problemas da alimentação e o Sr. Albino Silva com certeza, estava pouco informado das

questões de tal problema. O que lhe interessava era a manutenção da ordem da qualquer custo. A população universitária e ordeira deveria caminhar tranqüila. Foi o que aconteceu quando tudo serenou durante a forte chuva que caiu sobre a cidade aproximadamente às 19 horas e 30 minutos, contribuindo para a dispersão geral.

No Rio de Janeiro, no Jornal **Folha da Manhã**, comparava-se problemas de consumo no Brasil, fazendo analogia com o que acontecia na França, Itália, Estados Unidos e mesmo na Suécia. Argumentava que os comerciantes brasileiros queriam converter os preços dos produtos como se estes fossem comprados a francos, liras, coroas ou dólares. Porém, os ordenados no Brasil sendo em cruzeiros, além de estarem defasados, tornavam impossível comprar produtos ao preço do mercado internacional. No entanto, era o que queriam os comerciantes. O americano, segundo aquele estudo, poderia pagar a carne mais cara, mas o transporte, combustível, roupa, verdura, pão, peixe, cerveja ou mesmo o gim, mais barato do que qualquer brasileiro. E assim foi durante todo o período dos anos cinquenta.

Se por um lado, como colocava Gondin da Fonseca no seu Recado Carioca,²⁸ o italiano poderia passar a existência toda sem entrar num açougue, pois alimentava-se admiravelmente de muito peixe, verdura, ovos e muito leite, por outro, devemos pensar que o Brasil produzia em grande quantidade estes produtos, e ainda mais, produzia carne. Mas, notadamente o processo de industrialização, começou a se fazer pela crescente penetração do capital estrangeiro. Desta forma, se transferiu para o Brasil a dominação monopolista de nível internacional. Não era só querer comprar barato, mas muito deveria ser feito, e o Pa-

raná não escapou a estes desdobramentos. Neste sentido, era impossível fazer qualquer tipo de comparação em grande ou pequena escala, a não ser comentar o desnível enfrentado pelo Brasil em nível de relações internacionais de mercado.

Após os movimentos de ataque aos açougues, o comício que havia sido proposto foi proibido pela Chefatura de Polícia do Paraná, usando como justificativa a revolta popular e a pretensa Comissão Central de Organização da Greve, causadora de desvirtuamentos. Na verdade, não se queria que órgãos como a Federação de Mulheres do Paraná e a União Sindical dos Trabalhadores, se manifestassem, já que estes, junto dos centros acadêmicos, seriam os principais promotores do evento, não sendo estes órgãos regularmente matriculados na Delegacia Regional do Trabalho. Com esta proibição, o Delegado colaborava com o fim da manifestação livre dos Sindicatos, além da perseguição aos comunistas, também promovido pelo Governo Getúlio Vargas. Sendo o governador do Paraná, também filiado ao PTB, partido de situação nacional, não poderiam os caminhos tomar rumos diferentes: "... f - Que se impõe neutralização de tão perniciosa influência, maxime quando ela se procura exercitar, sobre a classe estudantil, esperança de nossa pátria e segurança de sua grandeza futura; g - e ainda, que a Constituição Federal no seu parágrafo 12º do Artigo 141, veda o direito de associação para fins que não seja lícito ..."29

Na Câmara Municipal, já no dia 15 de fevereiro,³⁰ o vereador Dilo Godoy tecia comentários sobre o elevado custo de vida da capital paranaense, lançando voto de solidariedade ao movimento de greve das donas de casa curitibanas contra a alta no preço da carne. Também propôs os trabalhos de fiscalização

a serem feitos pelo Departamento de Saúde e Serviço Sanitário da Secretaria de Saúde.

Suas propostas foram aprovadas por unanimidade. Se em 1948 se soubesse de tais acontecimentos desastrosos, com certeza não teriam sugerido ao prefeito a instalação de açougues em vários pontos da cidade. E diga-se de passagem, era o dia 3 de fevereiro de 1948, coincidentemente, o dia da morte de Ghandi, promotor mundial da desobediência civil.

Após os acontecimentos do dia anterior, no dia 20 de fevereiro havia uma ameaça muda no ar. O policiamento era intenso. Centenas de soldados e guardas civis e outros tantos se postavam na cidade. A Praça Osório estava repleta de militares. Em cada canto da cidade era possível perceber o aumento da **segurança**. Patrulheiros da cavalaria percorriam as ruas, soldados com máscaras contra gás faziam a vigilância. Pouco depois das 20:00 horas, o ambiente se tornou carregado. A massa humana se aglomerava pelas imediações de onde deveria ser realizado o comício. Aproximadamente às 21:00 horas os telefones deixaram de funcionar, o que já havia acontecido no primeiro dia do **quebra-quebra** se bem que naqueles dias, os telefones não tinham funcionamento regular.

A população se colocava contra a vigilância exercida pelo policiamento, principalmente porque este estava em todos os lugares. O brado era feito a vozes altas pelos mais exaltados. Após os brados veiram as bombas, soltas aqui e lá. A Companhia da Polícia Militar que se postava de frente ao Braz Hotel se movimentou, investindo contra os lugares de onde vinham os sons das bombas de **coquetel molotov**. Por fim, chocou-se contra os populares que apinhavam-se da Rua 15 de Novembro para a Traves-

sa Oliveira Bello. A ânsia era a de escapar às cacetadas. Mais uma vez o panorama da cidade pacata se modificava, cedendo lugar ao teatro do quebra-quebra.

Com o passar das horas, as agitações e a violência foram aumentando. Reforço policial foi chamado. O corpo de bombeiros também entrou em ação, jogando água sobre a aglomeração. Provavelmente era a primeira vez que os heróis do fogo eram chamados para apagar o fogo humano. Sob os jatos d'água, muitos foram os detidos. O Braz Hotel, o mais elegante da cidade naqueles anos 50, foi invadido para serem efetuadas prisões dos que emitiam vaias e gritos de protesto. Os **cinemófilos**, que saíam das sessões das oito dos cinemas próximos, assim como do Cine Teatro Palácio, foram surpreendidos pelos acontecimentos que deveriam recair apenas sobre seus companheiros de filas: os carnívoros. A indignação popular e a correria se ampliava. Às 23:00 horas, o estado de violência ainda permanecia.

Preocupados com o que se dava, algumas autoridades procuraram o governador, reclamando que haviam sido espancadas. Entre eles estavam o General do Exército Clodomiro Nogueira, Deputado Iracy Vianna, Alcides Caetano, o Juiz de Direito de Londrina, Sr. Helianto Guimarães camargo e Estudantes de Direito da Universidade do Paraná. O Deputado Iracy Vianna apontava a omissão do Governador Munhoz da Rocha nestas questões, colocando que os acontecimentos só depunham contra a cidade Universitária, além de ser um atentado contra o regime democrático. O Dr. Helianto Guimarães, por sua vez, reclamava das agressões sofridas em meio à pancadaria geral, culpando o Major da Polícia Militar, Sr. Alencar Guimarães.

As reclamações feitas ao governador se colocavam no sen-

tido de cobrar a portaria baixada pelo Chefe de Polícia, impedindo o comício. Esta medida, segundo aquele senhor, feria diretamente a constituição sobre o que esta dispunha a cerca de liberdade e manifestação da palavra.

O Governador do Paraná fora um dos constituintes, e portanto responsável pela manutenção dos ideais da carta magna. Os estudantes, por seu turno, reclamavam das prisões sofridas por alguns integrantes da UPE (União Paranaense dos Estudantes). Segundo estes, suas prisões foram efetuadas porque proferiram palavras de ordem em coro contra a arbitrariedade da Polícia. O Deputado Alcides Caetano, que integrou a Comissão que fora falar com o governador, reclamava pelo espancamento que também sofrera. Este colocou ainda que a culpa deveria recair sobre o Chefe da Polícia; afinal, o povo estava quieto, calmo, e os acontecimentos foram provocados pela polícia.

O governador se mostrou sensibilizado com a situação, na medida em que se colocou disposto a receber aquela Comissão, ou mesmo quando pediu ao Chefe de Polícia que mandasse sustar a violência policial. Apesar destas medidas, o **corre-corre** era comum: "... porquanto até as primeiras horas da madrugada, à nossa redação, acorreram muitas pessoas que vinham formular suas queixas contra o espaldeiramento sofrido".³¹

Ao retornar da casa do governador, que residia às imediações do local das ocorrências, à Rua Carlos de Carvalho,³² o General Clodomiro Nogueira foi espancado pela Polícia. Outro dos agredidos de maneira brutal foi o estudante de Direito Palino Andreolli. Os estudantes, representados naqueles dias por Dante Munhoz Van Herven, Osvaldo Souza Ramos, Alvaro José Matoso, Vúlnero Marçal, Stanislau Ianchuki, foram até a **Gazeta do Povo**

para fazer a denúncia do massacre contra seu companheiro. Segundo estes, Paulino Andreolli fora espancado brutalmente pelo guarda de trânsito Francisco Pignatari. Após estas agressões o estudante foi entregue a outros policiais. O castigo exemplar continuou sob a fiscalização do Chefe da Polícia Elísio da Costa Marques. Paulino Andreolli ficou estendido ao chão, sendo impossível a aproximação. Os estudantes se dispersaram gritando palavras de ordem, quando o que restava da população envolvida, também voltava para suas casas. Muitas mulheres, homens e crianças foram atendidos nos hospitais com ferimentos graves. Os meios de comunicação estavam agitados na concorrência pela divulgação da matéria. A Rádio PRB-2 lançava boletins extraordinários. Às primeiras horas da madrugada os telefones voltaram a funcionar. As cortinas do espetáculo foram fechadas momentaneamente. A ameaça muda que antes pairava no ar, dava espaço ao pequeno murmúrio e comentários de aprovação e desagravo aos acontecimentos. Como ocorre quando no teatro se fecham as cortinas entre os atos.

Mesmo que o andamento da greve branca assumisse tais proporções, as tabelas de preços de carnes não se alteravam. Claro, caiu de Cr\$ 17,00 (dezessete cruzeiros) ou Cr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros) em alguns casos para Cr\$ 5,50 (cinco cruzeiros e cinquenta centavos) e Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) no dia 20 de fevereiro, dependendo da qualidade. A diminuição dos preços foi o estopim daqueles acontecimentos. Afinal os preços, segundo os sonegadores, não poderiam baixar sem dificultar os lucros. A população ficava incrédula com as medidas, considerando-as sempre como um disfarce à situação de penúria que a questão tomava. Além do que, estas medidas eram tomadas pelos

órgãos públicos, mas não duravam tanto tempo assim. Portanto, a questão passava agora pelo desrespeito à condição política do consumidor naquela sociedade. E Afinal, se a situação estava tão difícil como colocavam os distribuidores, como era possível os preços baixarem da noite para o dia?! Se os preços foram baixados, foi pelo fato da Comissão contra a carestia de vida, já ter entrado com mandato de segurança contra o Instituto de Carnes.³³ Diante desta medida, o Secretário de Finanças e outras autoridades resolveram baixar os preços. Os grupos se chocavam para diminuir ou elevar os preços e não mais exclusivamente para consumir.

Na Câmara Municipal,³⁴ onde os discursos foram inflamados, sua grande maioria transportava a culpa para o Governo Federal. Os ataques eram feitos a Getúlio Vargas e às vezes a Whashington Luiz. O Vereador Miltho Anselmo apresentou requerimento para a paralisação do abate de carne no Matadouro Municipal até a resolução do problema. Se a medida fosse aprovada, com certeza a Cidade de Curitiba ficaria por longos anos sem o fornecimento do produto. Aquele vereador, na oportunidade, também queria que fossem suspensos temporariamente os tributos incidentes sobre o gado. Se olharmos pelo ângulo dos consumidores, esta medida beneficiaria apenas marchantes, açougueiros e criadores de gado, pois estes estariam isentos de taxas, continuando a explorar de forma extremamente lucrativa o mercado da carne. Mesmo porque os frigoríficos pagavam taxas reduzidas se comparadas com a margem de lucros obtida do preço no varejo, o que lhes revertia em elevados dividendos. Não fosse a medida de fiscalização ferrenha a ser feita por parte da Delegacia de Economia Popular,³⁵ pelo menos em suas primeiras discussões, não te-

ria o Vereador Miltho Anselmo nenhuma de suas idéias e requerimentos aprovados.

O Vereador Elias Karam acusava que as agitações ocorridas na cidade: "... profligou a atitude dos comunistas, que servindo-se da pacífica greve branca promoveram as desordens verificadas em nossa capital contra os açougues".³⁶ Esta foi a medida mais de acordo com as idéias também do partido que participava o vereador. A linha de ação do PTB naqueles dias caminhava por este tipo de perseguição aos comunistas e colocar nos açougueiros a face da vítima. Esquecia-se ele do restante da população. Por outro lado, o Vereador Felipe Aristides Simão colocava de forma ferrenha a culpabilidade dos acontecimentos na figura do Presidente da República.

No dia 27 de fevereiro de 1952,³⁷ os membros da Câmara voltaram a se reunir para falar sobre os desdobramentos de abastecimento da carne e aprovar projetos neste sentido. Assim como já haviam manifestado seu apoio no dia 15 de fevereiro, de novo a Câmara o fez em prol da greve das donas de casa. As discussões giraram no sentido de fazer a divulgação através dos meios de comunicação do que era discutido pelos vereadores. Cobranças eram feitas às portas da Câmara, sobre o posicionamento da instituição quanto aos acontecimentos.

Percebe-se que o Plenário da Câmara tinha de ser provocado o tempo todo para a tomada de atitudes. Apenas diante da cobrança algo se fazia. Os eleitores mais do que os vereadores iam atrás do problema ou os resolviam. E os problemas eram muitos. Naquela sessão o Vereador Miltho Anselmo se valeu de pesquisa histórica, trazendo à tona o Código de Posturas de 1919, que em seu artigo 165, Lei nº 527 de 27 de janeiro, dispunha

sobre a obrigatoriedade do corte da carne de qualquer espécie. Esta, quando vendida no quadro urbano, deveria ter seu corte efetuado no Matadouro Municipal. Mais uma vez aquele vereador pensava na suspensão do abate, ou mesmo no fechamento do Matadouro Municipal até a solução da questão. Apesar das defesas feitas pelo vereador, tudo nessa sociedade necessitava ser revisto.

As poucas condições do Matadouro Municipal não eram suficientes para abastecer a população curitibana e muito da carne distribuía para a capital e restante para o Estado do Paraná, nem sempre tinham procedência fiscalizada pelos órgãos responsáveis. Era como um polvo de muitos tentáculos, se é que a representação cabe. Existia muita carne estocada em geladeiras e frigoríficos particulares. Desta vez era este vereador quem acusava:

"... lamenta o ocorrido na tarde de ontem (...) não aprova tal medida, por acreditar que tenha havido infiltração de elementos estranhos ao referido movimento; todavia, se houve violências por parte do povo, se justifica esta atitude, por devido a revolta das classes menos favorecidas, por não poder se abster deste alimento, considerado de 1ª necessidade, enquanto a maioria dos açougueiros transportou-se para praias, intitulado ser a greve um motivo para suas férias; declara ainda, que a polícia deve educar certos policiais para terem atitudes..."³⁸

E assim seguiu por mais cinco páginas de discurso. O Vereador Felipe Aristides Simão, por sua vez, se colocou contrário às idéias defendidas por Miltho Anselmo, já que o Partido Libertador não apoiava tais medidas. Disse que era inconstitucional qualquer pessoa de sã consciência atacar as Assembléias

Legislativas por estas deixarem de se manifestar a respeito de alguma coisa e que a resolução não deveria estar em suas mãos. Talvez a resolução não estivesse nas mãos daquela câmara, mas os vereadores haviam sido recolhidos para cobrar aquelas medidas.

Existia uma confusão geral nas opiniões. Dizia o Vereador Simão: "... que não só os comunistas estão satisfeitos com o clima de insatisfação e insegurança que atravessa o país, como é extremamente agradável a certas pessoas inimigas do regime democrático, inclusive o Sr. Getúlio Vargas ...".³⁹

Por falar em regime democrático, foi o que menos se ouviu falar durante todo o processo da batalha da carne. Este exercício não se apresentou. Fosse no impedimento promovido pelas donas de casa de que alguns comprassem carne ou pela imposição feita pelos jornais na propaganda de boicote à carne e de promoção da desobediência civil, principalmente na forma de comício livre de engajamento político. O respeito à opinião individual ou de grupos, não existiu para com os que tinham idéias diferentes.

Já para o Comunicador Sale Wolokita, que tinha 18 anos na época, a população podia opinar a hora que bem entendesse. Tanto que fez a greve contra os preços da carne. É esta a visão que Sale tem do movimento:

"... antes não era como hoje. Hoje, se o preço sobe, as pessoas deixam de ir ao supermercado, "matam o comerciante", obrigando-o a fechar as portas. Assim a greve da carne demorou dias. Foi uma briga da população com a polícia. Tudo começou quando o comício foi proibido. A população veio para a cidade. Um dos soldados mais jovens da corporação acabou por se desentender empurrando um popular que gri-

tava palavras de ordem na rua. Foi o suficiente para iniciar a agitação e a briga. O povo curitibano pode ser frio, mas quando um movimento pega aqui ele vai longe. No final, quase nem mais se ouviu falar do preço de carne. Que eu saiba, os jornais nem noticiaram mais...".

O entrevistado se enganou neste aspecto, o que resultou num ponto positivo a ser explorado neste trabalho. Mas, sua colaboração foi muito no sentido de reafirmar a sua opinião de que o problema se tornara muito mais uma rixa entre policiais e populares.

"... e por falar em jornais, existia o Diário da Tarde que era atuante, o Dia e a Gazeta, que até hoje fica em cima do muro. Para o comércio não havia muita gente. Curitiba tinha aproximadamente 200 mil habitantes. Hoje em dia, é comum no centro da cidade gente esbarrando em gente. Antes não acontecia. Tem muita gente em Curitiba. Na época da greve não tinha diversão e nem muito o que fazer em Curitiba. O negócio era se arrumar e ir para a Praça Osório, para ver o que ia acontecer entre a população e a Polícia. No final, o governo foi até esquecido. Mas a polícia fazia a sua função e o povo a sua. Tanto, que após algum tempo de briga, era irmão batendo em irmão. Muita gente ficou desaparecida após as brigas, e muitos os feridos. (...) Sô me lembro de que estava saindo do Cine Odeon na Avenida Luiz Xavier (antes João Pessoa), ali na boca maldita, e fui agredido no meio de muita gente. Afinal, ali tinha três cinemas. O Odeon e o Avenida. Na saída dos cinemas ninguém sabia quem era quem (...) a pancadaria começou. Inclusive velhos, crianças e até mesmo os policiais apanharam. (...) Era estréia do Ney Braga como delegado de Polícia. E ele também estava estreando o cacetete de madeira. Era um porrete deste tamanho (...) mas a população também tinha chicotes de cabo de aço. A luta foi quase de igual para igual (...)

Um aspecto que deve sempre nos preocupar no estudo de

tais acontecimentos, é a direção, organização e táticas utilizadas. Na conversa com Sale Voloquita, foi possível compreender que todos estavam bem organizados para o choque corporal. A manifestação pacífica, propalada durante dias, tinha no final a intenção, se os problemas não fossem resolvidos, de chegar aos extremos. Quando Sale nos diz que o problema era entre a população e polícia, durante algum tempo assim o foi na medida em que as reclamações não eram realmente ouvidas, as comissões de preços não funcionavam e a polícia não tomava uma atitude realmente séria. Sendo assim, colocando nas mãos da entidade policial sua segurança, quando a chefatura de polícia proibiu o comércio, foi o estopim.

A briga, que de várias maneiras continuou por muitos dias pelos instrumentos utilizados, demonstra a forma clara de organização. Tanto, que mesmo após a pancadaria daquele dia 19 de fevereiro, a população em grande número esteve nas ruas. E mesmo diante do olhar vigilante da cavalaria e do prefeito que supervisionava o calçamento da Travessa Oliveira Bello, a população agiu, descarregando bolinhas de vidro (bolinhas de gude) e rolhas. Estas rolando pelas calçadas, provocou a dança dos cavalos, colocando a corporação no chão, obrigando-os a lutar de igual para igual. Os pedaços de pedras que serviam para o calçamento voavam por cima de todos. Colocava o jornal **Diário da Tarde**:

"Ontem à noite a cidade foi novamente agitada por arruaças e correrias. O povo era visível, tentava uma desforra com os milicianos, apunhando-os a sua passagem. (...) Porém, se ontem, ao comentar os acontecimentos de quarta-feira verberamos o excessivo rigor repressivo da polícia, hoje somos obrigados a verbe-

rar as provocações de alguns populares à mesma. (...) Ontem à noite, porém, fomos testemunhas oculares. E podemos afirmar que os integrantes da força pública foram bastante calmos e ponderados; aguentando sem repelir de imediato, os maiores insultos. Apupados, perseguidos com assovios, recebendo acintosamente bombas e bombinhas, tudo suportavam, evitando revides de grandes proporções (...) um dos melicianos foi gravemente ferido no ventre. Grande número de armas foi apreendido pela polícia civil, o que denota os intuitos de que estava tomado o povo, não devemos confundí-lo com pessoas irresponsáveis, que procuram turbar o ambiente, dificultando a ação repressiva ou preventiva das autoridades.(...)⁴⁰

Estas linhas nos fornecem mais uma face da organização, das armas utilizadas, e de como foi se desenhando o conflito, além de nos deixar claro a virada de posição assumida pela Imprensa do período. Inicialmente incentivadora do movimento, ela passou a defensora do poder público, como demonstram os grifos.

Até aqui nos fica evidente a participação das donas de casa como as maiores responsáveis pelo movimento. Num segundo momento as mesmas contaram com a participação de outros setores da sociedade: os estudantes e suas entidades (UNE, UPE, UPES e Centros Acadêmicos), foram se unindo ao trabalho realizado pelas mulheres. Fossem do Prado Velho, Carmela Dutra, Santa Quitéria ou Cajuru, elas estiveram o tempo todo atuantes. Os partidos políticos, por sua vez, não foram tão hegemônicos, na medida em que não deixaram um rastro mais evidente de suas tomadas de posição, ou ainda, não assumiram o movimento. O partido comunista, como ficou colocado em outras páginas deste estudo, foi acusado de dirigí-lo. Alguém teria que levar a culpa. Mas numa população tão católica, trabalhadora e ordeira, tão **nefasto monstro** jamais germinou. Pelo menos no que se refere a este

movimento. Sem dúvida, foi preparação para algo maior, mas que não deu certo. Mesmo porque a vigilância e o cerco contra os partidos de esquerda no Brasil, só tenderiam a se estrangular cada vez mais.

Uma das líderes do movimento foi a Sr^a Nair Bismaier,⁴¹ que residia na região do Bairro do Cajuru em Curitiba. Após os acontecimentos, esta senhora passou para o Estado da Guanabara. Apesar de ser esposa de militar e amiga pessoal de Ney Braga, foi das mais ativas nas questões voltadas para os preços e os abastecimentos da carne. Pode-se dizer que muito contestou-o, pelo menos no que se refere à positividade da questão, até o momento em que seu marido foi transferido para a Guanabara.

Citam-se os Bairros do Cajuru, Santa Quitéria e Carmela Dutra, como também o Prado Velho, para ressaltar envolvimento destes na contestação. O motivo destes serem os principais ativistas, era em primeiro lugar por serem bairros distantes e estarem com dificuldades com relação ao aparelhamento básico para o bom funcionamento do bairro, de forma principal quanto aos estabelecimentos comerciais. Sendo assim, não dava para pagar carro e ainda ficar quieto, o jeito era **gritar**. O Bairro do Cajuru, por sua vez, sempre ficou conhecido por ter uma população ativa e contestadora. Grande parte de sua população era de funcionários da Rede Ferroviária Federal e simpatizantes do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Portanto, eram três os fortes motivos para se reclamar: a distância e dificuldade de abastecimento, a proibição da organização livre e os baixos salários, cobrança às promessas feitas por Getúlio Vargas. Foi desta forma que estes estamentos populacionais vieram caminhando de seus bairros e depredando os açougues, culminando no centro da cida-

de. Em momentos anteriores, mantiveram muitos estabelecimentos de portas fechadas.

Se pensarmos nas armas utilizadas pela população, identificaremos tijolos envoltos em jornais, chicotes de aço (provavelmente conseguidos junto à construção civil), bombas caseiras, bombinhas e **coquetel molotov** (prática doméstica dos partidos de esquerda daquele período). Sem dúvida, o PTB era um partido de esquerda, ou pelo menos deveria ser. Principalmente por ter como discurso a defesa dos trabalhadores e não dos patrões e empresários. Esta, pelo menos, fora a estampa vendida para a população.

Outro dos fatores que sempre os manteve ocupados foi a existência dos tribunais populares, onde a população foi chamada para julgar os infratores.

Na conversa com Sale Voloquita, mais um lado da questão se nos apresentou. Ficou evidente que aqueles tribunais eram outro pedaço da demagogia geral, pois eram perseguidos e condenados apenas os donos de açougues menores, o comerciante de açougue que comprava para a revenda. Sem aparelhamento técnico suficiente para atender os ditames da tecnologia engolidora, além do saneamento tão proposto naqueles dias, ele muitas vezes vendia carne em condições inadequadas. Porém, "os fins não justificam os meios", já diz o provérbio.

Os grandes proprietários apareciam pouco, mesmo porque estavam em comprometimento com a polícia estadual, como o caso dos frigoríficos da família Camargo, grandes abastecedores do Paraná, que quase monopolizavam a distribuição. O Frigorífico Garmatter, por sua vez, de estabelecimento mais tímido, foi taxado como o grande vilão daquele período. Este era um dos pou-

cos a vender carne a varejo para os açougues de Curitiba. Daí a depredação de seu açougue principal no Largo da Ordem em Curitiba, em 1952. Um aspecto interessante, é que os tribunais jamais conseguiram julgar os que recebiam carne na calada da noite, apesar desta não existir no mercado popular. Recebiam diretamente da Penitenciária do Estado de forma ilícita e dos açougues com os quais tinham certas regalias. Já os frigoríficos estrangeiros e seus distribuidores não foram julgados. Só entraram no Paraná de forma mais lícita a partir dos anos 60. E nem por isso assumiram posicionamento diferente.

Quando discutimos que a democracia foi o que menos se praticou naqueles dias, se abre um novo leque de possibilidades. Quando as mulheres tomaram como forma de ação o impedimento da venda de carne a preços caros ou coibiram a ação de pessoas que queriam consumi-la, estavam fazendo um exercício revolucionário. Aquelas mulheres e os consumidores envolvidos de um modo geral, reagiram de forma violenta porque provocados. Percorriam os caminhos para os quais estavam sendo orientados. Buscavam em sua rebeldia a democracia. Quando a mentira e a manipulação se fizeram cada vez mais presentes, o debate degenerou, cedendo lugar para a violência física. No momento em que o debate político perdeu os níveis de persuasão, a tolerância caiu.

Para a imprensa e para o poder público, o episódio político não esteve nas mãos da mulher. Para nós, esta constatação fica a par e passo com a posição histórica de subalternidade designada para a mulher nas relações sociais no Brasil, na medida em que muitas vezes a mulher foi negada como líder ou foi convidada para não desvirtuar o movimento pacífico, negou-se sua sexualidade também. "Mulher não grita, não briga e não des-

virtua". Não apenas a sexualidade lhes foi negada, mas sua participação política. Sempre que a genialidade procedeu da cabeça das mulheres, a história oficial encontrou dificuldades para reconhecê-la.

Nos anos 50, aquelas mulheres tinham muito mais que submissão, frivolidade e fragilidade: tinham garra, opinião política e liderança. Dos anos cinquenta aos anos sessenta, pela dificuldade de escolas que profissionalizassem mulheres, era difícil vê-las nas ruas ou em locais condicionais de trabalho. Assim, certas atitudes, como iniciar um movimento grevista ou uma *arruaça*, não lhes era auferida. "Isso não era coisa de mulher", com certeza se diria. A situação que parecia dificultar, acabou por beneficiar as mulheres curitibanas do período. Enquanto não lhes atribuíam certas atitudes, elas montavam seu espetáculo, utilizando-se do discurso inverso, o obtendo o poder de contestar.

Atitudes do desvirtuamento, aparelhismo e agressão, foram as taxações recebidas pelas(os) manifestantes. Nada é tão desastroso para quem combate, durante anos seguidos, contra uma ditadura, quanto ser acusado de usar procedimentos semelhantes aos do adversário. Por este motivo, procurou-se explicar a busca da democracia como rebeldia popular.

Na década de 50, a mulher apareceu como figura central dos movimentos de contestação contra a carestia e das campanhas moralizadoras, como também a criança, o doente e o velho. Enfim, os despossuídos de força de trabalho, necessitavam, segundo o discurso pudico, serem protegidos. Se bem que a mulher se deixou utilizar, na medida em que sua figura frágil lhe conferiria a vitória de seus propósitos.

A criança, a mulher, o velho e o doente representam os marcos das desculpas utilizadas pelo poder público para pressionar, ou dizer que pressiona, a exploração no preço dos gêneros de primeira necessidade.

Agressão, rebeldia, desvirtuamento, seres desprotegidos, não combinava com a palavra de ordem: imigração. Um universo conturbado não poderia receber bem grupos de imigrantes que chegavam para o trabalho. Enfim, o governador Bento Munhoz da Rocha Neto, em sua primeira mensagem apresentada ao Poder Legislativo (1951), afirmava estar o seu governo atendendo

...ã imigração de alemães e holandeses (...)
do mesmo modo, de italianos e poloneses que
têm insistentemente procurado o Paraná. Aqui
retoma o governador paranaense a sua tradi-
ção colonizadora, que vai um pouco além da
simples benevolência para com os imigrantes,
que deseja ORIENTAR a imigração, influir ne-
la, dirigí-la, e até mesmo escolher os imi-
grantes...⁴²

E em 1952, dizia o Governador Munhoz da Rocha ter amparado "com decisão, a colonização de alemães em Entre Rios, no Município de Guarapuava, cuja instalação se faz baseada nos melhores auspícios, e a de holandeses no município de Castro(...) Será sangue novo nas zonas antigas do Estado".⁴³

Toda a história do Paraná está permeada pelos caminhos da migração e da imigração; de quem tem coragem de escolher outras plagas como o seu lugar de vida. População que preenche o Paraná, e depois Curitiba de 1945 e 1964.

Nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, as massas de imigrantes e migrantes, forçados ou não, se locomoviam pelo mundo. Impelidas pela ânsia imigratória, ou pelo estigma

da guerra. População que no início da década de 50 preencheu o Paraná, vinda do Nordeste do Brasil ou de outros países. Vieram atrás do desenvolvimento, das novas terras e da **oportunidade** que o ideal intelectual do paranismo dava às novas fronteiras, étnicas e tecnológicas. Afinal, "o caráter burguês da sociedade paranaense é assegurado pelos estrangeiros. Foram eles os primeiros técnicos, os comerciantes, os professores, os pequenos industriais, os profissionais liberais".⁴⁴

É respaldado neste ideal que a década de 50 e sua população é pensada no Paraná, onde o imigrante é o ator principal do trabalho, desta forma tentando burlar o engendramento de princípios que o aprisionava. O trabalho não combina com vadiagem. De certa forma, a contestação não casa com os ideais do progresso, baseado antes de tudo no trabalho. Nesta medida, a rebelião vem quebrar os planos governamentais e do poder estabelecido naquele momento.

A questão da identidade, causada pela migração das várias regiões, do ideal de trabalho, da nova morada, da nova vida, faz desta população uma massa coesa. Porém, coesão não se dá apenas no instante do trabalho, mas também no momento da contestação, da reivindicação. A população a qual se descreve aqui, não é aquela que conseguiu ser representada na Câmara, mas aquela população marginal, que não participa dos grupos de elite, dos clubes étnicos compartimentos e orientados (e não são muitos), mas sim daquela que percorre os caminhos das lutas trabalhistas não institucionalizadas, que se institucionalizaram à sua maneira (jogando rolhas e bolinhas de vidro na repressão policial, por exemplo). Daqueles que não elegiam, mas que cobravam dos que eram eleitos. O voto e a fala, quando não o con-

flito físico, eram as únicas armas de que dispunham.

Esta população, vigiada o tempo todo pelo institucional, foi poucas vezes convidada a participar, tendo que forçar a sua entrada, até mesmo no que diz respeito ao consumo básico, desenvolvendo-se costumeiramente lado a lado com o estabelecido **legalmente**. Era um momento em que o novo se estabelecia no Paraná, quando a polícia se reaparelhava e a população também era nova. Em contrapartida, este contingente que andou pelas ruas de Curitiba se organizou e se aparamentou para lutar, ainda que seu ideal norteador da luta estivesse não apenas no consumo, mas também na repressão.

É claro, para o poder governamental estabelecido naqueles dias, que o fluxo migratório não poderia jamais trazer elementos nocivos à ordem. Um destes elementos, sem dúvida, era o despojamento em lutar, de quem não era da terra, cobrando o prometido diariamente no discurso político. O que afinal, não se alterou muito.

A fala da modernidade se tornou compatível com o aparamento dos frigoríficos. A falta de carne, a proibição da ação sindical, a pouca expressividade da mulher em detrimento da eloquência dos homens, nos faz perguntar sempre: que etno é este, comprometido com o trabalho e a felicidade? De que prosperidade fala este espetáculo? Com certeza, a felicidade não foi daquela população que se acotovelou sob o fichamento policial. Nem tampouco dos que em decorrência daqueles dias se escondem até hoje. Escondem-se do **instituído racionalmente**, porque na **loucura costumeira** eles aparecem. Seja como a dona de casa, o estudante, o **japonês** ou o **moreno**. São estes os grupos que ocupam a cena do espetáculo, desde a instalação da Câmara Municipal em 1947, até

a batalha estopim da carne e, depois ao tapume de 1964, construindo de forma efetiva a contestação e a resistência.

Após o choque físico, foi tomada em Curitiba, uma medida para a baixa do preço da carne. Assim, no dia 23 de fevereiro de 1952, realizou-se uma reunião na Câmara de Expansão Econômica do Estado. Esta reunião não contou com a presença da população, nem de grupos que estiveram envolvidos nas ocorrências de rua de forma direta. Para representá-los, **foi escolhida** a imprensa, que se fez representar, por sua vez, pelos jornais **O Dia** (de propriedade de Hélio Sett) e o **Diário da Tarde** (de propriedade de J. Petrelli Gastaldi). Os outros setores convidados para a reunião foram os marchantes e açougueiros. Na reunião, o Diretor-Secretário da Câmara de Expansão Econômica do Estado, Homero Braga, culpava o Governo pela má solução do problema, esquecendo-se que aquele mesmo órgão só se manifestou depois dos incidentes ocorridos.

O Presidente do Sindicato dos Açougueiros de Curitiba, Henrique Rosalinski, por sua vez, utilizou-se de uma série de documentos para provar a inocência de sua classe, colocou de forma extremamente técnica a culpa dos aumentos na fonte exploradora do produto, principalmente em São Paulo. De novo o problema estava posto de forma antiga. Já para os marchantes o problema estava nos transportes e incidência dos impostos. A imprensa acabou por concordar com a documentação e a exposição de defesa feita pelos açougueiros.

Após reunião de aproximadamente três horas, decidiu-se como medida de solução para a questão, baixar o preço do quilo da carne para Cr\$ 5,50 (cinco cruzeiros e cinquenta centavos). Voltando também a existir a carne de tipo popular (pescoço, pei-

to e costela) nos açougues. A carne de primeira (coxão, alcatre, patinho, filé, pá e lombo de agulha), com contra-peso de 250 gramas (osso) a Cr\$ 14,00 (quatorze cruzeiros) o quilo. Para a imprensa, esta ficou parecendo a medida mais sensata daquele momento.

Ao consumidor, apesar de toda a organização e cobrança feita, ficaram ainda marcas negativas, pois ele não podia participar ainda do consumo das melhores carnes, mesmo que eventualmente tivesse dinheiro para consumir a carne de Cr\$ 14,00 (quatorze cruzeiros), a qual viria com contra-peso de 250 gramas, portanto era um quilo de carne e osso. Não poderia escolher além dos tipos propostos acima. Teve mais uma vez a direção final de seus empreendimentos nas mãos do inimigo. Agora, como já foi colocado, esta manifestação não queria falar apenas da fome, mas também da repressão, à qual a conjuntura os sujeitava. Nessa linha de pensamento, a cidade de Florianópolis também iniciou sua greve branca. Segundo o *Jornal Diário da Tarde*, daquele dia 22 de fevereiro, o movimento estava sendo organizado pelas donas de casa e estudantes, entre outros. As notícias realmente conseguiram se espalhar, assim como também as práticas.

No dia 23 de fevereiro, completava o matutino: "nos próximos dias, haverá carência do produto na praça, devido à desorganização do comércio. (...) Com isso, fica terminada a expectativa popular, infelizmente deturpada nos últimos dias mercê dos agitadores"⁴⁵.

O ano de 1952, após o **quebra-quebra**, transcorreu sem novidades no campo de ação do abastecimento da carne. O jeito foi comer carne de pescoço. O dito ficou pelo não dito.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- ¹O PRESIDENTE VARGAS DENUNCIA GROSSA NEGOCIATA. *Diário da Tarde*, Curitiba, 03 jan. 1952. p.1.
- ²RECOMEÇOU A EXPLORAÇÃO NOS AÇOUGUES. *Diário da Tarde*, Curitiba, 03 jan. 1952. p.1.
- ³BRASIL, PAÍS DE MAIOR CRESCIMENTO VEGETATIVO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 03 jan. 1952. p.9.
- ⁴OS LUCROS DOS MARCHANTES E AÇOUGUEIROS EM CURITIBA. *Diário da Tarde*, Curitiba, 19 fev. 1952. p.1 e 6.
- ⁵GUERRA DE MORTE AOS TUBARÕES. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 jan. 1952. p.1 e 6.
- ⁶AS GREVES NO BRASIL E OS COMUNISTAS. *Diário da Tarde*, Curitiba, 22 jan. 1952. p.1 e 6.
- ⁷REVOLTA POPULAR EM BELO HORIZONTE. *Diário da Tarde*, Curitiba, 04 jan. 1952. p.6.
- ⁸JORNAL ÚLTIMA HORA. 05 jan. 1952. p.1.
- ⁹O MUNDO. Rio de Janeiro, 05 jan. 1952. p.1.
- ¹⁰INCRÍVEL AUDÁCIA DOS PROPRIETÁRIOS DE CINEMAS. *Diário da Tarde*, Curitiba, 06 fev. 1952. p.1 e 6.
- ¹¹O GOVERNADOR DE SÃO PAULO DÁ EXEMPLO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 06 fev. 1952. p.1.
- ¹²BOICOTE ARMA DO POVO. *Diário da Tarde*, 06 jan. 1952. p.1 e 6.
- ¹³DONAS DE CASA X EXPLORADORES. *Diário da Tarde*, 11 fev. 1952. p.1.
- ¹⁴ABAIXO OS TUBARÕES. *Diário da Tarde*, 12 fev. 1952. p.1 e 6.
- ¹⁵JÁ VITORIOSO O MOVIMENTO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 13 fev. 1952. p.1 e 6.
- ¹⁶JÁ VITORIOSO O MOVIMENTO. p.1 e 6.
- ¹⁷DIÁRIO DA TARDE. Curitiba, 15 fev. 1952. p.1.
- ¹⁸GAZETA DO POVO. Curitiba, 14 fev. 1952. p.8.
- ¹⁹DOMINA TODAS AS CLASSES SOCIAIS A GREVE BRANCA DAS DONAS DE CASA. RECUAM OU FICAM ÀS MOSCAS. *Diário da Tarde*, Curitiba, 15 fev. 1952. p.1.
- ²⁰BOICOTE - MOVIMENTO VITORIOSO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 15 fev. 1952. p.1.

- ²¹CAMPANHA CONTRA A CARESTIA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 15 fev. 1952. p.8.
- ²²DIMINUI CONSIDERAVELMENTE O ABATE DE GADO. *Diário da Tarde*, Curitiba, 16 fev. 1952. p.1.
- ²³GASTALDI, J. Petrelli. *Diário da Tarde*, Curitiba, 19 fev. 1952. p.1 e 6.
- ²⁴OLIVEIRA, Alvarus. *Diário da Metrópole*, Rio de Janeiro, 19 fev. 1952.
- ²⁵DI RIO DA TARDE. Curitiba, 20 fev. 1952.
- ²⁶DIA DE FORTE AGITA O EM CURITIBA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 fev. 1952. p.1.
- ²⁷DIA DE FORTE AGITA O EM CURITIBA. p.1.
- ²⁸RECADO CARIOCA. *Diário da Tarde*, Curitiba, fev. 1952. p.2.
- ²⁹PROIBIDA A REALIZA O DO COMÍCIO DE HOJE. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 fev. 1952. p.8.
- ³⁰C MARA MUNICIPAL. Ata da 10ª sessão extraordinária. Curitiba, 15 fev. 1952. Livro 385. p.22 e 23.
- ³¹AMBIENTE DE FRANCA REVOLTA POPULAR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 fev. 1952. p.1 e 8.
- ³²ROCHA, Flora Munhoz. *Bento Munhoz da Rocha Neto e a imagem que ficou*. Curitiba, Funda o Cultura de Curitiba, 1985. p.214.
- ³³MANDATO DE SEGURANÇA CONTRA O INSTITUTO DE CARNES. *Diário da Tarde*, Curitiba, 20 fev. 1952. p.2.
- ³⁴NO LEGISLATIVO MUNICIPAL. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 fev. 1952. p.8.
- ³⁵CONFUS O NO LEGISLATIVO MUNICIPAL. *Diário da Tarde*, Curitiba, 21 fev. 1952. p.1.
- ³⁶NO LEGISLATIVO MUNICIPAL. p.8.
- ³⁷C MARA MUNICIPAL. Ata da 13ª sec o. Curitiba, 27 fev. 1952. Livro 385. p.24.
- ³⁸C MARA MUNICIPAL. p.24 e seguintes.
- ³⁹VOLOQUITA, Sale. Entrevista concedida em 01 de agosto de 1990 em seu escritório na Tev  Educativa.
- ⁴⁰AMBIENTE DE INTRANQUILIDADE. *Diário da Tarde*, Curitiba, 22 fev. 1952. p.1 e 6.

⁴¹VOLOQUITA, Sale. Entrevista.

⁴²MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente: ensaios sobre fenômenos da aculturação no Paraná. 2.ed. São Paulo: Queroz, 1989. p.103.

⁴³MARTINS, Wilson. p.103.

⁴⁴BURMESTER, Ana Maria de Oliveira; MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol; PAZ, Francisco Moraes. **O paranismo em questão:** o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50.

5 QUANTO CUSTA A VIDA

1953 - 1964

Diante do que se hitoriou até aqui, foi possível perceber que Curitiba se colocava num processo de dificuldades de abastecimento e manifestação política. Todos os dias estouravam problemas que esperavam por uma solução dos poderes públicos. Os projetos do governo do estado, estavam todos voltados para a inovação, crescimento e concretização. Fosse no urbano, alargamento da produção alimentícia e ocupação de novas terras através da força do imigrante. O café, neste período, representou a **menina dos olhos** do interesse político. Diga-se de passagem, foi um sucesso tal empresa.

O Governador Munhoz da Rocha, eleito em outubro de 1950 por uma coligação de partidos (PR, UDN, PRP, PST, PL), fez o governo a que se propunha, conseguindo, na história dos governos do Paraná, uma das mais expressivas atuações, se não a mais expressiva. Criou uma série de órgãos para atender às necessidades de uma cidade que crescia aceleradamente. São deste período: a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra, o Instituto do Café, as Frentes de Imigração, COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e o Centro Cívico. Nesta época, o Paraná colocou-se no cenário político nacional de maneira mais séria. Claro que só com a ajuda da população é que isto foi possível. Porém, é necessário ressaltar sempre que no ideal deste governo está o muito que se fez pelo Paraná. Sem dizer ainda, da

cria política que adveio para o Estado. Seja no sentido positivo ou não, o Governo Munhoz da Rocha Neto abriu passagem para o futuro a que se propunha, até onde foi possível.

Porém, nem tudo que brilha é ouro. Era necessário ter um certo equilíbrio para se viver no Paraná, principalmente em sua capital. Um dos exemplos desta dificuldade da vida, ou da sobrevida, era a confusão mental pela qual passava a população da cidade. Seus duzentos mil habitantes, recebiam todos os dias a propaganda do moderno, do desenvolvimento. Por outro lado, também sofria os percalços do seu crescimento. Urbanizar, crescer a cada passo doeu muito nos curitibanos daqueles dias. Enquanto a população crescia e o Centro Cívico era preparado para comemoração do Centenário da Emancipação Política do Estado com chave de ouro, os transportes coletivos não funcionavam. Um dos principais reclamos foi a dificuldade dos horários e a superlotação. O drama era o mesmo nos quatro cantos da cidade. Para se fazer o percurso Alto da Rua Quinze de Novembro ao Hospital Militar era extremamente difícil. O problema não era falta de ônibus apenas, mas tarifas baixas, segundo reclamavam os empresários dos transportes.¹ Estes, enquanto não conseguiram o aumento nos preços das passagens, organizaram o horário dos ônibus de forma que o passageiro amargasse nas filas, e coletavam em apenas um carro um número de pessoas acima do limite. Quatro ou cinco carros ficavam nos terminais de cada linha.

Por mais que a Prefeitura interviesse, não era possível conter os aumentos, o que vinha a dificultar muito a situação. Só se falou em aumentos do salário mínimo em 1954. Quanto à fiscalização do transporte coletivo, esta deveria ser feita pela população.² A Prefeitura não dispunha de fiscais ou meios que o

valha para a obtenção das informações sobre os horários.

O ano de 1953 teve nos transportes a sua segunda questão problema, já que o abastecimento ocupou o lugar de destaque. De avanços e recuos foram discutidas tais questões. Solução não se encontrou, mas a população, que teve que fiscalizar o tempo todo, sofreu a ação do aumento das passagens e não teve seus salários acrescidos. A Prefeitura tentou regular os horários, mas não falou em tarifas. O Governador, que fora procurado pelos empresários, não tomou mais conhecimento do assunto, por mais acessível que fosse. Os transportes e a situação, são discutidos aqui de forma breve, apenas a título de comparação à carne. Porém, nos oferece mais um lado da conturbação pela qual passava Curitiba. Havia, portanto, pessoas para transportar e bocas para alimentar. É nestes espaços que a velha e a novo Curitiba vão conviver; os velhos problemas, como a alimentação de carne e contestação, junto ao novo espaçamento oferecido pelo urbanismo proporcionado pelo café.

Neste período, o **Jornal Gazeta do Povo** foi primordial em sua colocação ufanista da época: "afinal, não há mesmo nada de novo sobre a face da terra - registro sem compromisso, à moda de reportagem, de uma conversa em que Neymeier, Le Corbusier e outros, foram mencionados juntamente com os **novos** do Paraná - as linhas modernas das pirâmides do Egito, e a irregularidade das linhas de lagos do Passeio Público e da Praça Carlos Gomes.³

O ano de 1953 teve nos transportes a sua segunda questão problema, já que o abastecimento de carne foi a primeira. De avanços e contras foi discutida a questão dos transportes.

Tudo é bonito e novo no Paraná. No entanto, o velho pro-

blema persistia: faltava carne. A vida estava difícil de ser vivida.

Se por um lado a população se via lesada nos seus direitos de consumo, por outro os comerciantes se viam lesados em seus direitos de comercializar. Suas críticas eram colocadas no sentido de não serem acusados como os verdadeiros responsáveis pelas dificuldades dos preços e do abastecimento. A culpa, segundo eles, deveria cair no governo e naqueles que inescrupulosamente intervinham no mercado, principalmente no mercado exportador, onde as tarifas alfandegárias para a importação e exportação eram muito elevadas, como também era absurdo o pedido de licença para exportar e importar. Assim, toda a culpa era dirigida ao Governo Federal e sua política econômica externa. Esta atitude era tomada pelos grupos de comerciantes na medida em que seria uma desculpa incisiva para o aumento dos preços. Neste sentido é que os preços apresentavam oscilações significativas, ainda mais quando se tratavam de gêneros de primeira necessidade, assim como a banha, arroz, milho, feijão e a carne. Estes sofriam seus aumentos nas fontes de produção.⁴

Os sindicatos e associações profissionais, por todo o Brasil, pediam que o povo se unisse à custa do combate ao custo de vida. Os documentos sempre eram assinados pelos mais variados líderes, entre prefeitos, deputados estaduais e federais, como foi o caso da Cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro em 1953.⁵ Manifestos como estes, eram lançados em meio à opinião pública a fim de se conseguir adeptos para a fiscalização da distribuição da produção ou do controle do aumento dos preços básicos, que faziam parte das decisões tomadas pelo Presidente Getúlio Vargas nas suas Exposições de Motivos nº 903 de

12 de abril de 1953. Nesta Exposição de Motivos, além do pedido de fiscalização, os que infringissem os preços das tabelas eram considerados sonegadores. Cabia à Divisão de Imposto de Renda, junto da população, a fiscalização das irregularidades. Os preços que eram determinados para cada região do país, dependiam das portarias e tabelas pré-fixadas pela COFAP - Comissão de Abastecimento e Preços da Federação - e que vigoravam, ou deveriam vigorar, pelo prazo de um ano.

O governo começava a assumir o seu fracasso nas questões econômicas e conseqüentemente na manutenção do poder, pois sua intervenção no mercado não era suficiente, sendo necessária uma medida realmente punitiva. A quebra de uma política econômica e social demonstra sua perda de terreno, para a população e para os comerciantes. Para a população, quando se apresenta fraco frente ao aumento de preços, e aos comerciantes, quando não conseguem resolver os problemas dos consumidores. É tão verdadeiro, que no Rio Grande do Sul, mesmo diante das ameaças feitas pelo Governo Federal, a carne teve o seu preço elevado:

"Em sessão extraordinária a Assembléia Legislativa rejeitou a mensagem do Executivo, que pedia a abertura de um crédito de 150 milhões de cruzeiros destinado a fazer frente através do Instituto de Carnes, ao produto vendido ao consumidor. Dias atrás aquela autarquia autorizou a majoração do preço da carne. O crédito se destinara a pagar a diferença do preço. O resultado da votação foi de trinta contra nove, donde se vê que nem a bancada do PTB votou com o governo, enquanto que dezesseis outros deputados estiveram ausentes. Admite-se uma reação popular devido a este aumento!"⁶

A reação popular não existiu e nem mesmo uma atuação do Governo Federal. Ainda que não fizesse nem um ano das Exposi-

ções de Motivos do Presidente da República (12.04.1953). O pouco caso às medidas de caráter econômico eram aparentes.

Em Curitiba, por sua vez, a COAP em fevereiro de 1954⁷ andava às voltas com os sonegadores. Seu presidente, o Sr. Admaro Nules Muller, recebia reclamações de exigências de aumento de todos os lados. Era do produtor da farinha, dos panificadores, das mercearias que vendiam pão, leite e café. A principal e mais incisiva das reclamações estava sendo feita pelos distribuidores de carne, principalmente o do Sr. Pedro Alípio de Camargo, cuja família já foi citada aqui como sendo detentora de grande força política no Estado. Aquele senhor lançava a ameaça de que se o preço da carne não subisse, suspenderia o fornecimento para a capital. Sabia que tipo de ameaça estava fazendo, ao querer equiparar os preços com os de São Paulo, afinal era dos maiores marchantes do estado. Se parasse de fornecer o produto, o consumo se estagnaria quase por completo. Seu frigorífico, que até hoje vigora no Bairro do Uberaba, em Curitiba, era também dos mais bem equipados do Estado, sendo responsável pelo fornecimento à maioria dos municípios do Estado do Paraná. Como se não bastasse tal situação de dificuldades para os curitibanos, a Confederação Rural Brasileira propunha a anulação das portarias da COFAP. Os preços da carne eram os mais atingidos.⁸

Por estar a Comissão Federal de Abastecimento e Preços diretamente atrelada à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda, suas portarias eram de difícil execução, pois não se faziam cumprir nem mesmo ditames daqueles dois órgãos federais. Assim, a carne de segunda, que custava Cr\$ 6,00 (seis cruzeiros) no final de 1952 deixou novamente de ser encontrada

nos açougues. A de primeira, que deveria custar quatorze cruzeiros, obtinha preços até vinte dois cruzeiros, dependendo do estabelecimento. A imprensa (**Gazeta do Povo**) notificou em 03 de junho de 1954: "Não foi autorizado o aumento da carne - mantidos os preços vigentes pela tabela da COAP"⁹. Nem precisava, pois o preço era ao bom gosto do comércio. Ele tinha preços apenas para quem pudesse pagar. Enquanto não se via uma alternativa para solucionar, o **Jornal Gazeta do Povo** se colocava ao lado do povo e contra o governo:

"O que fez até agora desde que se esboçou, foi iniciada e se agravou a crise da carne verde na cidade, o governo do Sr. Bento Munhoz da Rocha? (...) Serão os telegramas do Sr. Munhoz da Rocha, suficientes para demonstrar a "igrejinha montada pelo marchantes? (...) E como nesta luta não há meios termos, não é demais dizer que o governo está com os tubarões: não os combatendo afinal de contas por motivos facilmente compreensíveis - compactua com eles e trai os seus maiores compromissos com o povo que o elegeu. Condena à fome e à **exacerbação dos ânimos um povo pacato e ordeiro como o nosso**, negando mesmo as condições de **sobrevivência** com dignidade. Governo de "intelectuais" para os "tubarões" contra o povo!¹⁰
(Grifo do autor)

A nota demonstra o ataque ao governo Bento Munhoz da Rocha Netto, pela simpatia que aquele jornal demonstrava para com Moysés Lupion e pelo apoio dado a este político, predileto daquela linha de pensamento, para ocupar o lugar de governador. Porém, apesar de toda a crítica, está em evidência toda a intenção de passificação social. Nos grifos realizados, se fala de uma população ordeira, pacata, não exacerbada e que sobrevive. Fosse governo de **intelectuais, tubarões** ou do Lupion, o discurso de poder é sempre o mesmo: ordem e pacificação. Sem

contar que, mesmo toda esta cobrança e jogo de palavras fazem parte de uma prática muito comum no Brasil populista daqueles dias.

O momento de crise pelo qual passava o Brasil dos anos 1953-54, indiscutivelmente não era apenas uma crise econômica, mas acima de tudo da política populista, tão bem defendida por Getúlio Vargas pelos anos em que durou o seu governo, até sua morte. Não se deve ver neste momento de crises sócio-econômicas, uma crise total do populismo. Na verdade, o discurso populista se manteve no Paraná até o final de 1964. Até então, a população não conseguiu romper com os governantes, esperando destes as tomadas de decisões, baseados em declarações demagógicas. Dizia-se uma coisa, mas se fazia outra. Em nível federal isso se deu no instante em que Vargas concedeu o aumento de cem por cento do salário mínimo em 1º de maio de 1954, embora um mês antes tivesse desautorizado João Goulart a conceder o aumento. Poder-se-ia trabalhar no **vermelho**, mas o populismo disfarçava bem as aparências da crise burocrática. Foi desta estampa que se fez utilizar os responsáveis pelo abastecimento da população no Paraná. O fator de manutenção do populismo foi, com certeza, o que segurou a revolta dos consumidores em Curitiba com relação aos preços exorbitantes da carne e de outros gêneros, como fizeram em 1952. A situação se apresentou bem mais crítica até 1964. Assim, os consumidores foram levados a esperar uma solução pelo poder público.

A morte de Vargas no 24 de agosto de 1954, representou mais uma vez a sedimentação do populismo no inconsciente coletivo. Vejamos:

"... Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. (...) Tive de renunciar. (...) Assumi o governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores do trabalho. (...) Nada mais vos posso dar a não ser meu sangue. (...) Cada gota do meu sangue, será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. (...) Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na História"¹¹

Foi a criação de um arquétipo mental que se sedimentou na população, usado tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas para veicular seus métodos de ação. Diante disto, poderíamos até mesmo nos perguntar: mas os curitibanos não votaram em peso em 1955 em Plínio Salgado? Sim, o integralista teve a maior votação em Curitiba. Seu integralismo de camisa verde era tão populista quanto o de Juscelino Kubistchek (PTB-PSD) ou o de Vargas. Basta apenas lembrarmos do **namoro** de Vargas com o nazismo Hitlerista ou com o Facismo do Duce. Não nos esqueçamos de que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 é baseada na Carta del Lavoro, do governo facista italiano. Ou ainda, a indecisão de Vargas no seu modelo político autoritário, de romper com os países do eixo (Alemanha, Itália e Japão), principalmente quando estes países obtinham um forte sucesso inicial na Segunda Guerra Mundial. Encontraremos o mesmo lado de uma moeda, uma vez que o integralismo e suas práticas são originárias daquelas ideologias totalitárias. Todos estes encontros é que dão à população de Curitiba a maioria dos votos para Plínio Salgado.¹² Representante máximo do mesmo poder, só mudou a roupagem.

Enquanto Juscelino era eleito, em Curitiba as mulheres representantes da União Feminina do Paraná visitavam o Prefeito Ney Braga. Visitavam-no a fim de pedir providências no sentido de evitar a exploração na venda da carne e exigir a instalação de açougues populares nos bairros. Em parte, estes pedidos da União Feminina estavam diretamente relacionados com o custo de vida, pois os salários não acompanhavam os índices de aumento dos preços.

No que se refere à carne, em março de 1954 ela saía para o consumidor a Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) se fosse especial; e Cr\$ 22,00 (vinte e dois cruzeiros) a de primeira; Cr\$ 12,00 (doze cruzeiros) a de segunda e Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) a de terceira.¹³ Apesar dos salários terem sido elevados em 1954, e estando taxado em Curitiba em 1.600 cruzeiros, frente a estes preços era impossível se alimentar de carne todos os dias. Além do que, os outros gêneros de necessidade básica estavam elevados em seus valores e desapareciam dos mercados, como foi o caso do arroz em 1953. Isso obrigou o Paraná a importá-lo das safras do Rio Grande do Sul, ou mesmo do Brasil Central, enquanto em 1952 o Brasil exportava quase 1 milhão de sacas para o exterior (Indonésia, Chile, União Sul Africana, Alemanha, Inglaterra e Canadá).¹⁴ Não podemos deixar de considerar que as estimativas de exportação chegaram por escassear o produto por todo o país, tornando-o de mais difícil acesso e com os preços elevados. No período também foram importadas duzentas toneladas de trigo da Argentina,¹⁵ acabando por onerar o preço do pão, já que o governo quebrara os seus cofres com a importação a 112 dólares a tonelada. Sem falar do transporte que custou 11 dólares, enquanto o mesmo carregamento saía, para o norte-americanos, pe-

lo valor de apenas 7 dólares.

Por outro lado, o Brasil pagou duas vezes transportes e importação. Apesar das importações, os panificadores de Curitiba e das cidades do interior entravam em greve.¹⁶

Como o produto já saía da fonte com seus custos elevados, quando chegava ao panificador seus preços eram imediatamente remetidos ao consumidor, uma vez que aquele se recusava a pagar os aumentos ou as medidas do governo eram repressivas aos aumentos. O jeito era fazer greve, e estas se sucediam de forma comum por todo o Brasil daqueles anos 50. O abastecimento passava por uma grande crise, é verdade, mas muita gente sonhava, já que poder-se-ia ter cobrado um pouco menos. A procura era pelo super lucro, na medida em que os aumentos iam muito além do que se poderia almejar.

Apesar dos métodos coercitivos utilizados pelo governo, nada parecia funcionar. Aliás, a lei nº 1522 em seu artigo 15, de dezembro de 1951, dizia que todos os estabelecimentos comerciais e industriais que comercializassem gêneros alimentícios deveriam remeter seus balanços mensais à COFAP, o que não acontecia, como vimos. E se viesse a acontecer, aqueles empresários estariam sendo autuados.

Ao paranaense ficava a dificuldade de que os salários não eram compatíveis com os de outras regiões do Brasil, embora, no entanto, os preços fossem iguais ou mais elevados. A COAP, por mais que tentasse manter os preços ao consumidor, era obrigada sempre a retomar as negociações, única forma de protelar por algum tempo os aumentos.

A COFAP, durante anos seguidos, sofreu cobranças de todos os lados para que se efetuasse a sua extinção.

Em 1953, o então deputado federal Armando Falcão exigia do governo que fosse extinta aquela entidade de manutenção de preços, dizendo que, onde estava esta entidade, estava também o aumento e a sonegação. As palavras daquele deputado eram colocadas de forma a serem utilizadas sempre as mesmas armas de persuasão, já tão comuns naqueles dias. Como colocava Armando Falcão: "... eu falo em nome do povo para defendê-lo. (...). Efetivamente estamos vendo e ouvindo o que é a COFAP - uma entidade dispendiosa e nociva, além de inútil e que deve desaparecer o mais breve possível".¹⁷ Armando Falcão tinha certa razão, uma vez que a COFAP não se fazia ouvir e muito menos controlava os preços. É só perceber a variação de alguns produtos básicos para se chegar a esta comprovação.

Nos anos de 1951 a 1953, o preço da carne subiu de Cr\$ 14,00 (quatorze cruzeiros) para Cr\$ 26,00 (vinte e seis cruzeiros); o café, de Cr\$ 22,00 (vinte e dois cruzeiros) para Cr\$ 39,80 (trinta e nove cruzeiros e oitenta centavos); o arroz de Cr\$ 7,60 (sete cruzeiros e sessenta centavos) para Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) e a banha de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros) foi para Cr\$ 32,00 (trinta dois cruzeiros).

Mas mesmo diante destes aumentos, a COFAP não era a única culpada. Esta onda inflacionária fazia parte daquela atravessada pelo país no período final do governo Vargas em 1954. Era flagrante a disparidade da taxa cambial e o valor interno do cruzeiro, conduzindo à retração das exportações e fortes pressões das importações. Isto gerava um custo de vida clandestino, em prejuízo do custo de vida por deficiência da produção nacional. O regime de licenças estabelecido por este governo, dependendo da morosidade burocrática, asfixiava as exportações.

Criava, assim, condições favoráveis para as especulações sobre os produtos importados, elevando os preços dos bens essenciais à produção e onerando o custo dos produtos nacionais, inclusive os provenientes de matéria prima brasileira. Por outro lado, pelo não cumprimento dos acordos e tabelamentos dos gêneros alimentícios propostos pelo governo junto aos comerciantes e produtores, não era possível conter a alta inflacionária. Sendo a COFAP a **porta voz** dos preços, era a melhor vertente para atacar o governo. Por aí, as oposições minavam a opinião pública. Quando criticavam a COFAP, dizendo ser um órgão incompetente para tratar das questões populares, a oposição dava passagem para que também os consumidores desacreditassem, fornecendo assim a oportunidade para ocorrerem os aumentos, trabalhando sobre uma faca de dois gumes. O tipo de procedimento para a COFAP era extensivo também para a COAP do Paraná. As comissões de abastecimento sofreram ainda mais problemas depois da liberação do salário mínimo, pois durante os anos em que os salários não subiam a população ainda ficava na ilusão que este seria a solução para tudo. Quando isto não aconteceu, dado seu fator de irrisoriedade, atacou-se as comissões de preços, já que os valores aumentavam todos os dias ou desapareciam do mercado. Fosse frutas, cereais, legumes, roupas, transportes ou carnes, era difícil consumi-los.

Em 1955 a Cidade de Curitiba chegou ao seu climax de dificuldades, pela desvalorização do cruzeiro e aumento excessivo dos custos dos gêneros essenciais. Por mais que os discursos fossem por melhores dias, estes não vinham, e a desorganização era geral. Porém, a Revista Panorama, de grande circulação no período, procurava fazer a apologia da cidade discipli-

nar, tendo no Prefeito Ney Braga e no Governador eleito Moisés Lupion suas duas esperanças.

Vendia-se também a imagem de uma cidade bem espaçada urbanicamente, saneada, palco perfeito para uma cidade disciplinar, onde até os detritos eram reaproveitados a fim de não se perder nenhuma etapa do desdobramento social. A reportagem e as declarações tocavam em muitos pontos, menos no abastecimento da carne bovina. Veja-se:

"... Em dias do mês passado, o Prefeito Municipal, Major Ney Braga, realizou uma conferência no Salão Nobre da Universidade, sobre os problemas administrativos. (...) Falou sobre as obras de calçamento da cidade, do transporte coletivo, da rede de esgotos, da energia elétrica, dos parques públicos, do saneamento da capital e do serviço telefônico. (...) Num cidade como Curitiba os problemas são múltiplos e complexos. (...) Neste particular, a "cidade sorriso" está de parabéns porque o Prefeito Ney Braga é de singular capacidade de trabalho e possui uma visão compatível com as suas qualidades de administrador moderno. A capital cresce vertiginosamente, rompendo constantemente as suas roupagens velhas, que precisam ser substituídas por outras, novas. (...) Entre os problemas que sempre reclamam solução, enfileira-se o da remoção do lixo. A industrialização dos detritos é obra de grande utilidade, uma vez que colhidos diariamente em grandes massas podem ser transformados em fertilizantes, que encontram aplicação na adubação das terras das pequenas propriedades em redor da capital, que lhe fornecem grande parte das verduras e frutas consumidas pela população. (...) Se a par desta solução fosse encontrada também a do aproveitamento dos detritos da rede de esgotos da cidade, que ora se perdem totalmente e que poderiam ser captados em depósitos de decantação para depois poderem ser industrializados e transformados igualmente em adubos, Curitiba contava com uma organização moderna e de grande valor econômico. (...) Um problema que hoje não é só de Curitiba, mas de todas as cidades grandes, é o do abastecimento da população de verduras, frutas, gêneros de 1ª necessidade, principalmente leite, aves e ovos..."¹⁸

Foi por estas tendências paternalistas que se originou a Prefeitura, fugindo da questão do abastecimento da carne, que estava todos os dias nos jornais. Propunha o aproveitamento da população ao máximo, chegando até em falar do reaproveitamento de seus detritos. Os braços deste período de modernidade em Curitiba representados aqui pela Prefeitura, tentaram reaproveitar o homem até na extração de seu sumo. O lixo e o esgoto vinham completar o erário público.

Quanto às eleições de Juscelino Kubistchek e Moisés Lupion, o que de mais incisivo disse a Revista Panorama foi:

... A ação de todos os governos só poderá se desenvolver com proveito para a coletividade, se esta sabe colaborar convenientemente na empresa administrativa. Se o povo paranaense souber manter o mesmo espírito de ordem, de respeito à democracia e de amor ao Paraná que demonstrou no pleito, poderemos ter certeza de que o Paraná continuará a marchar para frente, fortalecendo sua posição como fator cultural e econômico da primeira ordem no Brasil. (...)
O povo brasileiro elegeu o seu novo governo. Cabe agora a este povo apoiar o Presidente da República eleito, para que ele esteja capacitado para realizar uma gestão proveitosa para a Nação. (...) O povo brasileiro, ordeiro e trabalhador por natureza, saberá compreender estas verdades e não negará o seu interesse tantas vezes demonstrado, em construir um Brasil forte, rico e respeitado.¹⁹

E foi exatamente o que o Paraná e o Brasil fizeram. Exceto pelas faltas das expressões: fator cultural e econômico de primeira ordem, um Brasil forte, rico e respeitado. No mais, saiu tudo como pedia o figurino, afinal...

"... com raras exceções as cidades brasileiras têm um centro tumultuado, no qual o forasteiro tem dificuldade em orientar-se rapidamente devido ao grande número de ruas, vielas e becos que se entrecruzam e se entrecortam em todos os sentidos. Em Curitiba não há dificuldades para ninguém neste sentido, porque aqui todas as ruas são retas e amplas, mesmo na parte mais antiga da capital à semelhança de um tabuleiro de xadrez"²⁰

O planejamento de Curitiba casava perfeitamente com os ideais de Juscelino Kubistchek, além de ir de encontro com o estilo moderno de Oscar Neymaier e Lúcio Costa. Nesta medida, Curitiba era totalmente enquadrada no modelo do desenvolvimento. Ao menos uma vantagem os curitibanos levaram em sua boa ordenação do espaço urbano: o Centro Cívico estava mais perto que Brasília para reclamar.

Apesar das propostas do novo governo às questões econômicas na federação ou no estado, eram constantes as infrações. Nem COAP ou DEP (Delegacia de Economia Popular) conseguiam atuar os desonestos. Era comum os produtos serem vendidos com falta de peso real, assim como o armazenamento dos produtos em locais ilícitos até o aumento do valor. Quando iam aos tribunais eram absolvidos ou soltos mediante sursis de relaxamento de prisão. Como foi, por exemplo, o caso ocorrido a 26 de outubro de 1955, em que, na Cooperativa dos Ferroviários Ltda., Valdemar Guimarães e a Sra. Regina de Lima venderam carne por preços acima da tabela da COAP. Porém, quando julgados foram absolvidos por cinco votos a zero. Como este, muitos eram os casos de impunidade em que ficavam os comerciantes. Foram raras as vezes em que o tribunal popular mencionou. As reclamações dos consumidores e da imprensa não se davam apenas em relação às vendas, mas também quanto a maneira pela qual era trans-

portada a carne. Como eram os casos de carregamentos para os açougues Barbière:

Ontem, por exemplo, pouco antes das 13 horas, uma camionete placa "Experiência 80", descarregava no açougue Barbière à vista de todos, grande quantidade de salames e presunto. Sobre a carroceria do carro, naturalmente depois de viajar grande percurso exposta a sol intenso, as imundícies trazidas pelo vento e pela poeira das ruas sujeita por isso mesmo a todas as formas de contaminação, havia carne verde?¹

Aliás, as organizações Berbiéri foram das grandes infratoras da ordem e da limpeza tão bem divulgadas na década de 50, conseguindo driblar por todos os caminhos as normas pré-estabelecidas pelo governo e pela população. A maioria dos problemas deste tipo estava voltado para o abastecimento de carne, frutas e camarão, o que dava muito trabalho ao delegado de economia popular Sr. Lísio Bley Vieira, em 1957.

As frutas importadas, apesar de serem adquiridas em caixas de 80 a 110 unidades, tinha seus pesos alterados para que se pudesse cobrar mais do consumidor. O camarão, além das frutas, tinham também seus preços elevados, além do odor desagradável e do péssimo estado de conservação. Também faltava tabelamento mais sério para aquele produto. Se bem que, qual produto tinha tabelamento sério?

Para o leite, as irregularidades estavam principalmente na venda das quantidades menores que um litro, pois os copos não obedeciam regularidade nos seus tamanhos para que se pudesse ter tabela fixa. Já os açougueiros exigiam que a carne pudesse ser vendida desossada e sem adiposidades. Só assim ela poderia ser tabelada de maneira autêntica, sendo para estes a

melhor medida a ser tomada. Se assim fosse - o que acabou sendo apesar da COAP se colocar contra - os açougueiros levariam a melhor. A carne desossada e sem sebos e gorduras poderia ser vendida de maneira misturada, pois é difícil sua identificação. Esta negociação proposta pelo açougueiro veio à baila no momento exato em que eram ameaçados de terem seus açougues fiscalizados. Desta forma criavam a carne mista e poderiam vendê-la misturada, escapando assim à fiscalização. À população ficava ainda uma opção, a sopa feita com ossos que sobravam destas carnes, que com bastante sorte poderiam conter um pouco de caracu.*

Com todos estes problemas enfrentados pelos curitibanos, não era de estranhar que o paulistano pagasse menos para se alimentar.

Na capital do Paraná os caminhos para se conseguir a carne boa e a preços consideráveis eram tortuosos. Nesta linha de disparidades e irregularidades, o custo de vida em Curitiba cresceu, diminuindo a qualidade de vida. Segundo Oswaldo Fonseca, responsável pelo Departamento Estadual de Estatística,²² o aumento do custo de vida entre 1953 e 1957 fora de 12,8%. Já para o Brasil, as cifras do custo de vida de janeiro de 1956 para agosto foram a 17,3%. Para o mesmo período de 1957 foi de apenas 3,4%, conforme dados coletados da Fundação Getúlio Vargas.²³ No ano de 1957, apesar de os governos estaduais e federais falsearem os números, não foi possível esconder a inflação. Todas as utilidades tiveram os seus preços acrescidos. Os produtos de primeira necessidade tiveram seus quilos acrescidos de preços em números astronômicos: "... Desde o feijão, produto essencialmente nacional e cuja produção é comum em todos os estados, até o arroz, a carne e etc. (...).) levaram o

* CARACU: tutano ou medula os ossos.

povo para os constantes desânimos, tendo aquele iniciado pagando o quilo do arroz a dez cruzeiros e quinze; chegou no fim de 26 cruzeiros o quilo..."²⁴

Diante desta situação a ração alimentar do brasileiro se colocava em baixa.

A fim de confirmar a situação que já era bem conhecida, o governo federal em 1958 realizou pesquisas promovendo a melhoria da alimentação da população. Estas pesquisas tinham um aspecto unilateral; davam a idéia de que se alimentavam mal porque queriam, quando na realidade a situação era precária, sendo poucas as famílias que conseguiam se alimentar de forma básica. Os produtos para a necessidade geral básica eram caros ao extremo. No entanto, neste período se adquiriu bem mais rádios, televisores e geladeiras,²⁵ como resultado do período de desenvolvimento JK, quando era comum a falta de alimentação para o que consumia, mas generosa a aquisição de eletro-domésticos.

O governo, em suas pesquisas, dizia estar orientando a população para sua diversificação nutrimental. Nesta, entrou em questão até mesmo o pescado, de que, segundo as fontes de pesquisa eram exploradas só seis qualidades pelos brasileiros, perdendo-se 103 qualidades muito ricas em proteínas. Este tipo de comportamento dá o que pensar: por um lado o poder federal **limpando sua área** oferecendo a oportunidade alimentar do pescado, e por outro, disfaçava a política voltada para a indústria e o capital externo.

Mas se a carne oferecia dificuldade para uma saída satisfatória, pescado ou os frutos do mar em geral, não ficavam atrás. Todas as políticas voltadas para a alimentação tinham sempre múltiplas faces. Da nutrição da população muito se falou, mas

ela continuou desnutrida, na medida em que os preços foram se elevando cada vez mais e o consumo tendeu à diminuição. E uma atitude mais autêntica não foi levada a cabo. Se o mesmo tivesse se dado, a Associação Feminina do Paraná não estaria, ainda em 1958, três anos após os primeiros pedidos, tentando conseguir a instalação de açougues populares em Curitiba. Tanto as mulheres de Curitiba, pela sua Associação Feminina, quanto os sindicatos, deixaram de cobrar da prefeitura, para se dirigir aos vereadores, deputados estaduais e comissões de abastecimento e preços.²⁶ O prefeito fora abandonado das cobranças por parte dos meios consumidores pelas campanhas contrárias feitas pela Câmara de Vereadores quanto a sua atuação na questão do abastecimento da carne. O vereador Sebastião Darcanchi foi o seu principal opositor.

Para aquele vereador, os marchantes eram dos principais responsáveis pelos aumentos por conseguirem, com a sonegação, lucros acima do previsto para tal empresa. Mas o major Ney Braga não ficava atrás, pois compactuava com os aumentos. Para o vereador Darcanchy²⁷ o prefeito deveria intervir no mercado. Mas este nunca o fez, afinal, mesmo nos dias iniciais de sua prefeitura, não teve a coragem suficiente para tocar, de forma verbal que fosse, no problema da carne, pois a nível político era fechar uma possibilidade eleitoral para uma carreira que se iniciava, uma vez que a Associação Comercial e seu poder econômico no estado do Paraná poderiam representar sempre muitos votos, ou ainda uma campanha política bem estruturada para o governo do estado.

De outubro de 1958 a janeiro de 1959, a carne excedia seu preço de Cr\$ 22,00 (vinte e dois cruzeiros) para Cr\$ 60,00

sessenta cruzeiros). A liberação para São Paulo, feita pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços em Cr\$ 62,00 (sessenta e dois cruzeiros), assim como para o Rio de Janeiro, dificultava as coisas para os curitibanos, que ficavam sem opção e a COAP de mãos atadas. A política de abastecimento sempre esteve voltada para aqueles dois centros consumidores.

O custo de vida só subiu de um modo geral. Nem mesmo os planos de congelamento dos preços conseguiu conter a alta inflacionária. Muitas manifestações operárias aconteceram nos anos 50 por todo o país. Eram os 2.000 operários navais em Niterói, comícios sendo postos por líderes sindicais no Rio de Janeiro, ameaças de greve geral. Tais manifestações eram permitidas pelo Ministro Armando Falcão, que então ocupava a pasta da Justiça. As permissões eram dadas afim de não se disvirtuar o governo JK,²⁸ governo que, ao mesmo tempo que permitia tais manifestações, criava outro órgão burocrático: a Superintendência da Produção e Abastecimento.²⁹ Tinha como função assegurar em todo o território nacional a produção de serviços necessários à população e o fornecimento de bens; este órgão estava diretamente subordinado à Presidência da República. Esta atitude não deixava muito felizes os trabalhadores ou as associações sindicais, pois para estes eram apenas paleativos para disfarçar a situação geral de desespero, se colocando muito mais como apenas mais uma manifestação de poder. Poder que também demonstravam os trabalhadores de Niterói quando faziam o seu protesto de 2.000 operários em 4 de agosto de 1959. Nem mesmo a isenção de tributos sobre os gêneros alimentícios foi suficiente para conter as mais variadas manifestações.

Esta isenção de tributos só complicou a situação do abas-

tecimento, pois os comerciantes deixavam de pagá-la, mas não baixavam seus preços, o que levava o clima de insatisfação e protesto a se agravar cada vez mais. Os ânimos eram contidos com a criação de novos órgãos de controle aos quais a população estava procurando sempre maneiras de burlar. E a greve foi a maneira predileta escolhida para cobrar tais órgãos.

Curitiba entrou nos anos 60 embebida na atmosfera do novo, procurando por todos os caminhos ser vista como uma metrópole. Não pela abrangência territorial, mas pela aparência. Os anúncios luminosos faziam a nova face da metropologia vivida pela cidade, cujas luzes dispersavam o olhar em várias direções. E como colocava o jornalista José de Arimathéia Guerra, "quando de tarde deixa cair seus últimos raios do dia sobre a cidade, surgem na constelação da metrópole as estrelas do progresso: os anúncios luminosos".³⁰

Neste ideal de progresso é que mergulhava Curitiba no início dos anos 60. Os anúncios luminosos davam um novo colorido ao tétrico quadro noturno de falta de iluminação, que faltava tanto no centro da cidade quanto nos bairros mais afastados. Assim, a mentalidade da população ia se adaptando ao acompanhamento desta organização da cidade: "anúncio luminoso é vida, não se pode conceber uma metrópole sem vida, como não se pode compreender o Rio de Janeiro sem o anúncio luminoso da Globo".³¹ O anúncio luminoso neste período respaldou as dificuldades de iluminação pública, onde a aparência estava falando mais alto do que a realidade. O supérfluo assumia o lugar do básico, enquanto os 300 mil habitantes ainda tentavam comer carne de gado. Os preços que se exacerbaram no período de 1958/1959 fez com que se comesse muito mais carne de aves, até que esta tam-

bém desaparecesse do mercado. A carne de gado passou a Cr\$ 55,00 (cinquenta e cinco cruzeiros), a de tipo popular a Cr\$ 85,00 (oitenta e cinco cruzeiros) só em dezembro de 1959, competindo com o arroz, feijão, banha e batata.

Em 1960, o curitibano iniciou o ano sem poder ter carne à mesa todos os dias. Juscelino, Moisés ou Ney, não conseguiram solução para o problema por mais luminosos que fossem os anúncios. A população, por sua vez, chegou ao fim de um combate político desiludida. Não sanou ou conseguiu fazer sanar seu problema principal. Com os comerciantes e o capital estrangeiro representado pelas coligações financeiras com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e órgãos internacionais, ficou a vitória deste jogo.

Jânio Quadros pegou a economia nacional em marcha acelerada e a população descontente. Entre suas principais medidas esteve a decretação de preços mínimos para os gêneros de primeira necessidade, tornando estes mesmos preços privativos dos lavradores e suas cooperativas, podendo ser estendidos também a terceiros. Mas de dezembro de 1960 a março de 1961, menos de dois meses após sua eleição, os gêneros alimentícios já haviam sido acrescidos em 4%, pelo menos em Curitiba (IBGE).³² A política praticada pelo Presidente era ambígua. Estava independente no seu plano externo, se aproximando seriamente dos socialistas e do terceiro mundo. E, por outro lado não conseguia quebrar com as forças conservadoras internamente, principalmente quando não conseguiu conter a alta acelerada dos preços a insatisfação geral. As atitudes tomadas por Jânio Quadros acabaram por colocar o Congresso Federal contra si mesmo, pois estava livre a nível internacional, sem conseguir dar apoio aos seto-

res do apoio da política interna. Assim, acabou por destruir as esperanças de seis milhões de brasileiros que o haviam eleito. A renúncia a 25 de agosto de 1961 foi a chave de ouro para uma política pouco clara, não tornando muito satisfatórias as desculpas dadas tantas vezes por Jânio: "fui vítima de forças ocultas".

Enquanto Jânio Quadros renunciava à Presidência da República em Brasília, em Curitiba a polícia e o exército se colocavam na rua para manter a ordem. As Secretarias de Estado e os bancos foram tomados por policiais armados com fuzis. As saídas da cidade e de todas as fronteiras foram fechadas. Na época, o Coronel Ítalo Conti, Delegado de Polícia, fez distribuir um comunicado especial à imprensa e ao rádio, fazendo ver a necessidade do povo permanecer em calma:

O coronel Ítalo Conti, Chefe do Polícia do Estado, torna público, que a autoridade constituída do Paraná, em conjunto com o comando militar da região de divisão, em razão da crise que presentemente assola a nação, lança veemente apelo ao patriótico e ordeiro povo paranaense, no sentido de que se mantenha em calma, como até agora têm se mantido, confiando, tranqüilamente nos órgãos de segurança responsáveis pelo seus sossego e bem estar. Devem os nobres cidadãos paranaenses, ter em mira os altos objetivos da prática cujos interesses superiores são colocados acima de tudo. Tanto o Exército Nacional, a Polícia Civil, estão apostos e convenientemente preparados para reprimir qualquer tentativa de subversão da ordem. Daí evitar-se o quanto possível as reuniões que possam oferecer campo propício a agitação e intranqüilidade. As reuniões públicas de caráter político, em forma de comício, passeata, ou outra qualquer forma de manifestação desta natureza somente serão consentidas mediante autorização expressa da Chefia de Polícia, na forma estabelecida pela Constituição Federal. A não observância desta última recomendação implicará em responsabilidade de seus organizadores. Espe-

ramos que o povo de um modo geral e principalmente as famílias compreendam os sadios propósitos deste apelo, sem ver nele um manifesto de desassossego, mas, uma necessidade decorrente da situação e afirmativa de que as autoridades estão a postos e capacitadas para a garantia da ordem. Curitiba, 28 de agosto de 1961. Col. Ítalo Conti - Chefe de Polícia.³³

O governador Ney Braga concordava com as atitudes tomadas pelo Congresso Nacional, tendo colocado, no período, que era totalmente contra todo e qualquer tipo de ditadura e de golpe:

Tenho feito sacrifícios para que este meu estado seja feliz, e é entristecedor que nesta hora que me parecia de tão promissora, passa a pairar tanta tristeza sobre os céus do Brasil. (...) Desde o início desta crise, venho apelando no sentido da tranquilidade e da paz em favor da democracia e contra qualquer ditadura. (...) Não pouparei nenhum sacrifício digno para evitar que se ensangüente o solo do nosso Estado. Procurarei por todas as fórmulas assegurar a tranquilidade pública. E se forças não tenho para decidir os destinos da Nação, apelos aos homens responsáveis não vão faltar, amo a esta pátria comum, que peço a Deus velar por ela.³⁴

Nesta declaração Ney Braga já se colocava numa posição de dificuldades, pois em 1964 este discurso de não à ditadura caiu por terra, quando junto com outros militares brasileiros retirou da população a verdadeira democracia. Transformou seu discurso em demagogia, pois pedia a Deus para velar por sua Pátria, que seria velada daqui a instantes por fuzis e metralhadoras, não velada do perigo externo, mas das manifestações políticas mais livres.

O Paraná, através de seu governador, concordava com todas as políticas coibitivas advindas de setores dominantes da-

quele momento. Há que se perguntar quem faz a ditadura?

Apesar das medidas punitivas tomadas pelo Congresso Nacional e pelos organismos mantenedores da **ordem**, muitos comerciantes aproveitaram o ensejo para aumentar os preços, o que fez a COAP do Paraná baixar portaria designado a DEP (Delegacia de Economia Popular) a realizar fiscalização acirrada aos vários estabelecimentos. Porém, não conseguiu manter os seus propósitos: os preços subiram muito e ninguém foi autuado.

Em meio às agressões, resistências e aumentos de preços, o governo de Jânio Quadros, em menos de sete meses deixou um saldo negativo de 30% no custo de vida.³⁵ Agora sim, a população comia menos ainda.

Após a renúncia de Jânio Quadros, o Congresso Nacional deu a posse da Presidência da República ao Presidente da Câmara dos Deputados, Rannieri Mazzilli, por estar João Goulart no exterior. A oposição dos ministros militares foi muito clara: João Goulart não poderia assumir, por ter nas mãos plenos poderes e poder pessoal para fazer e desfazer. Se João Goulart assumisse, seria foco de incentivo a todos que queriam a anarquia, o **caos** e a luta civil. Mas o veto militar perdeu ante as manifestações populares e a organização dos políticos democráticos e militares nacionalistas. João Goulart teve a presidência da República assegurada em 7 de setembro de 1961.

Assumindo João Goulart ou não, a questão da carne em Curitiba não se alterou. Em 13 de dezembro de 1961 a carne custava Cr\$ 190,00 (cento e noventa cruzeiros) o quilo da espécie de primeira. Os frigoríficos se recusavam a comprá-la, já que o preço cobrado pelos criadores também era abusivo. Os criadores tinham como justificativa o baixo peso conseguido pelo gado na

época do inverno. Mas pela situação política pela qual passava o país e a sonegação, o inverno não poderia ser a única causa no aumento do peso do boi. No mesmo mês de setembro, a carne de primeira chegou a custar Cr\$ 220,00 (duzentos e vinte cruzeiros) no varejo.³⁶

Neste período, o jornal de Curitiba **Tribuna do Paraná** iniciou uma campanha onde entrevistaria os vários líderes sindicais, a fim de que falassem dos desníveis salariais e do aumento dos gêneros de primeira necessidade. Dona Marina Martins, Presidente do Sindicato das Indústrias de Fiação em Tecelagem (trabalhadores do Estado do Paraná) era uma das pessoas que reclamava da inércia do poder público. Na oportunidade (29.09.61) reclamava também do congelamento dos preços por um tempo maior, além de salários melhores para os trabalhadores. Por mais que mudasse o governo, a situação continuava a mesma; os especuladores retendo o produto para forçar a elevação de preços e a carne de novo desaparecia dos açougues.

A população tentava a sua organização unindo estudantes e operários. A aliança de esquerda operário-estudantil foi de grande expressividade com relação ao abastecimento, prática comum não só por Curitiba ou Paraná, mas por quase todo o Brasil. Em Curitiba, em 1961, eram realizados muitos grupos de piquetes de operários e estudantes em açougues e em outros estabelecimentos comerciais, bem como o envio de manifestos de protestos ao governador Ney Braga e aos titulares da COAP e Delegacia de Economia Popular. Os jornais **Tribuna do Paraná** e **Estado do Paraná** promoveram em larga escala as ideologias destes grupos. Divulgavam, quase que diariamente, as tabelas de aumentos dos preços e do custo de vida. Custo de vida este que em setembro de

1961 já tinha sido acrescido em 14% em Curitiba. A carne e seus derivados eram os produtos mais caros.³⁷

A aliança operário-estudantil fez promover, às quinze horas do dia 29 de novembro, uma passeata, que saiu tradicionalmente da Praça Santos Andrade em direção à Praça Osório caminhando pela Rua Quinze de Novembro. Esta manifestação não obteve o sucesso esperado por seus organizadores, pois o número de participantes acabou por não ser tão expressivo como se imaginava. Ao final da passeata foi realizado um comício de menores propeções ainda. Os estudantes e operários reclamavam o aumento das entradas de cinema e a compra de carne resfriada pela prefeitura.

A carne resfriada foi importada no período pelo Prefeito da Cidade Iberê de Matos. E recusavam-se, os açougueiros da capital paranaense, a ter essas carnes em seus açougues. Diante desta atitude a população cobrava que os açougueiros tivessem aqueles produtos à venda para que assim não tivessem que pagar mais pela tão cara carne verde comprada dos produtores paranaenses. Antes se reclamava da carne verde (fresca) e agora se passava para a resfriada. A primeira parte do saneamento se cumpria.

Os líderes dos consumidores já haviam introjetado em suas vidas a nova prática, criticada antes por esses grupos. Afinal, antes só aceitavam a carne congelada ou a verde. Mas devemos perceber aí que o inimigo deveria ser atacado por qualquer flanco. A batalha deveria sempre continuar. Aqui o inimigo não é propriamente a prefeitura, mas os açougueiros. Afinal, muitos deles se recusavam a comprar a carne importada por Iberê de Matos do Estado do Rio Grande do Sul. Esta carne, por vir resfriada, custava mais barato, o que os obrigaria a vender mais bara-

to ao consumidor, ficando assim sem lucrar em exorbitância. O prefeito, por sua vez, para divulgar o seu empreendimento, era respaldado pela **Gazeta do Povo**.³⁸ Enquanto a **Tribuna do Paraná** atacava, a **Gazeta do Povo** defendia, promovendo a publicação a de cartas dos consumidores. Estas cartas eram todas de apoio à importação da carne gaúcha. Elas eram de mulheres, mas com certeza não das mesmas mulheres de militância operário-estudantil, que se comprova no teor da carta de Dona Carmem Santos na oportunidade:

É tempo das donas de casa se unirem para prestigiar campanhas como estas. Mas só que não devem permitir que comunistas se metem em assuntos tão sérios, como têm acontecido em outras oportunidades. Os comunistas que vão comer na Rússia. Nós queremos apenas ser menos explorados pelos gananciosos exploradores do povo, e viver nossa vida numa terra livre como a nossa.³⁹

Outras pessoas a se manifestarem neste sentido: foram senhoras Carolina Pereira, Marieta Silva e Letícia Sfiern. Fica claro que nem toda a população concordava com os métodos que certos grupos levavam a cobrança dos aumentos dos preços dos produtos da alimentação, motivo que acabou por minar o movimento da passeata e do comício operário-estudantil no dia 29 de novembro de 1961. Mas a **Tribuna do Paraná** noticiava: "Gêneros sofrem alta de 52% nos últimos dez meses", respaldada no Departamento de Preços e Estatísticas do IBGE o subordinado ao Conselho Nacional de Economia.⁴⁰

O apoio oferecido pelos jornais de direita do período em que se estuda, e as cartas elogiosas publicadas, davam à prefeitura alguma folga, chegando o Prefeito Iberê de Matos ao extre-

mo de dizer que se vivia barato em Curitiba.⁴¹ Era impossível se viver barato em qualquer centro urbano do Brasil, que dirá numa capital já do porte de Curitiba. Se vivia barato com a carne sem tabelamento, quando não faltava, com energia elétrica deficiente, sem o bom funcionamento dos telefones e o transporte coletivo também sem solução desde 1955. Mas dizia Iberê de Matos:

O Passeio Público, então, mudou quase que completamente. Além de ganhar um camelo, um casal de leões, três ursos, um búfalo, uma pantera, dois javalis, três sucuris e um respeitável casal de macacos sagrados do Egito, tem em construção um novo aquarium para peixes de grande porte - o único do Brasil Sul⁴²

A barriga do curitibano talvez não se pudesse encher, mas os olhos do curitibano, segundo as declarações do general Iberê, não poderiam reclamar.

Em 1962, foram sucessivos os aumentos dos preços da carne, sendo que as reuniões propostas pela COAP quase nunca se realizavam, na medida em que sempre faltava **quorum**. Os seus conselheiros simplesmente não compareciam às reuniões. Os choques eram abertos entre os que compareciam: organização das ligas das donas de casa, estudantes, operários, marchantes e açuogueiros. Porém, nada se deliberava pela falta dos membros responsáveis pela fiscalização dos preços; além dos grupos que se faziam representar nunca chegarem a um acordo que satisfizesse as partes.

De fevereiro a julho de 1962, a situação foi sempre a mesma. Os preços continuaram subindo e a dificuldade do consumo se acelerou. Até o momento em que foi iniciado outro movimen-

to de boicote ao consumo da carne. A imprensa, mais uma vez, tomou as dores da população, fazendo uma campanha de não consumo da carne de primeira, devendo ser adquiridas apenas as de segunda e terceira. Este movimento não foi coroado de êxito, uma vez que a população não se encontrava tão coesa em torno de seu ideal. Além do que, as práticas políticas em torno do governo federal, não representavam mais os interesses daqueles curitibanos, já que em 1952 muitas das esperanças estavam depositadas em Getúlio Vargas.

Com o desaparecimento deste e com passagens de governos efêmeros e sem segurança do ponto de vista do enriquecimento geral da população, a união também caiu por terra: a abertura para o capital estrangeiro, promovida no período JK, assustou os brasileiros. Os curitibanos haviam diminuído sua cota alimentar passando por sérias restrições de suas necessidades básicas. Seria demais arriscar uma empreita de tão grandiosas virtuosidades. Lembre-se ainda de que as perseguições dos quais foram vítimas, inclusive a perseguição tão característica aos grupos de contestação no Brasil, acabavam, com certeza, por oprimir a manifestação de muitos grupos. O desaparecimento **inexplicável** de muitas pessoas só vem complicar tal participação de contestação.

Outro fator que não se pode esquecer é que os açougueiros misturavam suas carnes para que estas pudessem parecer sempre de primeira, como também crescia os preços das carnes de segunda e terceira. Este recurso já fora usado da venda da carne mista, como diziam na época. Por mais que tentassem medidas de contestação, que ficavam mais aos encargos dos consumidores, em 1962 o custo de vida alcançava, segundo o Departamento Es-

tadual de Estatística, índices alarmantes, na medida em que se fossem visitados armazéns e supermercados, os preços que deveriam vigorar não eram reais para os valores das mercadorias. As variações eram totalmente desordenadas.

Para a **Gazeta do Povo**, a saída para a desnutrição do povo brasileiro e do curitibano estava voltada para uma política agrupecuária que fixasse o homem ao campo. Desde o período de 1956-61 as capitais urbanas sofriam um inchaço no seu contingente humano, dadas as falaciosas condições de trabalho propagandeadas pelo ideal desenvolvimentista, o que se contrapunha à vida no campo, onde os produtos tinham seus preços em baixa. Por outro lado, a Aliança para o Progresso acabou por não sustentar o slogan da imprensa em 1963: "Queremos Comer".⁴⁴

A guerra à fome, a revolta e os pedidos por melhora do abastecimento, foram expressões chave do ano de 1963. As associações continuaram reclamando da COAP, medidas para as soluções dos problemas.⁴⁵ Mas não dependia mais desta nenhuma tomada de posição, pois o país vivia uma situação política extremamente delicada.

Os **Sócios da Fome** surgiam todos os dias e eram representados pelos sindicatos, associações, grupos estudantis, confederações de trabalhadores e das donas de casa, entre outros.

Em 1964, o plano de metas readotou medidas determinadas pela constituição de 1946. Entre estas medidas estavam: monopólio estatal sobre a importação do petróleo e seus derivados, restrição às facilidades das empresas estrangeiras, nacionalização das refinarias de petróleo, voto do analfabeto, reforma agrária, reforma universitária (ensino livre, etc.) em parte reponsável pela queda do governo - fez a população despertar

em prol da luta por seus direitos. No campo e na cidade intensificou-se o movimento sindical, em geral lutando por melhorias aos trabalhadores, por maior opção política e pelo abastecimento. O apoio não era total às leis de base, uma vez que a elevação do custo de vida se dava pela liberação do câmbio. A instrução 263 da SUMOC desvalorizou o cruzeiro e manteve os salários em baixa. Não apenas o parlamento fazia política ou os governantes, mas também os operários, militares, estudantes e camponeses. O governo Goulart caminhava tonto de um lado para outro: às vezes nacionalista, às vezes direitista-repressor, sendo que em abril de 1963, na Cidade de Marília/SP, usou a típica linguagem de direita ao proibir um **Congresso Comuno-Fidelista**.⁴⁶

Aquele governo tentava aumentar a produção agrícola para suprir o crescimento da populações urbanas, mas só conseguiu viver um período de grande aceleração inflacionária e cisão de seu poder.

A perda do apoio popular deu-se também, em parte, pelo êxito da propaganda feita pelos setores mais conservadores da Igreja Católica, a qual divulgou que o governo queria uma República Sindicalista, acabando com a propriedade privada e com a religião. Este período da História do Brasil deve ser destacado também pela intensificação dos conflitos pela manutenção momentânea do poder. Todos quiseram dirigir aquele espetáculo pelo menos por alguns instantes, onde o caos poderia significar início ou destruição na verdadeira concepção da palavra.

As cenas de saques aos açougues e estabelecimentos de

comércio neste período foram muitas pelo Brasil. As cidades de Caxias, Nilópolis, São João do Meriti no Estado do Rio de Janeiro, foram flagrantes nestas situações de penúria vivida pela população brasileira.⁴⁷

Quanto ao Estado do Paraná neste contexto, foi o primeiro Estado a oferecer uma contribuição planejada para a crise alimentar que caía sobre o país. Foi possível ao Governo do Paraná responder aos apelos do Governo Federal por estar desde 1961 reestruturando a produção de cereais e grãos. A operação de emergência oferecida pelo governo paranaense não encontrou acolhida. A crise política não permitia ver o abastecimento atrelado ao bojo da primeira. O Estado tentava caminhar dentro das designações propostas pelo governo federal, como declarava o Governador Ney Braga:

... Para vencer os obstáculos que se antepõem, o governo do estado vem orientando maciçamente seus investimentos na geração e produção de energia, na abertura e pavimentação de rodovias e no estímulo à produção daqueles produtos para os quais o Paraná possui boas condições. Estado monocultor com sua economia dinamizada quase que exclusivamente pela monocultura, o Paraná procura ampliar as suas bases de modo a poder manter e ultrapassar os níveis de desenvolvimento já atingidos. O único caminho é o da industrialização e da diversificação agrícola, de modo a permitir um aproveitamento mais racional de suas terras, de seus recursos e do trabalho do povo.⁴⁸

Apesar de todas estas propostas e de todo o apoio oferecido ao governo federal, o curitibano e o paranaense pagaram mais caro e comeram menos.

A fala da governança, no entanto, se colocava numa posição de privilégios. A política cafeeira não tinha, na produção

pecuária, uma sua co-irmã. A industrialização da agricultura incentivada no início dos anos 60 acabou por encantar os produtores agrícolas, levando um número maior de pessoas para esta área do que para a pecuária. E se na oportunidade da operação de emergência foram empregados setenta milhões de cruzeiros para a assistência pecuária, esta não veio para os curitibanos, pelo menos não a curto e médio prazo.⁴⁹ O plano de alimentos para o Brasil ou mesmo para o Paraná, não resolveu o abastecimento de carne em Curitiba. Ao final de 1963, as donas de casa ainda se revoltaram com a carência de carne.

Nem mesmo produzindo uma cabeça de gado por pessoa o brasileiro conseguia ter carne à mesa todos os dias. Para a **Pfeizer Corporation do Brasil**⁵⁰ a questão de penúria em que se encontrava os rebanhos brasileiros estava na falta de sanidade do gado.

No Paraná, por sua vez, este não poderia ser o problema, pois desde o primeiro período do governo Moisés Lupion a preocupação esteve fundamentada neste sentido. Nem por isso foi o paranaense privilegiado em seu consumo. O âmago, sem dúvida, esteve na sonegação feita pelos produtores, marchantes e açougueiros, a fim de onerar o produto e obter melhores lucros. E a **Pfeizer Corporation** fazia a divulgação de suas idéias apenas para conseguir mais um dependente de sua economia multinacional.

Aquela corporação, para justificar os seus meios, dava o exemplo americano dos EUA: "... que há 114 anos teve na 'PFEIZER & CO.', o seu foco de desenvolvimento pastoril, graças aos avanços químicos. (...) A PFEIZER já atua em 25 países e cita seus produtos na área veterinária e médica".⁵¹ Dian-

te desta colocação, devemos lembrar que os EUA muitas vezes comprou carne do Brasil, ou mesmo carne argentina que, por sua vez, saía do Brasil em muitas circunstâncias de maneira ilícita como já se demonstrou neste mesmo trabalho.

Na ótica destes desdobramentos caminhou o custo de vida do cidadão brasileiro e principalmente do curitibano. Em março de 1964 estaria acabando o marco divisor desta história recente do abastecimento e de contestação da carne em Curitiba.

O Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, a 11 de abril de 1964, começaria a suprimir ainda mais os direitos políticos dos brasileiros. Era chegada a hora e a vez dos mecanismos introjetarem-se no poder da vida. "A sensibilidade do povo sofrido da América Latina elabora, recicla e angustia a luta e o sofrimento, transformando-o em arte"⁵²

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹PLEITEADO NOVO AUMENTO DA TARIFA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 31 jan. 1953. p.14.

²MELHORIA URGENTE NOS TRANSPORTES COLETIVOS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 mar. 1953. p.14.

³A NOVA E A VELHA CURITIBA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 ago. 1953. p.14.

⁴ATIVIDADES MENSAIS DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARANÁ. **Paraná Econômico**, 2:44-5, maio 1953.

⁵COMBATE AO ALTO CUSTO DA VIDA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jun. 1953. p.20.

⁶REAÇÃO POPULAR CONTRA O AUMENTO DO PREÇO DA CARNE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jan. 1954. p.20.

⁷ANULAÇÃO DA PORTARIA QUE REDUZ O PREÇO DA CARNE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 27 fev. 1954. p.14.

⁸ANULAÇÃO DA PORTARIA QUE REDUZ O PREÇO DA CARNE. **Gazeta do Povo**, p.14.

⁹GAZETA DO POVO. Curitiba, 03 jun. 1954.

- 10 EXPLORADORES DA FOME. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 jan. 1954. p.14.
- 11 NOSSO SÉCULO, São Paulo, v.4, 1981, 124 p.
- 12 SOUZA, Newton Fernando. Fenômeno curioso em Curitiba: O porquê da grande votação em Plínio Salgado. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 6 out. 1955. p.24.
- 13 REAJUSTAMENTO DO SALÁRIO MÍNIMO EM TODO O PAÍS. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 01 jan. 1954. p.6.
- 14 ACENTUA-SE A ESCASSEZ DE ARROZ. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 jan. 1953. p.14.
- 15 TRIGO DA ARGENTINA E DO URUGUAI PARA O BRASIL. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 mar. 1953. p.14.
- 16 VAI FALTAR PÃO: REVISTA A GREVE DE PADEIROS. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 31 mar. 1953.
- 17 FRACASSO DO GOVERNO NA ESFERA ECONÔMICA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 abr. 1953. p.16.
- 18 DE CURITIBA. DO PARANÁ. DO BRASIL. *Panorama*, 42:4-7, nov. 1955.
- 19 DE CURITIBA. DO PARANÁ. DO BRASIL. 42:4-7.
- 20 DE CURITIBA. *Panorama*, 43(5):8, dez. 1955.
- 21 ALIMENTOS QUE O CURITIBANO CONSOME EM LARGA ESCALA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 set. 1956. p.8.
- 22 ANÁLISE ESTATÍSTICA DA ALTA DO CUSTO DE VIDA. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 maio 1957. p.9.
- 23 O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA DURANTE ESTE ANO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 25 out. 1957. p.16.
- 24 BALANÇO ECONÔMICO DO ANO QUE FINDOU. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 01 jan. 1958. p.1.
- 25 CONSIDERANDO BAIXO O NÍVEL ALIMENTAR DO BRASILEIRO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 fev. 1958. p.4.
- 26 MOVIMENTO FEMININO PARA SUSTAR A ALTA DO CUSTO DE VIDA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09 nov. 1958. p.9.
- 27 ESTÁ A POPULAÇÃO NAS MÃOS DOS AÇAMBARCADORES DA CARNE? *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 maio 1958. p.4.
- 28 MANIFESTAÇÕES CONTRA A ALTA DO CUSTO DE VIDA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 set. 1959. p.1.
- 29 MANIFESTAÇÕES CONTRA A LUTA DO CUSTO DE VIDA. p.1.

³⁰ANÚNCIOS LUMINOSOS: VAGALUMES DA CIDADE. **Perfil da Cidade**, Curitiba, 10 fev. 1960. p.1.

³¹ANÚNCIOS LUMINOSOS: VAGALUMES DA CIDADE. p.1.

³²COMEÇOU EM MARÇO A ELEVAÇÃO DO CUSTO DE VIDA: ELEVAÇÃO DE 40% NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1961. **Estado do Paraná**, Curitiba, 13 abr. 1961. p.11.

³³CURITIBA POLICIADA PERMANECE EM CALMA ABSOLUTA. **Estado do Paraná**, Curitiba, 25 ago. 1961. p.9.

³⁴NEY BRAGA: SOU CONTRA O GOLPE E QUALQUER TIPO DE DITADURA. **Estado do Paraná**, Curitiba, 31 ago. 1961. p.4.

³⁵ALTA DE 30% NO CUSTO DE VIDA DURANTE O GOVERNO DE JK. **Estado do Paraná**, Curitiba, 19 set. 1961. p.11.

³⁶DRAMA DA CARNE VAI SE REPETIR, AUMENTO EMINENTE. **Estado do Paraná**, 13 set. 1961. p.16.

³⁷ALARMANTE A ALTA DO CUSTO DE VIDA EM CURITIBA. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 05 out. 1961. p.3.

³⁸O PROBLEMA DA CARNE: POUCA CONVERSA, MUITA AÇÃO E O BIFE BAIXOU O PREÇO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 nov. 1961. p.8.

³⁹O PROBLEMA DA CARNE: POUCA CONVERSA, MUITA AÇÃO E O BIFE BAIXOU DE PREÇO. p.8.

⁴⁰TRIBUNA DO PARANÁ. Curitiba, 26 dez. 1961. p.10.

⁴¹CURITIBA VIVE BARATO. **Panorama**, 103:8-9, nov. 1961.

⁴²CURITIBA VIVE BARATO. 103:8-9.

⁴³CUSTO DE VIDA ALCANÇA ÍNDICE ALARMANTE EM 1962. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 01 jan. 1963. p.8.

⁴⁴QUEREMOS COMER. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 16 fev. 1963. p.4.

⁴⁵DONAS DE CASA REVOLTADAS COM O PREÇO DA CARNE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 jul. 1963. p.4.

⁴⁶TOLEDO, Caio Navarro. **O governo Goulart e o golpe 1964**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.59.

⁴⁷GUERRA À FOME. **Panorama**, 127:68, dez. 1962.

⁴⁸GUERRA À FOME. 127:68.

⁴⁹PECUÁRIA E HISTÓRIA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 abr. 1976. p.8.

⁵⁰COM UMA CABEÇA DE GADO POR PESSOA O BRASILEIRO NÃO TEM CARNE À MESA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 ago. 1963. 2.cad. p.2.

⁵¹COM UMA CABEÇA DE GADO POR PESSOA O BRASILEIRO NÃO TEM CARNE À MESA. 2.cad. p.2.

⁵²LEMINSKI, Paulo. Santa Helena Kolody. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jun. 1985.

6 A SAÚDE DA CARNE

A saúde do gado, nos momentos em que este faltou, foi discutida de todas as maneiras. Na ausência da tentativa de solução à dificuldade de fornecimento, a campanha foi sempre no sentido de compreender em que condições se encontrava o gado bovino, principalmente. Observamos que em muitos sentidos a carne foi explorada em seu aspecto de fornecedora de lucros rápidos aos açougueiros, marchantes e produtores, sendo ainda trampolim político e ameaçadora da saúde pública pela má qualidade.

A preocupação estava centrada no aprimoramento dos frigoríficos e da saúde do gado quanto às vacinas e doenças infecto-transmissíveis. Esta orientação saneadora foi das principais estratégias utilizadas pela fala dos políticos, da população e dos envolvidos na questão, e esteve indiscutivelmente questionada dia-a-dia, desde 1945 a 1964. Estas preocupações não serviram para melhorar o abastecimento, uma vez que este esteve deficitário por toda a conjuntura estudada. O meio efetivo, então, não era sanear a carne, mas fornecê-la. O consumo deveria ser feito, mesmo que esta carne estivesse doente. Para os grupos que cobraram a falta do produto, a qualidade saudável representou um dos mais fortes ataques aos políticos. Na medida em que não resolviam o abastecimento, poderiam ser atacados em seus postos mais vulneráveis. Afinal de contas, o próprio discurso do político paranaense era de que o indivíduo do

Paraná deveria ser saudável e bem disposto para o trabalho. Sendo assim, não poderia comer carne doente ou deteriorada, o que só viria a diminuir a sua qualidade para o trabalho e o progresso.

Os políticos, por sua vez, se utilizavam do fator saúde para **resolver** o fornecimento. Falando em saúde, era possível manter a desobediência civil e os amotinamentos. Afinal, se não existia carne ou sua saúde era pequena, estavam tentando resolver este fator com campanhas de saneamento e discussão desta área premente à saudabilidade do paranaense, de forma que se ganhava tempo para a inoperância.

Quanto aos açougueiros, marchantes e distribuidores, esta saída foi extremamente positiva. Com essa desculpa continuavam fazendo a exploração aos meios políticos e aos consumidores, colocando sempre que, pela dificuldade de sanear o gado e o pouco incentivo às pesquisas e apoio ao produtor, o **bife** saía mais caro. Mas, quando os momentos eram difíceis para explorar este fator, o jeito era fazer usar de geada, falta de campos, transportes ou ingerências políticas. Aqui fica mais perceptível que o comerciante fazia de tudo para obter lucro, fosse como fosse for. Isso nos faz lembrar, de maneira e estabelecer comparação, a leitura sempre tão oportuna de Bigg-Wither:

... Soube depois que já haviam tentado introduzir a criação de carneiro em pequena escala, mas os idealizadores acharam que não valia a pena. A razão dada era de que os carneiros seriam atacados pelos cães, durante a noite. Talvez isso fosse verdade, mas não se constituía desculpa bastante forte para se deixar de fazer a criação. Pequena despesa anual podia, facilmente, encontrar remédio para tão simples mal. Este fato nos leva ao verdadeiro ponto. Os brasileiros, em geral, não se interessam em empregar dinheiro em coisa que não

lhes dê grande lucro. Sua educação os torna incapazes de aplicar uma libra para ganhar vinte e um shillings, mormente se houver preocupações. Há muitas maneiras mais rápidas de se ter lucros. Assim, eles não empregam dinheiro quando se lhes oferece um negócio de pouca vantagem. A criação de gado requer muito pouco tirocínio e capital moderado, rendendo pelo menos, 50% ao ano. O comércio, quando o comerciante consegue fazer aliança com uma casa do Rio que lhe dá crédito, é ainda a maneira mais fácil de fazer dinheiro. Seu único trabalho é comprar mercadorias por cem libras e revendê-las, a varejo, aos seus iludidos patrícios, por trezentas. É por isso que uma garrafa de cerveja, geralmente, custa quatro shillings em Curitiba e meia coroa uma jarda de amorim...¹

Esta comparação pode parecer grosseira pela distância temporal. Claro, Bigg-Wither fala da realidade da criação de carneiros, mas nos deixa evidente o estilo de comportamento dos comerciantes da Curitiba daqueles dias, não tão diferente do comportamento dos comerciantes mais contemporâneos, principalmente no que diz respeito ao seu aspecto de lucratividade rápida e excessiva, e o pouco emprego de capital nas negociações para obter rapidez de dividendos. Sem dizer ainda das facilidades em que se conseguiam os contratos em outros Estados e das dificuldades oferecidas para o consumidor, o que nos fornece a possibilidade de dizer que o ideal do comerciante do Paraná não se alterou tanto assim nos anos que separam estas duas realidades.

Dentro deste saneamento para o gado, em 1954 a preocupação era com a zoonose*, que dos campos do Rio Grande do Sul se espalhava para o Estado de Santa Catarina, podendo chegar a todo o Paraná, uma vez que a doença já se estava implantando no vale do Iguazu e de seus afluentes. A pecuária do Paraná, nes-

* Zoonose: designação genérica de doenças de animais. Aqui é vista mais como doença do gado bovino.

te período, estava sendo vista pelos produtores como desamparada de assistência geral. Nestes anos, 1954-55, o preço do gado, como o de outros produtos, aproveitando a situação política brasileira, se exacerbou. E não apenas pelas epizootias*, que levavam os fazendeiros do Paraná a exigir um movimento de envergadura para resolver as questões da raiva, brucelose**, febre aftosa***, entre outras doenças comuns ao rebanho paranaense.

É inegável, neste período, o grande surto de raiva bovina ocorrida em Palmas no Paraná², o qual foi responsável pela dizimação do gado vacum daquela região, sem falar do muar e do cavalari, e que acabou se abatendo por Palmas, Clevelândia e Mangueirinha. Todas estas cidades são banhadas pelo Rio Chopim, onde o gado fora beber água e espalhou a doença.

Mas este não foi o motivo principal da elevação do preço da noite para o dia. Afinal, muito gado já estava estocado nos frigoríficos e açougues, principalmente quando muita carne deteriorada era posta ao consumo. Esta carne era resultado do mau condicionamento feito na sua estocagem, esperando a alta do preço. Afinal de contas, a carne não vinha de São Paulo? Mesmo que o gado passasse desde 1952/53³ por mortandades excepcionais causadas pelas epizootias, os acréscimos nos preços e a falta do produto não poderiam apenas ser causados pelas dificuldades oferecidas pelo que vinha de São Paulo. Assim, a sonegação era feita por produtores, frigoríficos, marchantes e açougueiros.

Quando se encontravam em dificuldades, os produtores do Paraná, fornecedores de gado para as cidades através dos mar-

* Epizootias: doenças que atacam a muitos animais ao mesmo tempo.

** Brucelose: moléstia infecciosa generalizada que ataca o gado. Denominada também de febre do Mediterrâneo. É causada por micrococo (bactéria isolada e arredondada de pequeno tamanho).

*** Aftosa: aftas que atacam a boca e os ubres do gado leiteiro.

chantes, oneraram o produto para confirmar a falta de saúde do gado, retirando daí seus lucros. Além do que, estas carnes, mesmo saindo caras para os açougueiros, poderiam ser vendidas, já estocadas e estragadas, por altos valores, utilizando-se também da questão de que a saúde do gado era fraca e que tais carnes eram resultado de inoperâncias do governo. Mais tarde poderiam vender as carnes compradas com valores antes ditos elevados, mas que acabaria saindo barato, uma vez em que a venda de carne podre poucas vezes teve uma repressão realmente efetiva. Ficava **seis por meia dúzia**. Outra das possibilidades exploradas pelos açougueiros foi a dificuldade do mercado paulista em 1952, 1953, 1954 e assim por diante.

O Paraná nem sempre era citado nestes anos para aumentar o preço do fornecimento de gado para Curitiba, mas os produtores cobravam do governo, assim como os açougueiros, a saúde do gado paranaense. E se esta não existisse era impossível o bom funcionamento e pequenos custos. Mas a carne não era paulista? Através desta compreensão, é possível captar os lucros conseguidos pelos verdadeiros donos da produção, contando ainda que muita carne deteriorada era vendida por preços de boa. E se era vendida, só poderia ser comprada de alguém, se duplicando cada vez mais os lucros.

Entre os casos de venda de carnes em estado comprometedor, alguns dos mais interessantes foram os do Sr. João Warkentin Filho, açougue N. Berberi & Cia. Ltda. e do açougueiro Fritz. No dia 16 de julho de 1954,⁴ João Warkentin Filho prestava declarações ao Sub-Delegado do Boqueirão, o Sr. Manoel Alves de Miranda, dizendo que venderia carne deteriorada por ter praticamente sido obrigado pelo filho do Sr. Pedro Friezen, re-

cidente na mesma região:

... Primeiro a fim de dirigir a uma valeta situada no mesmo lugar onde se encontrava uma vaca de propriedade de Pedro Friezen, que havia morrido afogada na dita valeta. (...) aproximadamente às 8:30 horas da noite atendendo a solicitações do filho de Pedro Friezen, (...) Tendo encontrado um casal de nortistas, cujo nome ignora (...) Os quais já tinham iniciado a retirada do couro da vaca. O casal de nortistas necessitava de carne e sebo a fim de fazer sabão e como não tivessem condições solicitou-lhe que conduzisse a carne do animal morto para a casa do casal. Após a retirada do couro, colocou a carne em seu carro, sendo em seguida abordado por policiais. Declarou mais, que nunca possuiu fábrica para a industrialização de carne mas que já retirou muitos couros de animais que morreram no Boqueirão, vendendo-os em curtumes...

No caso de João Warkentin Filho, nos ficam claras algumas questões de peso. Primeiro o do preconceito demonstrado contra os **nortistas**, já que nem mesmo os nomes destes foram citados. Poderíamos levar em consideração que não eram conhecidos, mas a expressão **os nortistas**, foi colocada no sentido pejorativo, pois estes eram os únicos seres que não combinavam com todas as desculpas apresentadas para o funcionamento de atitudes consideradas pelas autoridades como ilegais.

Quando se disse que aquele casal iria transformar a carne e os sebos do animal em sabão, nos pareceu um tanto estranho, por ser período de falta de carne, e por ser o senhor acusado quem transportaria o produto do descarte da vaca. A título de que responsabilidade o açougueiro transportava esta carne? Carne e sebo para virar sabão? É óbvio que este produto se transformaria em espécie para a venda, ou então em **apetitosas** lingüiças. Além do que por que o Sr. Warkentin Filho seria pro-

curado especificamente para o transporte do gado? Por simples amizade? Com certeza estes não eram motivos suficientemente fortes para colocá-lo em tão difícil posição. E como colocava Gustavo Schneider na mesma oportunidade: "Vacas, bois e cavalos antes de ser devorados pelos referidos urubus o indivíduo chegava antes destes para carnear os animais mortos. Não se sabe os destinos dos ossos e da carne que o açougueiro João Warkentin Filho aproveita. "Os animais mortos acidentalmente ou pesteados vão para industrializar".

Esse produto era vendido às claras para a população. O açougueiro estabelecido em Curitiba fazia também o máximo para conseguir lucros, já que era difícil adquirir carne a preços menores dos produtores de gado de corte do interior do Estado. O delegado de Economia Popular, Sr. Dorval Simões, apesar do inquérito rigoroso para **apurar os culpados**, não conseguiu nada. Como este, muitos foram os casos nos arredores de Curitiba, como foi também no açougue Berberi:

... O Dr. Ivan Ribas de Abreu, passava pela Rua Riachuelo quando viu que no prédio nº 378, onde se acha instalado um açougue de propriedade da Firma N. Berberi & Cia. Ltda., um caminhão parado estava fazendo um grande carregamento de carne deteriorada (...) tendo comparecido no local o delegado Constante Salada, que apreendeu 1000 quilos de carne de gado, 50 quilos de lingüiça, cinco galinhas, carnes estas deterioradas. Também foi rendido o caminhão de placa 3-05-05, que tinha como motorista Juvenal Clara da Silva e ajudantes João Rodrigues e Pedro Cidral, os quais foram conduzidos a delegacia de economia popular, juntamente com Evangelos Controulas, de nacionalidade grega, gerente da Firma⁵

Por mais que Evangelos Controulas tivesse dito na oportunidade, que assumira por vinte dias o estabelecimento para arrendá-lo depois, que a carne estragara por defeitos no balcão frigorífico e que a carne deteriorada seria lançada num rio de Curitiba, o que acontecia não era bem isso.

Para Ivan Ribas de Abreu, Suplente do Delegado de Polícia, o Sr. Evangelos disse que a carne seria conduzida ao frigorífico do Uberaba, para depois ser transformada em linguiças e salames, charques. O sub-tenente Cristino Rosa era da mesma opinião. Neste flagrante delito, é possível perceber que a carne que voltaria para a população era de péssima qualidade. Como também era aproveitada e reaproveitada, sendo **maquiada** pelos frigoríficos para assumir o seu lugar de destaque nas vitrines dos açougues. O frigorífico do Uberaba, por sua vez, era dos grandes fornecedores de carnes para Curitiba e cidades circunvizinhas.

Outro dos casos verificados foi o dos senhores Ignácio Machado e João Piayzack, que compraram carne deteriorada no açougue do Fritz no Prado Velho.⁶ Só descobriram que a carne estava estragada ao chegar em casa.

De ano a ano a situação se agravava, o que levou a Delegacia de Economia Popular na gestão de Lício Bley Vieira (1958) a iniciar uma campanha de visitaçãõ de açougues e peixarias, a fim de perceber a qualidade dos produtos. Só num dia do ano de 1958, foram encontrados mais de quarenta quilos de pescado completamente podre. Se isso acontecia com o pescado, que tinha uma situação menos evidente do que a carne, o que não dizer desta?! Para o atendimento de questões como estas, entrou em ação o serviço de Polícia Sanitária,⁷ que exigia da população ajuda

na fiscalização, pois era esta quem adquiria os produtos. Por mais que a população tenha auxiliado através de denúncias, os responsáveis não foram autuados com seriedade.

Quando discutimos a questão do reaparecimento dos frigoríficos e a nova ordem para o seu funcionamento, vimos que o saneamento foi a palavra de ordem. Isso não se deu a nível externo daquelas fábricas de carne, principalmente quando levamos em consideração o estado de decomposição com que chegavam as carnes a alguns frigoríficos, ou mesmo aos açougues. Mesmo o frigorífico do Uberaba, como mostram as evidências, costumava receber carnes deterioradas a fim de industrializá-las.

Outro dos sérios problemas da carne da Cidade de Curitiba, no tocante ao seu saneamento, era a falta de higiene nos bares e restaurantes que, apesar de apresentarem ótimas fachadas a serem donos de nomes respeitáveis, vendiam substâncias decompostas. As reclamações de pessoas que eram vítimas de intoxicação alimentar eram constantes. Ora eram os **cachorros-quentes**, ora as refeições em mau estado dos bares: "... Ainda ontem recebemos queixas de um freguês da Churrascaria Bambi que lhe vendeu um frango em estado pútrido. Apesar de assado e com exagerado tempero, não se podia suportar o mau cheiro que exalava..."⁸

Muitos bares e restaurantes não possuíam congelador, sendo os peixes e pernis que serviriam para o repasto do consumidor, guardados em qualquer recipiente. E, uma vez que a polícia não conseguiu resolver a questão de seu departamento sanitário, e mesmo as reclamações dos consumidores não foram ouvidas, o jeito foi partir foi partir para as agressões.

O Sr. Orlando Caruso foi um destes casos, pois ao comprar

carne no açougue Berberi,⁹ mesmo tendo ficado na geladeira, estava estragada quando retirada para o preparo. Ao pedir para a empregada devolver a carne ao açougue de origem, este se recusou a recebê-la, Diante da situação, o Sr. Armando Caruso foi pessoalmente ao estabelecimento. Os proprietários do açougue novamente se recusaram a receber o produto sob qualquer desculpa. O que aconteceu com o Sr. Caruso? "... no momento seguinte foi agredido por um dos açougueiros, que o espancou brutalmente, quebrando-lhe vários dentes, o relógio e tantas outras escoriações..." Não se viu mais na imprensa qualquer colocação a respeito desta caso. E quando se tratou de outros casos desta espécie e que foram a julgamento, os acusados foram liberados logo ou não foram condenados pelo tribunais.

Fica esclarecido que no final dos anos 50, ou mesmo no início dos anos 60, tanto a doença do gado nas frentes produtoras ou a má qualidade nas frentes revendedoras não foram erradicadas. Em dezembro de 1962¹⁰ continuava ocorrendo a febre aftosa nas regiões de Cornélio Procópio, Santo Antonio da Platina e Guarapuava, atingindo a quase totalidade dos rebanhos. O gado de Curitiba não era atingido, em parte porque os criadores possuíam vacinas para este mal, e também pela pasteurização que já acontecia com o leite da capital. Mas de um modo geral, fosse gado de leite ou de corte, a situação não se inverteu, já que a espécie tratada aqui não mudou, continua sendo gado.

Em 1963¹¹ a Polícia Sanitária ainda estava às voltas com os vendeiros de carne podre, designando a proibição das vendas de carnes e peixes nas feiras, a não ser que os vendedores feirantes possuíssem carros frigoríficos ou caixas térmicas para acondicioná-los. Outras das medidas tomadas foi a proibição da

vendagem de carnes envoltas em jornais, por não apresentar, o jornal, as condições sanitárias de higiene. Assim, os produtos deveriam passar a ser vendidos em papel de embrulho exclusivamente. O perigo não estava unicamente nos embrulhos de jornais, mas sim nas condições de apodrecimento em que as carnes poderiam ser encontradas. Os embrulhos de jornal já eram questionadas desde os primeiros dias dos anos 50, e não tiveram qualquer solução. Como se percebe, mesmo com todas as medidas tomadas para a fiscalização de vendagem e distribuição das mercadorias, a fiscalização não se fez suficientemente intensa, tornando-se muito furtivas as maneiras pelas quais se oferecia as carnes ao curitibano. As atitudes do poder público não combinavam com as condições encontradas.

Os diversos aparelhos de poder devem se encarregar dos "corpos" não para exigir deles simplesmente o serviço do sangue ou para protegê-los contra os inimigos, não simplesmente para assegurar os castigos ou extorquir as rendas, mas para ajudá-los a garantir a sua saúde. O imperativo da saúde: dever de cada um e objetivo geral.¹²

Exatamente neste sentido foi proposta a saúde da carne por consumidores e pelo poder público quanto apontava as irregularidades.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹BIGG-WITHER, Thomas P. **Novo caminho no Brasil Meridional**: a província do Paraná, três anos em suas florestas e campos. Rio de Janeiro/Curitiba, José Olympio/Universidade Federal do Paraná, 1974. v.162. p.51.

²GRAVE AMEAÇA AOS REBANHOS DO PARANÁ. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 jan. 1954. p.4.

³UM SURTO CALAMITOSO DE RAIVA BOVINA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 09 jan. 1954. p.6.

⁴VENDA DE CARNE PODRE À POPULAÇÃO. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 jul. 1954. p.8.

⁵APREENSÃO DE CARNE DETERIORADA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 dez. 1955. p.16.

⁶O QUE O POVO RECLAMA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 02 abr. 1957. 2.cad. p.21.

⁷AÇÃO CONJUNTA DOS COMANDOS SANITÁRIOS. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 14 jan. 1958. p.4.

⁸CARNE DETERIORADA EM ALGUNS BARES E RESTAURANTES. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 24 abr. 1958. p.4.

⁹VENDERAM CARNE DETERIORADA E AINDA AGREDIRAM O FREGUÊS. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 05 jul. 1958. p.15.

¹⁰GADO DO INTERIOR DO ESTADO ATACADO PELA FEBRE AFTOSA. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 maio 1963. p.5.

¹¹A CARNE NÃO PODE SER EMPACOTADA EM JORNAL. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 maio 1963. p.5.

¹²FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1985. 196 p.

7 GREVE CONTRA GREVE

Esta unidade será consagrada ao exame de algumas manchetes referentes ao período dos movimentos grevistas em torno do tema pesquisado. A manchete e sua disposição, muitas vezes, oferecem ao leitor uma visão do conteúdo abordado, direcionando-o sempre ao caminho a que se almeja chegar na veiculação da informação. Assim, cada jornal transmite de forma peculiar a sua informação, o que lhe define o posicionamento. A preocupação, aqui, é a de fazer um exercício, não apenas no sentido da demonstração da manchete em si, mas também das entrelinhas do fato.

As greves e passeatas foram as formas de conflito decisivas utilizados na batalha pela carne. Nos anos 50 muitos grupos se utilizaram delas para se colocar em evidência e procurar ter seus objetivos atingidos.

A greve representou uma saída tangencial para a contenção de manifestação corpo a corpo e que na maioria das vezes não se dava pela falta de apaziguamento propalada pela manutenção da ordem. Colocando as pessoas na rua, a greve foi utilizada como contra-discurso da amenidade. Foi através dela que se procurou dias diferentes. Não apenas melhores, mas dias diferentes, como se este fosse o melhor método para se chegar à utopia procurada.

O jornal **Gazeta do Povo** sempre procurou, através de

suas manchetes, ou mesmo das linhas destas, colocar a informação como se ela fosse fria e sem envolvimento por parte daquele jornal. Suas chamadas nem sempre tinham realmente a ver com o assunto desenvolvido na reportagem. Quando tinham, elas estavam voltadas muito mais para os governantes e sua proteção do que propriamente para aqueles que consumiam a carne. Quando não, tentava acalmar aqueles que tinham a idéia exata do que fazer a qualquer momento com o governo que os dirigia. Vejamos algumas destas manchetes, criteriosamente escolhidas e seus conteúdos:

1. Os açougueiros declararam-se em greve desde ontem, tanto assim que não tem havido carne aqui. Os açougues encontram-se fechados, alegam os retalhistas que devido a recente decisão da COFAP, liberando o preço do gado, a situação se tornou calamitosa, uma vez que estão pagando o preço além do tabelado¹

2. Segundo apurou a reportagem, esteve reunido ontem, um grupo de mais de cem açougueiros que está liderando o movimento da reação. Depois de grandes debates resolveram entrar em greve, a partir de hoje, suspendendo o fornecimento da carne para a população. Outros desde ontem estão em greve tendo sido prejudicados por esta decisão, diversas zonas da cidade?²

É possível perceber nestas duas notas, que diferem em quatro anos nas datas de sua publicação, que muito pouco mudou sua posição. Seja na página um ou na dezesseis, continuou informando à população dos perigos que causam certas manifesta-

ções.

Na nota número um, isso se nota a partir do momento em que se coloca o fechamento dos açougues pelo aumento dos preços da carne que acabou não sendo aprovado pela COFAP. Quando os preços subiam, a população culpava os açougueiros, mas cobrava da entidade criada para manter os preços. Assim, quem acabava sendo o culpado da subida dos preços e das greves era a população, na medida em que reclamava.

Na segunda nota, a **Gazeta do Povo** coloca em evidência o fato de que participaram muitos açougueiros da reunião e que o movimento de reação estava sendo programado pela diminuição do fornecimento de carne para a população. Neste tipo de divulgação, o jornal tentava mais uma vez **puxar a orelha** dos consumidores pois, neste período exato, a população também se recusava a comprar carne pelos preços que os produtores e revendedores propunham. Desta forma, se a população era prejudicada, segundo aquele jornal, era sua própria culpa, além do que, via esta população como uma coesão. Ficando dos mais variados lados, este jornal conseguia vender muitas notícias. Foram raras as vezes em que atacou o governo de forma frontal, a população ou mesmo os detentores do poder de distribuição da carne. E continuavam afirmando: "Apenas em poucos açougues houve carne, tendo persistido a greve. Os principais açougues centrais não venderam o produto. Parece que diante da decisão dos açougueiros hoje a situação será a mesma dos dias anteriores..."³

Aqui se mantém o discurso de gravidade do problema, exigindo quase que uma tomada de atitude das organizações classistas que estavam organizadas para não comprar carne a preços mais elevados. Por outro lado, dizia-se que os açougueiros continua-

riam, embora saibamos que as notícias que saem pela manhã são resultado de pesquisas de dia anterior. Nenhuma dessas reportagens era de caráter extra. Quanto às questões do abastecimento discutidas neste trabalho, o jornal **Gazeta do Povo** sempre teve uma posição muito definida: a de não se definir. E sem dúvida esta foi a estratégia mais perspicaz. Prolixa, mas agradou a todos e vendeu jornais.

Para o jornal **Estado do Paraná**, pela sua característica de se manter à margem esquerda da situação política, as notícias foram colocadas sempre no sentido de mostrar a veracidade dos acontecimentos ou então a fim de aumentar seu universo de abrangência. Para este jornal, a venda da notícia se colocava muito mais no sentido de feitiço de um posicionamento de esquerda no seio popular. Sua grande característica foi de ataque ao governo. Palavras de ordem sempre foram o seu escudo favorito. Suas notícias chamavam muito a atenção pelas expressões fortes e pela existência de pessoas, ou seja, eles davam nomes aos grupos que estavam presentes sempre às manifestações. O **Jornal O Estado do Paraná** procurou, durante todo o tempo, vender suas idéias de portas abertas. Mas procurou intensamente **fazer cabeças**, como fica demonstrado em algumas notas:

1. Será promovido pelos sindicatos de classe e sindicatos em geral, bem pelos estudantes, protestos veemente contra a absurda liberação do preço da carne...⁴

2. COMUNICADO - VITORIOSA A CAMPANHA CONTRA O AUMENTO DO PREÇO DA CARNE: as federações dos trabalhadores na indústria e no comércio, a alimentação e dos bancários, com os seus 33 sindicatos filiados e que constituem o pacto de solidariedade sindical, bem como a União dos Estudantes Secundaristas, (...) tendo em vista a vitória do movimento coordenado pe-

las entidades acima e o povo em geral, comunica a baixa do preço da carne que voltou a custar o seu antigo preço. Resolveram ainda suspender a passeata gigante que havia sido programada para o dia 17, às 18 horas ...⁵

3. Donas de casa e populares parnanguaras tomaram a decisão de não mais comprar carne, limitando-se a adquirir pescado para a alimentação, a fim de obrigar os açougueiros a modificar a absurda tabela arbitrariamente imposta ao povo.⁶

As três matérias do jornal **Estado do Paraná**, como colocamos, prima por palavras-chaves, tais como **vitoria, vitoriosa, povo, popular, gigantesca, arbitrariedade, absurdo, imposta, etc.** As palavras que se referem aos grupos manifestantes contrários às novas tabelas são todas de incentivo e cheias de positividade. Já as designadas aos membros de direita estão todas carregadas de pessimismo e de dominação. A existência da palavra **alimentação** nas notas demonstra a palavra chave. E sem dúvida os jargões eram muito empregados, pois eles demonstravam o código ao qual a população já estava acostumada.

Se relermos as notas seguindo apenas pelas palavras citadas acima, perceberemos que elas fecham muito bem uma linguagem já conhecida da população, onde o ataque bem frontal era feito para contestar o que se dava quanto a todo o embargo da carne. No entanto, apesar de todos estes subtirfúgios empregados pelo jornal, sua vitória frente à situação geral era apenas momentânea. Como vimos, se estes se diziam vitoriosos, não o foram, pois o problema continuou.

A passeata que se destacou na primeira nota deste jornal acabou não acontecendo e não foi vitoriosa. Portanto, a notícia foi **ufanista** e tinha a intenção de resgatar cada vez mais para si adeptos de um movimento que, no final, foi o muito da

base de resistência. Mas a sua função, por outro lado, nem sempre estava em sair vencedor, mas sim em evitar vitórias. A intenção foi muito mais a de minar qualquer atitude que pudesse tomar aqueles que superprotegiam as atitudes dos produtores em auferir altas somas com a venda de produtos como a carne e outros.

Nos anos de 1961 a 1963 a imprensa do Paraná não mudara de ótica nas suas análises quanto à gestão da carestia de vida e à falta de produtos, ou reclamos quanto às situações de penúria pela qual passavam os paranaenses. Tanto os jornais utilizados para esta análise quanto as revistas especializadas e que tinham grande circulação se colocaram ainda da mesma maneira. O jornal **Tribuna do Paraná** se colocava numa posição de privilegiado crítico das atitudes impensadas tomadas pelo Governo do Estado e mesmo do país. Suas notícias caracteristicamente vinham floreadas por uma estampa de desespero para as situações que nem sempre eram tão desastrosas como suas manchetes promulgavam. Outras vezes ainda, o jornal procurava incitar a comunidade, procurando sempre fazê-la seguir modelos estabelecidos para outras localidades da nação. Se por um lado informava dos acontecimentos fora do Estado do Paraná, mesmo que de maneira duvidosa, por outro continuava por enaltecer a dominação econômica que na maioria das vezes foi dada para a questão do abastecimento de carne no Paraná, reafirmando também a dominação política e buscando modelos externos para justificar procedimentos muito peculiares.

Com isso não queremos dizer que os problemas enfrentados pelo Paraná não fizessem parte de uma situação mais nacional, mesmo porque o estudo realizado nesta dissertação não

abrange o Brasil, apesar de citá-lo em algumas passagens. O jornal **Tribuna do Paraná**, apesar de procurar fazer a crítica ao poder vigente naqueles dias, acabou reafirmando a dependência. Dependência que não era verdadeira. Tomemos como exemplo esta matéria:

Entra em seu décimo quinto dia a greve dos trabalhadores nas indústrias de carne e seus derivados (frigoríficos) desta cidade. O panorama apresenta-se calmo, sem qualquer quebra dos trabalhadores, suportando com entusiasmo todas as vicissitudes próprias de movimentos desta natureza; (...) recusou-se a direção do frigorífico Wilson em São Paulo, a concordar com qualquer aumento além do que ofereceram de 57% sobre os salários vigentes em junho de 1960.

Considerando-se que em outubro os salários foram elevados em 60%, os trabalhadores ficaram em defasagem em relação aos patrões de 3%. ASSEMBLÉIA MONSTRO: O movimento tem ampla repercussão. Desta forma o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Derivados de P.G. recebeu dia 22 telefonema de São Paulo, informando que os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Indústria de Derivados, etc. Chegariam amanhã em Ponta Grossa para se interarem do movimento e dar o seu apoio aos grevistas.

É possível captar nestas linhas também a organização em que se encontravam estes sindicatos no Brasil, e que o Frigorífico Wilson, apesar de aumentar os preços ao consumidor **todos os dias**, não pagava seus trabalhadores de forma decente e os mesmos acabariam por consumir da mesma carne a preços elevados. Assim, as multinacionais exploravam de inúmeras formas. E como ficou demonstrado em tantas etapas destes estudos, a situação não se modificou sobremaneira.

A revista **Panorama**, como o próprio nome diz, tinha como proposta mostrar uma visão panorâmica da cidade, e tratava de

generalidades a respeito da sociedade, comércio, obras públicas e personalidades. Sempre assumiu atitudes paternalistas para com os governantes e para com a população.

Os governantes eram taxados como perfeitos em sua ânsia de progresso e evolução. Estas podem ser chamadas de **palavras-chave** para demonstrar como a divulgação das notícias era feita por aquela revista.

No governo Ney Braga, Prefeitura Iberê de Matos e Secretaria da Agricultura Paulo Pimentel, esta revista foi das grandes divulgadoras do ideal de crescimento, mudanças arquitetônicas que dever-se-iam processar na cidade e medidas de enaltecimento das idéias desses políticos.

Quanto à carne, esta revista colocou na figura do então Secretário da Agricultura Paulo Pimentel, todos os sonhos da mudança, oferecendo-lhe sempre muitas linhas de reportagem enaltecida de suas atividades. Mas, apesar de tão inovadoras, acabaram por cair no mesmo círculo vicioso em que já se encontravam a atividade pecuarista. E se houve melhora nos rebanhos, esta melhora não se apresentou para consumo:

Antes de assumir a Secretaria da Agricultura, o Sr. Paulo Pimentel foi o responsável no Norte do Paraná. (....), Pimentel esteve o mês passado na feira de gado Zebu em Uberaba-MG, a fim de colher subsídios para o seu programa de expansão da sociedade paranaense e de renegociar produtores com os pecuaristas da região. Levou consigo um dos maiores **experts** brasileiros em gado, o veterinário José Quirino dos Santos, Diretor do Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná e catedrático de Zootecnia da Escola Superior de Agronomia e Veterinária do Paraná. Pimentel observou nesta viagem que dentro de poucos anos o Paraná concorreria a sua pecuária com a do Triângulo, que estagnou por falta de concorrência. No mo-

mento é mundial a carência de proteínas, principalmente devido ao racionamento mundial de carne. Se o Paraná puder aproveitar tal chance, abrirá para o mundo inteiro um novo mercado e para si mesmo um novo veio de riqueza e desenvolvimento. Os planos são audaciosos. (...) Com novas técnicas e novas concepções, a pecuária poderá tornar-se um dos esteios da economia paranaense. Por enquanto as regiões de conquista são aquelas de terras esgotadas pela cultura irracional do café. (...) A pecuária tem sido sintoma de retrocesso econômico e social. Daqui por diante Pimentel pretende inverter este processo. (...) Se as previsões não falharem, em poucos anos o mundo falará da carne do Paraná da mesma forma que hoje fala em nosso café⁸

A condução da matéria pela revista colocou o tempo todo o Secretário da Agricultura em destaque e se utilizou da grande manchete. O mundo vai falar da carne do Paraná para vender a notícia. No final, no entanto, se coloca como expectante das propostas do político.

O café teve destaque especial; não foi atacado em detrimento da pecuária, e mesmo não podia fazê-lo pois este estava em alta na produção há alguns anos. Realmente, como colocou a própria revista, os planos eram audaciosos, tão audaciosos que não se evidenciaram. E se a carne do Paraná foi falada, ela foi citada a bocas pequenas nas negociatas de seus produtores ou nas exportações por **debaixo dos panos** da vigilância feita pelos que tentavam comê-la.

Voltando à questão do café, a revista se contradiz de maneira crassa quando defende ou acusa a produção de café de forma maleável: "... as regiões de conquista são aquelas de terras esgotadas pela cultura irracional do café; (...) em poucos anos o mundo falará em carne do Paraná da mesma forma que hoje fala em nosso café". Ao mesmo tempo que faz a contradição na dubieda-

de das opiniões, a acusação não é direta ao produto café e sua cultura no Paraná, mas às formas como certos produtores se colocaram na sua produção: "... terras esgotadas pela cultura irracional do café!"

A revista **Panorama**, que tratava de questões de Curitiba, do Paraná e do andamento político do Brasil, sempre demonstrou apenas a estampa bonita da cidade, não se preocupando de forma mais séria com o problema real. As vezes que tratou do transporte coletivo da cidade ou mesmo da questão da fome e do aparecimento dos primeiros mendigos em Curitiba foi mais no sentido de superproteger, como se usasse como figura de linguagem, a ironia da expressão: "Imagine, uma cidade como Curitiba passar por estes problemas! Alguém tem que sanéa-los!!"

A greve, apesar da confusão que fazia à imprensa, estava fundamentada na marcha, no caminhar em sentido contrário. Nella era possível ver, ouvir, falar e demonstrar repúdio. A passeata da greve ofereceu aos olhos curiosos uma ponta na falta de cenário. O que se via nas ruas representava a existência da inexistência. A greve foi feita em prol do ideal político e da participação. Na batalha da carne ela representou a resistência à malha do poder, se esticando e entremeando pelo espaço que ela também ajudava a desenhar, muitas vezes recriando a si própria e aos indivíduos. Foi a greve que criou os indivíduos da não acomodação, como criou também os vários mecanismos da arte técnica do abastecimento. Através dela se fizeram políticos os agentes de um mesmo devir. Pela greve, foi possível levantar a sonegação, racionamento, transformação, falta, apreensão e saberes em torno da carne. Mas ela não foi apenas uma greve que se caracterizou por passeatas, guerrilhas ou palavras de ordem.

Ela esteve muitas vezes desprovida de apreensão visual, já que a carne era escondida se dizendo que ela não existia ou se fechavam as portas dos açougues dizendo da sua inexistência. Os grupos de comerciantes da carne e seus produtores eram os que mais se utilizaram da sua inexistência como recurso de auto-defesa. Sua greve de portas fechadas foi o tapume para a visualização inexata do real, como numa tela de terceira dimensão, quando se apropria do indivíduo através da captação da energia visual.

O poder político se utilizou das greves para rearticular sua fala de ação, buscando sempre o poliglotismo dentro da poliformia da carne, que por sua vez era fruto de outros poliformismos.

O poder consumidor resolveu se expor, dando vida ao objeto de seu consumo. A sua passeata, os seus cartazes e ataques muitas vezes no corpo a corpo levavam para as ruas a angústia de seu cotidiano. Quando dizemos isto, é no sentido de como a carne se fazia ver pelos emissores de sua existência. Era a maneira encontrada por aqueles para estar por alguns instantes no movimento pelo abastecer, mesmo que sem dizer nomes ou assumir direções. Contestando para obter. Se nomes ou designações foram dados aos grupos, foi uma prática da imprensa que, enquanto condicionadora, condutora e selecionadora da notícia, fez os recortes na episteme da greve pelo abastecer. O que, por sua vez, ofereceu a equanimidade para narrar e dar memória a esta mesma imprensa periódica. Porque esta imprensa é sem memória? veja:

... GREVE BRANCA: Há tempos, teve lugar em São Paulo, com ótimos resultados a greve branca encetada pela donas de casa, que deixavam

de comprar carne a fim de forçar a baixa na venda do produto. Tal movimento poderá tomar corpo em Curitiba nos próximos dias, pois já está nas agitações de alguns dirigentes sindicais. Para a caracterização deste movimento de protesto, é necessário tão somente que haja cooperação por parte das donas de casa de Curitiba, que deverão se abster de comprar o produto até que os marchantes sejam obrigados a baixar o preço da carne, a fim de não perder a qualidade que já se encontra estocada em frigoríficos⁹.

O jornal definitivamente não tinha memória e fica, um pouco, ao historiador, esta tarefa. Claro, sendo este jornal de esquerda, tinha como medida provocar a população para participar, mas ao mesmo tempo esqueceu-se de citar as manifestações ocorridas na Cidade de Curitiba, e que já tinham alcançado tão grandes repercussões. O jornal tinha como característica a visão estanque do acontecimento, sem vê-lo enquanto processo. E o processo foi o que de mais perto nos interessou. Quando fala sobre o que aconteceu em São Paulo, aquele jornal, mais uma vez, procurou introjetar um modelo à realidade, esquecendo-se do específico do processo. E mais, São Paulo em absoluto resolveu o problema, pois nos anos 60 viveu problemas tão graves quanto os do Estado do Paraná ou mesmo de sua capital. A prática da greve representou a ocupação total do espaço. Para os açougueiros, produtores e frigoríficos foi a detenção mais autêntica de sua propriedade. Para os consumidores a greve foi a ocupação do espaço público (rural/urbano), mesmo que vigiados pelo poder público (governo, comissões, etc.). Sendo alvo de observação num momento em que caminhava pela rua e fazia comícios em prol do abastecimento da carne, os políticos e o poder público, por sua vez, ocupavam o seu espaço quando delegavam à população o direito de realizar comícios e passeatas, pois se viam como beneficiadores

da população. Sendo responsáveis pela defesa de seus interesses também eram responsáveis pela sua manifestação. Desta forma, todos os espaços se preenchiam através da greve, ponte de passagem para o consumo da carne.

Se nos anos 50 as greves eram chamadas na sua grande maioria de **greves brancas** pelo seu caráter de dizer não - não consumir, não fornecer, não concordar, etc. - para nós ela ficou transparente, pois ofereceu através da sua existência e das ocupações do espaço do seu devir, vários ângulos de um mesmo objeto.

A greve na batalha da carne foi a reificação da manifestação do poder, pois era greve contra greve.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹GREVE DOS AÇOUGUEIROS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 nov. 1954. p.16.

²GREVE DOS AÇOUGUEIROS. NÃO HAVERÁ FORNECIMENTO DE CARNE À POPULAÇÃO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jun. 1958. p.1.

³A GREVE DOS AÇOUGUEIROS. AINDA SEM CARNE NOS PRINCIPAIS AÇOUGUES DA CIDADE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 jun. 1958. p.4.

⁴GIGANTESCA PASSEATA PELAS RUAS DE CURITIBA. **Estado do Paraná**, Curitiba, 10 set. 1958. p.8.

⁵VITÓRIA DOS ESTUDANTES E TRABALHADORES NA QUESTÃO DA CARNE. **Estado do Paraná**, Curitiba, 17 set. 1958. p.20.

⁶GREVE DA CARNE EM PARANAGUÁ. **Estado do Paraná**, Curitiba, 13 set. 1958. p.16.

⁷GREVISTAS DE PONTA GROSSA RECEBEM APOIO DE GREVISTAS DE SÃO PAULO. **Tribuna do Paraná**, Curitiba, 23 ago. 1961. p.4.

⁸O MUNDO VAI FALAR DA CARNE DO PARANÁ. **Panorama**, 109:17 jun. 1961.

⁹AGRAVA-SE O PROBLEMA DA CARNE. GREVE BRANCA EMINENTE. **Estado do Paraná**, Curitiba, 24 set. 1961. p.9.

8 COMO AGIAM OS INFRADORES E COMO FORAM JULGADOS

O aumento dos preços na conjuntura estudada neste trabalho, era contestada quase todos os dias, principalmente quando se tratava da carne e do lazer popular. Mesmo porque, consumir carne nesses dias era quase um lazer. A situação era geral para o Brasil.

Os exibidores cinematográficos, pela grande avalanche de público expectador, pela facilidade e pelos altos preços da entrada do cinema americano no país, chegavam a se equiparar aos açougueiros na faina de ter seus lucros elevados.¹ Nunca se foi tanto ao cinema.

No início dos anos 50 surgia a Companhia Vera Cruz de Cinema, propondo-se a enfrentar o desafio de uma produção cinematográfica organizada em bases empresariais. Uma tarefa árdua e que encontrava pela frente um mercado inteiramente controlado por empresas estrangeiras, tão poderosas, que obtinham através de mecanismos nacionais institucionais, uma remessa de 70% de lucros advindos das exhibições para seus países de origem.² Também nunca se exigiu comer carne tanto quanto naquele período dos anos 50.

O não cumprimento às tabelas fixadas pelas COAPS e COFAP era constante. O preço dependia muito mais da cara do freguês. O pequeno comércio foi o que mais irregularidades cometeu. Após haver passado um pouco do tempo da refrega cometida contra os

açougueiros, o tempo voltou a se aquecer e os preços subiram. A Delegacia de Economia Popular nem sempre conseguiu autuar os infratores. Quando o fez, estes foram a julgamento para serem liberados logo em seguida.

Durante a greve de 1952, um dos problemas levantados foi com relação ao fornecimento da carne na calada da noite, quando carros de placas brancas faziam a distribuição de carne para consumidores especiais.

Em 1954, o problema ainda não havia sido resolvido e o preço poderia subir para aquele que aguentava nas filas, mas o consumidor especial não deixava de receber sua carne em casa com preços facilitados. Não apenas este tipo de transporte era feito pelas "**chapas brancas**" mas também o de carnes importadas do Rio Grande do Sul.³ Esta carne tinha 50% de seu valor pago pelos açougueiros e os outros 50% era pago pelo governo do Estado do Paraná. Em cruzeiros, moeda corrente no país naquele momento, o governo pagou um milhão para importação da carne gaúcha. Esta medida, no entanto, fez com que os açougueiros conseguissem ficar de portas abertas, o que era difícil de se conseguir. Assim, não poderia mais ser utilizado a justificativa de falta de carne para corte ou venda. Dos poucos que funcionavam na normalidade frente à falta de carne divulgada pelos açougueiros era o Matadouro Municipal:

... O gado está sendo abatido às escondidas por alguns, enquanto que outros particulares, que lá tentam realizar o abate de algumas cabeças são barrados sem mais delongas. Adiante ainda disse o nosso informante, que na calada da noite há dentro carros oficiais, os famosos "placas brancas" recebem carne no matadouro para distribuir naturalmente aos afortunados amigos e para a gente palaciana..⁴

Outra das provas que esta carne existia está em que não foi reduzida seu abastecimento para as casas hospitalares ou quartéis. Poderia ser encontrada também de forma mais fácil nas cidades de São José dos Pinhais, ao preço de Cr\$ 18,00 (dezoito cruzeiros), na Lapa a Cr\$ 16,00 (dezesesseis cruzeiros) ou ainda em churrascarias, restaurantes e hotéis. Já em Curitiba, era conseguida no varejo pela exorbitância de Cr\$ 70,00 (setenta cruzeiros) o quilo.⁵ Na medida em que estes fatos se sucediam o jornal **Gazeta do Povo** fazia sua crítica ao governo de Bento Munhoz da Rocha Neto:

O povo curitibano não merece o que lhe está sendo proporcionado pelo governo do "NOVO ESTILO", o governo dos esbanjamentos; da ostentação, da vaidade e das discursões; o governo do Centro Cívico; da Exposição Internacional; o governo da calamidades que assolam a nossa economia, dizimam os nossos recursos e desiludem os que na verdade trabalham pela grandeza do Paraná e do Brasil.⁶

E diferente do que expôs naquela oportunidade o jornal, o governo próximo e posterior àquele não foi tão diferente.

Se por um lado os comerciantes da carne sabiam burlar a vigilância do governo, propondo e conseguindo negócios lucrativos, por outro as leis os protegiam sobremaneira, advindo daí as facilidades que conseguiam nos julgamentos. Vejamos algumas destas facilidades, no que dispunham sobre os crimes de economia popular:

Expor à venda mercadoria por preço superior ao da tabela: concede-se a ordem "habeas-corpus", porque a exposição de mercadorias com o preço majorado não constitui crime,mas quando muito, uma presunção de que venha a ser

violada a tabela oficial, ao se efetuar a transação de compra e venda (aceitação unânime da terceira câmara, de 16/08/51).

. Retenção de mercadorias: não sendo a retenção da qual a deterioração da mercadoria signifique manobra altista mas divergências entre exportador e importador, confina-se a sentença absolvitória (aceitação unânime da segunda câmara em 19.05.1949 - apêndice criminal nº 3526).

. Transgressão da tabela de preços - gorgeta: não é possível aceitar de comerciante, desculpa de que recebeu preço superior ao tabelado a título de gorgeta (aceitação unânime da terceira câmara de 25.05.1950 - apêndice criminal nº 6592).

. Declaração de lesados: as declarações do lesado, por si só, não autorizam a condenação (aceitação unânime da segunda câmara de 19.01.1950 - apêndice criminal nº 5.358)?

Estas leis e designações que foram publicadas na revista **Paraná Econômico** e que são de criação da COFAP (Comissão Federal de Abastecimento e Preços) só apoiavam o vendedor, podendo ser utilizadas por toda a Federação. Destas leis, a única mais próxima ao consumidor é a que dispunha sobre a alteração do preço sob a desculpa de gorgeta. No mais, elas todas protegiam o comerciante, na medida em que nem mesmo a fala do lesado poderia ser utilizada para sua defesa, devendo apresentar provas concretas do acontecido. Quando o comerciante vendesse a mercadoria por preços superiores aos da tabela, não poderia ser autuado, pois as leis não dispunham sobre a apresentação de notas fiscais e a obrigatoriedade da concessão destas. Mesmo quando expusesse a mercadoria por preço superior aos da tabela, poderia ser utilizado a favor do comerciante o pedido de **habeas-corpus**. Naqueles dias, divulgar uma tabela não significava vender por tais valores. De outra forma, se qualquer pessoa adquirisse carne a preços superiores aos da tabela fornecida pelas COAPS e COFAP, o comerciante e seus advogados poderiam uti-

lizar sempre a justificativa infantil de que **comprou porque quis**, afinal, o preço estava exposto na tabela. Quanto à retenção da mercadoria, esta também poderia ser utilizada quando vigorassem divergências de importância e exportação, nunca para manobrar os aumentos. Porém, o caso aqui não é diferente, uma vez que desavenças sempre se deram entre importadores e exportadores, mesmo porque, segundo os açougueiros, todo o produto deveria ser importado, ou mesmo vinha do interior do próprio Estado do Paraná. Provar que alguém era culpado era mesmo difícil. A vitória sempre estava com os monopolizadores do mercado da carne, pois lhes protegiam as leis.

Apesar de toda a superproteção recebida pelos comerciantes, a COAP em 1954 conseguiu apreender alguns infratores. Entre estes figurou o Sr. Cristiano Kong, que no seu açougue da Rua Estados Unidos, do Bacacheri, vendia carne de costela ao preço de Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) quando a tabela prevista era de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros) por quilo. Em dois estabelecimentos de propriedade da União dos Açougueiros Ltda., na Avenida Erasto Gaertner, no Bairro Bacacheri, a costela também era vendida a vinte cruzeiros o quilo.⁸ Com estas prisões realizadas pela COAP nos foi possível perceber a organização em que se encontravam tanto os grandes como os pequenos fornecedores de carne para a população curitibana. Sonhando e elevando os preços. O caso do Frigorífico Bacacheri era ainda pior, chegando a vender carne moída em 1956, por Cr\$ 20,00 (vinte cruzeiros) o quilo. Foi autuado junto com outros quatro estabelecimentos de menor porte que cometiam irregularidades semelhantes.⁹

As grandes empresas do ramo da carne, assim como os pequenos estabelecimentos, eram frequentemente pegos infringindo

as leis que determinavam sobre os preços, porém a facilidade no pagamento das fianças ou as disposições de penalidades acabavam por beneficiá-los em detrimento do consumidor.

Era comum a imprensa fazer referências aos frigoríficos infratores. Entre eles estiveram: Frigorífico Baggio, Bacacheri, União dos Açougueiros, Berberi e Cia. Ltda., Garmatter, Uberaba. Estes, quando fiscalizados pela COAP frente às denúncias feitas, a culpa era dada aos funcionários. E no final das contas, após efetuadas as declarações habituais era só pagar a fiança e se colocar em liberdade. A empresa Berberi esteve entre os que adotaram tal procedimento:

Na tarde de ontem o agente João Goulart Filho, da delegacia de economia popular, quando passava pela Panificadora Berberi (....) notou que uma freguesa estava pagando por um quilo de filet, a importância de 36 cruzeiros, quando o preço tabelado pela COAP é de trinta cruzeiros. Imediatamente o policial deu voz de prisão ao empregado. (....) Afonso Budiziak, disse que assim procedia por haver recebido ordens de seu patrão Jorge Berberi Salomão, o qual também foi detido, sendo os mesmos encaminhados à delegacia de economia popular, juntamente com a senhorita Shirley Bulk..¹⁰

Os dois tiveram suas fianças estipuladas em cinco a dez mil cruzeiros cada uma sob as ordens do delegado Lício Bley Vieira. No Frigorífico Baggio o açougueiro também era pego negando:

... deteve o açougueiro Maurino Araújo, empregado de um açougue de propriedade do frigorífico Baggio, no Bairro do Bacacheri, por ter o mesmo vendido a senhorita Emma Bassi (....) um quilo de carne com osso pela importância de trinta e cinco cruzeiros quando o preço tabelado pela COAP é de trinta cruzeiros, (....)

tendo este declarado que assim procedera porque recebeu ordem de seu patrão Jorge Baggio. (...) O juiz de direito doutor Ariel Ferreira do Amaral e Silva confirmou o flagrante lavrado contra o açougueiro. Como os crimes contra a economia popular são afiansáveis, o açougueiro Maurino de Araujo teve de pagar a importância de cinco mil cruzeiros para ficar em liberdade. O mesmo será processado, bem como o responsável pelo açougue!¹¹

Enquanto no bairro de Santa Quitéria o José Ceccato era agredido pelo açougueiro André Olichowski por questões de compra de **bucho** a preços muito elevados,¹² a empresa Berberí era mais uma vez autuada:

... A DEP deteve o açougueiro Alfredo Maffei, juntamente com Jorge Berberí Salomão, sócio de parte de açougues daquela panificadora, por terem vendido um quilo e cem gramas de carne com osso pela importância de trinta e oito cruzeiros, ao senhor Orio Niez Roda, funcionário da Secretaria de Trabalho e Assistência Social (...) lavrado o auto de prisão e flagrante contra Jorge Berberí Salomão e Alfredo Maffei, os quais serão processados nas leis de economia popular (...) ontem por serem reincidentes, efetuaram o pagamento de vinte mil cruzeiros...

Mesmo que a Delegacia de Economia Popular autuasse os infratores em flagrante delito eles reincidiriam tantas vezes quantas fossem possíveis. Os grandes **tubarões**, como eram chamados os sonegadores daquele período, jamais responderam processos que foram realmente condenados efetivamente. Mesmo os jornais, jamais noticiaram sobre as condenações destes, fossem eles menos ou mais combativos destas questões. Muita gente saiu ilesa, como tão bem chamavam a atenção as manchetes: "Absolvido açougueiro por unanimidade" (*Gazeta do Povo* - 12.10.1957); "Vendeu carne por preço superior ao da COAP, o juri porém absol-

veu o acusado". (**Gazeta do Povo** - 05.12.1957, p. 4); "Absolvido o açougueiro por unanimidade de votos" (**Gazeta do Povo** - 16.04.1958, p. 4); "Absolvido o açougueiro acusado de crime contra a economia popular" (**O Estado do Paraná** - 14.05.1958, p. 16); "Condenação do juri de economia popular - beneficiado porém por sursis" (**O Estado do Paraná** - 17.05.1958, p. 16); "Absolvido o açougueiro pelo Tribunal" (**Gazeta do Povo** - 19.06.1958, p. 4). Por outro lado, foi neste período em que mais se divulgou os julgamentos e o pagamento de fianças e autuações de flagrante. O dinheiro das fianças era utilizado pelo Estado do Paraná para ampliação das ações políticas, mas que acabaram não retornando à população.

As delegacias, comissões de preços e órgãos voltados para o mercado da carne, enquanto à sua garantia de bom fornecimento e diminuição das irregularidades, não possuía medidas realmente concretas para autuar de maneira mais enérgica os sonegadores.

A imprensa, pelo seu lado, fazia cada vez vender mais jornais pela promoção que fazia dos julgamentos e possíveis denúncias de que este ou aquele estabelecimento seria fechado ou autuado.

Em 1960 se divulgavam ainda notas em torno destes assuntos, e desta vez o apontado era o Sr. Vital Tortalho, que, segundo o jornal, foi autuado em seu mercadinho da Praça Osório por vender carne acima do preço tabelado, sendo dirigido à delegacia especializada pelo Dr. Dorval de Macedo Simões.¹³

Nem todos os açougueiros eram suficientemente ingênuos ao ponto de saber que a polícia estava na **sua cola** e continuar cobrando preços extorsivos. Mas a polícia muitas vezes tinha

que **fabricar** infratores a fim de dar uma resposta aos contribuintes da sua ação efetiva, a fim de respaldar um poder maior de sonegação exercido pelo grandes produtores, principalmente porque quando estes foram presos ou pagaram suas fianças, não representou quase nada perto dos lucros que já de há muito vinham conseguindo arrancar dos consumidores. O magarefe - o açougueiro comum repassador do produto para o consumo - era o tempo todo apontado pela opinião pública. Para este o vexame da exposição nas páginas dos jornais acabava por prejudicar o negócio e diminuir ainda mais o número dos fregueses. Não queremos aqui retirar o grau de culpabilidade da situação provocada também pelos açougueiros da época, mas estes com certeza não eram os únicos responsáveis pelo todo dos acontecimentos. Que fique claro.

Em novembro de 1960 não apenas Curitiba tinha os preços da carne aumentados de forma exorbitante, mas também cidades como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram seus preços majorados.¹⁴ A situação começou a ficar tão séria que uma bomba explodiu num açougue da capital paulista dois dias depois do anúncio da liberação do preço. O açougue deveria ser inaugurado dali a alguns dias. A promoção para a inauguração era de venda mais barata de carne, o que só acabou deixando furiosos tanto os consumidores como os proprietários de outros açougues. Os primeiros, por estar sendo aberta mais uma porta de exploração, e os segundos pela afronta da diminuição dos preços.

Não podemos nos esquecer de outro aspecto: no período era muito comum a desavença geral, e os grupos independentes de linha política estavam bem organizados.

Mas de toda esta confusão: "... Um suspeito avistado

nas proximidades, está sendo procurado";¹⁶ em Curitiba, diante dos aumentos verificados para o Brasil naquele ano de 1960, em outubro de 1961,¹⁷ a prefeitura conseguiu uma saída: importou dez toneladas de carne do Rio Grande do Sul. Esta medida não poderia onerar o produto, mas onerou, passando a carne a custar ainda mais caro. Se em julho de 1960 se pagava oitenta e cinco cruzeiros por um quilo de carne de primeira, em fevereiro de 1962 ela já custava duzentos cruzeiros o quilo.¹⁸ Em novembro de 1962, mesmo diante das faltas de **quorum** da COAP para a liberação dos preços, a carne já era vendida a trezentos e a quatrocentos cruzeiros, dependendo do estabelecimento.¹⁹ Às poucas reuniões feitas pela COAP, mas que não ofereciam número de conselheiros suficiente para votar qualquer tomada de posição, as mulheres e os açougueiros compareciam em grande número. A ausência dos conselheiros do órgão de preços se dava por dois motivos principais: sem número suficiente não precisariam tomar nenhuma atitude da qual viessem a se arrepender depois e em segundo caso não precisariam dar satisfações nem aos consumidores ou aos açougueiros, distribuidores e produtores. Afinal, sempre fora a entidade cobrada por ambos os setores a fim de que tomassem posições mais claras.

Mesmo que a prefeitura Ney Braga promovesse a importação de carne gaúcha em 1961, esta intervenção no mercado não serviu para resolver os problemas enfrentados. Os produtores e comerciantes do Paraná davam a resposta cobrando acima do tabelado, procurando cada um a sua justificativa para os aumentos:

Os senhores Bonifácio Batista Ribas e Saldanha da Gama Ribas, respectivamente diretor presidente e diretor superintendente da Compa-

nhia Sudoeste de Frigoríficos de Palmas (...)
comentam das dificuldades a que está sujeito
o pecuarista (dificuldades de geadas, pasta-
gens, falta de assistência veterinária e de
vacinação por parte dos governos, etc.) (...)
em recente venda obteve-se cinquenta e cinco
cruzeiros pelo quilo do gado vivo. Quatro anos
leva uma rês para atingir condições de venda,
e esse é, portanto, um preço irrisório. Um boi
quando vai para a matança, tem em média, qui-
nhentos quilos, depois de morto fica reduzido
a duzentos e quarenta aproximadamente. (...)
Os frigoríficos não pagam mais, alegando-se
que as perdas são enormes. Os marchantes ven-
dem para os retalhistas na base de cento e oi-
to cruzeiros por quilo da carne, portanto o
boi de duzentos e quarenta quilos rende vinte
e oito mil trezendo e vinte cruzeiros para o
marchante e vinte e seis mil e quatrocentos
para o criador?²⁰

As desculpas continuavam as mesmas e os mesmos eram os
homens.

Em 1963 os jornais noticiavam o não aumento nos preços,
mas o aumento que não se evidenciava era apenas o oficial, pois
o costumeiro ia alto, o que levou as donas de casa a iniciarem
outra greve branca, recusando-se a comprar carne por qualquer
preço que fosse. E quando os açougueiros reduziram os preços,
nem assim foi possível melhorar as vendas. O propósito continua-
va firme: não consumir.

Com a desvalorização da moeda nacional no Governo João
Goulart, a carne continuava custando mais caro para o consumi-
dor.²¹ A criação da SUNAB continuou representando apenas uma mu-
dança de sigla, pois funcionou tão mal ou pior que a COFAP, vin-
do representar mais um entrave burocrático.

No final dos anos de 1963, a SUNAB se recusava a tabe-
lar a carne para a região de Curitiba, o que deixava os infra-
tores de preços agirem como quisessem.²² Assim, forçar a baixa
dos preços ou pedir por medidas mais punitivas ficou sempre ao

encargo dos grupos organizados (Associações de Mulheres do Paraná, UPE, UNE, UPES, Diretórios Acadêmicos, Sindicato dos Textéis, Sindicato da Construção Civil, Associação das Donas de Casa, etc.) da população curitibana.

Não adiantava cobrar do júri popular sobre a leitura melhor feita aos processos de julgamentos dos infratores,²³ pois tudo se atrelava a uma instância maior: a pessoas que conseguiam por momentos escapar ao policiamento cotidiano, pois, detentoras de poder econômico e político, as leis se voltavam definitivamente a favor dos especuladores. Mesmo que promover o falso lucro figurasse entre a maior lei de economia popular desde 1958,²⁴ ou estivesse o governo tentado impor o congelamento de preços (de 1953 a 1960, através de uma lei geral para o Brasil, criação e distribuição de tabelas e órgãos controladores do abastecimento) através da recessão do mercado consumidor, os comerciantes conseguiram se manter à tona, tendo em suas mãos o controle momentâneo da distribuição e preços. O discurso do **mesmo**, geada, entressafra, falta de vacinas, etc. fez durante muito tempo, a situação de gravidade ser disfarçada, mascarada. Muitas vezes os homens se expuseram, chegando ao ponto de **ficar cegos** para se defender, outras para atacar e ser atacados, mas estando sempre em evidência na imprensa, seu veículo principal de exposição. E como colocou FOUCAULT: "Não se pode compreender nada sobre o saber econômico se não se sabe como se exercia cotidianamente o poder, e o poder econômico"; e nós diríamos mais, seria sem a compreensão do exercício cotidiano do poder, impossível compreender também o social.

Emergindo sempre, é que foi possível aos infratores acumular informações e utilizá-las, passeando e se introduzin-

do pelo poder. Sem ver nesta corporificação do poder o domínio do poder pelos **exploradores**, mas uma dominação do próprio poder enquanto exercício do mesmo. Graduando, utilizando ao máximo. Docilizando-os politicamente, porém sem universalizá-los.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹AUMENTO DOS PREÇOS DOS CINEMAS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jul. 1953. p.16.

²HOLLANDA, Heloísa Buarque & GONÇALVES, Marcos A. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo, Brasiliense, 1982. p.3-34.

³PLACAS BRANCAS TRANSPORTAM CARNE NA CALADA DA NOITE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jun. 1954. p.6.

⁴PLACAS BRANCAS TRANSPORTAM CARNE NA CALADA DA NOITE. p.6.

⁵PLACAS BRANCAS TRANSPORTAM CARNE NA CALADA DA NOITE. p.6.

⁶PLACAS BRANCAS TRANSPORTAM CARNE NA CALADA DA NOITE. p.6.

⁷ECONOMIA POPULAR. **Paraná Econômico**, 3:59-60, jun. 1953.

⁸COMBATE AOS COMERCIANTES GANANCIOSOS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 nov. 1954. p.8.

⁹MAIS CINCO COMERCIANTES AUTUADOS POR VENDEREM FORA DO TABELAMENTO EM VIGOR E SEM TABELAS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 abr. 1955. p.16.

¹⁰REAÇÃO CONTRA AÇOUGUES EXPLORADORES DO POVO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 jul. 1956. p.16.

¹¹AÇOUGUEIRO SURPREENDIDO COM A BOCA NA BOTIJA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 04 ago. 1956. p.16.

¹²VENDA DA CARNE ACIMA DA TABELA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 ago. 1956. p.16.

¹³AÇOUGUEIRO AUTUADO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 ago. 1960. p.4.

¹⁴CARIOCA PAGA PELO PREÇO DA CARNE DE SEGUNDA. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 nov. 1960. p.1.

¹⁵AUMENTO DE QUASE 100% NA CARNE DE SEGUNDA EM SÃO PAULO. **Gazeta do Povo**, 22 nov. 1960. p.1.

¹⁶NA CAPITAL PAULISTA - BOMBA EXPLODE EM AÇOUGUE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 nov. 1960. p.1.

¹⁷POVO AMEAÇADO DE SOFRER NOVA SANGRIA: AUMENTO DO PREÇO DA CARNE. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 07 fev. 1962. p.8.

¹⁸PALMAS NA COAP: A CARNE NÃO SUBIU. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 22 fev. 1962. p.8.

¹⁹LIBERAÇÃO DO PREÇO DA CARNE FAVORECE A MAIOR EXPLORAÇÃO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 08 nov. 1962. p.8.

²⁰CRIADORES ACHAM QUE MARCHANTES GANHAM MUITO POIS CORREM POUCOS RISCOS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 fev. 1962. p.8.

²¹CARNE TEVE UM AUMENTO ONTEM E UM PREVISTO. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 1963. p.8.

²²SEM TABELAMENTO A CARNE BOVINA: RELATÓRIO SOBRE SITUAÇÃO NO PARANÁ. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 09 out. 1963. p.8.

²³ABSOLVIDO O AÇOUGUEIRO ACUSADO DE CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 fev. 1958. p.1.

²⁴PROMOVER FALSO LUCRO É CRIME CONTRA E ECONOMIA POPULAR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 fev. 1958. p.1.

²⁵FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1985. p.142.

9 ENFRENTANDO O PROBLEMA

Em 1957, o IBGE divulgava a carência alimentar do brasileiro quando à carne. Segundo aquele boletim os brasileiros consumiam apenas 27% quilos de carne, enquanto vários países sulamericanos se encontravam acima deste potencial. Segundo o IBGE, a produção estava calculada em 1,5 milhões de toneladas. Não estando equilibrada com os grandes efetivos pecuários possuídos pelo país.

Para os curitibanos a situação não era diferente. As atitudes tomadas para enfrentar o problema na sua grande maioria estavam comprometidas com os produtores, respaldados pelo seu poder econômico e de mando político. Qualquer estudo que saísse em torno da questão acabava por levar aos mesmos caminhos. Velado por conjecturas cuja autoridade dos mais simples não conseguia desvendar. Os planos governamentais ficaram discutidos em estâncias superiores apenas havendo dificuldades para a população se fazer ouvir. A falta de uma secretaria de agricultura ou mesmo de abastecimento que satisfizesse os interesses do consumidor, foi dos grandes responsáveis pelas dificuldades para dar cabo do problema.

Foram pronunciamentos uns após os outros e que acabaram por não dar uma forma acabada à questão. No governo Bento Munhoz da Rocha Neto, apesar das intensas atividades em função do Fundo Agropecuário* não foi possível qualquer movimento na

* Programa desenvolvido pelo Governo Bento Munhoz da Rocha Neto a fim de oferecer facilidades de pagamentos de impostos e aquisição de técnicas para a agropecuária.

crise enfrentada. O Governo Moisés Lupion por sua vez passou ainda mais longe da questão em qualquer uma de suas gestões. Como já dissemos em páginas anteriores, qualquer mobilização que fosse feita de positiva deveria ficar por conta da população. Quando esta se fazia entender. Mas ao mesmo tempo a carne continuava faltando. Quanto às prefeituras exercidas na cidade de Curitiba, não foram mais felizes na efetivação de suas pretensas intenções de manter de maneira cabal o fornecimento regular de carne para a cidade.

As comissões estaduais e federais não tiveram também como se colocar, dadas as controvérsias políticas exercidas pelos governos no campo da alimentação. As análises feitas por jornalistas, economistas e por tantos outros profissionais que se colocaram preocupados com o problema levou a chamá-lo de cíclico. O que já foi possível perceber não ser verdade, principalmente se levarmos em consideração que nenhum dos governos obteve solução.

Além do que permeou toda a cronologia estudada; não podemos dizer em que período esteve mais intenso. No que diz respeito à dificuldade do abastecimento de carne esteve presente o tempo todo.

A Associação Comercial do Paraná esteve coesa o tempo todo quanto à negociação de baixa de preços e condições de abastecimento, representando força significativa nas negociações com o governo, acabando por inibir qualquer ação tomada para se conseguir alguma saída. E nas vezes que não se colocou como defensora de seus associados, aquela instituição se colocou como defensora de seus associados, aquela instituição se colocou aquém de qualquer tipo de negociação. Às vezes em que o Estado inter-

veio no mercado de carne foi apenas para fazer política econômica que disfarçasse o caos geral.

Os vereadores curitibanos, por sua vez, não conseguiam aprovar nenhum projeto de lei significativo. Portanto, também não ouviram a população que reclamava quanto ao bom fornecimento dos gêneros. Haja visto que junto da carne outros tantos produtos estavam faltantes à mesa dos curitibanos. Os títulos das manchetes do jornal **Gazeta do Povo**, na década de 50, por muitas vezes foi: SEM SOLUÇÃO O PROBLEMA DA CARNE, o que não deixava de ser verdade, principalmente quando não havia um interesse real em atacar o problema. Das poucas vezes em que se chegou a uma ação mais enérgica para solucionar os problemas de abastecimento foi na administração municipal de Iberê de Mattos. Este prefeito foi dos incentivadores da manutenção dos cinturões verdes em torno do município de Curitiba, ou mesmo da importação de carne gaúcha frigorificada em 1959. Carne esta que na hipótese da inexistência de outra veio completar por algum tempo o abastecimento alimentar.

Aqui se faz necessário que refaçamos a discussão de um assunto ao qual já se fez referência: importação e exportação de carne brasileira, uma vez que, por detrás desta questão também se colocaram as dificuldades do abastecimento do produto. Desde 1956, a Confederação Rural Brasileira recebia propostas da Alemanha afim de realizar a exportação de carnes para aquele país. Como poderia o governo da Alemanha Ocidental cogitar tal possibilidade, se a situação da pecuária nacional não era das melhores? O que só faz crer nas negociatas, que mais tarde acabaram por se evidenciar. O mercado de exportação e importação de carne se fazia obscuro, ou melhor, muito claro. Mas se

a carne não foi para a Alemanha, para Portugal e Israel ela conseguiu ser exportada.

No ano de 1957,² o estado do Rio Grande do Sul, através do frigorífico Sul Rio Grandense e da **Cia Swift do Brasil** emitiu seu primeiro carregamento para aqueles dois países. O que vêm demonstrar a desconexão do mercado interno de abastecimento de carne, já que outros vários Estados do Brasil não conseguiam manter o consumo nas suas cidades. Após esses dois países, nos primeiros meses de 1958, Itália, Bélgica, Holanda e Israel, eram responsáveis pela importação de 8 milhões, 795 mil e 316 quilos de carnes brasileiras.³ No final do ano de 1958 entraram no rol dos países importadores de carne bovina do Brasil a África do Sul, a Alemanha Ocidental e os Estados Unidos, Filipinas, Espanha, França, Indochina, Peru, Porto Rico, Inglaterra, Singapura, Suíça e Venezuela. O total das importações chegavam neste período a 15.303.202 quilos.⁴ Assim, o Brasil exportava milhares de toneladas de carnes congeladas, provocando a falta de alimento para os brasileiros, mesmo que pagassem preços elevados. Em contrapartida, a Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP), tentando salvar as aparências, importava carnes argentinas, por altos preços. E se não bastasse isso, a carne importada da Argentina deteriorava rapidamente. O Brasil importou nada menos do 40 toneladas de carne Argentina⁵ e exportava 113 toneladas para a Itália.⁶

A fim de contrabalancear o erro cometido e as pressões feitas pela população das mais variadas formas, o governo federal tabelava o quilo da carne em 150 cruzeiros, para que o país não sofresse prejuízos. Porém, esquecia-se de que o país era formado por sua população, e que seria impossível manter

os preços a 150 cruzeiros, dada as irregularidades cometidas no comércio interno, onde os valores se alteravam de estabelecimento para estabelecimento. Além do que, a importação era medida paleativa e temporária, já que os contingentes bovinos saíam de maneira fácil pelo Porto de Santos para outros países. Em 1959, os frigoríficos estrangeiros que funcionavam no país a exemplo do **Swift**,⁷ provocaram a maior alta de que se tem no período no custo do gênero de primeira necessidade. De julho de 1948 a julho de 1959 o custo de vida global subia de 100 para 573; o café subiu de 565%; os gêneros de primeira necessidade subiram 529%. O boi vivo por sua vez foi de 100 para 733%.⁷ O Paraná, diante da situação de inexistência de carne para consumo no país, se obrigava a importar carne do Rio Grande do Sul.⁸ Aliás produção pertencente ao frigorífico **Swift**, mas de carne brasileira ou argentina? Tanto fazia, porque a carne não chegava a mesa dos paranaenses com regularidade. Mesmo que a importação de carne fosse de 15 toneladas.

Em maio de 1951, tendo ainda Jânio Quadros com Presidente da República, foram promovidos, em várias cidades do Brasil (Belém, Fortaleza, Cuiabá, Porto Alegre) os encontros regionais de abastecimento, que tinham como pauta geral discussões em torno do tema. No encontro da Região Sul, realizado em Porto Alegre, o Paraná levou quatro propostas:⁹ produção regional para o abastecimento; importação e exportação; armazenagem, distribuição e comercialização; prensão das necessidades e base do planejamento regional do abastecimento.

* Frigorífico Anglo - tendo o maior acionista a "Anglo Cold Storage & Produce Co.Ltda" - sede em Londres. Ligado ao grupo "Westey Bros" possuidor de enormes rebanhos na América do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Rodésia. O mesmo grupo possuía uma linha de navios frigoríficos - Blue Star Line. Controlando ainda 500 sociedades comerciais nos Estados Unidos, Canadá, Argentina e Uruguai. A Swift, Armour, Wilson - pertencentes a "Big Five Parkers" de Chicago, controlador da distribuição de carnes nos Estados Unidos com ramificações no Canadá, Inglaterra, Argentina, África do Sul, Nova Zelândia e Uruguai. Com unidades produtoras no Rio Grande do Sul, Utinga, Campinas e São José dos Campos. Sua linha de produção compreendia carnes bovinas, suínas e em conservas; charques, carnes em salmoura, aves, frutas e legumes em conserva, graxas refinadas, sebos e adubos orgânicos, etc. /Ibidem nota 7

Apesar destas questões terem sido ouvidas e recebido promessas de efetivação, pouco ficou decidido. Os sonegadores continuaram escapando às garras do povo. Continuou desta forma o Estado do Paraná a importar 87% do necessário para o consumo e se sujeitando ao mercado de invernadas, locais onde as companhias estrangeiras possuíam extensas faixas de terras para a engorda; comprando sempre o gado a preços acessíveis aos seus próprios interesses.

Enquanto isso, a Tchecoslováquia¹⁰ adquiria 3.000 toneladas de carnes do Rio Grande do Sul, muito bem inspecionadas pelo chefe de defesa sanitária animal de seu país. Se existia carne em Curitiba e em regiões de difícil abastecimento do Paraná, isto se dava pela interferência da prefeitura da capital no mercado negro. O Sr. Iberê de Mattos foi primoroso nesta questão. Apesar de pagar caro na importação. Assim, o pedaço de carne acabava custando mais caro no Paraná do que na Tchecoslováquia, com certeza. O que por sua vez colocava o presidente regional da COFAP, Sr. Admaro Nunes Muller numa **camisa de onze varas**, pois um quilo de carne de primeira custaria ao consumidor de 110 a 150 cruzeiros e, sendo aquele senhor responsável pelo órgão controlador de preços, acabou por enfrentar muitas críticas e problemas.

De outra maneira, depois que foi aberto o mercado de importação de carnes gaúchas com 15 toneladas para o Estado do Paraná, outros carregamentos se sucederam em mais toneladas.¹¹ Para a população restava o sacrifício:

(....) os postos de vendas, já estão sendo preparados, dois no Mercado Municipal e um na Cooperativa dos Ferroviários, sendo de notar

que, de princípio, deverá haver espírito de sacrifício da população, porquanto, em não sendo possível contar com a distribuição de açougues, filas deverão se formar diante dos poucos postos inicialmente preparados.¹²

Não se pode deixar de perceber que havia uma preocupação em acalmar os grupos mais agitados de contestadores do abastecimento. Como pudemos verificar quando discutimos o **quebra-quebra**, tanto os ferroviários associados como os moradores dos Bairros do Cajuru e Prado Velho, foram dos mais ativos quanto às irregularidades no abastecimento de carne. Daí vem o interesse da Prefeitura de Curitiba em atender estes centros consumidores (Mercado Municipal e Cooperativa dos Ferroviários) e as feiras-livres (local de ação das donas de casa). Levando em consideração ainda, que o Mercado Municipal, localizado à Rua Sete de Setembro, (ainda hoje no mesmo local) entre os Bairros do Cajuru, Capanema e Prado, concentrava a distribuição de hortifrutigrangeiros e carnes para a capital do Paraná naqueles anos. Com o atendimento deste grupo da população o poder público conseguia mantê-los no seu próprio espaço de ação de consumo. O que por sua vez reafirma o esquadrihamento exercido sobre os cidadãos, obrigando através do econômico os indivíduos a manterem-se no seu próprio espaçamento geográfico o que tornava melhor a observação e o controle. Porém, o poder público neste instante não se coloca acima de ninguém, na medida em que faz o que o povo exige. Coloca-se como objetivo de um poder amplo e corporificado, que toma vida a cada movimento.

Obedecendo às disposições feitas pela Prefeitura de Curitiba, a carne teve boa venda, o que obrigou a pedir nova remessa do Rio Grande do Sul.¹³ Saliente-se que os retalhistas ha-

viam se prontificando a vender carne congelada abaixo do preço, voltaram atrás em suas decisões, devido às pressões dos fornecedores normais, principalmente nos bairros. O preço cobrado chegou a atingir 200 cruzeiros o quilo. Mas mesmo assim, em novembro, a cidade de Curitiba importou mais de 10 mil toneladas de carne resfriada. A população começava a ceder frente a importação e sonegação da carne. A Prefeitura quando atendeu (pe-lo menos de forma temporária) o ato de importar, se utilizou de estratégia perspicaz, conseguindo agradar a consumidores e comerciantes de varejo.

No primeiro governo Ney Braga (1961-1965), ocupou a pasta da Agricultura Paulo Pimentel, que mais tarde também ocuparia o Governo do Estado do Paraná. O programa de secretariado de Paulo Pimentel tinha como base a transformação do Paraná em centro produtor de gado do Brasil. Procurando retomar uma antiga tradição econômica. Pela primeira vez na história do Paraná se tentava uma medida de choque contra a situação de dificuldade a que chegara a agropecuária paranaense. O Secretário conseguiu ser tão incisivo em suas colocações e atitudes que foi eleito o **Homem do Ano**, na promoção do Jornal **Tribuna do Paraná** em março de 1962. A opinião pública recebeu bem a concessão deste título, já que a **Tribuna do Paraná** era um dos principais jornais a atacar frontalmente as medidas do governo com relação à alimentação.

Durante o período em que esteve frente a pasta da agricultura o Sr. Paulo Pimentel visitou a maioria das cidades do interior do Paraná, procurando manter contato mais próximo com agricultores e pecuaristas. Tentando manter entre eles uma maior proximidade. Deve-se à administração de Paulo Pi-

mentel a introdução de gado do tipo "Nelore" no Paraná, como também uma série de medidas de incentivo à pecuária. Paulo Pimentel representa um marco de mudanças nas práticas de ação com relação ao abastecimento.

Foram 34 iniciativas apresentadas pela Secretaria de Agricultura a fim de dinamizar o mercado agropecuário. Entre estas iniciativas, muitas estavam voltadas para a pecuária:

1. renovação do plantel suíno, tanto para a melhoria como para a revenda;

2. lançamento da pecuária de corte;

3. aquisição de touros "Nelore", sendo 662 distribuídos pelo sistema de permuta;

4. reorganização do sistema de "garrotes" para a revenda de pecuária leiteira;

5. instalação no Bairro do Atuba, série do Frigorífico do Estado, de um posto de inseminação artificial, atendendo a domicílio gratuitamente;

6. reaparelhamento das granjas do Canguirí, Guatupê e Thomaz Coelho;

7. formação da primeira equipe de técnicos em laticínios pela fábrica - Escola Granja do Canguirí;

8. extensão do serviço de vacinação e assistência técnica pessoal a todos os rebanhos do estado;

9. trazer para o Paraná o registro genealógico do gado indiano, que antes era privilégio de Minas Gerais.¹⁴

Foi também nesta Secretaria de Agricultura que se elaborou o Plano de Aumento da Produção de Gêneros Alimentícios, conhecido como Alimentos para o Brasil. Este plano se destinava transformar o Paraná o centro de abastecimento do país. Este

plano se tornou rapidamente conhecido no país e era de grande interesse do Presidente João Goulart. Foi este plano que levou os meios especializados a chamar o Paraná durante muito tempo como o **Celeiro do Brasil**.

Apesar de todo o movimento feito para modernizar a agropecuária, em 1962, a Prefeitura de Curitiba continuava intervindo no mercado da carne verde para forçar preços mais baixos. E mesmo até 1964 o problema do abastecimento de carne não conseguiu se regulamentar.

Nos trâmites das importações e exportações não só no Paraná, mas por todo o país, estava grande parte das dificuldades da área. Dada toda a problemática deste setor, não era suficiente apenas quatro anos para solucioná-los. Apesar de se manifestarem no cotidiano, faziam parte da rede maior de acontecimentos, haja visto que mesmo que o DEE (Departamento Estadual de Estatística) noticiasse os estudos do IBGE¹⁵ de que o rebanho paranaense de 3.671 milhões de cabeças em 1950 ter passado para 9.477 cabeças em 1961, a situação continuou desesperadora.

O gado brasileiro, se comparado com o gado produzido por vários países do mundo, colocava-se em posição inferior, sendo apontado segundo a **Revista Paraná Econômico**¹⁶ como animal de mais baixa produção dos dois hemisférios. Que dirá então do gado magro do Paraná?! Mas muito desta propaganda era falaciosa, uma vez que empresas americanas como as citadas neste mesmo capítulo dominavam a exportação de carne brasileira, e ainda o interesse de tantos outros países em adquirí-la.

Para a **Revista Paraná Econômico** foi interessante defender a falta de qualidade do mercado de carne brasileira, única maneira pela qual os criadores filiados às Associações Comerciais pe-

lo Brasil tinham para colocar os seus produtos no mundo. Em junho de 1963, por exemplo, era possível ao Brasil arrecadar 600 milhões de dólares com a exportação de carne, motivo suficiente para classificar de doente uma carne que dava muitos lucros. Existia no país cerca de 18.000 frigoríficos, na sua grande maioria pertencentes a empresas estrangeiras de beneficiamento e exportação de carnes.¹⁷

Dentro das alternativas de soluções para o abastecimento de gado, até mesmo gado da Índia foi importado, ainda que naquele país seja considerado sagrado. Valia de tudo. Foram importados mais de 1.000 touros,¹⁸ além de búfalos e cabras. Para o Secretário Paulo Pimentel esta importação colocara o Paraná como o primeiro estado brasileiro de qualidade em rebanhos bovinos para corte. Mas a força das empresas estrangeiras e os **nós bem atados** não permitiu que tal atitude acontecesse. **A Aliança para o Progresso** foi bem mais forte:

Um grupo de técnicos americanos da "Aliança para o Progresso" chegou em Curitiba para estudar projetos de financiamento a programas de desenvolvimento agropecuário. Tal visita se dá porque na conclusão do relatório da 1ª equipe que aqui veio, afirmou ser o Paraná o estado brasileiro mais em condições de receber esta ajuda. Estes projetos visarão duas metas fundamentais: a realização do programa "Alimentos para o Brasil" que prevê o abastecimento, com excedente das safras paranaenses dos grandes centros consumidores de todo o país; e elevação dos níveis de vida da população paranaense.

São prioridades do projeto: mecanização da agricultura; (...)

No setor pecuário: reprodutores e gado leiteiro (aquisição e revenda); inseminação artificial (instalação de bancos de sêmen e sistema de distribuição); pastagens artificiais; financiamentos e assistência técnica (presença de três técnicos assessores).¹⁹

Diante destas medidas as organizações estrangeiras e principalmente as norte americanas, puderam tomar conta da situação. A ajuda em absoluto veio para os paranaenses ou para o seu consumo, enquanto a perseguição era feita sobre os pequenos comerciantes. A carne continuava sendo exportada e o Estado vivia o paternalismo dos seus políticos ou dos estrangeiros. Assim, os contatos feitos com a Índia e que poderiam até ser proveitosos para a verdadeira melhoria do rebanho paranaense que deveria ser consumido pela população acabou por cair por terra. A iniciativa tímida do marajá Indú Bhavnagar que visitou o Paraná em 1962:

O marajá está no Paraná a fim de iniciar novos intercâmbios comerciais no Brasil. Veio a convite do Governador do Estado e tratará da questão do impulso à criação de gado. O marajá presenteou o governo com 200 zebus. É um dos maiores produtores do seu país, mas o faz sem finalidades lucrativas e sim por "deleite" ou para "presentear amigos"; acabou sendo oprimida pela "Aliança para o Progresso".

Os planos da Secretaria da Agricultura, apesar de darem certo no seu início, acabaram ficando restritos e fortalecendo ainda mais os grandes criadores de gado, pois só estes poderiam realizar transações de caráter internacional, desaparecendo assim paulatinamente os criadores dos arredores das cidades, para localizarem-se apenas os criadores de grande porte no interior do Estado. O crescimento acelerado do meio urbano verificado a partir dos meados dos anos 50 no Paraná, contribuiu sobremaneira para estas mudanças.

Apesar de em agosto de 1963 o Presidente João Goulart determinar junto à SUNAB a suspensão para a exportação de carnes,

a importação ainda continuava ocorrendo. A carne importada da Argentina saía para o consumidor brasileiro por 400 cruzeiros o quilo.²¹ Nem mesmo a distribuição da carne congelada que fora requisitada dos frigoríficos que faziam exportação, ainda em fins de outubro do mesmo ano, foram suficientes para alimentar a população. O índice geral do preços chegou a 78%, quando previsto era 25%.²² Estava determinado o fracasso econômico do governo quanto aos preços e ao abastecimento dos gêneros de primeira necessidade. O sistema desconexo da importação e exportação estava apenas no seu início. O golpe de 1964 caminhava a passos largos.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹CURIOSIDADES. Consumo de Carne. **Paraná Econômico**. nº 51. jun. 1957. p.21.

²CARNE DO RIO GRANDE DO SUL PARA PORTUGAL E ISRAEL. **Paraná Econômico**. 1957. nº 55. p.32.

³EXPORTAÇÃO DE CARNE. **Paraná Econômico**. 1958. Outubro. nº 67. p.26.

⁴COMÉRCIO EXTERIOR. **Paraná Econômico**. 1959. jan. nº 70. p.3.

⁵O GRANDE NEGÓCIO. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 21 nov. 1959. p.39.

⁶CÂMBIO ESPECIAL PARA A IMPORTAÇÃO DE CARNE ARGENTINA. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 19 out. 1959. p.1ª.

7

⁸CARNE CONGELADA DO RIO GRANDE ATÉ O FIM DA SEMANA. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 15 dez. 1960. p.8.

⁹PREPARATIVOS PARA O ENCONTRO NACIONAL DO ABASTECIMENTO: PORTO ALEGRE. Curitiba. **Gazeta do Povo**. 25.05.61. p.16ª.

¹⁰COMÉRCIO EXTERIOR. **Paraná Econômico**. Agosto. 1961. nº 101. p.30.

¹¹8 TONELADAS DE CARNE DO RIO GRANDE DO SUL VIRÃO NOS PRÓXIMOS DIAS. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 18 out. 1961. p.8.

- ¹² PREFEITO CONFIRMA FORNECIMENTO DE CARNE: PREÇOS DEFINITIVOS AINDA EM ESTUDO. **Tribuna do Paraná**. 19 out. 1961. p. 3 e 6.
- ¹³ CHEGAM HOJE MAIS 8 MIL TONELADAS DE CARNE DO RIO GRANDE DO SUL: **Gazeta do Povo**. 25 out. 1961. p.8.
- ¹⁴ PAULO PIMENTEL: O HOMEN DO ANO. **Panorama Ano XIII**. nº 118, março 1962. p.78 a 81.
- ¹⁵ AUMENTO DO REBANHO PARANAENSE. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 nov. 1962. p.8.
- ¹⁶ PARANÁ EM FOCO. EXPORTAÇÃO. **Paraná Econômico**. 1963. nº 127/28/29, out.nov.dez. p.39 e 43.
- ¹⁷ EXPORTAÇÃO DE CARNE. **Paraná Econômico**. 1963. nº 123/24, jun.jul. p.51 e 52.
- ¹⁸ REFORMA PECUÁRIA É A GRANDE META DA PASTA DA AGRICULTURA. **Gazeta do Povo**. Curitiba. fev. 3. 1963. p.5.
- ¹⁹ ALIANÇA PARA O PROGRESSO FINANCIARÁ A AGROPECUÁRIA. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 13 fev. 1963. p.8.
- ²⁰ CHEGOU O MARAJÁ - BHAVNAGAR: CONTATOS VISAM DAR IMPULSOS A CRIAÇÃO DE GADO NO PARANÁ. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 28 sete. 1962. p.8.
- ²¹ JANGO DETERMINOU SUSPENSÃO PARA A EXPORTAÇÃO DE CARNE. **Gazeta do Povo**. Curitiba. 18 ago. 1963. p.1.
- ²² TOELDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. Brasiliense. São Paulo. 1982. p.67.

CONCLUSÃO

Através de nossa pesquisa, resolvemos oferecer um novo parâmetro da cidade de Curitiba.

Norteamos os nossos caminhos através da fome e de uma Curitiba que para historiadores mais tradicionais poder-se-ia caracterizar numa Curitiba dadaísta. O poder teve seu lugar de destaque nesta análise, mas antes de tudo procuramos provar nossas teses de que existia carne à vontade para alimentar a população do município e de maneira conseqüente a população do estado.

Demonstramos que o espírito de passividade não pairou de forma alguma sobre a cabeça daqueles curitibanos; que muita gente brigou para ter um pedaço de carne na mesa; que por detrás da carne se colocavam projetos políticos de discursos falaciosos; que os grupos estavam organizados e que a mulheres tiveram participação de real importância, não apenas na questão do abastecimento, mas também nas orientações políticas da cotidianidade.

Assim, nosso universo de pesquisa foi orientado pelos caminhos do poder, do cotidiano, do abastecimento e de uma Curitiba menos **pasteurizada**. O pequeno texto, mas grande obra de Dalton Trevisan, que figurou nas páginas da revista **Panorama** em novembro de 1959, é um indicador desta construção histórica. E é também com este guia atípico de Curitiba que queremos cons-

truir a conclusão desta etapa de nossa pesquisa.¹

CURITIBA, que não tem pinheiros, esta Curitiba eu viajo. Curitiba, onde o céu não é azul, Curitiba que viajo. Não Curitiba para inglês ver, Curitiba me viaja. Curitiba bem cedo chegam na carrocinha que vende ga-liii-nha ôôôvos as polacas de lenço na cabeça, ao som da protofonia do Guarani; um aluno de grupo discursa para a estátua de Tiradentes.

O discurso foi o do processo do abastecimento, a fim de corresponder a uma história dialética que não tem fim imediato, seja no abastecimento de um modo geral, nos limites da carne ou nas motivações psico-sociais do referencial histórico. Esta pesquisa nos possibilita uma abertura para outros devir históricos nas linhas desta. Por ser de tema abrangente e nacional, merece uma atenção ainda mais ampla.

Viajo Curitiba dos conquistadores de côco e bengalinha na esquina da escola normal; do Gigi que pede dinheiro e ninguém dá (a mãe aflita avisou pelo jornal: "Não dê dinheiro ao Gigi"); com as filas de ônibus às seis horas da tarde, onde você ao crepúsculo é um rufião da balada de François Villon.

Entre os objetivos que os agentes desta história aspiraram, figura a contestação, perdendo o seu mitismo para atualizar-se. Foi neste vir-a-ser que caminhou o processo desta história engajada. A dialética das relações sociais aqui desenvolvidas trouxe à tona um novo imaginário que aponta para novas perspectivas de compreensão da cidade de Curitiba, nos fazendo percebê-las pelos caminhos do abastecimento e das políticas de

apropriação da sociedade do período (1945-1964). Nesta medida é que procuramos mostrar na materialização da historicidade, o abastecimento da carne.

A dominância da fala da modernidade foi procurada o tempo todo, pois foi nessa linha que na década de 50, em Curitiba, tendeu todo o comprometimento social. Os **atores e atrizes** envolvidos na carência histórica da carne em Curitiba representaram a alquimia na consciência do possível, modelando os espaços fora das instituições convencionais.

Curitiba, não a da Academia Paranaense de Letras, com os seus trezentos milhões de imortais, mas a dos bailes no 14, que é a "Sociedade Operária Internacional Beneficente 14 de janeiro"; das meninas de subúrbio pálidas, pálidas que trabalham no balcão, elas bem que tinham vontade de ir à matinê; dos chás de Engenharia, onde as donzelas aprendem mais que a tomar chá; das normalistas de gravatinha que nos verdes mares bravios são as naus Santa Maria, Pinta e Nina, viajo que me viaja.

A estratégia de abordagem do social obedeceu a sistemas estabelecidos dentro do discurso oficial, o que nos faz perceber as diferenças de compreensão das leis do abastecimento. A população teve um entendimento completamente diferente da economia frente ao que lhe era determinado pelo poder público, fazendo-nos encontrar o não convencional e apreender o imbricado universo da projeção histórica do abastecimento.

Curitiba das ruas transversais
com damas entronizadas às jane-
las como gatinhos de fita no

pescoço; da zona da estação em que à noite um novo ergue a pedra do túmulo para beber amor nos prostíbulos e se envenenar com dôr de cotovelo; das crônicas sociais do Eôlo que as moças tem de mão posta no coração; de Curitiba dos caftens - com seu rei Candinho - caftinas e condes italianos, viajo.

O porquê da carne? Por ser o produto que mais apareceu na lista das necessidades básicas, se constituindo num objeto importante para a constituição do real. Além do que, este produto, por sua abrangência e espécie, nos dava a possibilidade de comutação com o aspecto nacional para seu entendimento, oferecendo assim, um gancho para a conjuntura histórica do tema. Através desta pesquisa, nos foi possível perceber também a maneira desproporcional com que os governantes trataram da questão da carne, como também foi possível abrir linha de pesquisa nesta área para futuros interessados.

Não a do Museu Paranaense onde ninguém curitibano não viu, mas a do Templo das Musas com os versos dourados de Pitágoras, desde o Sócrates II até aos Sócrates III, IV e V; do expresso de Xangai, que chega na estação como um trem da revolução de 30, Curitiba que me viaja. Dos bailes familiares de várzea, o mestre sala dos braços cruzados no salão suspende a música se tem cafajeste no baile; do pavilhão Carlo Gomes onde será (hoje, nó hoje!) representado o maior drama de todos os tempos - "A ré Misteriosa"; dos varredores de rua da madrugada com longas vassouras entre o pó que nem os viralatas da lua.

Conseguimos perceber que no período em questão a carne

existia, mas era sonegada. Tanto é verdade que muitas maneiras foram procuradas para administrá-las e ter controle sobre ela. A carne foi contada, racionada, cifrada, saneada e por muitas vezes desapareceu repentinamente do mercado consumidor. Nela concentrou-se a ação social da alteralidade, cujo pano de fundo foi a disputa. A subversão, a denúncia, a ordem e o **quebra-quebra**, foram alguns entre tantos adjetivos procurados como instrumento para a compreensão. Tentando captar as vozes diferentes que se construíram no canto coletivo. Vimos também como os grupos estavam organizados e como as mulheres representaram grande força nas contestações.

Não viajo tôdas as Curitibaas,
a de Emiliano, onde o Pinheiro
é uma taça de luz; de Alberto
de Oliveira do céu azul; a do
Romário Martins em que os índios
caraíbas puros batem as matracas,
barquilhas duas por um tostão;
essa Curitiba não é a minha,
que viajo. Eu sou da outra,
do relógio na praça Osório
que marca o dia inteiro seis horas
e meia em ponto; dos sinos
na igreja dos polacos, lá vêm o
crepúsculo nas asas de um morcêgo;
do bebedouro na pracinha da
Ordem, onde os cavalos de sonhos
dos piás vão beber água.
Curitiba, aquela do burro brabo,
em que um cidadão misterioso morreu
nos braços da Heleninha quem
foi? quem não foi? era o reizinho
do Sião; da ponte preta da Estação,
a única ponte da cidade, sem
nenhum rio por baixo, esta Curitiba
viajo.

Desta maneira foi que procuramos e provamos as dimensões do assunto estudado, demonstrando como a aspiração por vezes utópica das pessoas daquele momento, acabou por se transformar em imagem concreta, real. O poder público tentou, o tempo todo,

reorientar a fala da população a fim de apreender para si a dominação, como se o poder total não pairasse também sobre suas cabeças numa corporificação supra-estrutural.

Viajo Curitiba das conferências positivistas, êles são 11 em Curitiba, há 13 no mundo inteiro; do tocador de realêjo que não toca a manivela, sô o macaquinho come uma pulga que tirou da barriga; dos bravos soldados do fôgo que passam chispando nos carros vermelhos, atrás do incêndio que já apagou; esta Curitiba e a do cachorro quente com chope duplo no buraco do Tatú eu viajo. Curitiba que gira nos braços do professor Ney em passinhos de lado de tango argentino e a das pensões familiares de estudante, ah! que se incendeie o resto de Curitiba porque uma pensão é maior que "A República" de Platão, eu viajo.

A documentação arrolada e analisada, entre a qual figurou de forma principal o jornal e as publicações periódicas de economia, além de revistas de generalidades, representaram a base de toda a explicação do assunto. Esta documentação, junto a nossa análise interpretativa, e mesmo ao corte epistemológico feito, foram os fatores de desmistificação de uma Curitiba passiva. A documentação escrita e as entrevistas vieram confirmar nossas teses, acabando com o silêncio da população curitibana frente aos seus problemas mais prementes.

Minha Curitiba da briosa bandinha do Tiro Rio Branco, que desfila aos domingos na rua 15, de volta da guerra do Paraguai, esta Curitiba ao som da valsinha "Sobre as ondas do Iapô", do maestro MOSSORUNGA eu viajo. Curitiba sem pinheiros ou ceu azul pelo que vosmecê é - província,

cárcere, lar - esta Curitiba, e
não a outra para inglês ver, com
amor eu viajo, viajo, viajo.

Foram estes os caminhos que procuramos viajar na abrangência da pesquisa. O resultado desta viagem está aqui: uma visão histórica da vida cotidiana em Curitiba.

Esta análise, não teve a pretensão de solucionar problemas, mas de resgatar formas de combate. Por outro lado, ficou evidente o despropósito do Estado e dos partidos políticos do Estado e dos partidos políticos de um modo geral em dar solução aos problemas da população. Seja para o abastecimento ou para a democracia.

A partir daqui, acreditamos que possamos somar novas visões ao universo de compreensão da sociedade curitibana. Principalmente, no que diz respeito às informações sonegadas pela falta de memória, ou pela interpretação tendenciosa do poder político. O que por sua vez, refletiu na corrupção, interesses pessoais e favoritismo de grupos.

Desta forma que procuramos viajar a Curitiba e suas relações sociais através do abastecimento.

Esta dissertação procurou ser história, vida.

NOTAS DE REFERÊNCIA

¹TREVISAN, Dalton. Guia de Curitiba. *Panorama*, 90:63, nov. 1959.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ABDALA JÚNIOR, B. **Literatura - história e política.** Ática, São Paulo, 1989.
- 2 ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado.** Editorial Presença/Martins Fontes, Lisboa, Portugal. 3ª Edição, 1986.
- 3 ARENDT, H. **A condição humana.** Forense Universitária. Rio de Janeiro, 1983. Tradução Roberto Raposo.
- 4 BARROS, E.L. de. **A guerra fria.** Campinas, São Paulo. Atual Editora, 1984.
- 5 BENJAMIN, J. **Obras escolhidas - magia e técnica, arte e política.** Brasiliense, 1986.
- 6 BERTIN, J. **A neografia e o tratamento gráfico da informação.** Editora da UFPR. Curitiba, 1986.
- 7 BOITO JR, A. **O golpe de 1964: a burguesia contra o populismo.** São Paulo. Brasiliense, 1984.
- 8 BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade - lembranças de velhos.** T.A. Queiroz. Editor, São Paulo, 1979.
- 9 BOSI, Ecléia. **Cultura de massas e cultura popular - Leitura de Operárias, 2ª Edição.** Petrópolis. Vozes, 1973.
- 10 BLOCH, M. **Introdução à história.** Lisboa, Portugal, Europa América. 4ª Edição. Tradução Maria Manuel e Rui Grácio, 1977.
- 11 CARDOSO, C.F.S. **Uma introdução à história.** São Paulo. Brasiliense, 1984.
- 12 CARONE, E. **A quarta república (1945-1946).** São Paulo. DIFEL, 1970.
- 13 CANCIN, N.A. **A cafeicultura paranaense (1900-1970).** Secretaria do Estado da Cultura e do Paraná. Curitiba, 1981.
- 14 CASTORIADIS, C. **Socialismo e burocracia in antologia do socialismo literário.** Edições Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.

- 15 CADERNOS CEDES. **A prática de ensino da história nº 10.** Uma experiência de pesquisa em história: o quebra-quebra de 1959 (Org. Luzia Margareth Rago). Editora Cortez. São Paulo, 1985. p.24.
- 16 COSTA, C.T. **O que é anarquismo.** São Paulo. Brasiliense, 1980.
- 17 CHAVES, F.L. **História e literatura.** Editora da URS. Porto Alegre, RS, 1988.
- 18 DAUMARD, A; BALHANA, A.P.; WESTPHALEN, C.M.; GRAF, M.E. de C. **História social do Brasil - teoria e metodologia.** Curitiba, Editora da UFPR, 1985.
- 19 DECOUFLÉ, A. **Sociologia das revoluções.** São Paulo, DIFEL, 1970.
- 20 ESCOBAR, C.H.M.F. **O dossier - últimas entrevistas.** Livraria Taurus Editora. Rio de Janeiro, 1984.
- 21 FEBVRE, L. **Combates pela história.** I. Editorial Presença, Lisboa, Portugal, 1977.
- 22 FERNANDES, F. **O que é revolução.** São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 23 FOUCAUT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro, RJ. Graal, 1985.
- 24 FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 19ª Edição, 1959.
- 25 HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1972.
- 26 HOLLANDA, H.B. de & GONÇALVES, M.A. **Cultura e participação dos anos 60.** Brasiliense, São Paulo, 1982.
- 27 HOBBSBAWN, E. JR. **Os trabalhadores.** Estudos sobre a história do operariado. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ, 1981. Trad. Maria Leão Viriato de Medeiros.
- 28 LEBRUN, G. **O que é poder.** São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 29 LINHARES, T. **Paraná vivo: sua vida, sua gente, sua cultura.** José Olympio Editora. Col. Doc. Brasileiros. Rio de Janeiro, 1985.
- 30 MARANHÃO, R. **O governo Juscelino Kubitschek.** São Paulo, Brasiliense, 1984.
- 31 MARTINS, W. **Um Brasil diferentes.** (Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná). São Paulo, 2ª Edição, T.A. Queiroz, 1989.

- 32 MAURO, F. **História econômica mundial (1790-1970)**. Zahar, Rio de Janeiro, 1976.
- 33 MORAIS, F. **Olga**. Círculo do Livro. São Paulo, 1989.
- 34 MOTTA, F.C.P. **O que é burocracia**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 35 PADIS, P.C. **Formação de uma economia periférica - o caso do paraná**. São Paulo/S. ed/1970.
- 36 PRADO JR, C. **Formação do brasil contemporâneo**. São Paulo, 1965.
- 37 PRADO JR, C. **História econômica do brasil**. São Paulo, 1967.
- 38 RAGO, M. **Do cabaré ao lar - a utopia da cidade disciplinar - Brasil - 1890-1930**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.
- 39 ROCHA, F.C.M. da. **Bento Munhoz da Rocha Netto e a imagem que ficou**. 1ª Edição. Curitiba, Banestado. Fundação Cultural de Curitiba, 1985.
- 40 RODRIGUES, L.M. **O PCB - os dirigentes e a organização - IN: História da civilização brasileira**. São Paulo, DIFEL, 1981. Vol. X.
- 41 SAINT HILAIRE, A. de. **Viagem a curitiba e província de santa catarina**. Trad. Regina Regis Junqueira. Editora da USP. São Paulo, 1978.
- 42 THIBAUT, P. **O tempo das contestações (1947-1969)**. Lisboa, Dom Quixote, 1982.
- 43 THOMAS P. BIGG-WITTER. **Novo caminho no brasil meridional: A província do Paraná (Três anos em suas florestas e campos)**. José Olympio Editora. Universidade Federal do Paraná. Col. de Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro/Curitiba, 1974. Trad. de Temístocles Linhares, Direção - Afonso Arinos de Mello Franco.
- 44 THOMPSON, E.P. **Tradición, revuelta y consciencia de classe** Editorial Crítica, 1984.
- 45 TOLEDO, C.N. de. **O governo goulart e o golpe de 64**. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- 46 VIEIRA, E. **O que é desobediência civil**. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- 47 WARREN, I.S. **Movimentos sociais**. Florianópolis. Editora da UFSC, 1984.
- 48 WEFFORT, F.C. **Por que democracia?** 3ª Edição. São Paulo, Brasiliense, 1985.

- 49 WOODCOCK, G. **Os grandes escritos anarquistas.** L & PM Editores. São Paulo, 1986.

FONTES**I - PARANÁ****A Periódicos**

- | | |
|-----------------------|-------------------|
| 1 - Diário da Tarde | 1293, 1930 e 1952 |
| 2 - O Dia | 1945 a 1950 |
| 3 - Estado do Paraná | 1951 a 1961 |
| 4 - Gazeta do Povo | 1952 a 1964 |
| 5 - Perfil da Cidade | 1960 |
| 6 - Tribuna do Paraná | 1961 |

B - Revistas

- | | |
|----------------------|------------------------|
| 1 - A Divulgação | 1947 a 1953 (Setembro) |
| 2 - Paraná Econômico | 1953 a 1961 |
| 3 - Guaíra | 1949 (Março) |
| 4 - Panorama | 1960 a 1963 |
| 5 - O Itiberê | 1961 (Dezembro) |

C - Boletins

- | | |
|---|------------------|
| 1 - Boletim da Secretaria
da Agricultura | 1958 a 1960 |
| 2 - Guia Globo de Importa-
ção e Exportação. | 1953 (Fevereiro) |

D - Atas

- | | |
|--|--|
| 1 - Atas da Câmara Municipal de Curitiba | |
| 1948 - nº 35.077 (03 de fevereiro) | |
| 1952 - nº 10 - livro 385 (15 Fevereiro) | |
| 1952 - nº 13 - livro 385 (27 Fevereiro) | |

- 2 - Atas do Diretório Acadêmico Hugo Simas
1951 - nº 14; 15; 16; 17 p.62 a 70 - Livro nº 8

E - Decretos Lei do Estado do Paraná

- 1 - Coletânea de Decretos Lei 1946, 1953, 1955, 1962

II - SÃO PAULO

A - Periódicos

- 1 - Folha da Manhã 1959
2 - Estado de São Paulo 1951 a 1962

III - RIO DE JANEIRO

A - Periódicos

- 1 - Jornal do Brasil 1951 a 1962

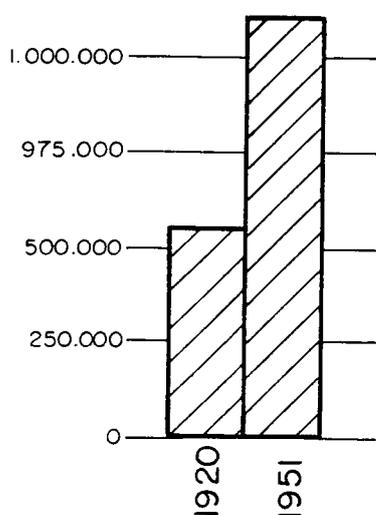
B - Revistas

- 1 - Manchete 1980 - nº 1.781

ANEXOS

- GRÁFICOS - Produção de Gado Bovino
- Produção de Gado Suíno
 - Variação do Preço da Carne
 - Produção de Gêneros Alimentícios
 -

Produção de gado bovino
Brasil - 1920/1951



QUANTIDADE :

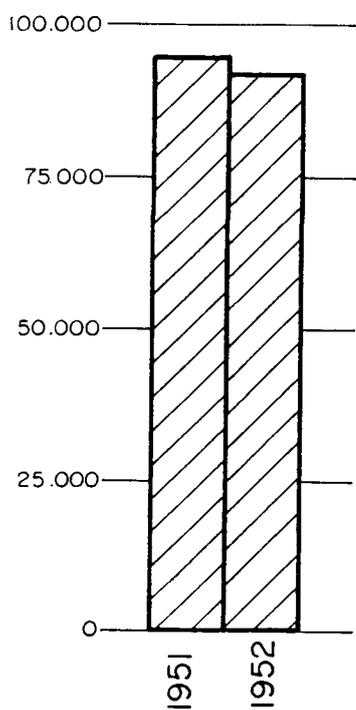
1920 : 539.756

1951 : 1.102.240

Fonte: Boletim IBGE

1951-1952 p.6

Produção de gado bovino
Brasil- 1951/1952



QUANTIDADE :

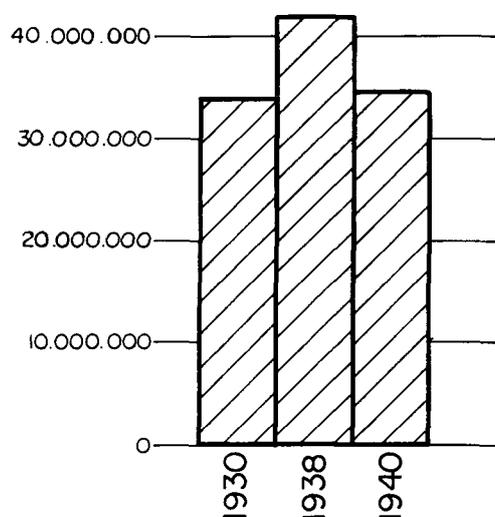
1951 : 94.937

1952 : 92.113

Fonte: revista PARANÁ ECONÔMICO nº 2
mai/1953 p. 57

Produção de gado bovino

Brasil - 1930 / 1940



QUANTIDADE :

1930 : 34.271.324

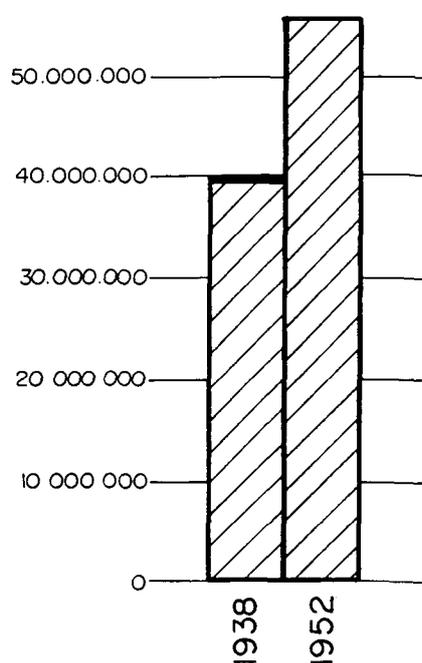
1938 : 41.883.074

1940 : 34.392.419

Fonte: jornal O DIA
21/01/1947 p. 4

Produção de gado bovino

Brasil - 1938 / 1952



QUANTIDADE :

1938 : 40.076.114

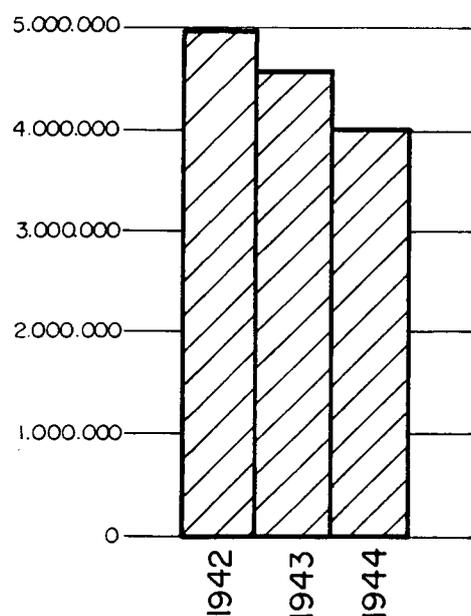
1952 : 55.853.990

obs. o aumento foi de 28 %

Fonte: jornal GAZETA DO POVO
(segundo o IBGE)
23/09/1954 p.16

Produção de carne bovina

Brasil - 1942/1944



QUANTIDADE :

1942 : 4.978.786

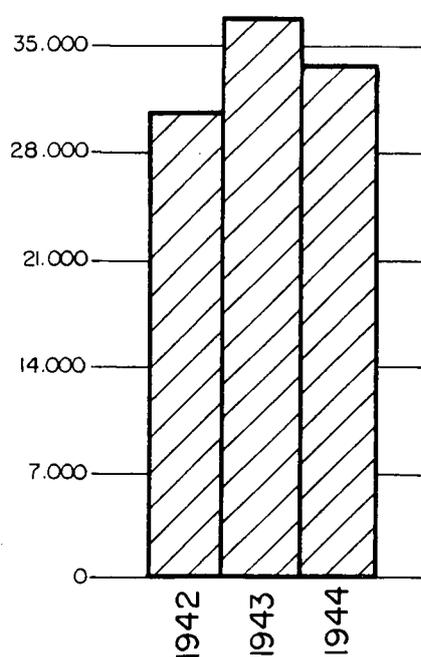
1943 : 4.591.846

1944 : 4.035.815

Fonte : jornal O DIA
27/01/1947 p.4

Produção de suínos

Brasil - 1942/1944



QUANTIDADE :

1942 : 30.086

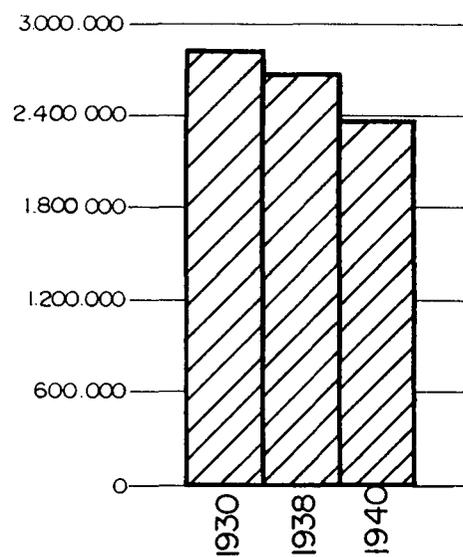
1943 : 36.756

1944 : 33.864

Fonte : jornal O DIA
27/01/1947 p.4

Produção de gado

estado de Mato Grosso - 1930/1940



QUANTIDADE

1930 : 2.831.667

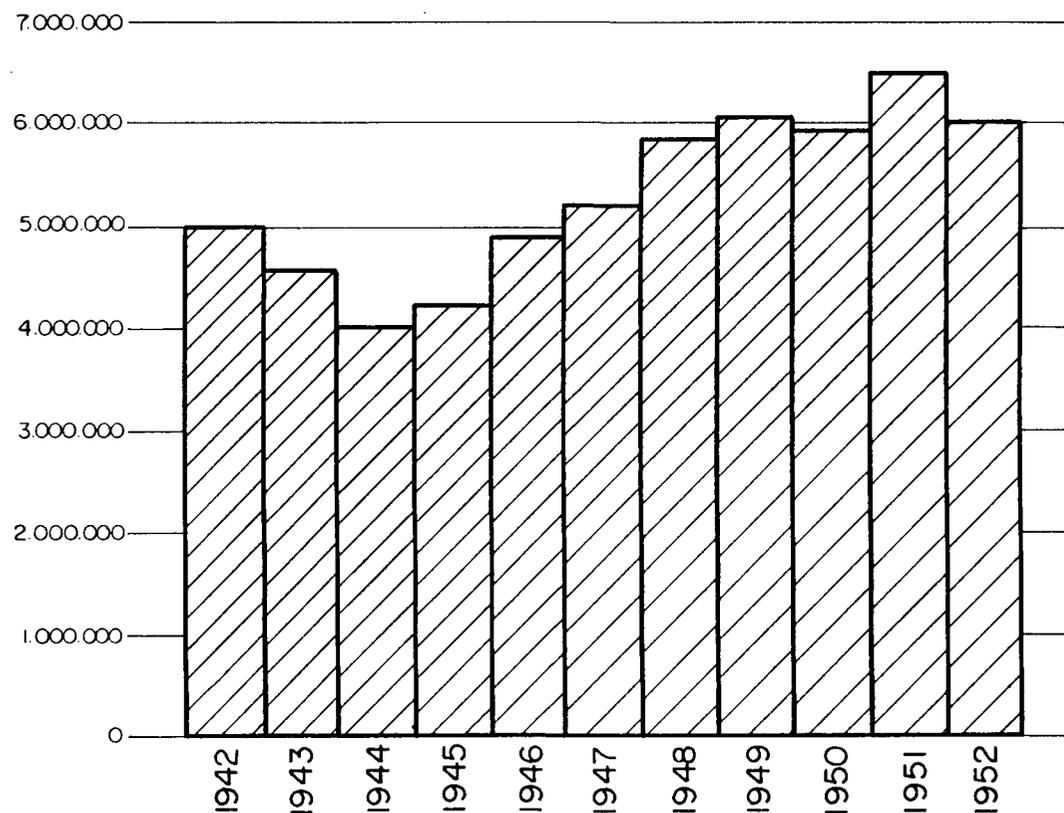
1938 : 2.675.000

1940 : 2.360.278

Fonte: jornal O DIA
21/01/1947, p. 4

Abate de gado

Brasil - 1942/1952



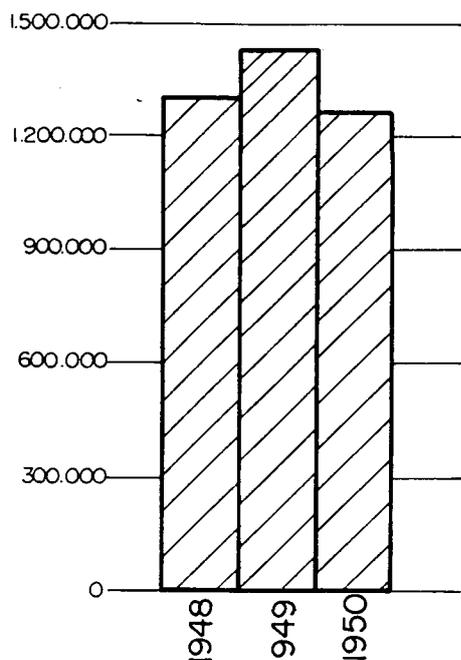
QUANTIDADE :

1942 : 4.978.786
1943 : 4.591.846
1944 : 4.035.815
1945 : 4.202.782
1946 : 4.874.683
1947 : 5.204.109
1948 : 5.826.518
1949 : 6.022.521
1950 : 5.964.719
1951 : 6.452.305
1952 : 6.003.024

Fonte jornal GAZETA DO POVO
nº 10.084
19/11/1953 p.16

Produção de gado bovino

Brasil - 1948/1950



QUANTIDADE :

1948 : 1.290.680

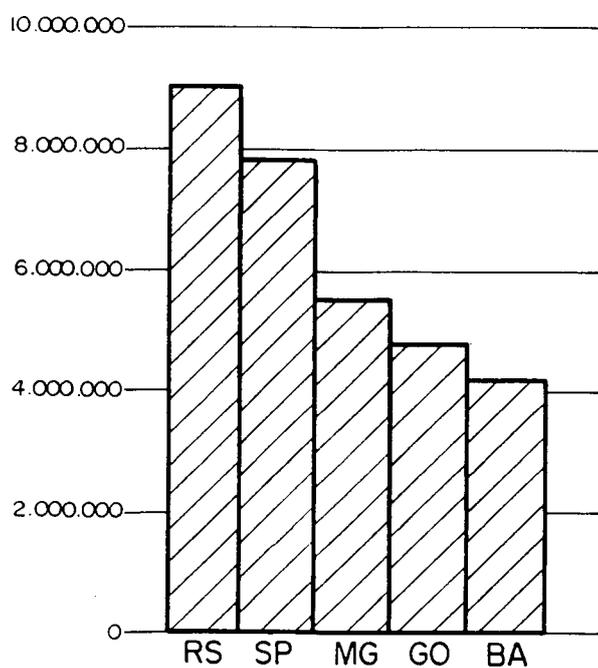
1949 : 1.426.305

1950 : 1.267.485

Fonte : boletim IBGE - 1950
II p.112 e III p.126-132
Frigoríficos p.9

Produção de gado bovino por estados brasileiros

1952



QUANTIDADE :

RS : 8.999.300

SP : 7.790.900

MG : 5.483.500

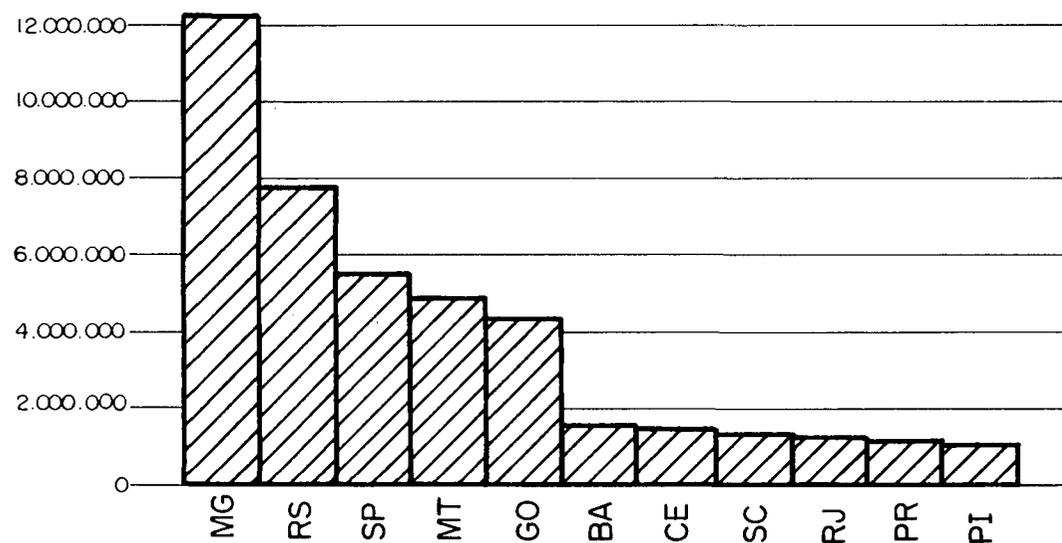
GO : 4.883.500

BA : 4.274.700

Fonte jornal GAZETA DO POVO
(baseado no IBGE)
23/09/1954 p.16

Produção de gado bovino por estado da federação

Brasil - Dez/1953



QUANTIDADE :

MG: 12.261.800

RS: 7.790.900

SP: 5.483.500

MT: 4.883.500

GO: 4.274.700

BA: 1.449.020

CE: 1.430.200

SC: 1.180.010

RJ: 1.155.500

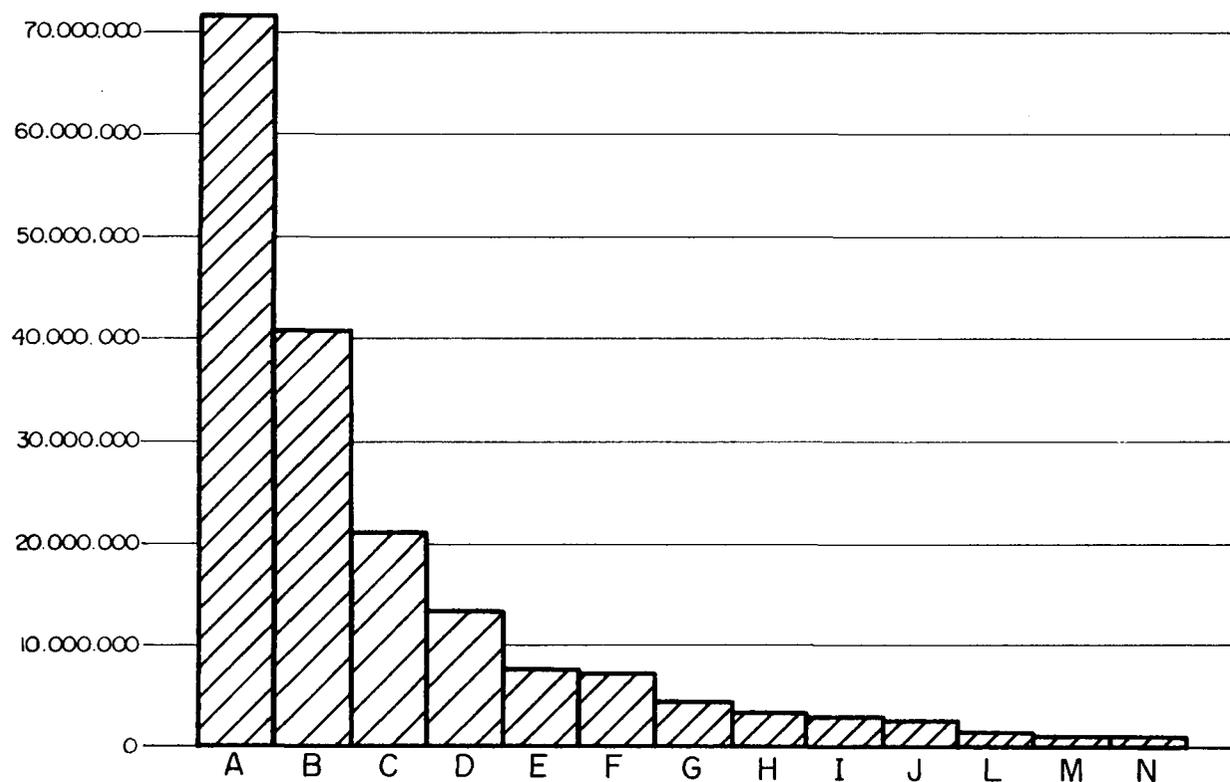
PR: 1.137.100

PI: 1.108.910

Fonte: jornal O ESTADO DO PARANÁ
(baseado no Serviço de Estatística
da Produção do Ministério da Agri-
cultura), nº 748
20/01/1954, p. 12

Produção de gado bovino

América Latina - 1959



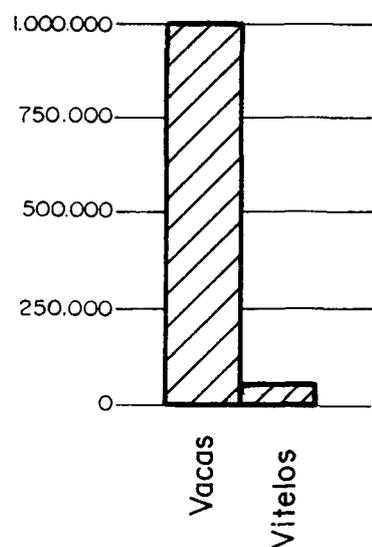
QUANTIDADE :

- A. Brasil : 71.400.000
- B. Argentina : 40.700.000
- C. México : 20.800.000
- D. Colômbia : 13.300.000
- E. Uruguai : 7.300.000
- F. Venezuela : 7.100.000
- G. Paraguai : 4.400.000
- H. Peru : 3.100.000
- I. Bolívia : 2.800.000
- J. Chile : 2.500.000
- L. Nicaragua : 1.300.000
- M. Guatemala : 1.100.000
- N. Honduras : 1.100.000

Fonte: revista PARANÁ ECONÔMICO
nº 106
jan/1962 p. 44

Bovinos abatidos

Brasil - 1950



QUANTIDADE :

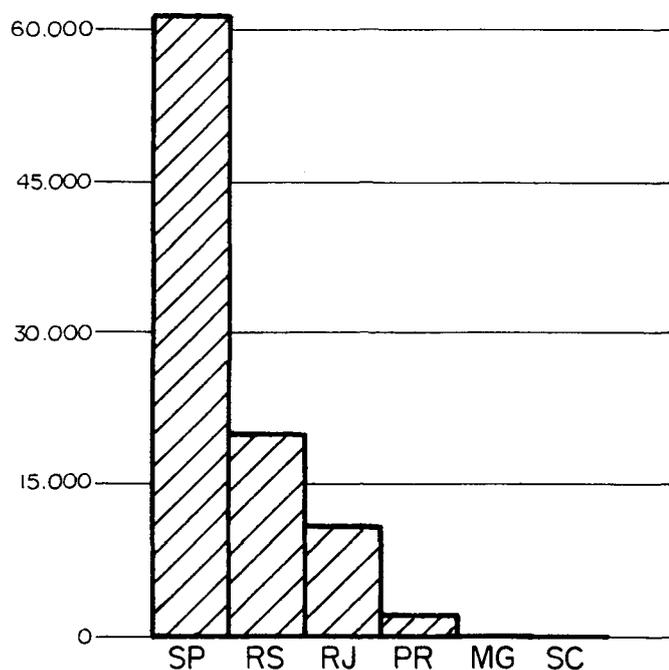
Vacas : 1.033.464 (81,54 %)

Vitelos: 51.786 (4,09 %)

Fonte : boletim IBGE - 1950
II p.112 e III p.126-132
Frigoríficos p.9

Abate de bovinos nos frigoríficos

Brasil - jan / 1953



QUANTIDADE :

SP : 61.010

RS : 20.992

RJ : 6.265

PR : 2.106

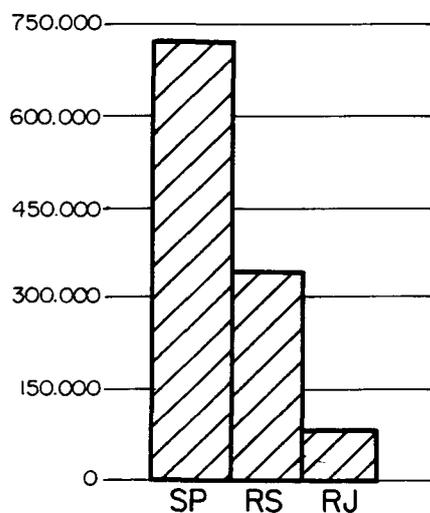
MG : 151

SC : 133

Fonte : revista PARANÁ ECONÔMICO
(segundo o Serviço de Estatística da Produção Animal do Ministério da Agricultura) nº 2
jan / 1953 p.57

Abate de bovinos nos estados da federação

Brasil - jan-nov / 1953



QUANTIDADE :

SP : 718 . 987

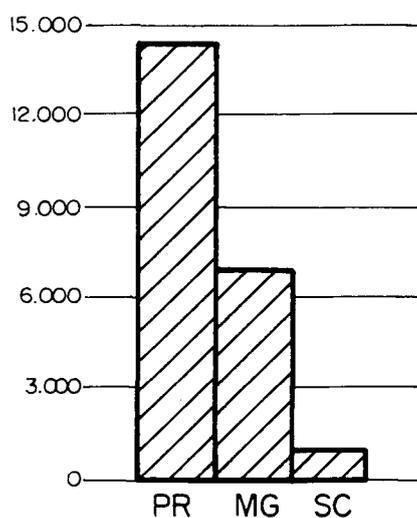
RS : 342 . 562

RJ : 85 . 901

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANÁ (baseado no Serviço
de Estatística da Produção
Animal do Ministério da Agri-
cultura) nº 766
10/02/1954 p.12

Abate de bovinos nos estados da federação

Brasil - jan-nov / 1953



QUANTIDADE :

PR : 14 . 512

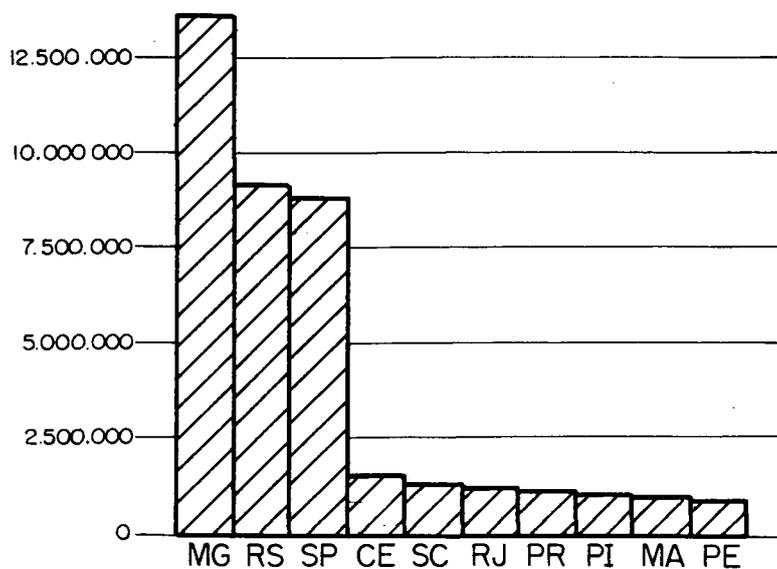
MG : 7 . 078

SC : 981

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANA (baseado no Serviço
de Estatística da Produção
Animal do Ministério da Agri-
cultura) nº 766
10/02/1954 p.12

Gado bovino por estados da federação

Brasil - dez/1955



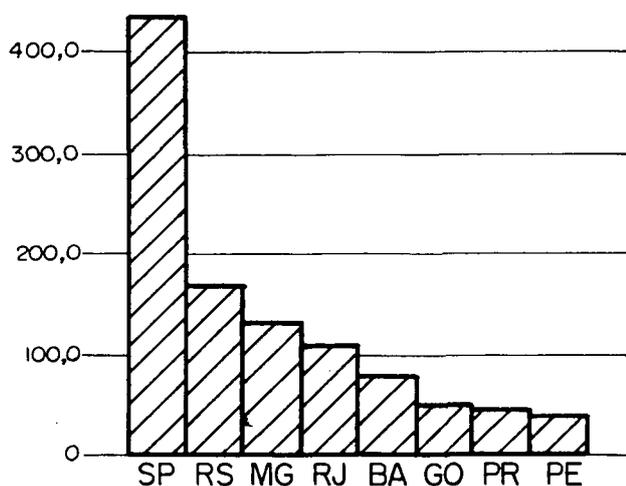
QUANTIDADE :

MG: 13.708.440
 RS: 9.174.000
 SP: 8.957.780
 CE: 1.564.500
 SC: 1.367.400
 RJ: 1.361.840
 PR: 1.269.880
 PI: 1.263.300
 MA: 1.252.690
 PE: 1.024.460

Fonte: revista PARANÁ ECONÔ-
 MICO nº 55
 out/1957 p. 40

Produção de gado bovino por estados da federação

Brasil - 1959



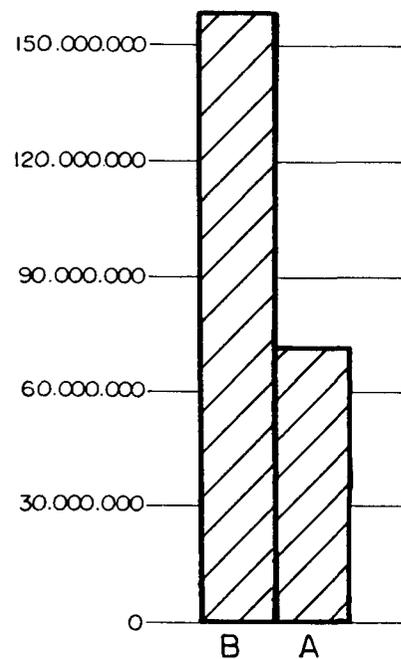
QUANTIDADE (toneladas):

SP: 431,306
 RS: 168,755
 MG: 133,879
 RJ: 107,483
 BA: 78,220
 GO: 48,021
 PR: 47,385
 PE: 39,321

Fonte: revista PARANÁ ECONÔ-
 MICO nº 98
 mai/1961 p.28

Produção de bovinos

Brasil / Índia - 1960



QUANTIDADE :

A. BRASIL : 71 milhões

B. ÍNDIA : 159 milhões

obs. O Brasil era o 4º produtor mundial após : Índia , EUA , URSS

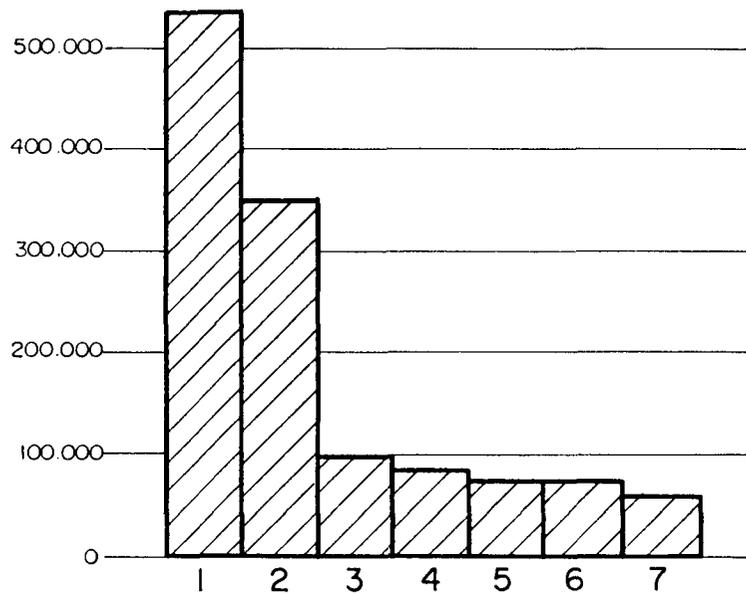
Fonte: revista PARANÁ ECONÔMICO

nº 90/91

set-out/1960 p.28

Produção de carne

1959



QUANTIDADE (toneladas) :

1. EUA : 535.000

2. URSS : 350.000

3. BRASIL : 100.000

4. FRANÇA : 85.000

5. ARGENTINA : 76.800

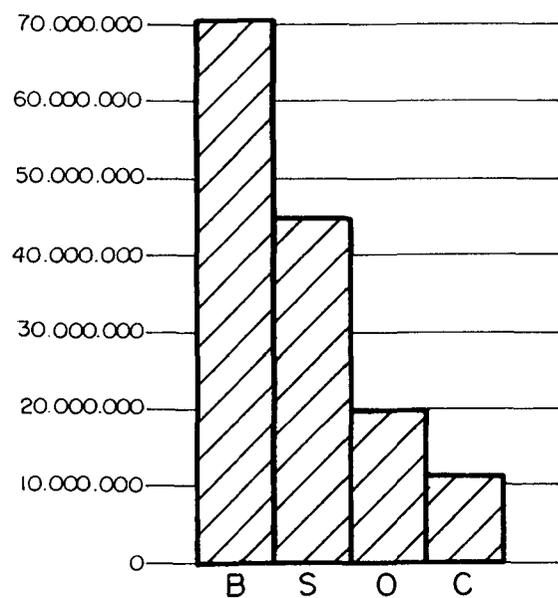
6. AUSTRALIA : 76.800

7. REINO UNIDO : 61.000

Fonte : revista PARANÁ ECONÔMICO
(segundo a ONU) nº 92 e 93
dez /1960 p. 64

Produção de gado

Brasil - 1960



QUANTIDADE : Cr\$

BOVINO : 71 milhões

SUINO : 45 milhões

OVINO : 20 milhões

CAPRINO : 11 milhões

Fonte : revista PARANÁ ECONÔMICO

nº 90 / 91

set-out / 1960 p. 28

Produção de caprinos

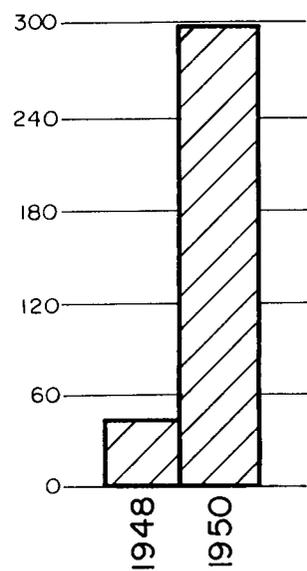
Brasil - 1948/1950

QUANTIDADE :

1948 : 41 cabeças

1949 : 0 cabeças

1950 : 292 cabeças



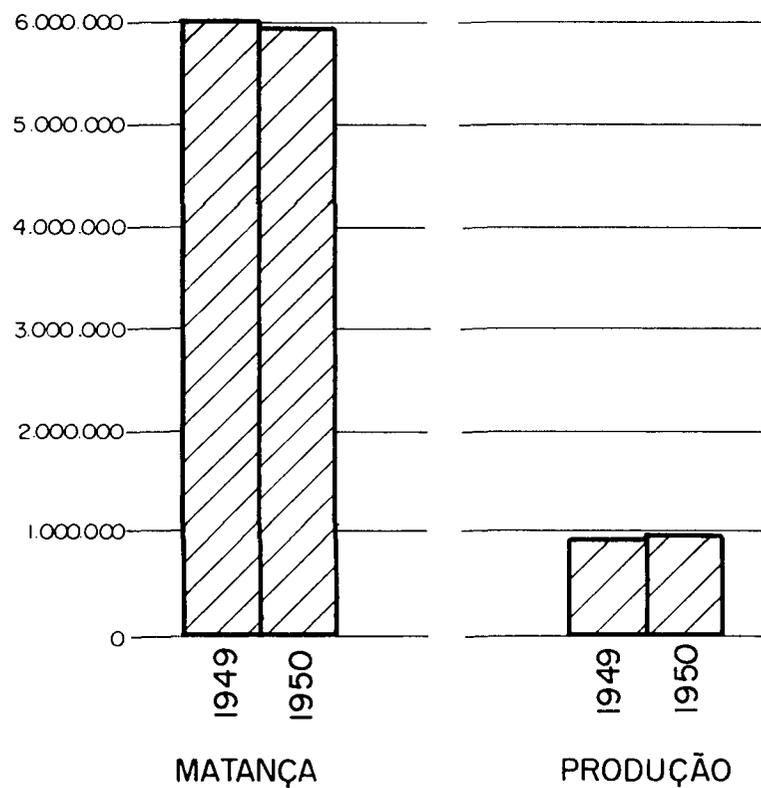
Fonte boletim IBGE - 1948/1950

II p.112 e III p.126-132

Frigoríficos p. 9

Produção de carne (relação matança/produção)

Brasil - 1949/1950



QUANTIDADE :

MATANÇA

1949 : 6.022.521

1950 : 5.964.719

PRODUÇÃO

1949 : 954.664

1950 : 955.956

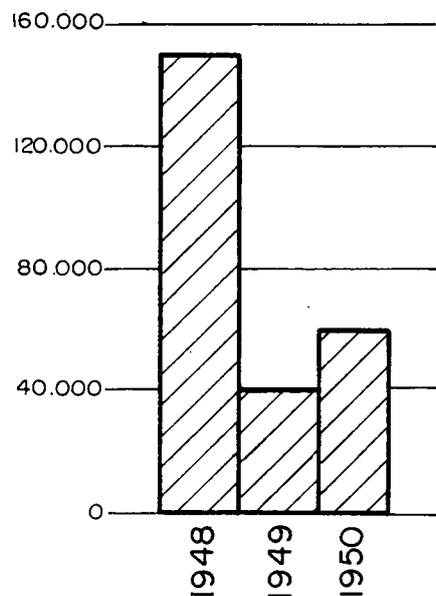
Fonte: revista PARANÁ ECONÔMICO

nº 12

mai /1954 p.29

Produção de suínos

Brasil - 1948/1950



QUANTIDADE :

1948: 151.077

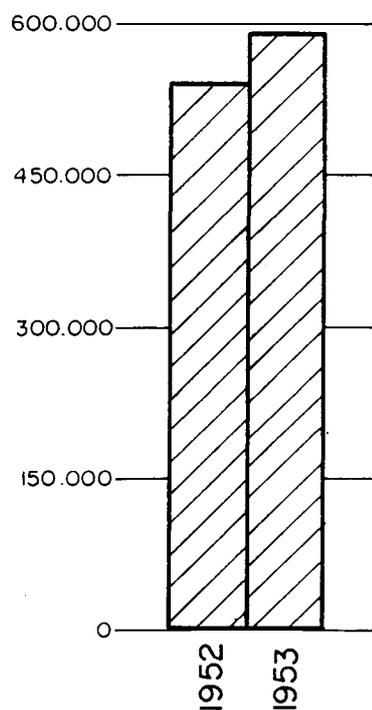
1949: 40.136

1950: 60.288

Fonte boletim IBGE - 1950
II p.112 e III p.126-132
Frigoríficos

Produção de gado suíno

Brasil - jan-set /1952-1953



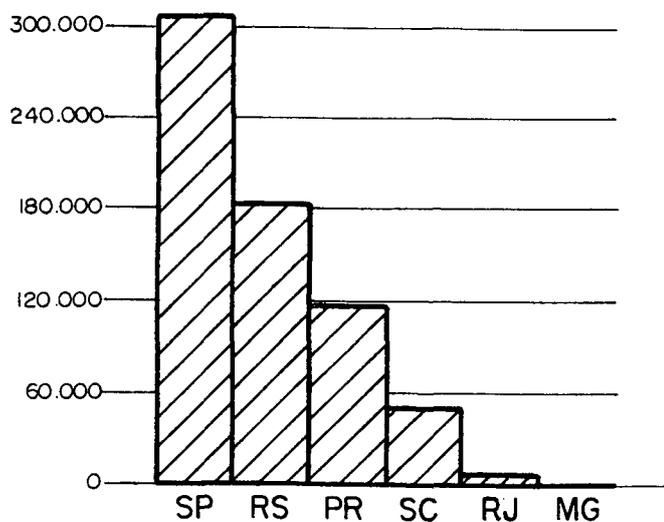
QUANTIDADE :

1952 : 542.023

1953 : 592.480

Fonte: jornal GAZETA DO POVO
(segundo Serviço de Estatística
da Produção Animal do Minis-
tério da Agricultura)
24/12/1953 p.16

Produção de suínos por estados brasileiros 1950

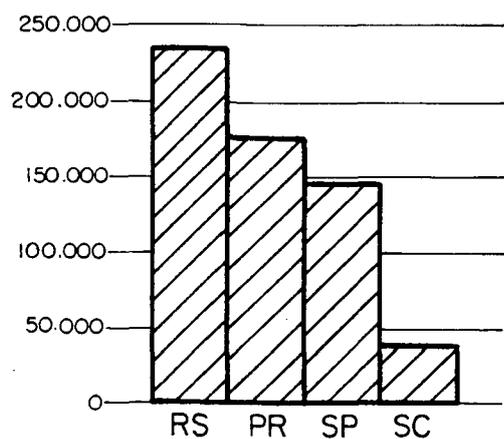


QUANTIDADE :

SP: 307. 779 (46,52 %)
 RS: 180. 517 (27,29 %)
 PR: 118. 595 (17,92 %)
 SC: 49. 603 (7,50 %)
 RJ: 5. 064 (0,77 %)
 MG: 13 (0,00 %)

Fonte : boletim IBGE - 1950
 II p.112 e III p.126-132
 Frigoríficos p.9

Produção de suínos por estados da federação Brasil - jan-set /1953

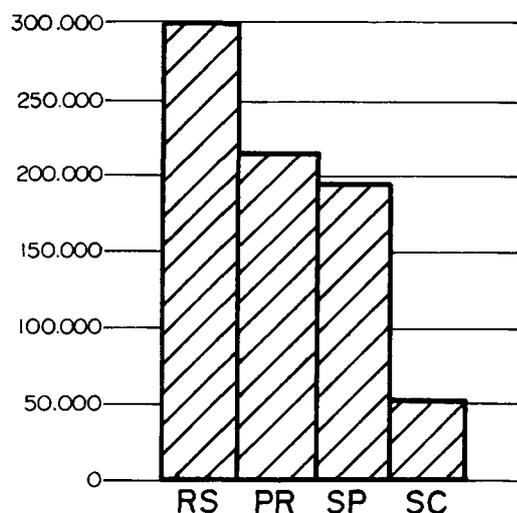


QUANTIDADE:

RS: 234. 381
 PR: 175 .027
 SP: 144 .077
 SC: 38 . 995

Fonte: jornal GAZETA DO POVO
 (baseado no Serviço de Estatística da Produção Animal do Ministério da Agricultura)
 24/12 /1953 p.16

Abate de suínos nos estados da federação Brasil - jan-nov /1953

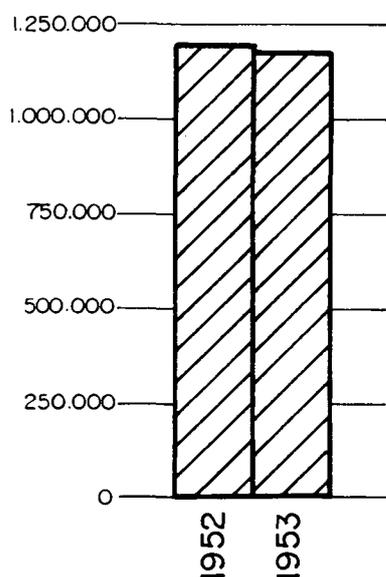


QUANTIDADE :

RS: 299.451
PR: 215.284
SP: 192.242
SC: 50.066

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANÁ (baseado no Serviço
de Estatística da Produção
Animal do Ministério da Agri-
cultura) nº 766
10/02/1954 p.12

Abate de suínos nos frigoríficos Brasil - dez-jan /1952-1953



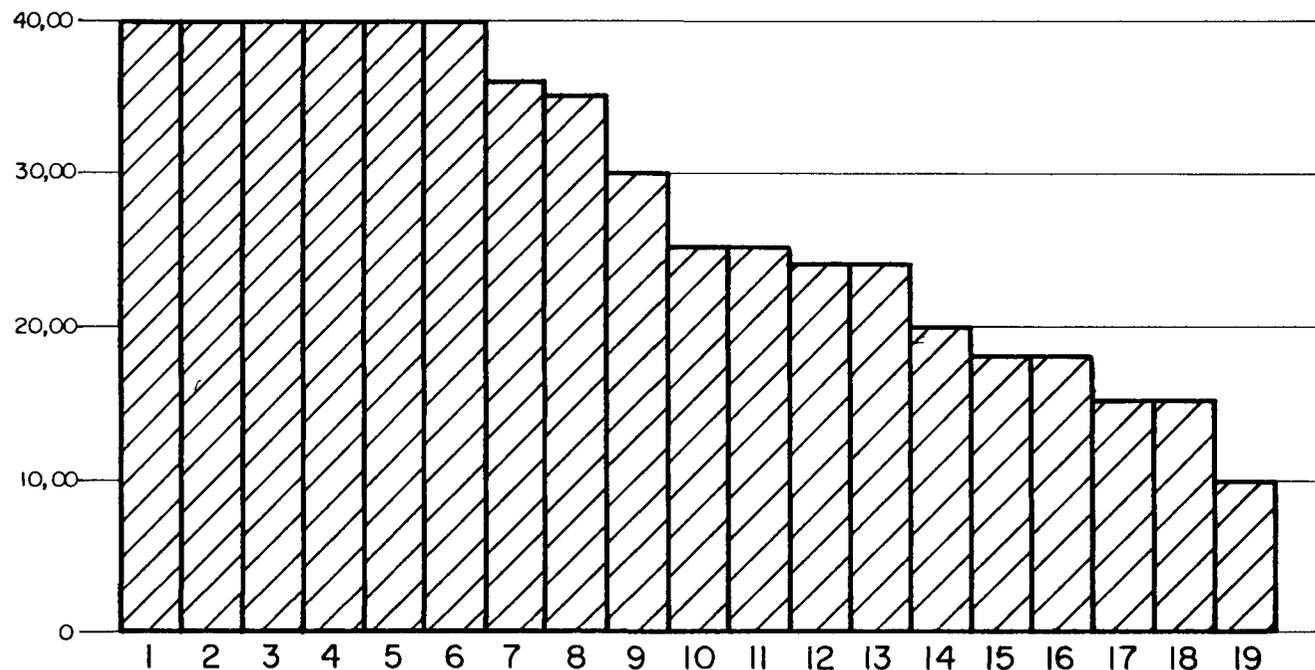
QUANTIDADE :

1952 : 1.185.726
1953 : 1.170.021

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANA (baseado no Serviço
de Estatística da Produção
Animal do Ministério da Agri-
cultura) nº 766
10/02/1954 p.12

Preço da carne

Curitiba - 1957



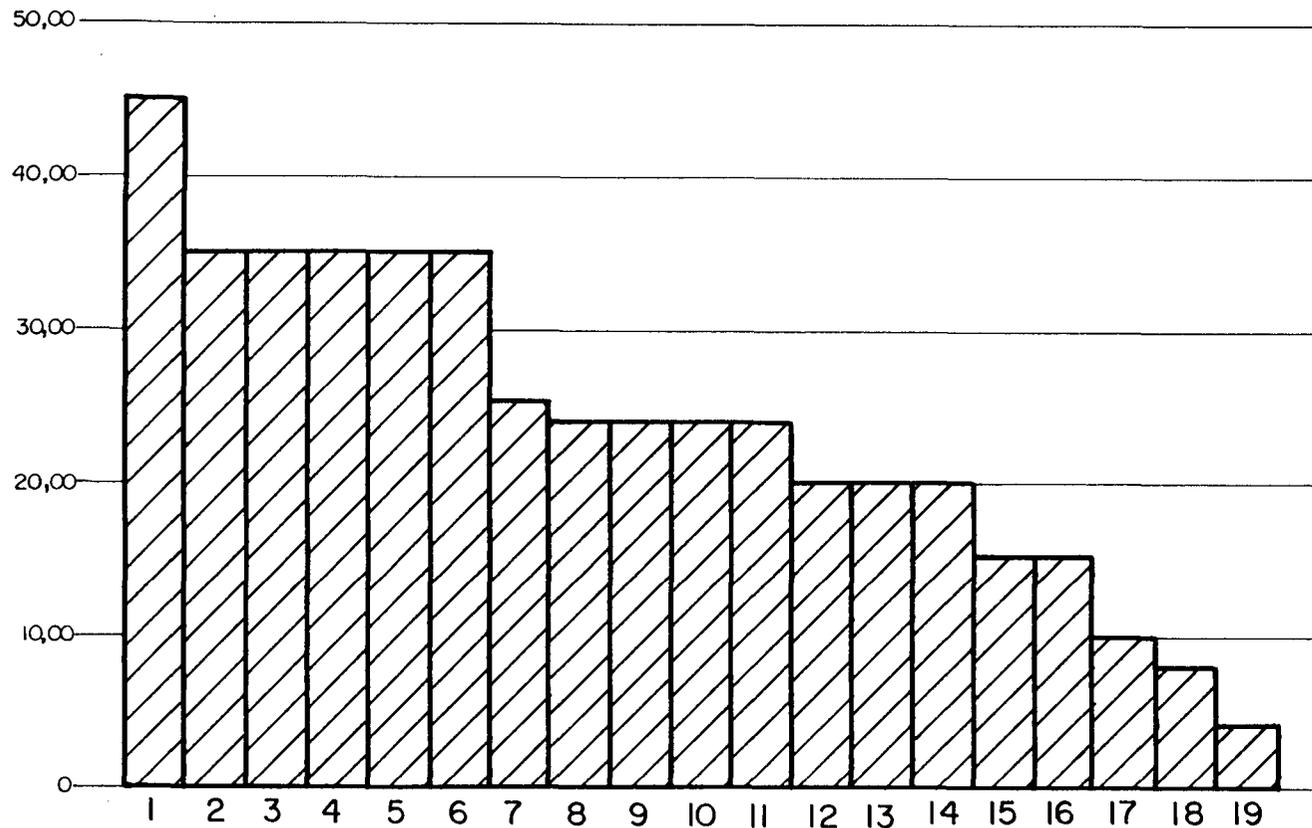
PREÇO / QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Coxão duro : 40,00
2. Coxão mole : 40,00
3. Patinho : 40,00
4. Alcatre : 40,00
5. Contra-filé : 40,00
6. Vitela com osso : 40,00
7. Fraldinha : 36,00
8. Coração : 35,00
9. Fígado : 30,00
10. Miolos : 25,00
11. Língua : 25,00
12. Ponta de agulha : 24,00
13. Braço : 24,00
14. Miúdos : 20,00
15. Acem : 18,00
16. Peito : 18,00
17. Bucho : 15,00
18. Rabada : 15,00
19. Rins : 10,00

Fonte: jornal O ESTADO DO PARANÁ
(segundo a COAP - Comissão de
Abastecimento e Preços) nº 1745
18/05/1957 p. 7

Preço da carne

São Paulo - 1957



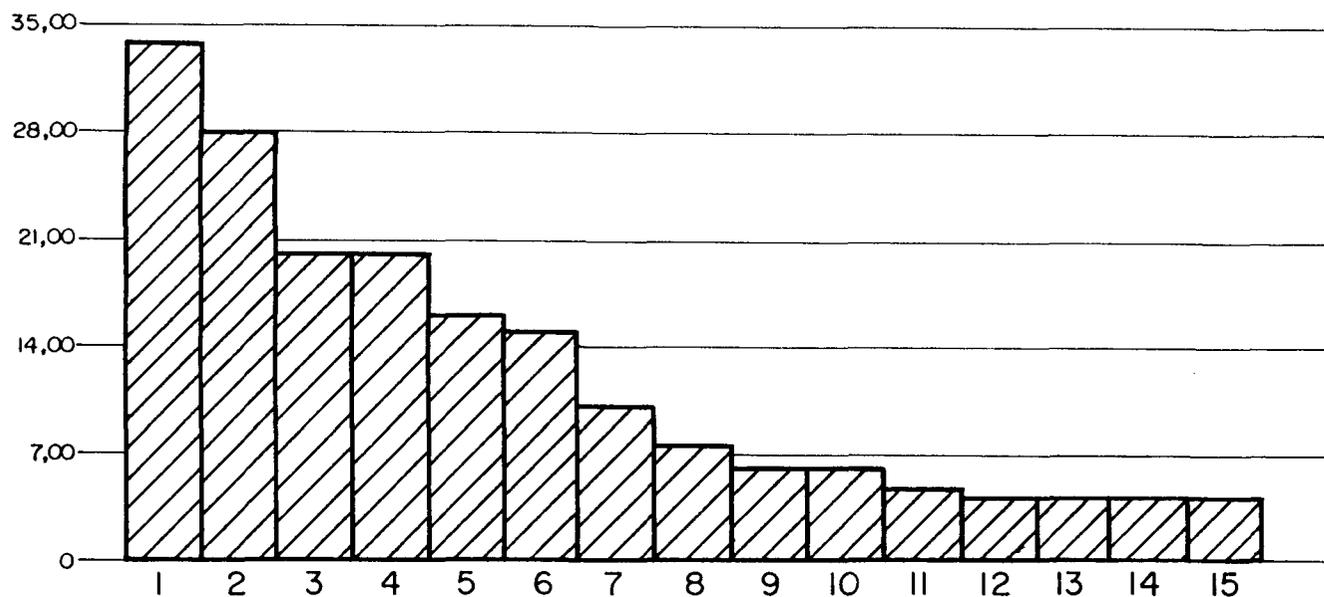
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Contra-filé : 45,00
2. Coxão duro : 35,00
3. Coxão mole : 35,00
4. Patinho : 35,00
5. Vitela com osso : 35,00
6. Alcatre : 35,00
7. Fígado : 25,00
8. Fraldinha : 24,00
9. Peito : 24,00
10. Braço : 24,00
11. Acem : 24,00
12. Rabada : 20,00
13. Miolos : 20,00
14. Coração : 20,00
15. Miúdos : 15,00
16. Ponta de agulha : 15,00
17. Bucho : 10,00
18. Rins : 8,00
19. Língua : 4,00

Fonte: jornal O ESTADO DO PARANÁ
(segundo a COAP - Comissão de
Abastecimento e Preços) nº 1745
18/05/1957 p. 7

Custo dos gêneros alimentícios

jan / 1953



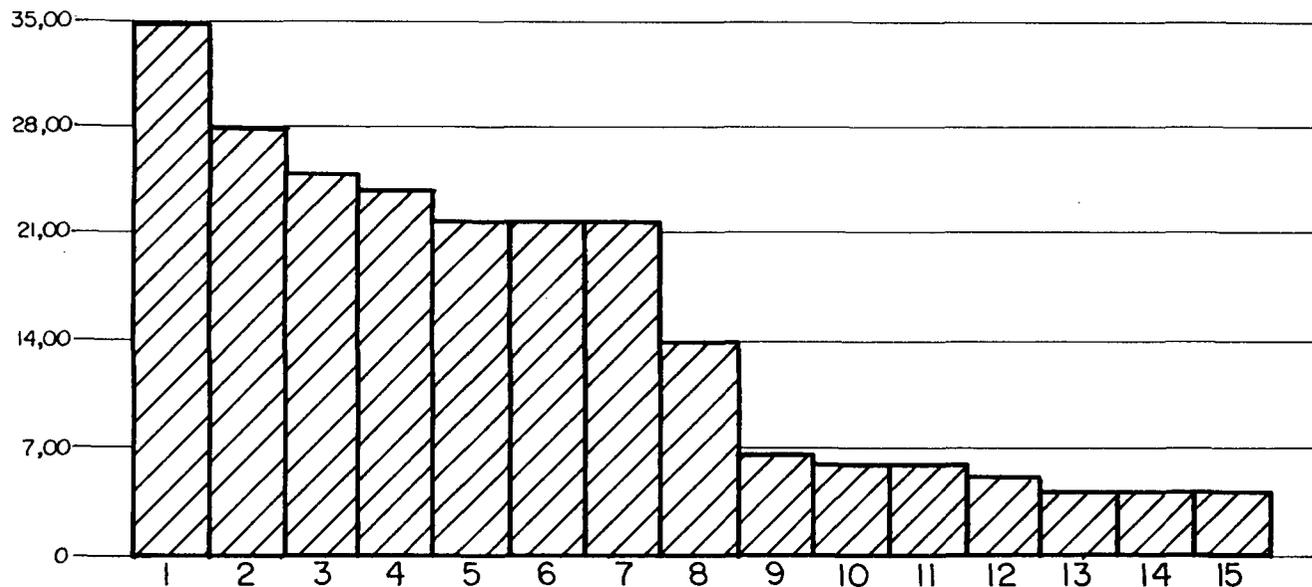
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Carne : 34,00
2. Banha : 28,00
3. Batata : inglesa : 20,00
4. Pão : 20,00
5. Carne seca : 16,00
6. Farinha de mandioca : 15,00
7. Arroz : 10,00
8. Peixe : 7,50
9. Feijão : 6,00
10. Açúcar : 6,00
11. Farinha de milho : 4,60
12. Manteiga : 4,00
13. Café : 4,00
14. Batata doce : 4,00
15. Abóbora : 4,00

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANÁ nº 1753
28 / 05 / 1957 p. 9

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - 1954



PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

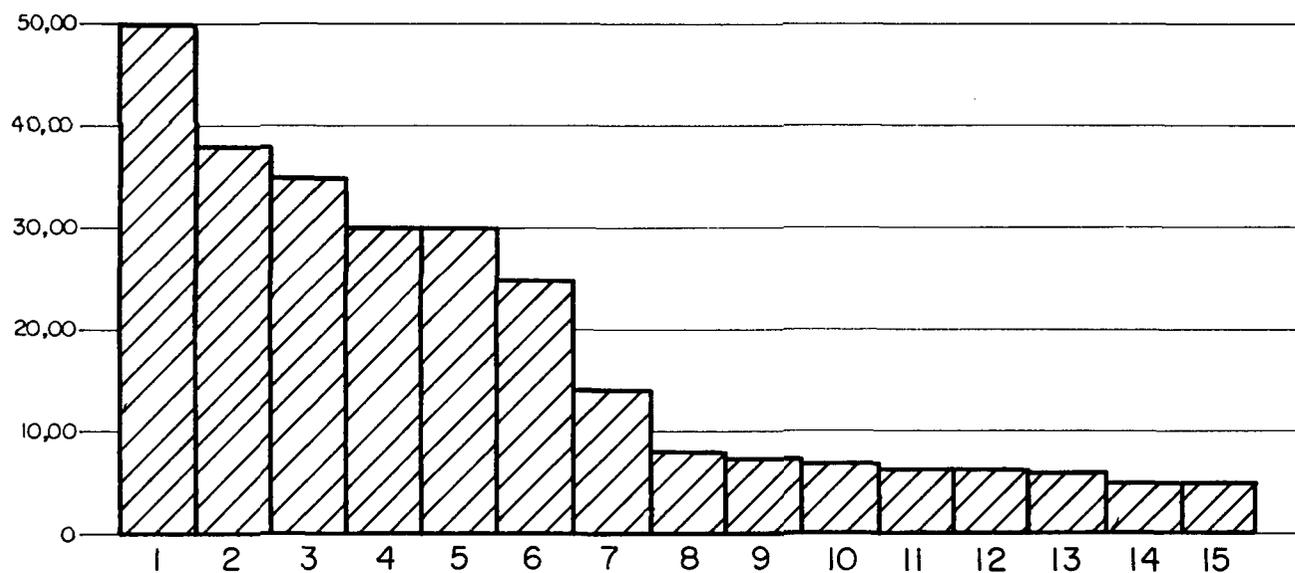
1. Carne : 35,00
2. Farinha de mandioca : 28,00
3. Batata inglesa : 25,00
4. Banha : 24,00
5. Pão : 22,00
6. Carne seca : 22,00
7. Peixe : 22,00
8. Arroz : 14,00
9. Feijão : 6,50
10. Açúcar : 6,00
11. Farinha de milho : 6,00
12. Café : 5,00
13. Manteiga : 4,00
14. Batata doce : 4,00
15. Abóbora : 4,00

obs. Ovos (dz) : 60,00

Fonte : jornal O ESTADO DO
PARANÁ nº 1753
28 / 05 / 1957 , p. 9

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - 1955



PREÇO/QUALIDADE : Cr \$ / Kg

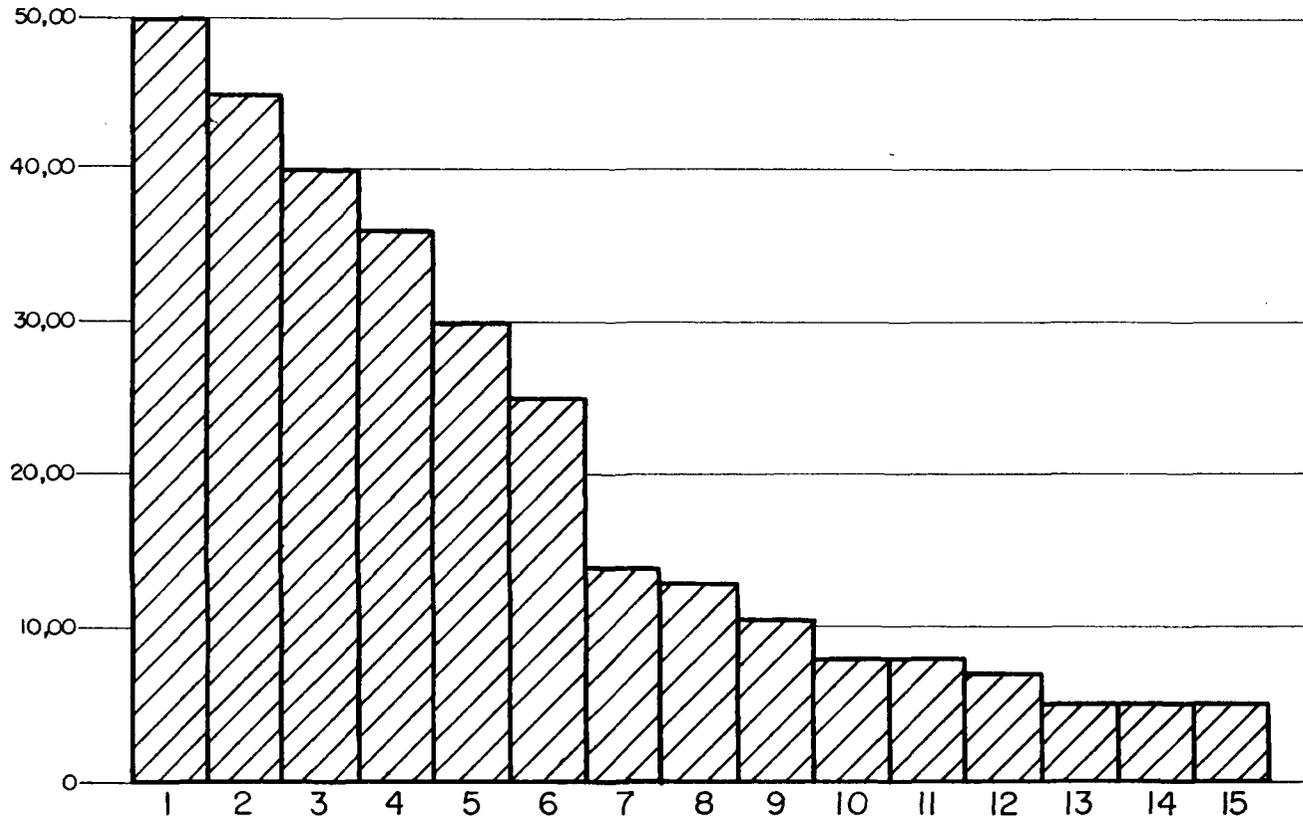
1. Carne : 50,00
2. Banha : 38,00
3. Farinha de mandioca : 35,00
4. Pão : 30,00
5. Carne seca : 30,00
6. Batata inglesa : 25,00
7. Arroz : 14,00
8. Açúcar : 8,00
9. Peixe : 7,50
10. Café : 7,00
11. Feijão : 6,50
12. Farinha de milho : 6,50
13. Manteiga : 6,00
14. Batata doce : 5,00
15. Abóbora : 5,00

obs. Ovos (dz) : 88,00

Fonte : jornal O ESTADO DO
PARANÁ nº 1753
28/05/1957 p.9

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - 1956



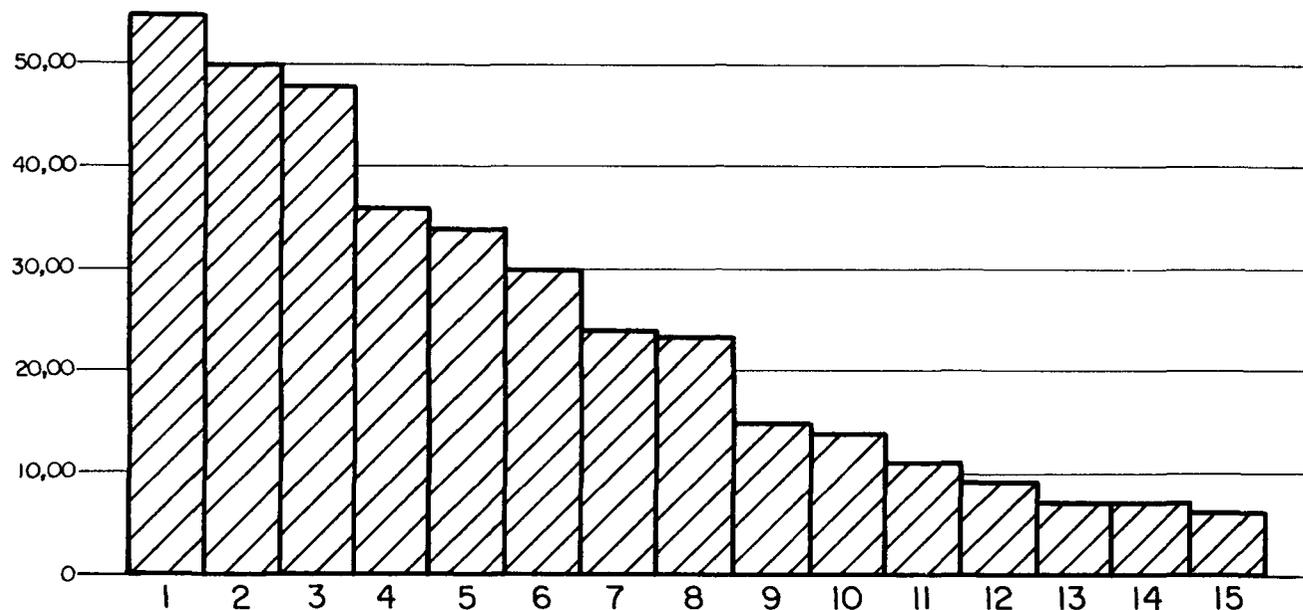
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$/Kg

1. Carne : 50,00
 2. Farinha de mandioca : 45,00
 3. Banha : 40,00
 4. Carne seca : 36,00
 5. Pão : 30,00
 6. Batata inglesa : 25,00
 7. Arroz : 14,00
 8. Peixe : 13,00
 9. Açúcar : 10,50
 10. Feijão : 8,00
 11. Manteiga : 8,00
 12. Farinha de milho : 7,00
 13. Café : 5,00
 14. Batata doce : 5,00
 15. Abóbora : 5,00
- obs. Ovos(dz) : 114,00

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANÁ nº 1753
28/05/1957 p. 9

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - 1957

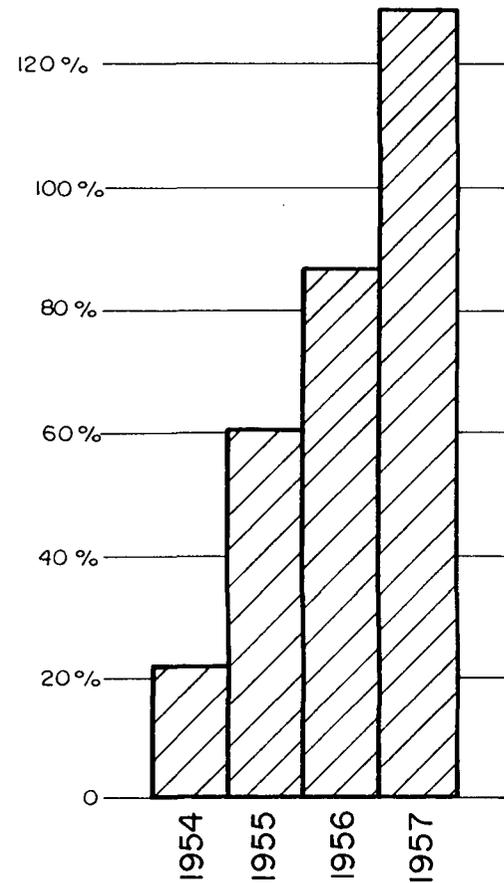


PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Farinha de mandioca : 55,00
 2. Carne : 50,00
 3. Banha : 48,00
 4. Carne seca : 36,00
 5. Pão : 34,00
 6. Batata inglesa : 30,00
 7. Manteiga : 24,00
 8. Arroz : 23,50
 9. Peixe : 15,00
 10. Açúcar : 14,00
 11. Feijão : 11,00
 12. Café : 8,00
 13. Farinha de milho : 7,00
 14. Abóbora : 7,00
 15. Batata doce : 6,00
- obs. Ovos (dz) : 110,00

Fonte: jornal O ESTADO DO
PARANÁ nº 1753
28/05/1957 p.9

Custo de vida (sobre 19 gêneros alimentícios)
Brasil - 1954/1957



QUANTIDADE : índice 100 %

1954 : 21%

1955 : 60 %

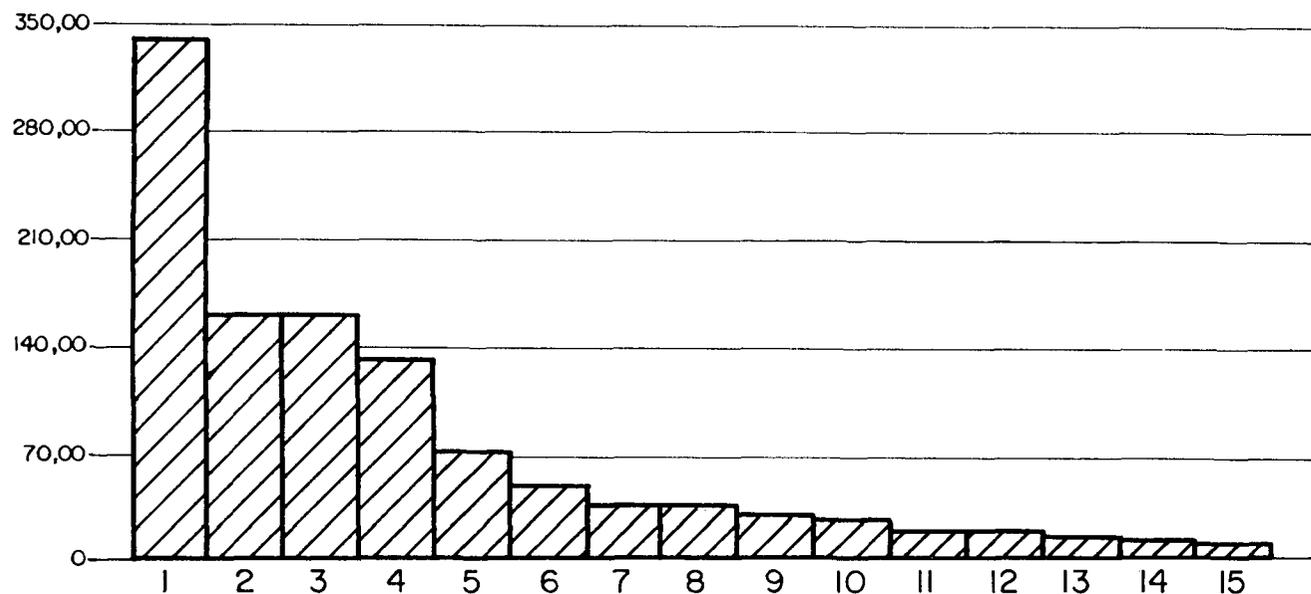
1956 : 86 %

1957 : 128 %

Fonte : jornal O ESTADO DO PARANÁ
(segundo o IBGE)
28/05/1957 p.9

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - out/1960



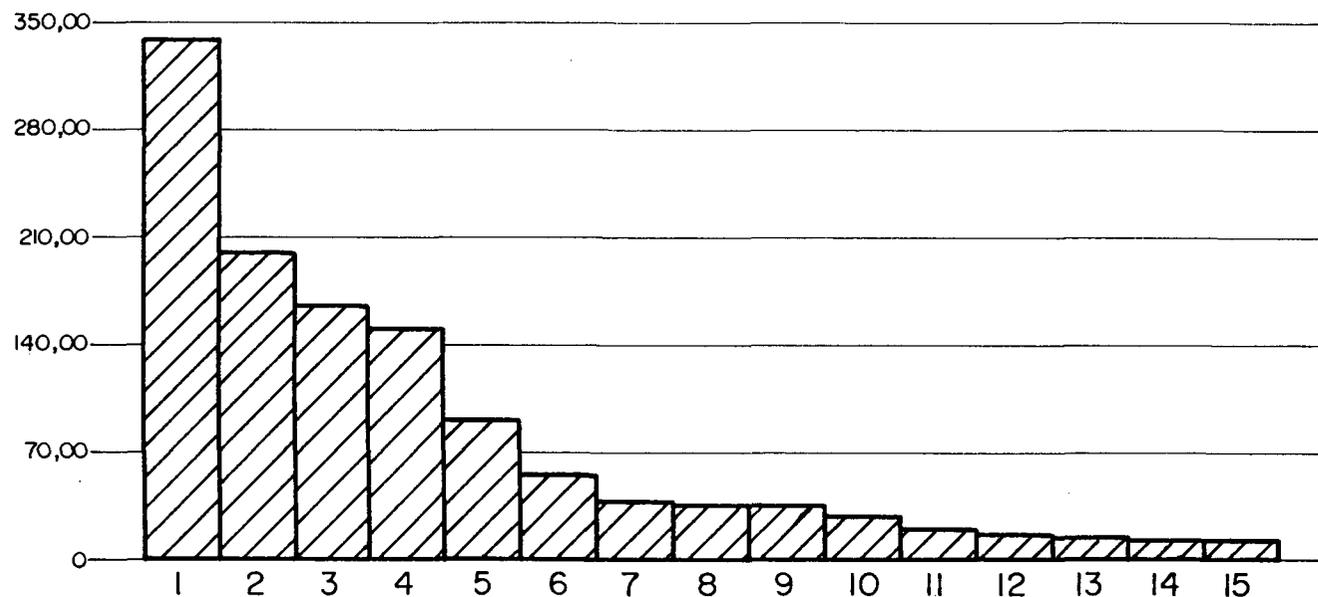
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Manteiga : 340,00
 2. Carne seca : 160,00
 3. Banha : 160,00
 4. Carne : 130,00
 5. Peixe : 70,00
 6. Café : 46,00
 7. Feijão : 34,00
 8. Arroz : 34,00
 9. Açúcar : 28,00
 10. Pão : 25,00
 11. Batata inglesa : 18,00
 12. Farinha de milho : 18,00
 13. Farinha de mandioca : 14,00
 14. Batata doce : 12,00
 15. Abóbora : 10,00
- obs. Ovos(dz) : 65,00
Salário mínimo : 7.200,00

Fonte: jornal TRIBUNA DO PARANÁ
(baseado na tabela do Departamento Estadual de Estatística)
12 / 09 / 1961 p. 3

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - dez/1960



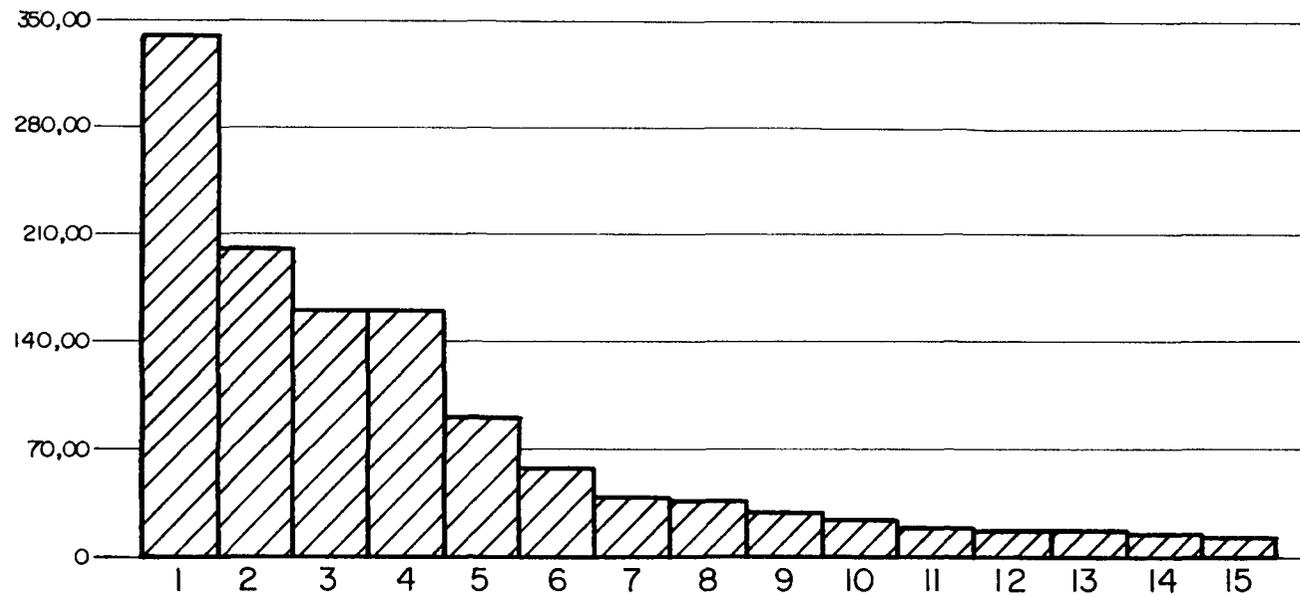
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Manteiga : 340,00
2. Carne seca : 200,00
3. Banha : 164,00
4. Carne : 150,00
5. Peixe : 90,00
6. Café : 56,00
7. Pão : 36,00
8. Arroz : 34,00
9. Feijão : 34,00
10. Açúcar : 28,00
11. Farinha de milho : 20,00
12. Farinha de mandioca : 16,00
13. Batata doce : 14,00
14. Batata inglesa : 12,00
15. Abóbora : 12,00

Fonte : jornal O ESTADO DO PARANÁ
(baseado nas quotas do IBGE)
nº 2948
13/04/1961 p.11

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - mar / 1961



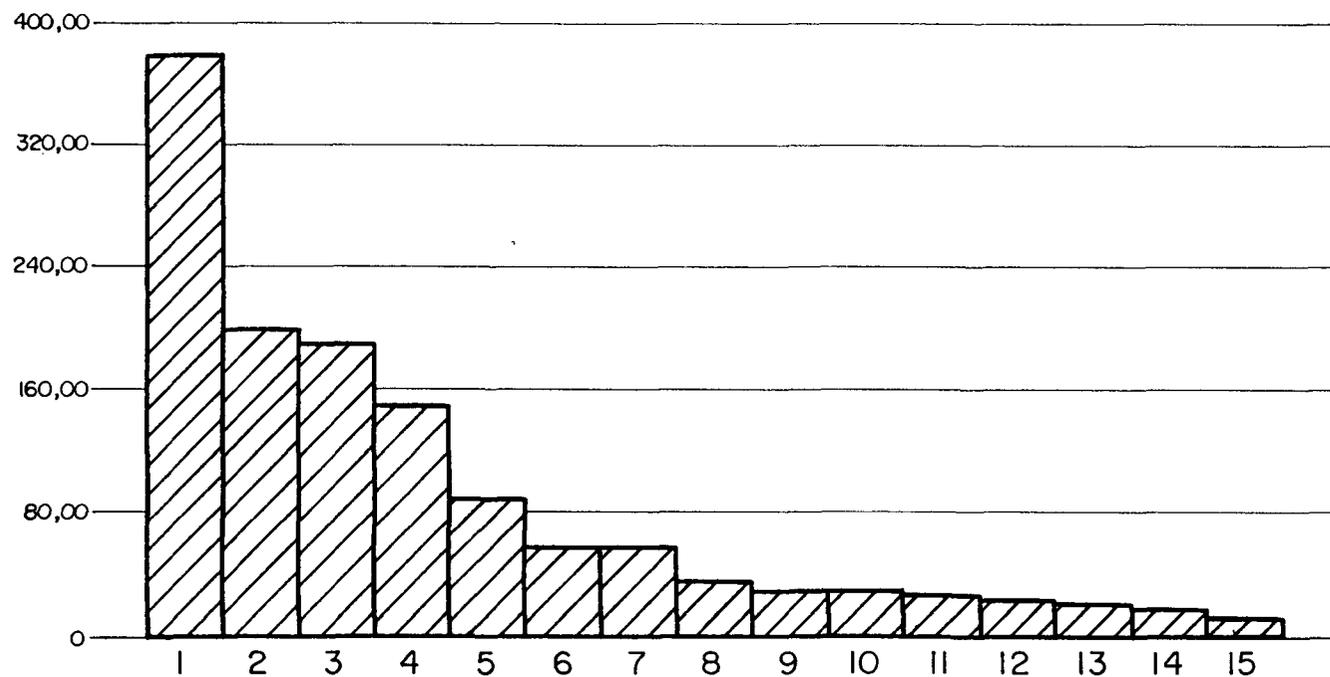
PREÇO/QUANTIDADE : Cr\$ / Kg

1. Manteiga : 340,00
2. Carne seca : 200,00
3. Carne : 160,00
4. Banha : 160,00
5. Peixe : 90,00
6. Café : 56,00
7. Pão : 36,00
8. Arroz : 34,00
9. Açúcar : 28,00
10. Feijão : 24,00
11. Farinha de milho : 20,00
12. Farinha de mandioca : 16,00
13. Batata inglesa : 16,00
14. Batata doce : 14,00
15. Abóbora : 12,00

Fonte: jornal O ESTADO DO PARANÁ
(baseado nas quotas fornecidas
pelo IBGE) nº 2948
13/04/1961 p. 11

Preço dos gêneros alimentícios

Paraná - ago/1961



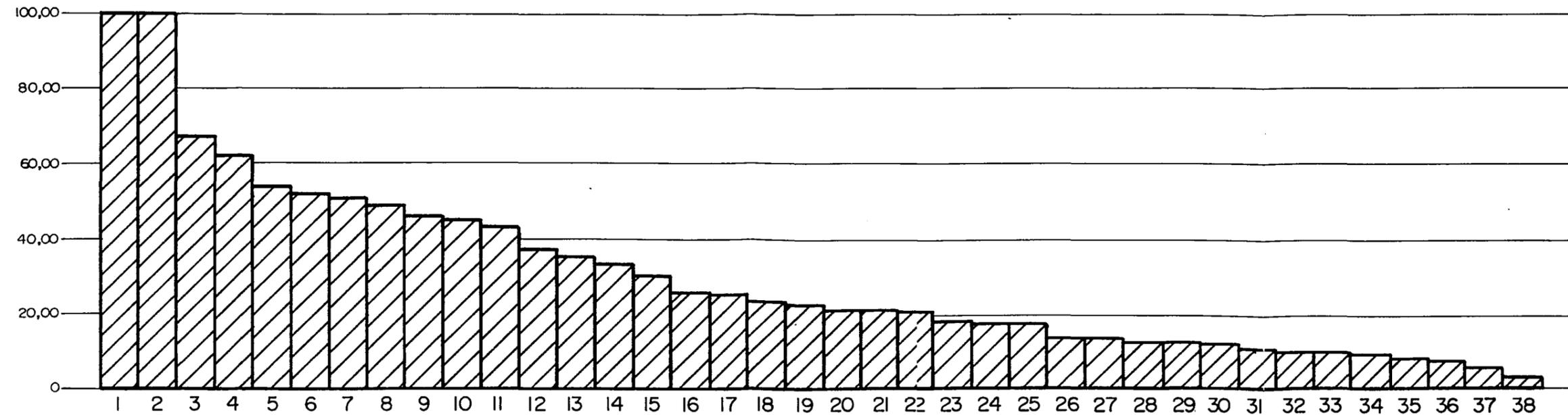
PREÇO/QUALIDADE : Cr\$ / Kg

1. Manteiga : 380,00
2. Carne seca : 200,00
3. Carne : 190,00
4. Banha : 150,00
5. Peixe : 90,00
6. Pão : 56,00
7. Café : 56,00
8. Arroz : 35,00
9. Feijão : 28,00
10. Açúcar : 28,00
11. Farinha de milho : 25,00
12. Farinha de mandioca : 22,00
13. Batata inglesa : 20,00
14. Batata doce : 18,00
15. Abóbora : 12,00

Fonte: jornal TRIBUNA DO PARANÁ
(baseado na tabela do Departamento Estadual de Estatística)
12/09/1961 p.3

Preço dos gêneros alimentícios (antes do aumento do salário mínimo)

06/03/1959



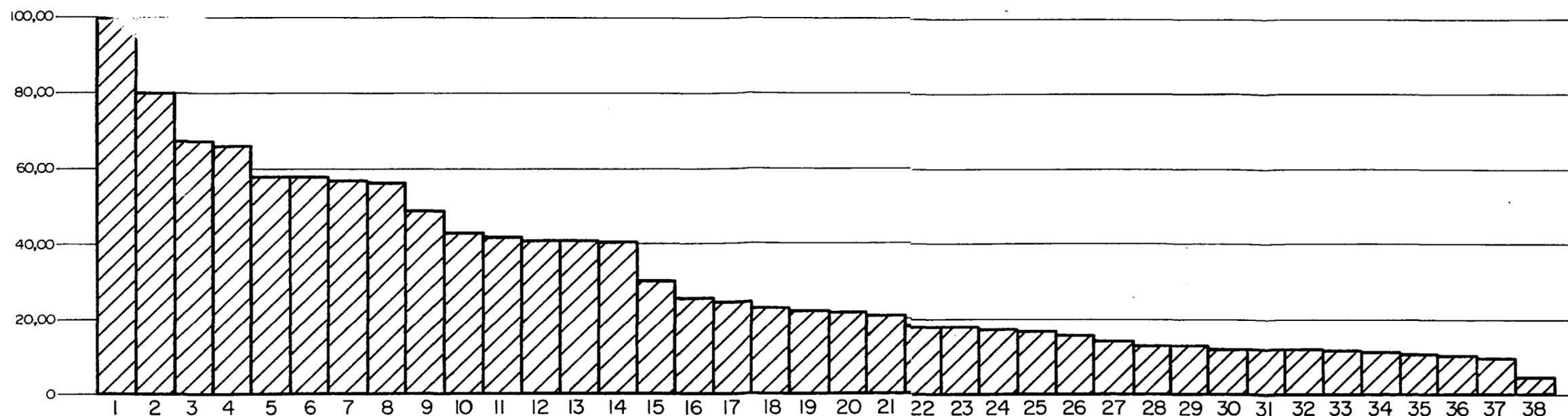
QUALIDADE : PREÇO (Cr\$)

1. Bacalhau de 1ª : 100,00	20. Arroz Santa Catarina : 20,80
2. Bacalhau de 2ª : 100,00	21. Pão suíço : 20,50
3. Café em pó : 67,00	22. Pão comum : 18,00
4. Leite em pó : 62,00	23. Macarrão comum : 17,00
5. Banha em pacote : 54,00	24. Farinha de trigo : 17,00
6. Vassoura : 52,00	25. Arroz agulha : 13,00
7. Oleo em lata : 51,00	26. Extrato de tomate : 13,00
8. Carne de 1ª : 49,00	27. Arroz Blue Rose : 12,00
9. Fubá : 46,00	28. Batata : 12,00
10. Cebola : 45,00	29. Leite : 11,80
11. Milho : 43,00	30. Farinha de mandioca : 10,50
12. Aveia Genser : 37,00	31. Feijão roxão : 9,50
13. Aveia (outras) : 35,00	32. Feijão roxinho : 9,50
14. Marmelada : 33,00	33. Sabão Minerva : 9,00
15. Carne de 2ª : 30,00	34. Sabão (outros) : 8,50
16. Açúcar refinada : 25,70	35. Feijão chumbinho : 8,00
17. Macarrão semolina : 25,00	36. Sal : 7,50
18. Carne de 3ª : 23,00	37. Feijão opaco : 5,50
19. Arroz amarelão : 22,80	38. Sapólio : 3,00

Fonte: jornal GAZETA DO POVO
(baseado nos dados da COAP -
Comissão de Abastecimento e
Preços) nº 11.662
06/03/1959 p.1

Preço dos gêneros alimentícios (na data do novo salário mínimo)

01/1959

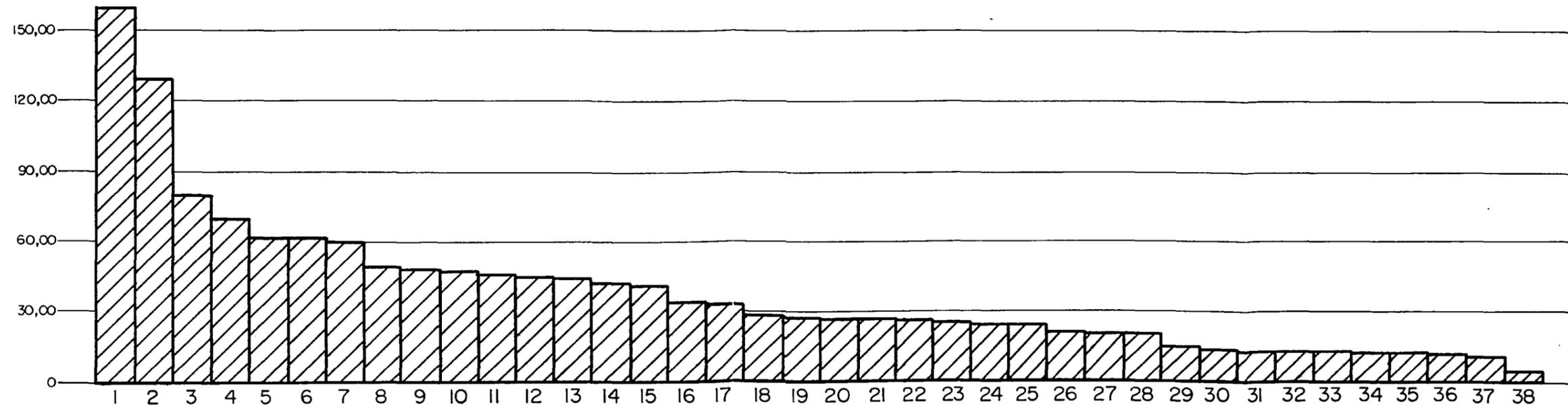


QUALIDADE : PREÇO (Cr\$)

1. Bacalhau de 1ª : 100,00	20. Arroz Santa Catarina : 21,50
2. Bacalhau de 2ª : 80,00	21. Pão suíço : 20,50
3. Café em pó : 67,00	22. Pão comum : 18,00
4. Leite em pó : 66,00	23. Cebola : 18,00
5. Banha (pacote) : 58,00	24. Arroz agulha : 17,50
6. Oleo em lata : 58,00	25. Farinha de trigo : 17,00
7. Vassoura : 57,00	26. Arroz Blue Rose : 15,50
8. Carne de 1ª : 56,50	27. Extrato de tomate : 14,00
9. Fubá : 49,00	28. Feijão roxão : 13,00
10. Milho : 43,00	29. Feijão roxinho : 13,00
11. Aveia Genser : 42,00	30. Feijão chumbinho : 12,00
12. Aveia (outras) : 41,00	31. Sal : 12,00
13. Marmelada : 41,00	32. Batata : 12,00
14. Carne de 2ª : 40,50	33. Leite : 11,80
15. Macarrão semolina : 30,00	34. Sabão Minerva : 11,50
16. Açúcar refinado : 25,70	35. Sabão (outros) : 11,00
17. Macarrão comum : 24,20	36. Farinha de mandioca : 10,50
18. Arroz amarelão : 22,80	37. Feijão opaco : 9,50
19. Carne de 3ª : 22,00	38. Sapólio : 4,50

Fonte: jornal GAZETA DO POVO
(baseado nos dados da COAP-
Comissão de Abastecimento e
Preços) nº 11.662
06/03/1959 p.1

Preço dos gêneros alimentícios (dois meses após a vigência do salário mínimo)
06/03/1959



QUALIDADE : PREÇO (Cr\$)

1. Bacalhau de 1ª : 160,00	20. Arroz agulha : 26,00
2. Bacalhau de 2ª : 130,00	21. Carne de 3ª : 26,00
3. Banha (pacote) : 80,00	22. Pão suíço : 25,50
4. Leite em pó : 70,00	23. Arroz Blue Rose : 25,00
5. Oleo enlatado : 62,00	24. Pão comum : 23,00
6. Vassoura : 62,00	25. Arroz Santa Catarina : 23,00
7. Carne de 1ª : 60,50	26. Farinha de trigo : 21,30
8. Aveia Genser : 50,00	27. Feijão roxão : 20,00
9. Fubá : 49,00	28. Feijão roxinho : 20,00
10. Aveia (outras) : 48,00	29. Feijão chumbinho : 15,00
11. Café : 46,00	30. Extrato de tomate : 14,00
12. Marmelada : 45,00	31. Sal : 13,00
13. Carne de 2ª : 44,50	32. Batata : 13,00
14. Milho : 43,00	33. Sabão Minerva : 13,00
15. Macarrão semolina : 41,50	34. Sabão (outros) : 12,00
16. Cebola : 34,00	35. Feijão opaco : 12,00
17. Macarrão comum : 33,50	36. Leite : 11,80
18. Açúcar refinado : 28,00	37. Farinha de mandioca : 11,00
19. Arroz amarelo : 26,50	38. Sapólio : 4,50

Fonte : jornal GAZETA DO POVO
(baseado nos dados da COAP -
Comissão de Abastecimento e
Preços) nº 11.662
06/03/1959 p. 1